



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2015



© 2016. Tribunal Regional Federal da 1ª Região  
Relatório de Atividades do TRF 1ª Região 2015

Edifício Sede I: Praça dos Tribunais Superiores, bloco A  
70070-900 Brasília/DF  
PABX: (61) 3314-5225  
Fax: 3322-1150  
www.trf1.jus.br

### **Coordenação geral**

Carlos Frederico Maia Bezerra – diretor-geral

### **Coordenação técnica**

Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação  
Wânia Maríça Araújo Vieira – diretora

### **Consolidação e produção editorial**

Divisão de Modernização Administrativa e Produção Editorial  
Samuel Nunes dos Santos – diretor

### **Revisão**

Edelweiss de Moraes Mafra  
Evanildes Carvalho Amorim

### **Capa e aberturas**

Renata Guimarães Leitão

### **Editoração eletrônica**

Carmozina Vitorina Martins da Costa  
Heli Ferreira Sobral Filho  
Renata Guimarães Leitão

### **Impressão e acabamento gráfico**

Núcleo de Serviços Gráficos  
Hernani Dutra Vilela – diretor

---

341.4192 Brasil. Tribunal Regional Federal (Região, 1.) (TRF1)

Relatório de atividades 2015/ Tribunal Regional  
Federal da 1ª Região. – Brasília: Tribunal Regional  
Federal da 1ª Região, 2016.

308 p.; il.

1. Relatório I. Tribunal Regional Federal (Região, 1)



# SUMÁRIO

## **APRESENTAÇÃO, 7**

## **ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL, 13**

## **PANORAMA - GESTÃO ESTRATÉGICA, 23**

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO (2015-2020), 25

MAPA ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL (2015-2020), 26

GOVERNANÇA DA ESTRATÉGIA, 27

DESEMPENHO DO TRIBUNAL NO CUMPRIMENTO DAS METAS DE 2015, 28

DESEMPENHO DO TRIBUNAL NA EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO  
2015-2016, 32

DIAGNÓSTICO DE GOVERNANÇA DA JUSTIÇA FEDERAL, 39

## **PARTE I - AÇÕES ESTRATÉGICAS, 41**

### **PROCESSOS INTERNOS, 43**

#### **CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, 45**

MAPA DE JULGADOS - ESTATÍSTICA DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO, 45

MAPA DOS PRECATÓRIOS E RPVs, 54

UNIDADES JUDICIAIS NA 1ª REGIÃO, 59

CÂMARAS REGIONAIS PREVIDENCIÁRIAS, 79

PROJETO PILOTO DE ACELERAÇÃO DE JULGAMENTOS, 81

#### **ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO, 83**

A CONCILIAÇÃO NA 1ª REGIÃO, 83

CONCILIAÇÃO NO ÂMBITO DOS JEFs, 85

#### **COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, 87**

META 8, 87

#### **GESTÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES, 89**

PROJETO SOBRE DEMANDAS REPETITIVAS NA JUSTIÇA FEDERAL, 89

NÚCLEO DE REPERCUSSÃO GERAL E RECURSOS REPETITIVOS, 90

#### **APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES DO 1º GRAU, 91**

CORREIÇÕES GERAIS ORDINÁRIAS, 91

INSPEÇÕES ORDINÁRIAS, 93



META 2 DAS CORREGEDORIAS, 95

ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DAS NORMAS RELATIVAS À  
CORREGEDORIA REGIONAL, 95

OUVIDORIA JUDICIAL, 95

## **RECURSOS, 97**

### **MELHORIA DA GESTÃO DE PESSOAS, 99**

MAGISTRADOS DA 1ª REGIÃO, 99

APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS, 114

SERVIDORES DA 1ª REGIÃO, 120

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, 122

CARREIRA, 127

QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR SOCIAL, 128

ASSISTÊNCIA À SAÚDE, 133

### **APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS, 145**

PROJETO-PADRÃO PARA CONSTRUÇÃO DE NOVAS SEDES PARA AS SEÇÕES  
JUDICIÁRIAS, 145

CONTROLE DE TERCEIRIZADOS, 145

UNIDADE DE ACOMPANHAMENTO E CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO  
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, 146

GESTÃO DO ORÇAMENTO, 146

DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO, 155

CONTRATOS DE AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS, 204

SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, 211

RESOLUÇÃO CNJ 195/2014, 211

RELATÓRIO DE BENEFÍCIOS DA 1ª REGIÃO, 212

NOVAS ATRIBUIÇÕES DA ÁREA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E  
FINANCEIRO, 212

LEI ORÇAMENTÁRIA 2016, 214

### **INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA, 223**

GESTÃO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO TRF 1ª REGIÃO, 223

GESTÃO DE RISCO NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, 224

COMITÊ GESTOR REGIONAL DA 1ª REGIÃO DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO 1º  
GRAU DE JURISDIÇÃO - CGR-PRIORI, 225

UNIDADES AVANÇADAS DE ATENDIMENTO - UAAS, 225

EXERCÍCIO E LOTAÇÃO INICIAL DOS JUÍZES FEDERAIS SUBSTITUTOS



APROVADOS NO XV CONCURSO, 226  
ALTERAÇÃO NA JURISDIÇÃO DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SETE LAGOAS/MG E DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS, 226  
INSTALAÇÃO DA TURMA RECURSAL PERMANENTE DOS JEFs NO ACRE, 227  
REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL, 227  
PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE), 228  
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO (PAE) E SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO (SEI), 229  
REGISTRO ELETRÔNICO DE FREQUÊNCIA, 232  
FLEXIBILIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DAS SECCIONAIS, 232  
RECADASTRAMENTO DOS APOSENTADOS E DOS PENSIONISTAS DO TRF 1ª REGIÃO E DA JUSTIÇA FEDERAL, 232  
CARGOS VAGOS DESTINADOS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - TI, 233  
PAUSAS PREVENTIVAS DURANTE UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS, 233  
REMESSA À ORIGEM DOS PROCESSOS DIGITALIZADOS E REMETIDOS AO STJ E AO STF, 234  
COMITÊ REGIONAL DAS TABELAS PROCESSUAIS DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO, 234  
ENUNCIADOS PARA RACIONALIZAÇÃO DE RECURSOS DOS JEFs, 234  
ALTERAÇÕES NO REGIMENTO INTERNO - RIJEF-TR-TRU, 235  
PLANO DE COMUNICAÇÃO DA ESTRATÉGIA NA 1ª REGIÃO, 235  
PROJETO SUSTENTABILIDADE - LOGÍSTICA REVERSA, 239  
SISTEMA NORMATIVO, 239

### **MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TI, 253**

REESTRUTURAÇÃO DOS CENTROS DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA 1ª REGIÃO, 253  
SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS, 253  
PLANEJAMENTO E INTEGRAÇÃO DO PJE COM OS SISTEMAS JUDICIAIS LEGADOS, 254  
TRANSPARÊNCIA DE TI - TTI, 254  
GESTÃO DE DEMANDAS DE TI - GDTI, 255  
PLANEJAMENTO E IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE), 255  
SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI), 255  
SISTEMA DE REGISTRO E ACOMPANHAMENTO DAS MOVIMENTAÇÕES PROCESSUAIS DE 1º GRAU, 255  
SISTEMA DE PROCESSOS VIRTUAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E



TURMAS RECURSAIS, 256

SISTEMA DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA FEDERAL – SCJF, ANTIGO SNCJ, 257

OUTROS SISTEMAS, 258

OUTRAS AÇÕES DE TI, 261

MODELO DE GOVERNANÇA DE TI (MGTI), 262

ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS, 267

AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES, 268

## **PARTE II - AÇÕES TÁTICAS E OPERACIONAIS, 271**

ACOMPANHAMENTO PARLAMENTAR, 273

OUVIDORIA ADMINISTRATIVA, 274

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL, 275

PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS E GESTÃO DOCUMENTAL, 281

INFRAESTRUTURA, 284

ADMINISTRAÇÃO GERAL, 285

## **PARTE III - CONTROLE INTERNO E AUDITORIA, 287**

CONTROLE INTERNO, 289

INFORMATIVO DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO, 297

AUDITORIA, 297

ANÁLISE E CONTROLE CONTÁBIL, 300

## **ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS, 303**



# APRESENTAÇÃO

Excelentíssimos senhores desembargadores federais, excelentíssimos senhores juízes federais, senhores servidores,

Em cumprimento ao art. 21, XLIII, do Regimento Interno, apresento a esta Corte o mapa de julgados e o relatório circunstanciado das atividades de 2015 do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Antes de passar à descrição das atividades propriamente ditas, faço menção às alterações na composição do Tribunal. Ao tempo que agradeço aos magistrados que aqui trilharam o caminho do empenho e da dedicação com que contribuíram para o desenvolvimento desta Corte, dou as boas-vindas aos desembargadores federais que chegam. O advogado Hercules Fajoses tomou posse em 3 de junho, em vaga decorrente da aposentadoria voluntária, em 2014, do desembargador federal Carlos Olavo; o desembargador federal Candido Moraes aposentou-se voluntariamente em 13 de outubro e, em 3 de dezembro, o juiz federal Carlos Augusto Pires Brandão tomou posse em vaga decorrente da ascensão do desembargador federal Reynaldo Fonseca ao Superior Tribunal de Justiça em 26 de maio.

Na 1ª instância, registro a posse de 58 juízes federais substitutos, oriundos do XV Concurso. Está em andamento o XVI Concurso para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto, que se encontra na fase de convocação para realização da prova oral.

Seguindo a linha iniciada em 2012, esta edição do *Relatório de atividades* pauta-se pelo Plano Estratégico da Justiça Federal, que encerrou seu primeiro ciclo em 2014. O novo mapa estratégico, estabelecido para o período de 2015-2020, define onze macrodesafios, agrupados em três perspectivas: *Sociedade*: Garantia dos direitos de cidadania; *Processos Internos*: Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional; Adoção de soluções alternativas de conflito; Aprimoramento da gestão da justiça criminal; Impulso às execuções fiscais e cíveis; Combate à corrupção e à improbidade administrativa; Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes; *Recursos*: Melhoria da gestão de pessoas; Aperfeiçoamento da gestão de custos; Instituição da governança judiciária; Melhoria da infraestrutura e governança de TI.

Os macrodesafios “Impulso às execuções fiscais e cíveis” e “Aprimoramento da gestão da justiça criminal” não são contemplados especificamente nesta publicação, por envolverem objetivos estratégicos futuros, com metas de cumprimento previstas respectivamente para 2016 e 2017.

Este Relatório apresenta as atividades do Tribunal no cumprimento das metas estratégicas na esfera de jurisdição da Justiça Federal da 1ª Região. Destaco algumas das ações desenvolvidas, que poderão ser observadas, de modo mais pormenorizado, ao longo da publicação.

A governança da estratégia no Tribunal, na busca por cumprir os macrodesafios, envolveu diversas iniciativas e medidas.



Em cumprimento à política definida em resolução do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, o Tribunal instituiu o Comitê Gestor Regional da 1ª Região de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição (CGR-Priori). Tendo por linha de atuação equalizar a distribuição da força de trabalho entre o 1º e o 2º graus, proporcionalmente a demandas de processo, o Comitê desenvolveu o Plano de Ação TRF 1ª Região – Priorização do 1º Grau de Jurisdição, que propõe, entre outras medidas, a criação de cargos e funções comissionadas para munir a área administrativa, as turmas recursais e os núcleos de conciliação de força de trabalho suficiente; a criação de quadro de juízes auxiliares do Tribunal, para evitar o desfalque causado pelas constantes convocações; e a promoção de ações para evitar a evasão de servidores. O plano foi enviado ao CNJ no mês de agosto.

Ainda dentro dessa política de valorização da 1ª instância, o Conselho de Administração do Tribunal deliberou a flexibilização da estrutura administrativa das seções judiciárias, a fim de delegar aos diretores de foro a competência para criar, extinguir, transformar ou remanejar unidades administrativas e funções comissionadas, observados os limites e as restrições estabelecidos pela Resolução Presi 24/2015. A medida confere maior autonomia à gestão das seccionais, uma vez que permite a adaptação da estrutura à realidade local.

Alinhado ao macrodesafio “Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional”, o Tribunal autorizou a criação de Unidades Avançadas de Atendimento – UAAs, por meio da Resolução Presi 21/2015, como modalidade de Justiça itinerante, com ponto fixo de atendimento, com a finalidade de garantir o acesso ao Poder Judiciário aos que residem em localidades onde não há Justiça Federal, contribuindo para a ampliação da interiorização da Justiça e a gradativa redução da jurisdição delegada. A primeira UAA foi instalada em dezembro, em Tangará da Serra/MT.

Outra medida a ser destacada é a mudança na jurisdição da Subseção Judiciária de Sete Lagoas e da Seção Judiciária de Minas Gerais como alternativa à impossibilidade de criação de novas varas, em virtude do sobrestamento dos processos correspondentes, que tramitam no Conselho da Justiça Federal – CJF.

A fim de enfrentar o crescente aumento do acervo de feitos previdenciários na 1ª Região, o Tribunal, em iniciativa pioneira no âmbito da Justiça Federal, criou, em dezembro de 2014, as Câmaras Regionais Previdenciárias – CRPs, para atuarem de forma descentralizada. Em 2015 foram instituídas a 1ª Câmara Regional Previdenciária da Bahia, a 1ª e a 2ª Câmaras Regionais Previdenciárias de Minas Gerais e a 1ª Câmara Regional Previdenciária de Juiz de Fora/MG.

O modelo de funcionamento da CRPs mostrou-se bastante adequado à 1ª Região, por sua elevada produtividade e pelos reduzidos custos, uma vez que são convocados para atuar como relatores magistrados da mesma seção judiciária, sob a presidência de um desembargador federal, com o que se evitam elevados gastos envolvidos no deslocamento.

Do total de 19.020 processos distribuídos, as câmaras julgaram 10.734.

Registre-se também a implantação, em 6 de fevereiro, da Turma Recursal do Acre, última das 25 criadas pela Lei 12.665/2012.



O mapa de julgados revela que foram distribuídos ao Tribunal, em 2015, 114.886 processos. Os órgãos julgadores da Corte julgaram 176.318 processos, registrando-se, ao final do exercício, 463.513 feitos em tramitação ajustada, descontados, portanto, os processos suspensos e sobrestados. Na 1ª instância, foram distribuídos 971.215 feitos, sendo julgados 786.102, registrando-se, ao final do exercício, 2.800.445 em tramitação. A 1ª Região apresentou os maiores percentuais de cumprimento das metas 9 e 10 para a Justiça Federal — 116,58% e 136,01% —, relativas respectivamente à produtividade de magistrados e de servidores.

Foram processados e pagos 24.301 precatórios, em um montante de R\$ 4.731.165.343,45, e 262.821 RPVs, no montante de R\$ 2.237.303.559,63, sendo contemplados no total 333.292 beneficiários.

No que se refere à política de conciliação, implantada pelo CNJ e já incorporada pela Justiça Federal, destaco que essa importante prática continua ampliando-se como instrumento efetivo na solução de controvérsias judiciais. No decorrer do ano, registrou-se o total de 74.356 conciliações realizadas pelos JEFs e pelo Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região – SistCon.

Entre as ações desenvolvidas pelo SistCon, mencionem-se os mutirões de audiências de conciliação, o I Curso de Formação de Instrutores em Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região, promovido em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, e a participação no 1º Fórum Nacional de Conciliação e Mediação, em conjunto com a Associação dos Juízes Federais do Brasil – Ajufe.

O movimento denominado “Acordo Zero”, deflagrado pelos procuradores federais, causou decréscimo na proporção de conflitos resolvidos por meio de conciliação, impedindo que os resultados alcançados fossem ainda melhores.

A Vice-Presidência atuou, por delegação de competência, na admissibilidade de recursos especiais e extraordinários e em decisões em medidas cautelares a eles vinculadas nos feitos da 1ª Seção (1ª e 2ª Turmas) do Tribunal, proferindo 23.691 despachos e 11.926 decisões e baixando à origem 30.467 feitos.

A vice-presidente ainda presidiu a Comissão do XVI Concurso para o Cargo de Juiz Federal Substituto e exerceu a substituição do presidente em suas ausências e impedimentos eventuais.

A Corregedoria Regional, além de manter sistemático acompanhamento processual do 1º grau de jurisdição, realizou correições ordinárias em 9 seções judiciárias e 29 subseções judiciárias e autouou 312 processos administrativos de inspeção ordinária. Foi cumprida a Meta 2 das corregedorias – relatar 80% dos procedimentos disciplinares em 180 dias. Também foi atualizado o Provimento Geral Consolidado, que se encontra pronto para ser submetido ao Conselho de Administração.

Quanto às atividades a cargo da Coordenação Regional dos Juizados Especiais Federais, destaca-se, entre outras iniciativas, a realização de juizados itinerantes nas cidades de Santa Maria do Suaçuí/MG, Barra do Corda/MA, Araguacema/TO, Bailique/AP, Ariquemes/RO e Baixo Madeira/RO, além da participação em ações que envolveram



parceria com o Exército brasileiro, em Mato Grosso e Rondônia, e com a Ajufe, no Vale do Rio Paraguai e no Vale do São Francisco, no projeto denominado Expedição da Cidadania. Foram realizados ainda auxílios em caráter emergencial em 19 localidades, envolvendo 8 estados da Federação.

A Escola de Magistratura Federal da 1ª Região promoveu diversos cursos, palestras, seminários, entre outros eventos voltados à capacitação dos magistrados, além de viabilizar sua participação em eventos externos. Faço menção às palestras proferidas, em maio, sobre o novo Código de Processo Civil e à participação de magistrados da 1ª Região, em junho de 2015, no Fórum Nacional de Conciliação, promovido pela Ajufe.

No que se refere aos serviços administrativos do Tribunal, destaco a readequação da estrutura organizacional promovida a partir de agosto de 2015, por meio das Resoluções Presi 26, 32 e 35. As alterações objetivaram a modernização e o aprimoramento dos serviços.

A Divisão de Análise Contábil e Custos foi transferida da Secretaria de Controle Interno para a Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro, a fim de se manterem sob a responsabilidade da área de orçamento e finanças as atividades de acompanhamento da execução contábil e de registro da conformidade contábil. Foi criado o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos, subordinado à Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários, para atender a feitos submetidos a sistemática específica. A Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos foi transformada no Centro de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Servidores, com o fim de fortalecer as atividades de capacitação e treinamento de servidores. Na Secretaria de Gestão Estratégica e de Inovação, o remanejamento de funções e atribuições permitiu a priorização das atividades de apuração, monitoramento e avaliação de objetivos, metas e indicadores estratégicos. Registro ainda a ampliação e o fortalecimento da estrutura do Núcleo Regional de Apoio do Processo Judicial Eletrônico e do Núcleo Regional de Apoio ao Processo Administrativo Eletrônico.

O Processo Judicial Eletrônico foi implantado nas Seções Judiciárias de Goiás, Tocantins, Roraima, Maranhão, Acre, Rondônia e Amapá e respectivas subseções. Para 2016 o cronograma de expansão prevê a instalação do sistema nas seccionais do Amazonas, Mato Grosso, Piauí, Pará, Bahia, Minas Gerais e respectivas subseções.

Quanto ao Processo Administrativo Eletrônico, registro a primeira atualização promovida pelo TRF 4ª Região, com a conseqüente evolução do sistema, que, entre outras funcionalidades, passou a permitir a autuação e o julgamento de processos por colegiados do TRF 1ª Região. É importante ressaltar ainda a visita de representantes de outros órgãos, a exemplo do STM, do STF e da PGR para conhecer a experiência desta Corte na implantação do sistema.

Merecem destaque alguns pontos relevantes do projeto de construção da nova sede do TRF 1ª Região.

Por meio da gestão do projeto para construção da nova sede, foi criado um histórico da obra, com atualizações regulares, contendo informações sobre os contratos encerrados, vigentes e previstos até a conclusão do empreendimento, com vista ao cumprimento dos objetivos de transparência e credibilidade das ações administrativas. Além disso, mantêm-se constantemente atualizados, na página de transparência do Tribunal, o es-



copo, os prazos e os custos da obra. Foram promovidas visitas a diversos órgãos, como Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal, Conselho da Justiça Federal, entre outros, com apresentação da situação da obra, o estágio em que se encontra e os procedimentos que estão sendo adotados.

Quanto aos aspectos estruturais, registro que se encontram praticamente concluídos os subsolos e os blocos A (gabinetes) e D (administração). No final de 2014, foi firmado contrato objetivando a revisão e a atualização tecnológica e normativa dos projetos da obra, com conclusão prevista para o 2º semestre de 2016. Após isso, serão executadas as estruturas do bloco B (plenário) e 2/3 do bloco C (sala de sessões), além do piso da praça e das vias de acesso aos subsolos, estruturas que serão objeto de nova contratação em 2016.

O Tribunal implantou, em março de 2015, o projeto intitulado Gestão de Riscos no Âmbito da Secretaria de Administração como uma das iniciativas voltadas ao cumprimento do objetivo estratégico de aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos. A meta é diagnosticar, mensurar e classificar os riscos em escala de prioridades, propor tratamento e gerar informações que auxiliem na tomada de decisões. A conclusão do projeto está prevista para dezembro de 2016.

Outra medida importante nesse campo foi a criação, por meio da mencionada Resolução Presi 26, da Seção de Análise de Custos, subordinada à Divisão de Análise Contábil e Custos, da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro. A Seção tem a finalidade de implementar sistema de apuração de custos e permitir a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

No que se refere à gestão orçamentária da Justiça Federal da 1ª Região e de seus recursos financeiros, verificou-se o decréscimo de 17,14% no orçamento proposto para 2016 comparativamente ao de 2015. O TRF 1ª Região, no entanto, foi um dos únicos órgãos do Poder Judiciário e o único entre os TRFs que logrou recompor seu orçamento em 40 milhões para 2016, dos quais 30 milhões foram destinados à 1ª Região e 10 milhões distribuídos pelo CJF aos demais TRFs. A conquista é relevante diante da crise nacional e dos poucos recursos no Orçamento Geral da União. Da dotação final do orçamento, 84% foram destinados ao 1º grau de jurisdição, reservando-se ao 2º grau 16%. A execução orçamentária da 1ª Região atingiu a marca de 98,85%.

Pelo segundo ano consecutivo, o Pro-Social apresentou resultado superavitário, em decorrência do incremento de emendas parlamentares à Lei Orçamentária 2015 e do saneamento dos gastos e do aprimoramento dos processos de trabalho do programa.

Muitas outras atividades poderiam ser mencionadas. Este breve relato corresponde a uma exposição resumida das iniciativas e ações levadas a efeito pelo Tribunal em 2015, na busca do cumprimento de suas funções jurisdicionais e do alcance das metas propostas para a Justiça Federal da 1ª Região. A leitura da publicação, à qual estão todos convidados, trará os detalhamentos necessários à compreensão mais aprofundada de cada tema.

Números, gráficos e quadros, no entanto, limitados por sua natureza, são insuficientes para demonstrar todo o esforço sabidamente empenhado, no cotidiano desta Casa e das seções e subseções judiciárias, por magistrados — desembargadores federais mem-



bros da Corte e juízes federais —, servidores, estagiários e prestadores de serviço, para que, apesar das dificuldades e da escassez de recursos, a Justiça Federal da 1ª Região continue em pleno desenvolvimento, pautada pelo senso do dever e pela percepção de sua importância no bem-estar da sociedade brasileira em sua esfera de atuação.

Neste momento, em que me despeço da gestão desse venerável Tribunal Regional Federal, dessa desmedida e ímpar 1ª Região, à qual tributo grande respeito, externo meus sinceros agradecimentos a todos os meus pares e aos devotados servidores e demais colaboradores, que tornaram possível todas as realizações aqui demonstradas.

Brasília, 14 de abril de 2016.

Desembargador Federal Cândido Ribeiro  
Presidente



# ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

## ÓRGÃOS JULGADORES

### PLENÁRIO

#### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Cândido Ribeiro (presidente)  
Neuza Alves (vice-presidente)  
Carlos Moreira Alves (corregedor regional)  
Jirair Aram Meguerian  
Olindo Menezes  
Mário César Ribeiro  
Hilton Queiroz  
Ítalo Mendes  
José Amilcar Machado  
Daniel Paes Ribeiro  
João Batista Gomes Moreira  
Souza Prudente  
Maria do Carmo Cardoso  
Francisco de Assis Betti  
Ângela Catão  
Mônica Sifuentes  
Kassio Marques  
Néviton Guedes  
Novély Vilanova  
Ney Bello  
Marcos Augusto de Sousa  
João Luiz de Sousa  
Gilda M. Sigmaringa Seixas  
Jamil Rosa de Jesus Oliveira  
Hercules Fajoses  
Carlos Augusto Pires Brandão

13

---

---

Reynaldo Fonseca (até 25/05)

Candido Moraes (até 13/10)



## CORTE ESPECIAL

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Cândido Ribeiro (presidente)  
Neuza Alves (vice-presidente)  
Carlos Moreira Alves (corregedor regional)  
Jirair Aram Meguerian  
Olindo Menezes  
Mário César Ribeiro  
Hilton Queiroz  
José Amilcar Machado  
Daniel Paes Ribeiro  
João Batista Gomes Moreira  
Maria do Carmo Cardoso  
Ângela Catão  
Kassio Marques  
Néviton Guedes  
Ney Bello  
Marcos Augusto de Sousa  
Gilda M. Sigmaringa Seixas

---

Souza Prudente (até 06/01)  
Reynaldo Fonseca (até 25/05)  
Mônica Sifuentes (até 06/01)  
Novély Vilanova (até 06/01)  
Candido Moraes (até 13/10)  
João Luiz de Sousa (a partir de 10/12)

14

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Cândido Ribeiro (presidente)  
Neuza Alves (vice-presidente)  
Carlos Moreira Alves (corregedor regional)  
Jirair Aram Meguerian  
Olindo Menezes  
Mário César Ribeiro  
Daniel Paes Ribeiro  
Ângela Catão  
Marcos Augusto de Sousa

---

Reynaldo Fonseca (até 25/05)



## 1ª SEÇÃO

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

João Luiz de Sousa (presidente)  
Gilda M. Sigmaringa Seixas  
Jamil Rosa de Jesus Oliveira  
Carlos Augusto Pires Brandão  
Juiz federal Cleberon José Rocha (convocado)

---

Candido Moraes (presidente – até 13/10)  
João Luiz de Sousa (presidente – a partir de 14/10)

## 1ª TURMA

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Gilda M. Sigmaringa Seixas (presidente)  
Jamil Rosa de Jesus Oliveira  
Carlos Augusto Pires Brandão

15

---

## 2ª TURMA

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

João Luiz de Sousa (presidente)  
Juiz federal Cleberon José Rocha (convocado)

---

Candido Moraes (presidente – até 13/10)  
João Luiz de Sousa (presidente – a partir de 14/10)

## 2ª SEÇÃO

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Olindo Menezes (presidente)  
Mário César Ribeiro  
Hilton Queiroz  
Ítalo Mendes  
Mônica Sifuentes  
Ney Bello



### 3ª TURMA

#### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Mário César Ribeiro  
Mônica Sifuentes (presidente)  
Ney Bello

### 4ª TURMA

#### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Olindo Menezes (presidente)  
Hilton Queiroz  
Ítalo Mendes

---

Olindo Menezes (presidente – a partir de 21/10)  
Ítalo Mendes (presidente – até 20/10)

16

### 3ª SEÇÃO

#### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Jirair Aram Meguerian (presidente)  
Daniel Paes Ribeiro  
João Batista Gomes Moreira  
Souza Prudente  
Kassio Marques  
Néviton Guedes

### 5ª TURMA

#### DESEMBARGADORES FEDERAIS

João Batista Gomes Moreira  
Souza Prudente  
Néviton Guedes (presidente)

---

Souza Prudente (presidente – até 17/04)  
Néviton Guedes (presidente – a partir de 18/04)



## 6ª TURMA

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Jirair Aram Meguerian  
Daniel Paes Ribeiro  
Kassio Marques (presidente)

## 4ª SEÇÃO

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

José Amilcar Machado (presidente)  
Maria do Carmo Cardoso  
Ângela Catão  
Novély Vilanova  
Marcos Augusto de Sousa  
Hercules Fajoses

17

---

José Amilcar Machado (presidente – a partir de 26/05)  
Reynaldo Fonseca (presidente – até 25/05)

## 7ª TURMA

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

José Amilcar Machado (presidente)  
Ângela Catão  
Hercules Fajoses

---

Reynaldo Fonseca (até 25/05)

## 8ª TURMA

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Maria do Carmo Cardoso (presidente)  
Novély Vilanova  
Marcos Augusto de Sousa



## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE REGIMENTO

#### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Mônica Sifuentes (presidente)  
Kassio Marques (membro efetivo)  
Néviton Guedes (membro efetivo)  
Ney Bello (membro suplente)

### COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

#### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Hilton Queiroz (membro efetivo)  
Reynaldo Fonseca (presidente)  
Ângela Catão (membro efetivo)  
Marcos Augusto de Sousa (membro suplente)

18

---

Reynaldo Fonseca (presidente – até 25/05)

### COMISSÃO DE PROMOÇÃO

#### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Olindo Menezes  
Carlos Moreira Alves (presidente)  
José Amilcar Machado  
Maria do Carmo Cardoso  
Mônica Sifuentes  
Kassio Marques  
Néviton Guedes  
João Luiz de Sousa  
Gilda M. Sigmaringa Seixas

### COMISSÃO DE ACERVO JURÍDICO

#### DESEMBARGADORES FEDERAIS

João Batista Gomes Moreira (membro efetivo)  
Maria do Carmo Cardoso (membro efetivo)  
Ângela Catão (presidente)



## ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA 1ª REGIÃO

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

João Batista Gomes Moreira (diretor)

Mônica Sifuentes (vice-diretora)

## GABINETE DA REVISTA

### DESEMBARGADOR FEDERAL

Daniel Paes Ribeiro (diretor)

## COORDENAÇÃO REGIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 1ª REGIÃO

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Gilda M. Sigmaringa Seixas (coordenadora)

-----  
Reynaldo Fonseca (coordenador – até 25/05)

Gilda M. Sigmaringa Seixas (coordenadora – a partir de 24/04)

19

## COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE CONCILIAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO

### DESEMBARGADORA FEDERAL

Maria do Carmo Cardoso

## CONSELHOS

### COMISSÃO DO CONSELHO DO COLAR E DA MEDALHA DO MÉRITO JUDICIÁRIO MINISTRO NELSON HUNGRIA

#### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Cândido Ribeiro (presidente)

Neuza Alves (vice-presidente)

Carlos Moreira Alves (corregedor regional)

Hilton Queiroz (membro efetivo)

José Amilcar Machado (membro efetivo)



## CONSELHO DELIBERATIVO DO PRO-SOCIAL

Desembargador federal Cândido Ribeiro (presidente)  
Desembargador federal Kassio Marques (representante dos magistrados ativos)  
Desembargador federal Plauto Ribeiro (representante dos magistrados inativos)  
Carlos Frederico Maia Bezerra (diretor-geral)  
Maria do Carmo Cezário Corrêa (diretora da SecGP)  
Marília André da Silva Meneses Graça (diretora da Secoi)  
Rita Olívia Anneys Cardoso (representante dos servidores ativos)  
Sandra Lucia Bicas Rocha (representante dos servidores inativos)

## PRESIDÊNCIA

Desembargador federal Cândido Ribeiro (presidente)

### **SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA**

Deyr Gomes Junior

### **SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

Marília Andre da Silva Meneses Graça

### **ASSESSORIA JURÍDICA DE RECURSOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS**

Osmarina Maciel do Nascimento

### **ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA**

Sérgio Renner Vieira da Silva

## VICE-PRESIDÊNCIA

Desembargadora federal Neuza Alves

### **ASSESSORIA DA VICE-PRESIDÊNCIA**

Gilson Nunes Pita Filho

## CORREGEDORIA REGIONAL

Desembargador federal Carlos Moreira Alves

### **ASSESSORIA DA CORREGEDORIA REGIONAL**

Marcio Lucio Marques



## SECRETARIA DO TRIBUNAL

### **DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA**

Carlos Frederico Maia Bezerra

### **SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E INOVAÇÃO**

Wânia Maríça Araújo Vieira

### **SECRETARIA JUDICIÁRIA**

Alexandre José Amaral Ferreira

### **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

Kátia Regina Ribeiro de Sant'ana

### **SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

Maria do Carmo Cezário Corrêa

### **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Maria Cristina Turnes

### **SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Marcos Barbosa Andrade

### **SECRETARIA DE BEM-ESTAR SOCIAL**

Ionice de Paula Ribeiro

# PANORAMA

## Gestão estratégica





## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO (2015-2020)

O planejamento estratégico é uma metodologia gerencial que permite estabelecer a direção a ser seguida pela organização, visando a maior grau de interação com o ambiente, num processo contínuo, a partir do qual identificam-se e analisam-se oportunidades, ameaças, pontos fortes e pontos fracos da organização.

A Justiça Federal da 1ª Região possui estratégia formalizada desde 2007 (Plano de Metas 2007-2008 e Planejamento Estratégico 2009-2014). Em 2015 iniciou-se novo ciclo de planejamento estratégico, que norteará as ações dos magistrados, servidores e colaboradores até o ano de 2020. Esse planejamento foi construído com base nas estratégias estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ para todo o Poder Judiciário, e pelo Conselho da Justiça Federal – CJF para toda a Justiça Federal.

A Resolução CNJ 198, de 1º de julho de 2014, dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário, determinando que os planos estratégicos dos órgãos do Judiciário estejam alinhados à Estratégia Judiciária 2020. Inspirada nas conclusões do VII Encontro Nacional do Judiciário, promovido pelo CNJ em 2013, na cidade de Belém, essa resolução relaciona os macrodesafios da Estratégia Judiciária 2020 — aprovados pelos presidentes de todos os tribunais brasileiros —, que nortearão as ações de todos os segmentos da Justiça nos anos de 2015 a 2020:

- garantia dos direitos de cidadania;
- celeridade e produtividade na prestação jurisdicional;
- adoção de soluções alternativas de conflito;
- aprimoramento da gestão da justiça criminal;
- impulso às execuções fiscais e cíveis;
- combate à corrupção e à improbidade administrativa;
- gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes;
- melhoria da gestão de pessoas;
- aperfeiçoamento da gestão de custos;
- instituição da governança judiciária;
- melhoria da infraestrutura e governança de tecnologia da informação e comunicação.

Com as diretrizes nacionais estabelecidas, os trabalhos do CJF com os TRFs se intensificaram, tendo sido expedida a Resolução CJF 313, de 22 de outubro de 2014, posteriormente alterada pela Resolução CJF 354, de 12 de agosto de 2015. Ela dispõe sobre a Gestão da Estratégia da Justiça Federal, aprovando o Plano Estratégico da Justiça Federal – PEJF e o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – Peti, que resumem as prioridades da Justiça Federal e estabelecem objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas para cada macrodesafio aplicável à Justiça Federal, para o período de 2015 a 2020.



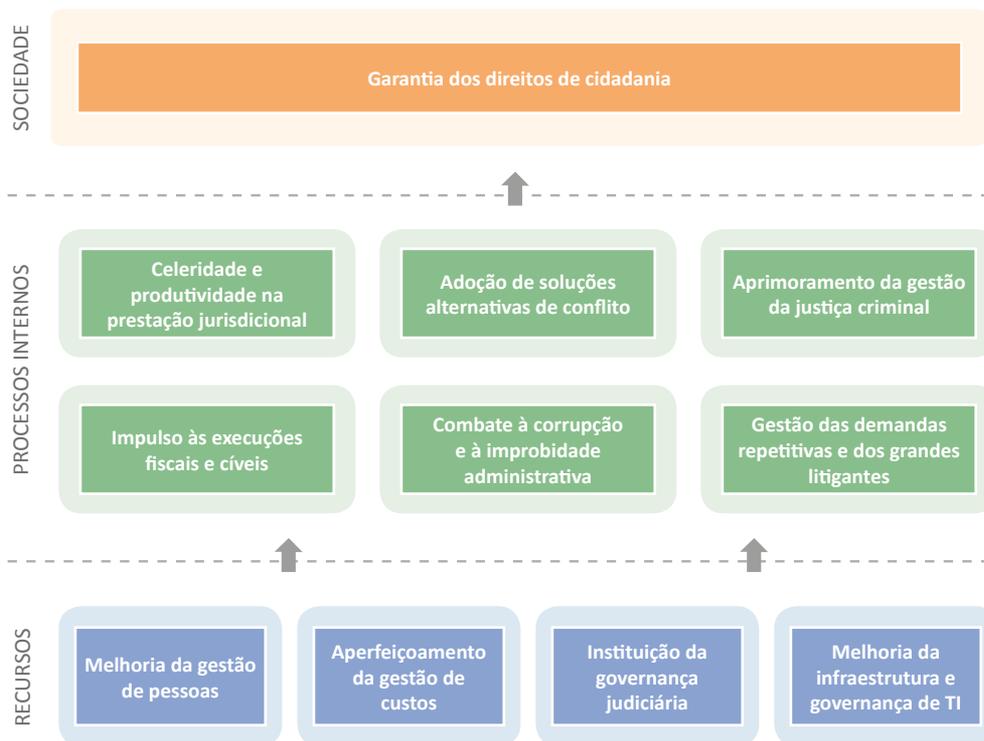
Após a normalização da estratégia para a Justiça Federal, o Tribunal expediu a Resolução TRF1 Presi 29 de 17 de dezembro de 2014, alterada pela Resolução TRF1 Presi 8 de 6 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região para o período 2015-2020 (Planej 2015-2020) e contextualiza os comandos das resoluções do CNJ e do CJF no âmbito do Tribunal e das seções e subseções judiciárias vinculadas. Nela está previsto que o planejamento pode ser revisado anualmente pelo Comitê de Gestão Estratégica Regional da Justiça Federal da 1ª Região (CGER-TRF1).

### MAPA ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL (2015-2020)

O Mapa Estratégico da Justiça Federal apresenta, de forma gráfica e resumida, o Planejamento Estratégico da Justiça Federal para o ciclo 2015-2020:

**Missão:** Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.

**Visão:** Consolidar-se, perante a sociedade, como uma justiça efetiva e transparente.





## GOVERNANÇA DA ESTRATÉGIA

A governança da estratégia, determinada na Resolução CNJ 198/2014 e adaptada à realidade da Justiça Federal na Resolução CJF 313/2014, é responsável pela formulação, execução e avaliação da estratégia e é representada pelos seguintes comitês, conforme Portaria TRF1 Presi 92 de 26 de fevereiro de 2015:

- Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal (Cogest) – suas principais atribuições são efetuar alterações no PEJF e Peti, estabelecer prioridade e destinação de insumos e recursos e definir políticas e diretrizes para a Justiça Federal. É composto pelo presidente do CJF, presidentes e diretores-gerais dos cinco TRFs;
- Comitê de Gestão Estratégica Regional do TRF 1ª Região (CGER-TRF1) – propõe ao Cogest alterações no PEJF e Peti, garante os insumos e recursos destinados pelo Cogest e define metas e iniciativas regionais e nacionais. É composto pelo presidente do TRF 1ª Região, pelo corregedor regional, pelos coordenadores dos JEFs e do SistCon, pelo diretor da Esmaf, por três diretores de foro em escala de rodízio anual — no primeiro ano, das seccionais do Acre, do Distrito Federal e do Pará — e pelo diretor-geral da Secretaria do Tribunal;
- Comitês Institucionais de Planejamento Estratégico (Cipes) – têm como responsabilidades propor ao CGER-TRF o plano de ação anual, aplicar os insumos e recursos destinados pelo Cogest e propor metas e iniciativas locais. No Tribunal, é composto pelo diretor-geral, pelos responsáveis pelo gabinete da Corregedoria Regional e Núcleo Central de Conciliação, pelos diretores de Secretaria e pelo chefe da Ascom. Nas seccionais, são compostos pelos dirigentes das unidades correlatas.

Conforme dispõe a Resolução TRF1 Presi 29/2014, o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região 2015-2020 (Planej 2015-2020) é composto por:

- Plano Estratégico da Justiça Federal (PEJF) e Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (Peti), aprovados pela Resolução CJF 313/2014. Contêm, para cada macrodesafio, objetivos, indicadores, metas e iniciativas estratégicos nacionais;
- Metas Nacionais do Poder Judiciário e Metas Específicas da Justiça Federal, aprovadas, a cada ano, no Encontro Nacional do Poder Judiciário;
- Mapa Estratégico da Justiça Federal, que traduz graficamente a estratégia disposta no PEJF e Peti;
- Carteira de iniciativas estratégicas da Justiça Federal da 1ª Região integrada pelos Planos de Ação do Tribunal e das 14 seções judiciárias.

A execução da estratégia prevista no Planej 2015-2020, de acordo com a Resolução TRF1 Presi 29/2014, cabe a todos: magistrados, servidores e colaboradores da Justiça Federal da 1ª Região. Logo, todos são autorizados a propor projetos, planos de ação e boas práticas para otimizar processos e procedimentos de trabalho.

O monitoramento e a avaliação da estratégia cabem aos comitês estratégicos, cujos membros foram designados pela Portaria Presi 92/2015, apoiados tecnicamente pelas áreas de gestão estratégica do Tribunal e das seccionais.



Anualmente deve ser realizado encontro presencial entre as áreas de gestão estratégica da 1ª Região (Resolução TRF1 Presi 29/2014). Em 2015, o Encontro Estratégico dos Diretores de Secretaria Administrativa e dos Supervisores de Seção de Modernização Administrativa ocorreu no mês de agosto, com foco em execução e monitoramento da estratégia.

Segundo a Resolução TRF1 Presi 29/2014, durante esse encontro presencial, o Tribunal deveria promover a Reunião de Análise da Estratégia (RAE) para avaliação e acompanhamento dos resultados. A Portaria TRF1 Presi 375/2015, porém, delegou aos Cipes do Tribunal e das seccionais a realização dessas RAEs.

Em outubro de 2015, ocorreu a I Reunião de Análise da Estratégia (RAE) do Tribunal, quando foi analisado seu desempenho no cumprimento das metas de 2015 e na execução do Plano de Ação 2015-2016.

### **DESEMPENHO DO TRIBUNAL NO CUMPRIMENTO DAS METAS DE 2015**

Para acompanhar as metas de 2015, a Portaria TRF Presi 92/2015 designou os seguintes gestores estratégicos:

- desembargador federal Marcos Augusto de Sousa – metas 1 a 10;
- diretor-geral da Secretaria do Tribunal, Carlos Frederico Maia Bezerra – metas 11 a 13.

Destaque-se que a 1ª Região foi a que apresentou os maiores percentuais de cumprimento das metas 9 e 10 para a Justiça Federal, que dizem respeito, respectivamente, à produtividade de magistrados e de servidores. No ano de 2015, os magistrados da 1ª Região lograram aumentar sua produtividade média (meta 9) em 116,58%, e os servidores aumentaram a deles em 136,01% (meta 10).

#### *Meta 11*

Diz respeito aos sistemas de controle interno da Justiça Federal. Será mensurada somente em abril de 2016, após o envio do questionário de avaliação respectivo ao Tribunal de Contas da União.

#### *Meta 12*

Propõe que o absenteísmo de magistrados e servidores seja mantido abaixo de 3% ao longo do ano.

No segmento magistrados, o Tribunal registrou 0,71% de absenteísmo, o que significou 176,34% de desempenho no cumprimento da meta. No segmento servidores, o Tribunal registrou 4,10% de absenteísmo, resultando num desempenho de 83,10%.

#### *Meta 13*

Propõe que 100% dos magistrados e servidores adiram aos exames periódicos de saúde.

O Tribunal está trabalhando na atualização do sistema informatizado e na obrigatoriedade dos lançamentos por parte das seccionais a fim de possibilitar a mensuração automática dessa meta.

No quadro a seguir são apresentados os resultados das metas processuais de 2015 (metas 1 a 8).



QUADRO 1  
Resultados das metas processuais de 2015 (%)

Metas processuais de 2015	Resultados	AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MG	MT	PA	PI	RO	RR	TO	Seccionais 1ª instância	Tribunal 2ª instância	1ª Região
Meta 1 – julgar quantidade maior de processos do que a dos distribuídos	Meta	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Realizado	139,71	89,84	89,36	94,95	85,62	104,93	97,60	87,67	96,84	110,04	104,77	91,80	152,20	105,23	96,08	114	99,22
	Desempenho	139,71	89,84	89,36	94,95	85,62	104,93	97,60	87,67	96,84	110,04	104,77	91,80	152,20	105,23	96,08	114	99,22
Meta 2A – julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010 no 1º e 2º graus	Meta	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Realizado	94,97	86,38	96,18	88,41	90,84	94,49	87,05	95,38	90,71	79,61	89,83	90,37	94,93	92,06	91,18	77	81,86
	Desempenho	94,97	86,38	96,18	88,41	90,84	94,49	87,05	95,38	90,71	79,61	89,83	90,37	94,93	92,06	91,18	77	81,86
Meta 2B – julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 nos JEFs e TRs	Meta	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	N/A	100
	Realizado	99,86	99,64	99,98	99,89	99,79	99,68	99,54	99,69	99,33	99,86	98,28	99,57	99,91	99,76	99,62	N/A	99,57
	Desempenho	99,86	99,64	99,98	99,89	99,79	99,68	99,54	99,69	99,33	99,86	98,28	99,57	99,91	99,76	99,62	N/A	99,57
Meta 2C – julgar 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012 nos JEFs e TRs	Meta	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	N/A	70
	Realizado	138,50	142,25	142,86	138,33	142,29	141,10	141,78	123,13	132,23	139,54	122,84	142,19	142,71	142,86	135,01	N/A	94,08
	Desempenho	197,86	203,21	204,09	197,61	203,27	201,57	202,54	175,90	188,90	199,34	175,49	203,13	203,87	204,09	192,87	N/A	134,40
Meta 3 – aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior	Meta	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Realizado	56,97	216,67	250,87	86,49	64,63	157,83	26,22	103,20	74,49	36,34	88,70	56,41	133,20	76,78	71,03	193	72,53
	Desempenho	56,97	216,67	250,87	86,49	64,63	157,83	26,22	103,20	74,49	36,34	88,70	56,41	133,20	76,78	71,03	193	72,53



Metas processuais de 2015	Resultados	AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MG	MT	PA	PI	RO	RR	TO	Seccionais 1ª instância	Tribunal 2ª instância	1ª Região
Meta 4 – julgar 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013	Meta	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70
	Realizado	51,28	35,40	62,95	31,50	27,59	36,50	28,57	44,60	48,83	42,93	35,24	37,45	64,08	56,75	36,61	120	43,92
	Desempenho	73,26	50,57	89,93	45	39,41	52,14	40,81	63,71	69,76	61,33	50,34	53,50	91,54	81,07	52,30	171,43	62,74
Meta 5 – baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal do ano corrente	Meta	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Realizado	90,85	68,40	103,88	66,16	74,79	71,35	56,66	73,81	64,49	92,52	66,38	97,37	57,25	79,98	73,22	653,33	73
	Desempenho	90,85	68,40	103,88	66,16	74,79	71,35	56,66	73,81	64,49	92,52	66,38	97,37	57,25	79,98	73,22	653,33	73
Meta 6 – julgar 100% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 no 1º grau e até 31/12/2013 no 2º grau	Meta	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Realizado	94,37	60,78	74,29	63,70	72,76	87,46	52,25	84,86	69,53	56,97	67,33	59,53	81,82	61,35	63,24	23,65	43,45
	Desempenho	94,37	60,78	74,29	63,70	72,76	87,46	52,25	84,86	69,53	56,97	67,33	59,53	81,82	61,35	63,24	23,65	43,45
Meta 7 – baixar quantidade maior de processos criminais do que a dos casos novos criminais no ano corrente	Meta	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Realizado	34,23	42,16	74,73	47,93	28,64	63,14	45,26	60,17	58,65	47,52	60,15	42,91	84,27	51,82	52,04	99,60	69,08
	Desempenho	34,23	42,16	74,73	47,93	28,64	63,14	45,26	60,17	58,65	47,52	60,15	42,91	84,27	51,82	52,04	99,60	69,08
Meta 8 – julgar 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados a improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2013	Meta	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70
	Realizado	18,18	16,12	18,33	24	11,45	20,87	13,20	19	10,63	19,45	21,60	12,09	4,55	20,20	17,71	38,85	22,52
	Desempenho	25,97	23,04	26,19	34,28	16,36	29,82	18,86	27,14	15,19	27,79	30,86	17,28	6,49	28,86	25,30	51,21	32,18



Entre as razões do não cumprimento das metas 4 e 6, além das mencionadas abaixo, ao se tratar delas separadamente, estão razões comuns, como a distância de localidades nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a extensão territorial abarcada pela 1ª Região, que compreende 13 estados e o Distrito Federal, distribuídos nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e o número mais expressivo de ações comparativamente aos demais TRFs.

Todas as regiões da Justiça Federal apresentaram baixo percentual de cumprimento da Meta 4 (de 43,92% a 69,53%), tendo o TRF1 atingido o percentual de 43,92%. Um dos principais motivos é a complexidade dos processos de improbidade administrativa quanto à matéria de fundo e ao procedimento, que normalmente envolve controvérsia fática e jurídica, inclusive com dilação probatória, além de exigir notificação do requerido para oferecer manifestação antes do recebimento da petição inicial (art. 17, § 7º, Lei 8.429/92). Essa exigência adicional de prévia concessão de oportunidade para exercício de defesa atrasa o início e a consequente finalização da fase instrutória, adiando o julgamento do processo. Diante disso, o parâmetro de 2 anos para julgamento das ações de improbidade administrativa parece ser bastante rigoroso em virtude da complexidade da matéria de fundo e do procedimento.

A maioria das regiões da Justiça Federal apresentou desempenho inferior a 70% no cumprimento da Meta 6 quanto ao primeiro grau (TRF1 – 63,24%; TRF3 – 45,25%; TRF2 – 66,91%; TRF4 – 79,95%; TRF5 – 88,66%). Um dos principais motivos para que isso tenha ocorrido é a complexidade dos processos referentes às ações coletivas quanto à matéria de fundo, além da complexidade do procedimento nos casos, não raros, de litisconsórcio passivo. Diante disso, o parâmetro de 2 anos para julgamento das ações coletivas no primeiro grau parece ser bastante rigoroso, tanto que foi revisto para 2016 (passou a ser de 4 anos). Quanto ao segundo grau, o cumprimento da Meta 6 pelo TRF1 foi bastante baixo (23,65%). O principal motivo é a maior complexidade da matéria de fundo envolvida nas ações coletivas em comparação com a média das ações individuais, além da necessidade de cumprimento da Meta 1 (julgar maior quantidade de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) e do notório subdimensionamento da segunda instância do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, reconhecido, inclusive, pelo atual Corregedor-Geral da Justiça Federal. O aumento do foco no julgamento de ações mais complexas (ex.: processos da Meta 6) ensejaria a natural redução da quantidade de julgamentos dos recursos em geral e, por conseguinte, do percentual de cumprimento da Meta 1/CNJ, o que somente poderia ser contornado pela adequação do número de julgadores de 2º grau (desembargadores federais) à elevada demanda existente. Diante dessa realidade, o parâmetro da Meta 6/CNJ quanto ao segundo grau foi modificado de 2 para 4 anos em 2016.

As razões do não cumprimento da meta 8 são tratadas no capítulo “Combate à corrupção e à improbidade administrativa”.



## **DESEMPENHO DO TRIBUNAL NA EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO 2015-2016**

A fim de executar a Estratégia da Justiça Federal para o período 2015-2020 e contribuir com o cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário e das Metas Específicas da Justiça Federal, são instituídas iniciativas estratégicas (programas, projetos e ações).

Entre as iniciativas nacionais, acompanhadas pelo CJF, há dois projetos sob a responsabilidade do TRF 1ª Região:

- pesquisa sobre demandas repetitivas, cuja gestora é a juíza federal Vânia Cardoso André de Moraes;
- desenvolvimento do Sistema Nacional de Cálculos Judiciais em nova tecnologia, cujo gestor é o desembargador federal Marcos Augusto de Sousa.

A Carteira de Iniciativas Estratégicas da Justiça Federal da 1ª Região para o biênio 2015-2016, aprovada pela Portaria Presi 392 de 12 de novembro de 2015 e composta pelos Planos de Ação do Tribunal e de suas 14 seções judiciárias, contém as iniciativas regionais e locais.



As iniciativas que integram o Plano de Ação do Tribunal são acompanhadas pelo Escritório de Projetos Estratégicos Regional do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Eper, detalhadas a seguir:

## QUADRO 2

### Iniciativas estratégicas acompanhadas pelo Escritório de Projetos do TRF 1ª Região

Projeto	Gerente	Gestor	Situação	Conclusão
Implantação das Câmaras Regionais Previdenciárias na SJMG, SJBA e SSI de Juiz de Fora	Alexandre Amaral (secju@trf1.jus.br)	Carlos Frederico Maia Bezerra (diges@trf1.jus.br)	Foi concluída a implantação das Câmaras Regionais Previdenciárias descentralizadas em Salvador/BA, Belo Horizonte/MG e Juiz de Fora/MG, previstas na Emenda Constitucional 45 e instituídas pelas Resoluções Presi 23/2014, 5/2015 e 11/2015.	Concluído Maio/15
Realinhamento do quadro de cargos e funções comissionadas do TRF 1ª Região	Wânia Marítiça Araujo Vieira (secge@trf1.jus.br)	Carlos Frederico Maia Bezerra (diges@trf1.jus.br)	O realinhamento foi concluído mediante o remanejamento interno de funções comissionadas, considerando as novas demandas de serviço, em virtude da proximidade da vigência do novo Código de Processo Civil (com significativas alterações no rito do recurso repetitivo), e ainda a determinação do CNJ de implantar o PJe em todo o Poder Judiciário. Desta forma, foram reforçadas as áreas de recursos especiais e extraordinários, repercussão geral e recursos repetitivos, de apoio ao processo judicial eletrônico e de apoio ao processo administrativo eletrônico pelas Resoluções Presi 26, 31, 32 e 35/2015.	Concluído Maio/15
Desenvolvimento de estudos para implantação de Unidades Avançadas de Atendimento	Wânia Marítiça de Araújo Vieira (secge@trf1.jus.br)	Carlos Frederico Maia Bezerra (diges@trf1.jus.br)	As UAAs foram instituídas pela Resolução Presi 21/2015 em localidades em que não há sede da Justiça Federal, sempre vinculadas a uma seção ou subseção judiciária, onde serão realizadas atividades que exijam a presença das partes.	Concluído Maio/15
Readequação dos padrões organizacionais das seções judiciárias da 1ª Região	Wânia Marítiça de Araújo Vieira (secge@trf1.jus.br)	Carlos Frederico Maia Bezerra (diges@trf1.jus.br)	O projeto foi finalizado depois de elaborada normatização que delega competência aos diretores de foro para administrar e organizar a estrutura organizacional das seccionais, de modo que possam criar, extinguir, transformar ou remanejar unidades administrativas e funções comissionadas no âmbito das áreas administrativa e judicial – desde que não implique aumento de despesa e desde que sejam observadas as restrições e os limites estipulados na Resolução Presi 24/2015.	Concluído Dez./2015



Projeto	Gerente	Gestor	Situação		Conclusão
Ações para cumprimento da Meta 2, de Nivelamento das Corregedorias – CNJ	Juiz federal David Wilson de Abreu Pardo (david.pardo@trf1.jus.br)	Corregedor Regional da Justiça Federal da 1ª Região (corregedoria@trf1.jus.br)	Até o final de 2015, foi julgada a totalidade dos procedimentos disciplinares que deram entrada na Corregedoria até 2014 e a quase totalidade dos procedimentos disciplinares que deram entrada no ano de 2015, superando a meta estabelecida.	Concluído	Dez./2015
Correções gerais ordinárias	Juiz federal Rodrigo Navarro de Oliveira (rodrigo.oliveira@trf1.jus.br)	Corregedor Regional da Justiça Federal da 1ª Região (corregedoria@trf1.jus.br)	As correções gerais ordinárias foram realizadas satisfatoriamente em todas as seções e subseções judiciárias da 1ª Região.	Concluído	Mar./2016
Mapeamento da distribuição de servidores, cargos e funções nas unidades do Tribunal	Lúcia Beatriz de Mendonça de Sá (lucia.sa@trf1.jus.br)	Carlos Frederico Maia Bezerra (diges@trf1.jus.br)	As informações levantadas encontram-se em fase de análise pelo grupo de trabalho. Elas referem-se às atividades efetivamente realizadas em cada área, à periodicidade de execução, à complexidade da tarefa, à existência de trabalhos acumulados, trabalhos realizados em horários excedentes, à distribuição interna da carga de trabalho entre os servidores, às atividades desempenhadas por terceirizados e por estagiários, entre outras informações.	Em andamento – em conformidade com o cronograma estabelecido.	Dez./2016
Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe	Yuri Oliveira Andrade de Freitas (yuri.freitas@trf1.jus.br)	Juiz federal Marcelo Velasco Nascimento Albernaz	No 2º grau, o sistema está em pleno funcionamento nas ações monitorias e nos mandados de segurança, e está em andamento o processo de implantação nas seccionais. O PJe está funcionando nas Seções Judiciárias do Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Roraima, Tocantins, Acre, Amapá e Rondônia e, em janeiro de 2016, foi concluída a implantação na Seção Judiciária do Amazonas. Para o restante de 2016, o cronograma de instalação engloba as Seções de Mato Grosso, do Piauí, do Pará, da Bahia e finaliza o processo com a implantação em Minas Gerais.	Em andamento – em conformidade com o cronograma estabelecido.	Dez./2018
Atualização e compatibilização das normas relativas à Corregedoria Regional	Juiz federal Lincoln Rodrigues de Farias (lincoln.farias@trf1.jus.br)	Corregedor Regional da Justiça Federal da 1ª Região (corregedoria@trf1.jus.br)	Foram finalizados os estudos para atualizar e compatibilizar o Provimento Geral Consolidado com a legislação e normas posteriores editadas pelo Tribunal e pelos conselhos superiores. O resultado de tais estudos será encaminhado em breve para apreciação e aprovação da Corte Especial, bem como do Conselho de Administração, quando for cabível.	Em andamento – em conformidade com o cronograma estabelecido.	Dez./2016



Projeto	Gerente	Gestor	Situação		Conclusão
Projeto-padrão para construção de novas sedes para as subseções judiciárias da 1ª Região	Maurício Pinheiro da Costa Souza (mauricio.souza@trf1.jus.br)	Diretor-Geral da Secretaria (diges@trf1.jus.br)	Devido às restrições do plano orçamentário para o exercício de 2016, foi adiado o encaminhamento da minuta do termo de referência dos fatores relativos à localidade (fase 2) para agosto de 2016. Também será enviado para as seções judiciárias, em nível executivo, o projeto-padrão da fase 1. Durante esse período, a minuta do termo de referência da fase 2 será finalizada, pois se encontra em fase de elaboração e análise pelos setores internos do TRF1.	Em andamento – em conformidade com o cronograma estabelecido.	Out./2016
Modernização de Sistema Informatizado de Administração e Controle de Materiais	Adriana Pinho Rocha (adriana.rocha@trf1.jus.br)	Maria Cristina Turnes (cristina.turnes@trf1.jus.br)	Foi publicada a Portaria Diges 100, que instituiu grupo de trabalho para análise de sistemas informatizados de gestão de serviços administrativos que possam ser utilizados no âmbito da 1ª Região. Este grupo realizou visitas ao TCU e ao TRF 4ª Região. Obteve informações com o TRT 10ª Região, TST, TRF 3ª Região e MPU. Após estudos dos sistemas dos respectivos órgãos, está sendo elaborada exposição de motivos a ser submetida à apreciação da Diretoria-Geral.	Em andamento – em conformidade com o cronograma estabelecido.	Dez./2016
Programa de Sustentabilidade do TRF1	Carlos Alexandre Vigil D'Oliveira (alexandre.vigil@trf1.jus.br)	Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TRF 1ª Região	Foi criada a Seção de Apoio à Gestão Socioambiental por meio da Resolução Presi 26/2015. Recentemente foi publicada a Resolução Presi 4/2016, que dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região. O Plano do Tribunal foi aprovado pela Portaria Presi 49/2016.	Em andamento – em conformidade com o cronograma estabelecido.	Dez./2016
Estudos para modernização do Sistema de Recursos Humanos	Maria do Carmo Cezário Corrêa (secgp@trf1.jus.br)	Carlos Frederico Maia Bezerra (diges@trf1.jus.br)	As áreas de tecnologia da informação e de gestão de pessoas do TRF 1ª Região manifestaram concordância com a migração para o sistema da 4ª Região. Após encaminhamento de manifestação à Diretoria-Geral, a finalização do projeto depende de apreciação desta diretoria para assinatura de Termo de Cooperação Técnica com a 4ª Região.	Em andamento – em conformidade com o cronograma estabelecido.	Dez./2016
Ações conjuntas de qualidade de vida no trabalho	A definir	Ionice de Paula Ribeiro (secbe@trf1.jus.br)	Em 2015 foram realizadas as seguintes atividades: capacitação de facilitadores (Contrato Sinergia); capacitação de facilitadores – curso: Análise e intervenção no ambiente de trabalho por meio da ergonomia organizacional (Contrato Marketcoaching); projeto Estacione – soluções alternativas para problemas de estacionamento nas proximidades do TRF; pausas preventivas: referências: NR 17 e Portaria 29, de 12/02/2015 – elaboração de vídeo para divulgação da cartilha no âmbito da 1ª Região; página de QVT no portal do TRF.	Em andamento – em conformidade com o cronograma estabelecido.	Dez./2018



Projeto	Gerente	Gestor	Situação		Conclusão
Evolução do Sistema de Cálculos da Justiça Federal (Nacional)	Alexandre da Luz Ramires (alexandre.ramires@trf1.jus.br)	Desembargador federal Marcos Augusto de Sousa (marcos.sousa@trf1.jus.br)	Há um módulo do sistema que está passando por processo de reconstituição. Como a finalização deste módulo é pré-requisito para outras atividades do projeto, esta atividade não prevista acaba resultando em aumento de escopo e, consequentemente, de ajustes no cronograma inicial. A integração do SCJF com o PJe foi concluída e se encontra em produção para o 1º e 2º graus. Já as funcionalidades de opção pelo desdobramento do benefício e de 13º proporcional em determinadas situações foram desenvolvidas e estão pendentes de homologação.	Em andamento – com atraso em relação ao cronograma estabelecido.	Dez./2016
Plano de comunicação da estratégia na 1ª Região	Talita Rebouças de Freitas (talita.freitas@trf1.jus.br)	Ivani Luiz de Morais (ivani.morais@trf1.jus.br)	A nota de empenho para aquisição de <i>banners</i> , cartazes e adesivos para elevadores foi emitida no final de 2015. Dando andamento à entrega “artes”, conforme Estrutura Analítica de Projeto (documento SEI 1140845), a arte final está sendo preparada pela Assessoria de Comunicação Social para envio à empresa contratada. Estão pendentes as atividades para confecção de <i>kits</i> para as seções judiciárias e para as ações de divulgação nos setores do Tribunal.	Em andamento – com atraso em relação ao cronograma estabelecido.	Dez./2015
Gestão de projeto da construção da nova sede do TRF 1ª Região	Euzébio Sá Cavaignac Neto (euzebio.cavaignac@trf1.jus.br), designado por meio da Portaria Diges 37/2016.	Carlos Frederico Maia Bezerra (diges@trf1.jus.br)	A não entrega dos serviços contratados com a SBE dentro do prazo previsto vem impactando o caminho crítico da obra. Este projeto tinha seu término previsto para julho de 2019, levando em conta a contratação da construção das estruturas remanescentes dos blocos B e C ainda em 2015 — fato que não se concretizou e acarretou a perda de grande parte da dotação orçamentária destinada à obra em 2015. Estão sendo levadas em consideração informações relativas à previsão de corte no orçamento para o exercício de 2016, bem como a incerteza do cumprimento do contrato pela empresa SBE, o que, no momento, impossibilita apresentar novo cronograma de previsão para a conclusão da obra.	Em andamento – com atraso em relação ao cronograma estabelecido.	Nov./2019
Estudos para criação de varas federais especializadas em matéria ambiental e agrária relativas ao bioma Cerrado na 1ª Região	Wânia Maritça de Araújo Vieira (secge@trf1.jus.br)	Carlos Frederico Maia Bezerra (diges@trf1.jus.br)	O processo foi encaminhado à Secor para determinar os cálculos e informações nas alíneas I, II e III do art. 4º da Resolução 184/2012. Em seguida, a minuta será submetida à apreciação da Presidência e à aprovação do Conselho de Administração, com posterior remessa ao Conselho da Justiça Federal.	Em andamento – com atraso em relação ao cronograma estabelecido.	Jul./2015



Projeto	Gerente	Gestor	Situação		Conclusão
Gestão de Demandas de TI – GDTI	Leandro Franco Vilar (leandro.vilar@trf1.jus.br)	Marcos Barbosa Andrade (secin@trf1.jus.br)	A análise de viabilidade da solução a ser adotada de alta complexidade e característica inédita do objeto eventualmente a ser contratado levaram a previsão de término da análise para dezembro/2015. A estimativa da próxima fase dependerá do resultado da análise de viabilidade, com previsão de conclusão para o caso mais complexo, aquisição e implantação de nova ferramenta de gestão de demandas de TI – de 18 a 24 meses.	Em andamento – com atraso em relação ao cronograma estabelecido.	Dez/15
Reestruturação dos Centros de Processamento de Dados da 1ª Região	Nádia Barbosa da Cruz Santana (nadia.santana@trf1.jus.br)	Kátia Regina Ribeiro de Santa Ana (katia.ribeiro@trf1.jus.br)	Está sendo analisado modelo de termo de referência para auxiliar a implementação da ação nas seccionais. Foi elaborado um plano de ação preliminar com a perspectiva de elaboração de projeto básico e execução da reforma no período de 2016 a 2019. O plano será submetido à apreciação do diretor-geral depois de finalizadas as medidas para recompor o corte orçamentário ocorrido em 2016.	Em andamento – com atraso em relação ao cronograma estabelecido.	Dez./2015
Expansão e melhoria do Sistema e-Orçamento	Adelson Vieira Torres (adelson.torres@trf1.jus.br)	Kátia Regina Ribeiro de Santa Ana (katia.ribeiro@trf1.jus.br)	Em 2015 foram completadas as rotinas necessárias à captação da proposta orçamentária relativa aos contratos no e-Orçamento e foi realizado treinamento para os servidores da área orçamentária das seccionais, com teste de funcionamento do sistema no ambiente de homologação e correção de todos os problemas detectados, demonstrando a viabilidade da captação da proposta orçamentária de 2017 pelo sistema.	Estacionado – aguardando reunião preliminar com analista de requisitos.	Dez./2018
Projeto de Pesquisa sobre Demandas Repetitivas na Justiça Federal (Nacional)	Laura Cançado Rezende (laura.rezende@cjf.jus.br)	Juíza federal Vânia Cardoso André de Moraes (vanila.moraes@trf1.jus.br)	Aguarda-se posicionamento do ministro-presidente do CJF quanto à disponibilização orçamentária, que se encontra restrita ao ano corrente. O ministro-diretor fez alguns questionamentos para o grupo que realizará a pesquisa. A partir da resposta positiva do presidente, o grupo poderá adiantar algumas das atividades do projeto.	Estacionado – aguardando aprovação de projeto e liberação de orçamento pelo CJF.	Dez./2018
Transparência de TI – TTI	Leandro Franco Vilar (leandro.vilar@trf1.jus.br)	Marcos Barbosa Andrade (secin@trf1.jus.br)	Foi encaminhado pela Secin um <i>link</i> de acesso à Secge para validação da estrutura e conteúdo do Portal da Tecnologia da Informação da JF1.	Sobrestado.	Mai/15



Projeto	Gerente	Gestor	Situação		Conclusão
Implementação do Ensino a Distância – EAD na Esmaf	Lívia Contreiras de Tápia (esmaf@trf1.jus.br)	A definir	O juiz federal Marco Antônio Guimarães elaborou relatório sobre a situação da Justiça Federal da 1ª Região no que se refere à implantação da EAD na Esmaf. A partir deste documento, o diretor da Esmaf, desembargador federal João Batista Gomes Moreira, solicitou à Diges providências com a finalidade de permitir a implantação dessa técnica de ensino. Após encaminhamento, a Cedap ofertou informação com sugestão de ações e recursos necessários para dar início ao projeto.	A iniciar – aguardando deliberação da Diges.	Dez./17
Ampliação da participação de magistrados e servidores no Exame Periódico de Saúde	Ionice de Paula Ribeiro (secbe@trf1.jus.br)	Diretor-geral da Secretaria (diges@trf1.jus.br)	O projeto não pôde ser iniciado porque não há recursos específicos da União para o pagamento dos EPS a todos os magistrados e servidores.	A iniciar – aguardando liberação de orçamento.	Dez./2020
Proger – Projeto gestor estratégico/(Des) Envolvimento de líderes	Márcio Albuquerque (cedap@trf1.jus.br)	Maria do Carmo Cesáreo Corrêa (secgp@trf1.jus.br)	Tendo em vista que a aprovação do projeto ocorreu no final do exercício de 2015, as ações de capacitação que têm como foco este projeto serão implementadas a partir do exercício de 2016, dependendo da disponibilidade orçamentária e respectiva aprovação pela Diretoria-Geral.	A iniciar.	Dez/20
Gestão de riscos no âmbito da Secretaria de Administração do TRF 1ª Região	Maria Virgínia Mesquita Melo (maria.virginia@trf1.jus.br)	Marília Andre da Silva Meneses Graça (diges@trf1.jus.br)	Em face da redefinição do escopo, a Secad e a Secoi acordaram que o prazo estimado para a conclusão do projeto não se apresentava factível, dada a dimensão do trabalho, razão por que sugerem novo prazo, cujo termo final será dezembro de 2017.	A iniciar.	Dez./2017
Carta de Serviços da Justiça Federal da 1ª Região	CJF	CJF	Conforme deliberado na 1ª Reunião de Análise da Estratégia do TRF 1ª Região, e considerando a iniciativa estratégica nacional de criação da Carta de Serviços da Justiça Federal, é necessário propor ao CGER-TRF1 a exclusão do projeto Carta de Serviços da Justiça Federal da 1ª Região do Plano de Ação 2015/2016. Portanto, o projeto, no âmbito da 1ª Região, deve ser descontinuado, tendo em vista que será implantado pelo CJF para toda a Justiça Federal.	Cancelado no âmbito do TRF 1ª Região, será implantado pelo CJF para toda a Justiça Federal.	



## DIAGNÓSTICO DE GOVERNANÇA DA JUSTIÇA FEDERAL

As ações relacionadas à estratégia revelam a política de valorizar e levar a termo a execução do planejamento estratégico como prioridade na atual gestão, levando o Tribunal a ocupar o segundo lugar no *ranking* de avaliação dos órgãos da Justiça Federal (CJF, 5 TRFs e 27 seções judiciárias).

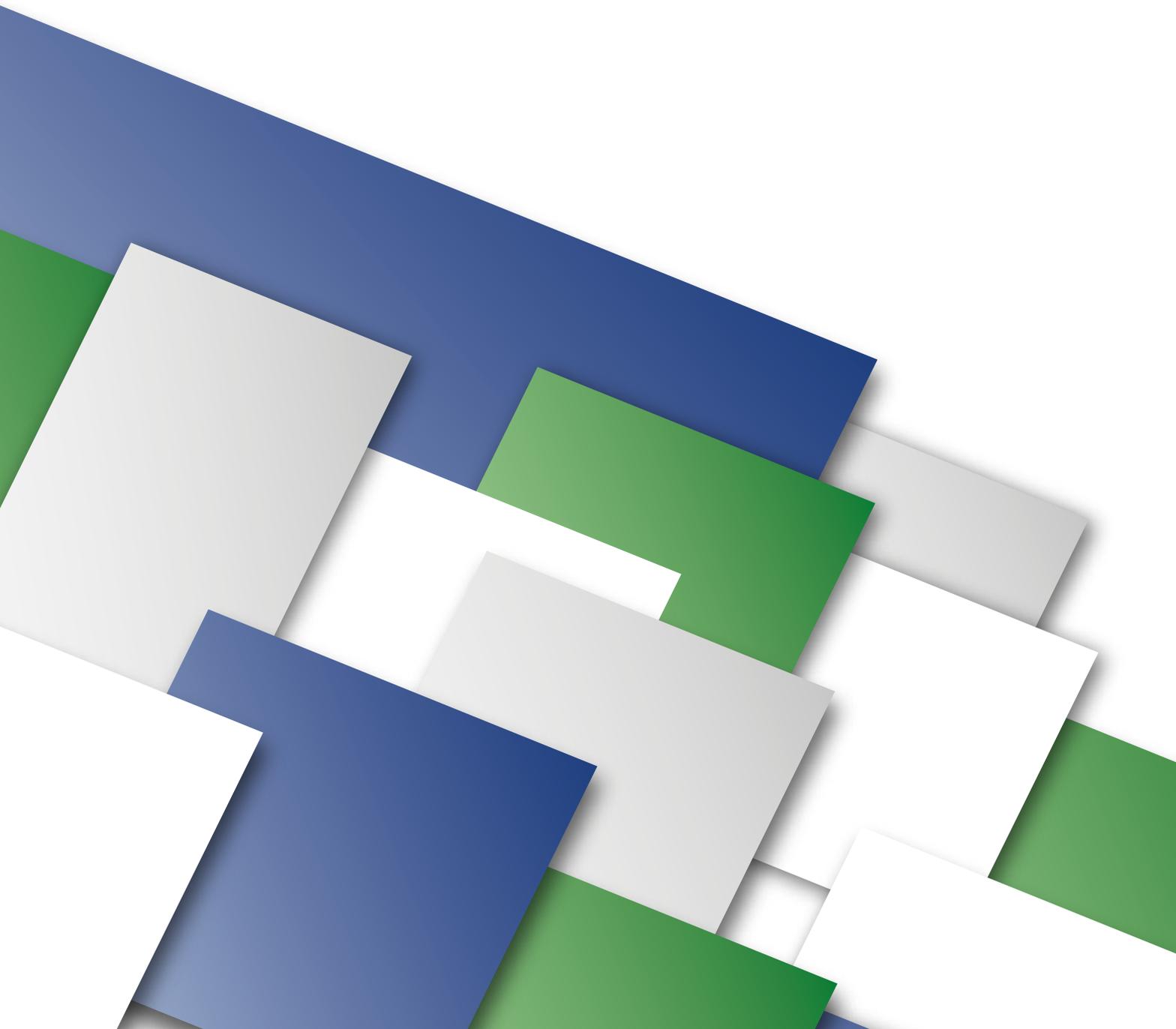
Trata-se do Diagnóstico de Governança da Justiça Federal, por meio do qual se aplicou, em dezembro de 2015, um questionário objetivo em cada um dos órgãos (tribunais e seções judiciárias) com o fim de se apurar o Índice Geral de Governança da Justiça Federal – iGovJF.

O Tribunal alcançou, em 2015, o índice de 63,7, sendo classificado como o segundo melhor órgão da Justiça Federal no nível intermediário de maturidade.

Todavia, na avaliação consolidada por Região, a Justiça Federal da 1ª Região ficou em último lugar, tendo em vista que quatro seções judiciárias foram classificadas no nível básico, com pontuações entre 33,1 e 44, e nove seções judiciárias foram classificadas no nível inicial, com índices entre 16,5 e 29,9. Apenas as seções judiciárias de Goiás e do Pará foram classificadas no mesmo nível do Tribunal (intermediário), com índices de 56,9 e 54,5, respectivamente. Na avaliação geral, a 1ª Região foi classificada no nível básico, com iGovJF de 34,9.

# PARTE I

## Ações estratégicas



## PROCESSOS INTERNOS

Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

Adoção de soluções alternativas de conflito

Combate à corrupção e à improbidade administrativa

Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes

Aperfeiçoamento das atividades do 1º grau



# CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL

## OBJETIVO ESTRATÉGICO

Agilizar os trâmites judiciais

### ■ Descrição do objetivo

Tornar a prestação jurisdiccional mais ágil, com vistas à razoável duração do processo, mediante a implementação de ações que propiciem o aumento da produtividade de magistrados e servidores sem prejuízo da segurança jurídica e procedimental.

45

## MAPA DE JULGADOS - ESTATÍSTICA DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO

### TRIBUNAL

#### ■ Administrativo

QUADRO 3

Processos julgados nos órgãos colegiados administrativos

	Sessões realizadas	Processos julgados	Referendas
Plenário	8	9	–
Corte Especial administrativa	26	156	22
Conselho de Administração	16	87	54
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>252</b>	<b>76</b>



## ■ Judicial

QUADRO 4  
Produtividade por desembargador federal

Desembargador federal	Distribuídos/ registrados	Voto relator	Decisão monocrática terminativa	Total 1	Decisão não terminativa	Total 2	Pedido de vista	Acórdãos publicados	Baixados
	(A)	(B)	(C)	(D = B + C)	(F)	(G = D + F)	(H)	(J)	(K)
Cândido Ribeiro (presidente)*	17.655	868	136	1.004	29.884	30.888	–	851	12.077
Neuza Maria Alves (vice-presidente)**	18.016	98	11	109	35.748	35.857	9	83	30.498
Carlos Moreira Alves (corregedor)	25	10	15	25	19	44	1	9	42
Jirair Aram Meguerian	4.141	1.436	957	2.393	656	3.049	12	1.422	2.184
Olindo Menezes	1.226	237	69	306	123	429	4	220	909
Mário César Ribeiro	1.234	673	154	827	466	1.293	16	631	710
Hilton Queiroz	1.242	588	95	683	359	1.042	1	537	794
I'talo Fioravanti Sabo Mendes	1.229	436	31	467	353	820	2	380	908
José Amilcar Machado	5.106	6.329	2.585	8.914	1.753	10.667	5	6.099	3.874
Daniel Paes Ribeiro	4.021	2.011	2.347	4.358	631	4.989	4	1.976	4.084
João Batista Moreira	4.093	811	1.663	2.474	1.991	4.465	11	715	4.024
Souza Prudente	4.048	2.041	1.304	3.345	1.591	4.936	31	2.028	2.795
Maria do Carmo Cardoso	5.139	4.119	2.345	6.464	2.107	8.571	43	3.614	3.097



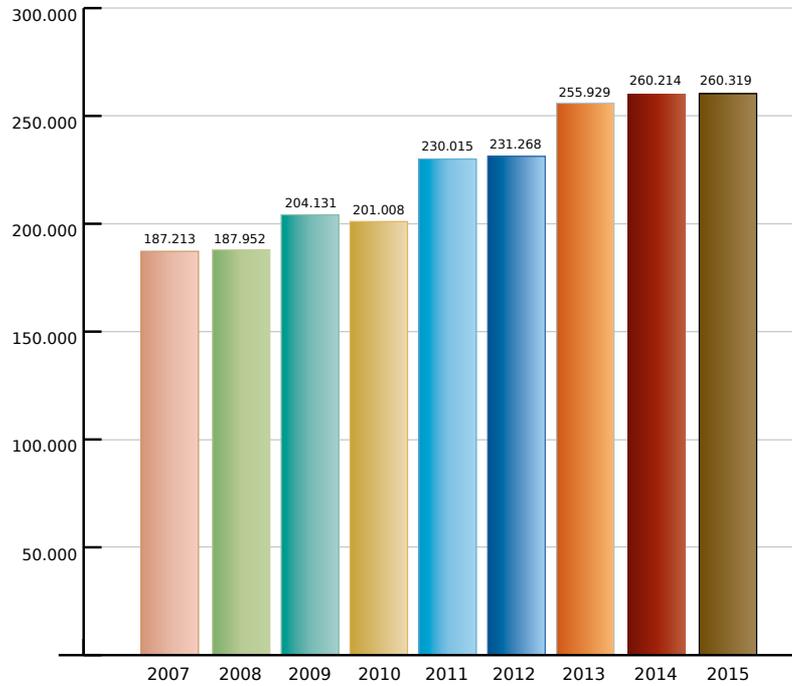
Desembargador federal	Distribuídos/ registrados	Voto relator	Decisão monocrática terminativa	Total 1	Decisão não terminativa	Total 2	Pedido de vista	Acórdãos publicados	Baixados
	(A)	(B)	(C)	(D = B + C)	(F)	(G = D + F)	(H)	(J)	(K)
Reynaldo Fonseca (até 05/2015)	1.964	761	178	939	694	1.633	1	757	2.181
Ângela Catão	5.246	4.363	769	5.132	1.473	6.605	13	4.082	9.119
Mônica Sifuentes	1.245	712	283	995	385	1.380	17	626	836
Kassio Nunes Marques	4.059	2.951	1.890	4.841	1.542	6.383	10	2.883	3.886
Néviton Guedes	4.024	3.709	724	4.433	534	4.967	25	3.101	4.357
Novély Vilanova	5.106	2.362	4.519	6.881	640	7.521	30	2.257	5.130
Ney Bello	1.218	835	161	996	494	1.490	22	818	1.078
Candido Moraes (até 10/2015)	7.375	8.840	723	9.563	2.058	11.621	8	8.546	7.460
Marcos Augusto de Sousa	5.099	5.458	2.546	8.004	1.131	9.135	23	5.157	4.635
João Luiz de Sousa	8.831	8.857	1.268	10.125	816	10.941	36	7.158	4.367
Gilda M. Sigmaringa Seixas	9.095	13.879	1.242	15.121	963	16.084	35	12.293	6.047
Jamil Rosa de Jesus Oliveira	9.028	11.338	690	12.028	942	12.970	6	8.474	4.531
Hercules Fajoses	2.945	2.266	340	2.606	581	3.187	26	1.773	950
Carlos Augusto Pires Brandão (a partir de 12/2015)	375	416	–	416	–	416	–	–	72
Juiz federal Cleberson José Rocha	8.976	40	1	41	3	44	97	40	8.274

\*Processos da 2ª, 3ª e 4ª Seções, especializadas respectivamente em matéria penal, administrativa e tributária.

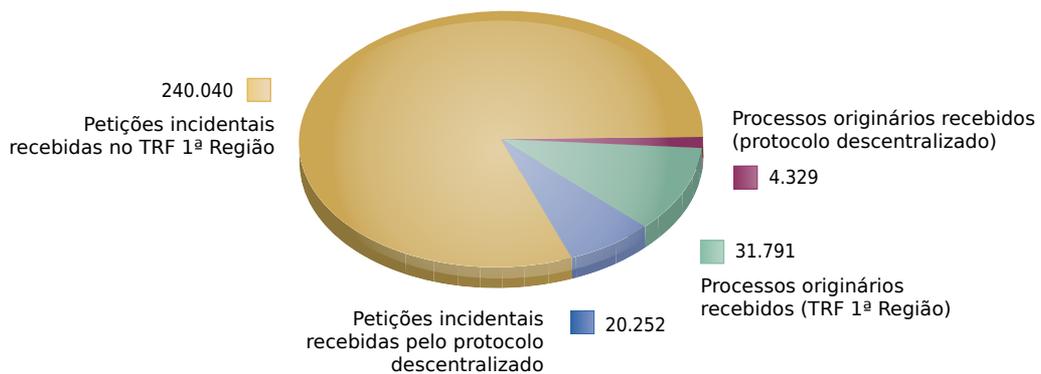
\*\*Processos da 1ª Seção, especializada em matéria de servidores públicos e previdenciária.



**GRÁFICO 1**  
Petições apresentadas no Tribunal



**GRÁFICO 2**  
Petições protocoladas





QUADRO 5  
Desempenho do Tribunal

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Distribuídos/registrados	127.873	109.807	137.058	138.134	127.688	145.822	114.886
Julgados	112.197	103.043	117.055	140.632	146.722	157.282	176.318
Em tramitação*	307.474	344.522	352.165	393.061	363.206	473.434	463.513

\*Considerada a tramitação ajustada, descontados os processos suspensos ou sobrestados.

QUADRO 6  
Central de digitalização judicial

2015	Páginas digitalizadas	Processos digitalizados
Originários	912.916	24.557
STJ	2.333.801	9.605
Total	3.246.717	34.162

QUADRO 7  
Estatísticas de notas taquigráficas

Órgãos julgadores/descrição do evento	Quantidade de folhas/notas taquigráficas elaboradas	Quantidade de sessões ou eventos
1ª Turma	1.439	41
2ª Turma	2.040	49
3ª Turma	2.165	60
4ª Turma	2.912	70
5ª Turma	1.705	46
6ª Turma	863	42
7ª Turma	1.149	40
8ª Turma	1.466	39
1ª Seção	412	12
2ª Seção	540	23
3ª Seção	266	11
4ª Seção	272	13



Órgãos julgadores/descrição do evento	Quantidade de folhas/notas taquigráficas elaboradas	Quantidade de sessões ou eventos
Corte Especial judiciária	832	24
Corte Especial administrativa	534	28
Plenário	369	8
Conselho de Administração	77	22
Conselho Deliberativo do Pro-Social	42	8
Turma Regional de Uniformização	77	1
Comissão de Concursos	–	–
Comissão de Promoção	2	1
Sessões solenes	33	3
Degrações diversas (audiências/CRPs)	991	5
<b>Totais</b>	<b>18.186</b>	<b>546</b>

**QUADRO 8**  
Movimentações de recursos

Movimentações		Total
Remetidos	STJ	130
	STF	996
Recebidos	STJ	6.027
	STF	994
Digitalizados e enviados eletronicamente ao STJ		5.818
Processos sobrestados		11.250
Baixa definitiva à origem		87.516



QUADRO 9  
Processos baixados

Órgão julgador	Total de processos baixados
Presidência	12.062*
Vice-Presidência	30.467**
1ª Seção	636
1ª Turma	31.847
2ª Turma	20.858
2ª Seção	936
3ª Turma	2.034
4ª Turma	2.199
3ª Seção	372
5ª Turma	9.325
6ª Turma	9.906
4ª Seção	1.267
7ª Turma	9.741
8ª Turma	12.203
1ª Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais	477
1ª Câmara Regional Previdenciária de Juiz de Fora	1
Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência	385
<b>Total</b>	<b>144.716</b>

\* Processos da 2ª, 3ª e 4ª Seções, especializadas respectivamente em matéria penal, administrativa e tributária.

\*\* Processos da 1ª Seção, especializada em matéria de servidores públicos e previdenciária.



QUADRO 10  
Decisões em REsp e RE

Decisão	Presidente	Vice-presidente	Total
Despachos	15.978	23.691	39.669
RE admitidos	67	104	171
RE inadmitidos	2.854	1.900	4.754
REsp admitidos	1.328	1.101	2.429
REsp inadmitidos	9.477	8.821	18.298

### 1º GRAU

QUADRO 11  
Dados estatísticos da 1ª instância

Seção judiciária		Quantidade de processos		
		Distribuídos	Julgados	Em tramitação
AC	Varas	4.041	1.758	14.240
	Juizados	5.234	6.581	12.091
	Turma Recursal	1.233	3.966	5.845
AM	Varas	13.197	4.664	59.754
	Juizados	6.370	6.948	9.536
	Turma Recursal	4.997	6.511	7.673
AP	Varas	3.952	1.895	17.799
	Juizados	8.446	7.054	12.312
BA	Varas	48.028	24.110	221.804
	Juizados	73.099	66.876	106.077
	Turma Recursal	19.357	25.006	63.065
DF	Varas	48.557	27.546	242.385
	Juizados	31.022	23.652	43.812
	Turma Recursal	13.346	19.580	41.622
GO	Varas	35.551	18.089	158.770
	Juizados	42.111	41.376	59.240
	Turma Recursal	12.118	19.355	27.262



Seção judiciária		Quantidade de processos		
		Distribuídos	Julgados	Em tramitação
MA	Varas	19.343	6.962	83.273
	Juizados	64.550	58.881	90.409
	Turma Recursal	10.843	15.191	27.118
MG	Varas	115.944	52.764	477.133
	Juizados	117.373	104.964	256.890
	Turma Recursal	38.673	40.052	150.632
MT	Varas	22.356	8.440	76.248
	Juizados	15.649	16.071	31.945
	Turma Recursal	4.614	4.728	15.460
PA	Varas	26.166	10.409	117.448
	Juizados	46.640	52.794	59.286
	Turma Recursal	11.690	15.211	26.784
PI	Varas	10.757	5.360	55.373
	Juizados	33.349	36.265	65.533
	Turma Recursal	7.264	6.468	16.889
RO	Varas	11.245	4.485	40.695
	Juizados	9.749	10.856	21.209
	Turma Recursal	4.010	4.650	12.303
RR	Varas	3.816	1.909	14.200
	Juizados	2.580	4.501	3.293
TO	Varas	8.195	5.241	23.709
	Juizados	11.805	11.249	26.388
	Turma Recursal	3.945	3.684	4.940
Totais 1ª instância	Varas	371.148	173.632	1.602.831
	Juizados	467.977	448.068	798.021
	Turma Recursal	132.090	164.402	399.593
Total geral – 1ª instância		971.215	786.102	2.800.445



QUADRO 12  
Dados acumulados da 1ª instância

Órgão julgador	Distribuídos						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Varas	329.010	322.444	362.641	337.736	319.897	354.568	371.148
Juizados	357.000	364.154	374.861	380.942	479.144	659.841	467.977
Turmas recursais	112.880	93.495	114.565	125.628	139.928	149.955	132.090
<b>Total</b>	<b>798.890</b>	<b>780.093</b>	<b>852.067</b>	<b>844.306</b>	<b>938.969</b>	<b>1.164.364</b>	<b>971.215</b>
Órgão julgador	Julgados						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Varas	170.469	168.056	189.827	197.130	185.878	173.281	173.632
Juizados	344.931	354.637	387.201	422.161	455.066	485.173	448.068
Turmas recursais	86.247	87.510	97.010	88.623	97.941	104.433	164.402
<b>Total</b>	<b>601.647</b>	<b>610.203</b>	<b>674.038</b>	<b>707.914</b>	<b>738.885</b>	<b>762.887</b>	<b>786.102</b>
Órgão julgador	Em tramitação						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Varas	1.184.795	1.217.607	1.291.881	1.329.362	1.377.938	1.465.685	1.602.831
Juizados	645.072	669.331	676.060	619.313	608.976	763.538	798.021
Turmas recursais	172.760	194.177	221.395	263.388	340.842	375.401	399.593
<b>Total</b>	<b>2.002.627</b>	<b>2.081.115</b>	<b>2.189.336</b>	<b>2.212.063</b>	<b>2.327.756</b>	<b>2.604.624</b>	<b>2.800.445</b>

Fonte: Diest.

## MAPA DOS PRECATÓRIOS E RPVs

As requisições de pagamento decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado são emitidas por precatório — art. 100 da Constituição Federal — e por requisição de pequeno valor (RPV) — Lei 10.259/2001.

No âmbito da Justiça Federal, para se dar maior celeridade ao processamento das requisições de pagamento, vem sendo adotado o sistema eletrônico para a expedição da requisição com assinatura certificada digitalmente pelo juiz requisitante, na forma estabelecida no item I da IN-13-04, aprovada pela Portaria Presi 600-215 de 18 de setembro de 2007, dispensando-se definitivamente o envio das requisições por meio físico. Com



isso, todos os demais documentos vinculados às requisições de pagamento são certificados digitalmente e armazenados eletronicamente, o que representa enorme avanço no alcance dos resultados da unidade, sem necessidade de impressão de documentos.

Em relação às requisições de pagamento emitidas pela Justiça Estadual, que atua no uso da competência delegada (§ 3º do art. 109 da Constituição Federal), enquanto não for implantado o sistema eletrônico, continuam sendo expedidas e remetidas ao Tribunal em formulário-padrão, utilizando-se os serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e o Malote Digital, neste caso, desde que certificadas digitalmente. Está em fase final de implantação o sistema para atender a Justiça Estadual.

Posteriormente, as requisições são digitalizadas manualmente e inseridas no sistema de precatório. Os ofícios de depósitos e de levantamentos são certificados eletronicamente, com assinatura digital, e enviados por correspondência eletrônica (*e-mail*) aos juízos requisitantes, sem necessidade de impressão.

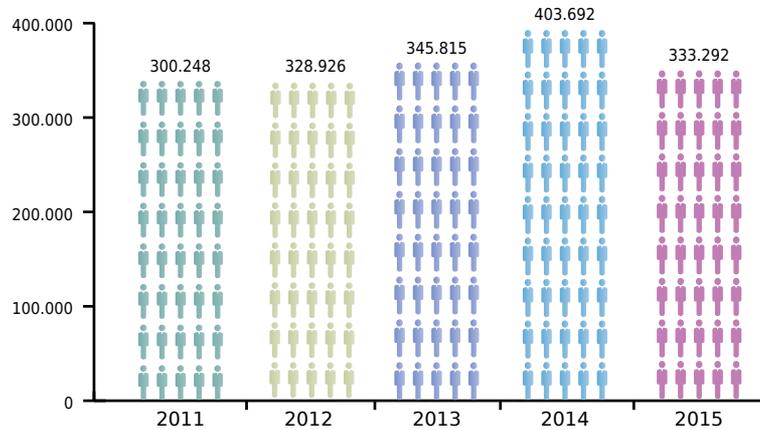
Assim, todos os documentos de mero expediente vinculados às requisições expedidas pela Justiça Federal e pela Justiça Estadual estão sendo totalmente armazenados no sistema do Tribunal. Da implantação de tais procedimentos resultam otimização de custos, eliminação de papel, contribuição direta para o desenvolvimento ambiental sustentável, ênfase na celeridade, eficiência e transparência no pagamento das requisições, além de facilidade na busca e recuperação das informações quando necessário.

No exercício de 2015, foram processados e pagos 24.301 precatórios e 262.821 RPVs. Os pagamentos contemplaram 333.292 beneficiários, dos quais 301.388 receberam seus créditos por RPV e 31.904 por precatório. Das requisições processadas e pagas constam a identificação nominal e o CPF/CNPJ dos beneficiários, em obediência à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), à Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) e à Resolução 168/2011 do Conselho da Justiça Federal.

Importante ressaltar que, em setembro de 2015, para se dar cumprimento à decisão proferida pelo ministro Luiz Fux na Ação Cautelar 3.764/ STF, que cassou a decisão cautelar da corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, no Processo de Correição Ordinária 6100 10.2014.2.00.0000, de 22/10/2014, bem como para se cumprir a decisão do Corregedor-Geral da Justiça Federal no Processo CJF-PPN-2014/00002, foi efetuado depósito complementar para quitação dos precatórios de 2014, em razão da determinação de se aplicar o IPCA-e/IBGE em substituição à TR/Bacen na atualização dos valores, além da incidência dos juros legais sobre as parcelas dos precatórios dos anos de 2005 a 2011 submetidos ao regime de pagamento previsto no art. 78 do ADCT. Em novembro e dezembro de 2015, respectivamente, foram efetuados os depósitos para pagamento dos precatórios alimentares e comuns (parcelados e não alimentares) do exercício de 2015, aplicando-se os indexadores previstos na LDO (Lei 13.080/2015) e os juros legais sobre as parcelas dos precatórios dos anos de 2006 a 2011.



GRÁFICO 3  
Beneficiários de precatório e RPV



Para a realização dos pagamentos, foi executada, no período, a importância de R\$ 6.968.468.903,08. Desse total, R\$ 4.712.366.669,72 foram destinados ao pagamento de precatórios de responsabilidade da Fazenda Pública federal; R\$ 18.798.673,73 ao pagamento de precatórios de responsabilidade dos demais órgãos (estados, municípios, conselhos etc.), denominados de recursos extraorçamentários, e R\$ 2.237.303.559,63 ao pagamento de RPVs.

GRÁFICO 4  
Pagamento de precatórios (R\$)

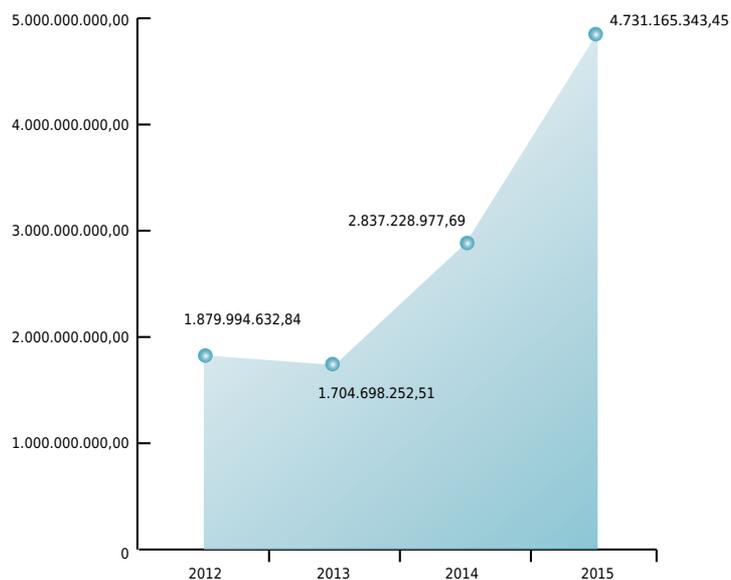
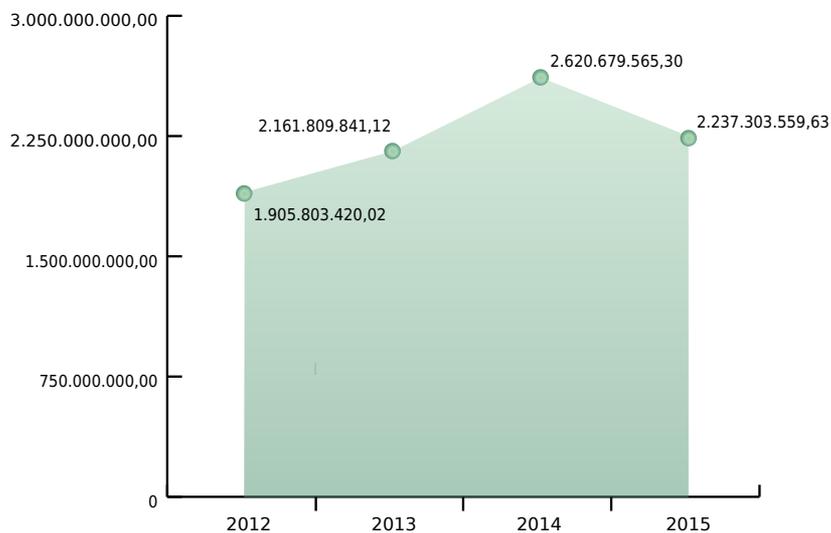




GRÁFICO 5  
Pagamento de RPs (R\$)



QUADRO 13  
Pagamentos de precatórios e RPs

Precatórios e RPs pagos	Processos	Beneficiários	Total depositado (R\$)
Precatórios parcelados – União – 2005 – complementação de 2014	36	45	44.394.096,37
Precatórios parcelados – União – 2006 – complementação de 2014 + 10ª parcela	51	72	40.445.624,66
Precatórios parcelados – União – 2007 – complementação de 2014 + 9ª parcela	56	94	166.395.833,77
Precatórios parcelados – União – 2008 – complementação de 2014 + 8ª parcela	51	62	15.090.414,81
Precatórios parcelados – União – 2009 – complementação de 2014 + 7ª parcela	91	124	56.639.445,54
Precatórios parcelados – União – 2010 – complementação de 2014 + 6ª parcela	126	135	245.406.208,42
Precatórios parcelados – União – 2011 – complementação de 2014 + 5ª parcela	80	114	110.356.311,31
Precatórios não alimentares – União – 2014 – complementação	375	452	90.936.422,74



Precatórios e RPVs pagos	Processos	Beneficiários	Total depositado (R\$)
Precatórios alimentares – União – 2014 – complementação	3.772	5.576	43.093.616,15
Precatórios não alimentares – União – 2015	670	857	1.663.441.755,92
Precatórios alimentares – União – 2015	4.215	6.244	626.822.352,23
Precatórios parcelados – entidades – 2005 – complementação de 2014	23	29	4.050.602,33
Precatórios parcelados – entidades – 2006 – complementação de 2014 + 10ª parcela	46	48	18.561.791,12
Precatórios parcelados – entidades – 2007 – complementação de 2014 + 9ª parcela	31	33	9.995.380,26
Precatórios parcelados – entidades – 2008 – complementação de 2014 + 8ª parcela	45	47	140.542.918,14
Precatórios parcelados – entidades – 2009 – complementação de 2014 + 7ª parcela	33	37	6.229.208,09
Precatórios parcelados – entidades – 2010 – complementação de 2014 + 6ª parcela	76	78	18.822.781,95
Precatórios parcelados – entidades – 2011 – complementação de 2014 + 5ª parcela	51	51	12.303.570,01
Precatórios não alimentares – entidades – 2014 – complementação	170	175	2.905.485,70
Precatórios alimentares – entidades – 2014 – complementação	6.705	8.392	33.722.311,59
Precatórios não alimentares – entidades de 2015	221	246	697.587.183,33
Precatórios alimentares – entidades – 2015	7.341	8.956	664.623.355,28
Precatórios extraorçamentários (pagamento fora do Siafi)	36	37	18.798.673,73
Pagamento de RPVs (Lei 10.259/2001) no ano de 2015	262.821	301.388	2.237.303.559,63
<b>Total</b>	<b>287.122</b>	<b>333.292</b>	<b>6.968.468.903,08</b>
Precatórios processados para inclusão no orçamento de 2017 (art. 100/CF)	2.523	2.887	–



QUADRO 14  
Precatórios aguardando pagamento

Precatórios aguardando pagamento em 2016	Processos	Beneficiários
Precatórios parcelados – União – 2007 – 10ª parcela	37	55
Precatórios parcelados – União – 2008 – 9ª parcela	39	43
Precatórios parcelados – União – 2009 – 8ª parcela	75	106
Precatórios parcelados – União – 2010 – 7ª parcela	92	100
Precatórios parcelados – União – 2011 – 6ª parcela	67	101
Precatórios não alimentares – União – 2016 – integral	834	1145
Precatórios alimentares – União – 2016	4.989	8.533
Precatórios parcelados – entidades – 2007 – 10ª parcela	18	21
Precatórios parcelados – entidades – 2008 – 9ª parcela	32	42
Precatórios parcelados – entidades – 2009 – 8ª parcela	20	27
Precatórios parcelados – entidades – 2010 – 7ª parcela	56	60
Precatórios parcelados – entidades – 2011 – 6ª parcela	42	43
Precatórios não alimentares – entidades – 2016 – integral	170	186
Precatórios alimentares – entidades – 2016	7.857	10.488
RPVs (Lei 10.259/2001) atuadas em novembro e dezembro/2015	40.404	45.903
Precatórios extraorçamentários (pagamento fora do Siafi)	314	325
<b>Total</b>	<b>55.046</b>	<b>67.178</b>

## UNIDADES JUDICIAIS NA 1ª REGIÃO

### VARAS FEDERAIS

A Justiça Federal de 1º grau possui jurisdição em 13 estados da Federação, além do Distrito Federal, totalizando 14 seções judiciárias com sede nas capitais, 82 subseções judiciárias com sede em cidades do interior de cada estado e 291 varas federais.



QUADRO 15  
Distribuição de varas federais na 1ª Região

Tipo	Quantidade
Varas nas capitais	176
Varas no interior	115
<b>Total de varas</b>	<b>291</b>
Turmas recursais	25

QUADRO 16  
Distribuição das varas federais

Acre	Capital	4
	Interior	1
Amapá	Capital	6
	Interior	2
Amazonas	Capital	8
	Interior	2
Bahia	Capital	24
	Interior	19
Distrito Federal	Capital	27
Goiás	Capital	16
	Interior	9
Maranhão	Capital	13
	Interior	5
Mato Grosso	Capital	9
	Interior	8
Minas Gerais	Capital	35
	Interior	48
Pará	Capital	12
	Interior	10
Piauí	Capital	8
	Interior	5
Rondônia	Capital	6
	Interior	4
Roraima	Capital	4
Tocantins	Capital	4
	Interior	2
<b>Total na capital</b>		<b>176</b>
<b>Total no interior</b>		<b>115</b>
<b>Total</b>		<b>291</b>



## JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

Criados pela Lei 10.259, de 12/07/2001, os Juizados Especiais Federais têm o objetivo de processar e julgar, de forma célere e simplificada, as causas de menor complexidade de competência da Justiça Federal, causas cíveis cujo valor não exceda a 60 salários-mínimos, e criminais que tratem de infrações de menor potencial ofensivo, envolvendo a União, suas autarquias, fundações e empresas públicas.

Os Juizados Especiais Federais da 1ª Região (Cojef) — sob a coordenação do desembargador federal Reynaldo Fonseca até 25 de maio 2015 e da desembargadora federal Gilda M. Sigmaringa Seixas, inicialmente a partir de 24 de abril de 2015, em virtude do afastamento do titular, e em definitivo a partir de 27 de maio de 2015 — deram prosseguimento ao plano de ação elaborado em 2014, além de realizarem outras atividades, sempre orientadas para o fortalecimento dos juizados, em consonância com as diretrizes, objetivos e metas do Tribunal.

Os juizados na 1ª Região estão estruturados em varas especializadas e juizados adjuntos, totalizando 175 unidades em funcionamento em dezembro de 2014, assim distribuídas: 53 varas especializadas em JEF, 23 JEFs adjuntos a varas das capitais com competência criminal, 4 JEFs adjuntos a varas das capitais com competência ambiental e 95 JEFs adjuntos a varas do interior com competência plena (cível e criminal).

Os Juizados Especiais Federais adjuntos funcionam em varas federais já instaladas, excluídas as especializadas em execuções fiscais. Toda vara criminal, vara ambiental e vara de interior onde não há vara especializada em JEF possui JEF adjunto.

As varas federais especializadas em JEF são varas criadas e instaladas para receber exclusivamente processos da competência estabelecida na Lei 10.259/2001.

QUADRO 17  
Quantidade e tipos de juizados e turmas recursais

Seção	Varas de JEFs	JEFs adjuntos em vara de interior	JEFs adjuntos a varas criminais	JEFs adjuntos a varas ambientais	Turmas recursais
Acre	1	1	–	–	1
Amapá *	2	2	1	–	–
Amazonas	2	2	2	1	1
Bahia	6	19	2	–	4
Distrito Federal	5	–	2	–	3
Goiás	4	9	2	–	2
Maranhão	4	5	2	1	2
Mato Grosso	2	8	2	–	1
Minas Gerais	16	28	4	–	6



Seção	Varas de JEFs	JEFs adjuntos em vara de interior	JEFs adjuntos a varas criminais	JEFs adjuntos a varas ambientais	Turmas recursais
Pará/Amapá	4	10	2	1	2
Piauí	3	5	2	–	1
Rondônia	2	4	1	1	1
Roraima (**)	1	–	–	–	–
Tocantins	1	2	1	–	1
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>95</b>	<b>23</b>	<b>4</b>	<b>25</b>
<b>Total de JEFs adjuntos</b>			<b>122</b>		
<b>Total de JEFs (varas e JEFs adjuntos)</b>			<b>175</b>		

\* Funcionamento em conjunto com TR/Pará.

\*\* Funcionamento em conjunto com TR/Amazonas.

Nos quadros e gráfico a seguir, é possível visualizar o impacto do segmento JEF no âmbito da 1ª Região, destacando-se a evolução do processo judicial virtual no JEF.

QUADRO 18  
Composição do acervo nos JEFs por seção judiciária

SJ	Distribuídos			Julgados			Em tramitação		
	Virtual	Físico	Total	Virtual	Físico	Total	Virtual	Físico	Total
AC	3.228	2.006	5.234	5.917	664	6.581	8.491	3.600	12.091
AM	5.432	938	6.370	5.797	1.151	6.948	6.422	3.114	9.536
AP	7.727	719	8.446	6.352	702	7.054	10.911	1.401	12.312
BA	18.483	54.616	73.099	19.573	47.303	66.876	16.106	89.971	106.077
DF	30.945	77	31.022	23.626	26	23.652	43.398	414	43.812
GO	22.895	19.216	42.111	22.407	18.969	41.376	23.222	36.018	59.240
MA	35.264	29.286	64.550	30.190	28.691	58.881	48.530	41.879	90.409
MG	26.852	90.521	117.373	22.402	82.562	104.964	47.434	209.456	256.890
MT	6.862	8.787	15.649	8.589	7.482	16.071	9.600	22.345	31.945
PA	20.598	26.042	46.640	25.046	27.748	52.794	23.610	35.676	59.286



SJ	Distribuídos			Julgados			Em tramitação		
	Virtual	Físico	Total	Virtual	Físico	Total	Virtual	Físico	Total
PI	16.532	16.817	33.349	19.901	16.364	36.265	37.438	28.095	65.533
RO	5.611	4.138	9.749	7.739	3.117	10.856	11.414	9.795	21.209
RR	2.562	18	2.580	4.485	16	4.501	3.247	46	3.293
TO	6.259	5.546	11.805	4.241	7.008	11.249	10.138	16.250	26.388
<b>Total</b>	<b>209.250</b>	<b>258.727</b>	<b>467.977</b>	<b>206.265</b>	<b>241.803</b>	<b>448.068</b>	<b>299.961</b>	<b>498.060</b>	<b>798.021</b>

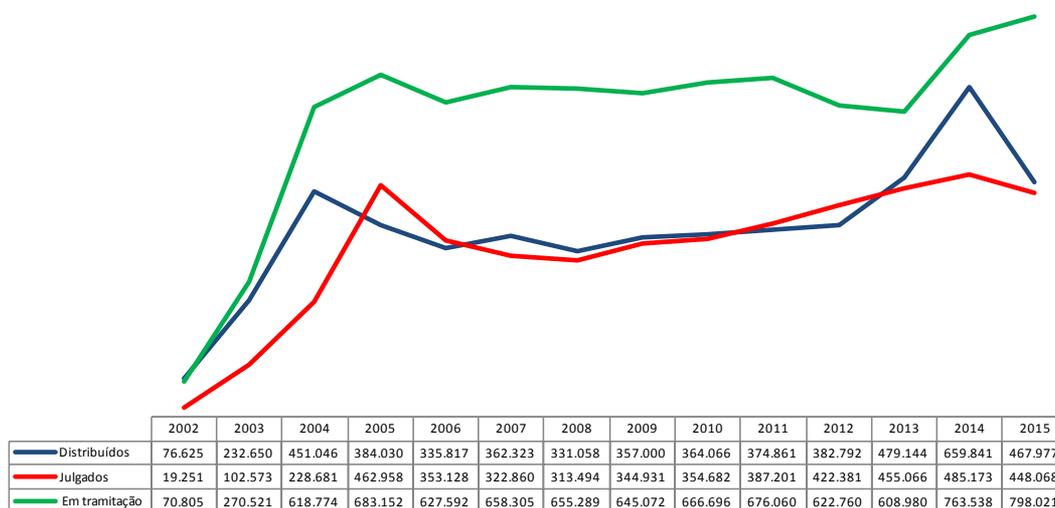
Fonte: Sistema Processual da 1ª instância.

**QUADRO 19**  
Evolução da movimentação processual nos JEFs

Ano	Distribuídos	Julgados	Em tramitação
2002	76.625	19.251	70.805
2003	232.650	102.573	270.521
2004	451.046	228.681	618.774
2005	384.030	462.958	683.152
2006	335.817	353.128	627.592
2007	362.323	322.860	658.305
2008	331.058	313.494	655.289
2009	357.000	344.931	645.072
2010	364.066	354.682	666.696
2011	374.861	387.201	676.060
2012	382.792	422.381	622.760
2013	479.144	455.066	608.980
2014	659.841	485.173	763.538
2015	467.977	448.068	798.021
<b>Acumulado</b>	<b>5.259.230</b>	<b>4.700.447</b>	<b>798.021</b>



GRÁFICO 6  
Evolução da movimentação processual dos JEFs na 1ª Região — 2002 a 2015



## TURMAS RECURSAIS

As turmas recursais foram criadas com o objetivo de processar e julgar, de forma rápida e simplificada, os recursos cíveis e criminais interpostos nos processos em tramitação nos Juizados Especiais Federais, conforme estabelecido em lei, além de processar e julgar originariamente as exceções de impedimento e de suspeição definidas em lei; os conflitos de competência entre juízes de Juizados Especiais Federais sob a jurisdição da turma; e *habeas corpus* e mandados de segurança impetrados contra decisões dos Juizados Especiais Federais, observados os procedimentos específicos.

Mesmo diante da criação dos cargos de juiz federal de turma recursal em 2015, houve relatorias que permaneceram vagas durante quase todo o ano, como, por exemplo, a 1ª Relatoria da Turma Recursal do Acre. As turmas recursais permanentes foram criadas sem a contrapartida legal que autorizasse dotá-las de estrutura de pessoal compatível com suas reais necessidades. Ainda assim, as turmas recursais da 1ª Região tiveram elevado desempenho no ano, sendo responsáveis pelo julgamento de mais de 160 mil recursos, conforme pormenorização constante dos quadros e gráfico a seguir.



QUADRO 20  
Julgamento nas turmas recursais

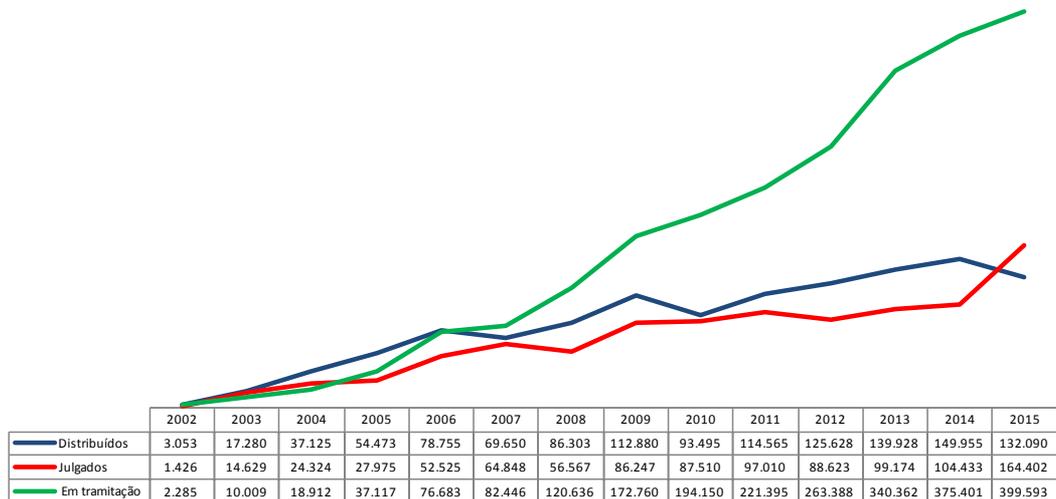
SJ	Turma recursal	Sessões realizadas		Processos julgados *
		Ordinárias	Extraordinárias	
AC	1	23	2	3.966
AM/RR	1	24	1	6.511
BA	1	18	4	8.057
	2	20	3	5.619
	3	19	1	5.758
	4	23	2	5.572
<b>Total BA</b>	<b>4</b>	<b>80</b>	<b>10</b>	<b>25.006</b>
DF	1	20	7	5.367
	2	17	–	6.116
	3	19	–	8.097
<b>Total DF</b>	<b>3</b>	<b>56</b>	<b>7</b>	<b>19.580</b>
GO	1	22	11	8.274
	2	23	13	11.081
<b>Total GO</b>	<b>2</b>	<b>45</b>	<b>24</b>	<b>19.355</b>
MA	1	35	–	7.696
	2	34	–	7.495
<b>Total MA</b>	<b>2</b>	<b>69</b>	<b>–</b>	<b>15.191</b>
MG	1	23	3	6.057
	2	19	2	5.198
	3	27	3	8.464
	4	16	3	8.076
	JFO	26	2	7.422
	UDI	16	5	4.835
<b>Total MG</b>	<b>6</b>	<b>127</b>	<b>18</b>	<b>40.052</b>
MT	1	25	–	4.728
PA/AP	1	16	–	7.675
	1	20	–	7.536
<b>Total PA/AP</b>	<b>2</b>	<b>36</b>	<b>–</b>	<b>15.211</b>
PI	1	33	2	6.468
RO	1	39	–	4.650
TO	1	10	–	3.684
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>567</b>	<b>64</b>	<b>164.402</b>

\* Incluídos os processos julgados por decisões monocráticas.

Fonte: Sistema processual da 1ª instância e informações dos Nuturs.



GRÁFICO 7  
Evolução da movimentação processual nas turmas recursais



QUADRO 21  
Composição do acervo nas turmas recursais

SJ	Distribuídos			Julgados			Em tramitação		
	Virtual	Físico	Total	Virtual	Físico	Total	Virtual	Físico	Total
AC	728	505	1.233	3.625	341	3.966	5.328	517	5.845
AM	4.486	511	4.997	5.929	582	6.511	7.120	553	7.673
BA	9.735	9.622	19.357	9.278	15.728	25.006	35.131	27.934	63.065
DF	13.322	24	13.346	19.507	73	19.580	41.451	171	41.622
GO	7.572	4.546	12.118	13.709	5.646	19.355	18.418	8.844	27.262
MA	6.396	4.447	10.843	11.161	4.030	15.191	17.375	9.743	27.118
MG	8.042	30.631	38.673	11.954	28.098	40.052	54.371	96.261	150.632
MT	2.817	1.797	4.614	2.001	2.727	4.728	7.976	7.484	15.460
PA	7.041	4.649	11.690	8.351	6.860	15.211	19.079	7.705	26.784
PI	4.903	2.361	7.264	3.823	2.645	6.468	11.674	5.215	16.889
RO	2.978	1.032	4.010	3.461	1.189	4.650	9.293	3.010	12.303
TO	1.032	2.913	3.945	2.045	1.639	3.684	2.326	2.614	4.940
<b>Total</b>	<b>69.052</b>	<b>63.038</b>	<b>132.090</b>	<b>94.844</b>	<b>69.558</b>	<b>164.402</b>	<b>229.542</b>	<b>170.051</b>	<b>399.593</b>

Fonte: Sistema Processual da 1ª instância.



## TURMAS RECURSAIS PERMANENTES

A Lei 12.665/2012 dispôs sobre a estrutura permanente das turmas recursais nos termos seguintes: criação de 9 turmas recursais, passando a 1ª Região a contar com 25 turmas (16 já existentes + 9 novas turmas recursais); criação de 75 cargos de juiz federal de turma recursal dos JEFs na 1ª Região (3 juízes para cada turma recursal), não tendo sido criados cargos efetivos de servidores ou funções comissionadas para estruturação das 9 turmas recém-criadas.

Dessa forma, a partir de 2015, a 1ª Região passou a contar com 25 turmas recursais permanentes dos Juizados Especiais Federais, elencadas no quadro a seguir, optando-se por descentralizar duas turmas da Seção Judiciária de Minas Gerais, que foram instaladas nas Subseções Judiciárias de Juiz de Fora e de Uberlândia.

QUADRO 22  
Turmas recursais permanentes

Quantidade	Sede	Turma recursal	Ato normativo	Instalação em caráter permanente	Jurisdição
1	Rio Branco/AC	TR/AC	Resolução Presi/Secge 1/2014	06/02/2015	Acre
1	Manaus/AM	TR/AM, RR	Resolução Presi/Secge 1/2014 Instalação em caráter permanente: Portarias Presi/Secge 56 e 65/2014	11/03/2014	Amazonas e Roraima
4	Salvador/BA	1ª TR/BA	Resolução Presi/Coger/Cojef 5/2013 (1ª e 2ª Turmas em caráter permanente)	26/03/2013	Bahia
		2ª TR/BA			
		3ª TR/BA	Resolução Presi/Coger/Secge 5/2013 Instalação: Portaria Presi/Secge 196/2013	06/12/2013	
		4ª TR/BA	Resolução Presi/Secge 1/2014 Instalação: Portaria Presi/Secge 85/2014	07/04/2014	



Quantidade	Sede	Turma recursal	Ato normativo	Instalação em caráter permanente	Jurisdição
3	Brasília/DF	1ª TR/DF	Resolução Presi/Coger/Cojef 5/2013 (1ª Turma em caráter permanente)	26/03/2013	Distrito Federal
		2ª TR/DF	Resolução Presi/Secge 05/2013 Instalação: Portaria Presi/Secge 73/2014	25/03/2014	
		3ª TR/DF	Resolução Presi/Secge 1/2014 Instalação: Portaria Presi/Secge 73/2014		
2	Goiânia/GO	1ª TR/GO	Resolução Presi/Coger/Cojef 5/2013 (1ª Turma em caráter permanente)	26/03/2013	Goiás
		2ª TR/GO	Resolução Presi/Coger/Cojef 5/2013 Instalação: Portaria Presi/Cenag 133/2013	30/08/2013	
2	São Luís/MA	1ª TR/MA	Resolução Presi/Coger/Cojef 5/2013 (1ª Turma em caráter permanente)	26/03/2013	Maranhão
		2ª TR/MA	Resolução Presi/Secge 1/2014 Instalação: Portaria Presi/Secge 74/2014	31/03/2014	
1	Cuiabá/MT	TR/MT	Resolução Presi/Secge 1/2014 Instalação em caráter permanente: Portaria Presi/Secge 78/2014	14/04/2014	Mato Grosso
4	Belo Horizonte/MG	1ª TR/MG	Resolução Presi/Coger/Secge 5/2013 (1ª, 2ª e 3ª Turmas em caráter permanente)	26/03/2013	Subseções judiciárias de Minas Gerais, menos as abrangidas pelas TR/JFO e TR/UDI
		2ª TR/MG			
		3ª TR/MG			
		4ª TR/MG	Resolução Presi/Coger/Secge 5/2013 Instalação: Portaria Presi/Cenag 46/2013	23/04/2013	



Quantidade	Sede	Turma recursal	Ato normativo	Instalação em caráter permanente	Jurisdição
1	Juiz de Fora/ MG	TR/JFO	Resolução Presi/Secge 1/2014 Instalação: Portaria Presi 332/2014	10/10/2014	Subseções judiciárias de Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, São João del-Rei e Viçosa
1	Uberlândia/ MG	TR/UDI	Resolução Presi/Secge 1/2014 Instalação: Portaria Presi 421/2014	09/12/2014	Subseções judiciárias de Uberlândia, Ituiutaba, Paracatu, Patos de Minas, Uberaba e Unaí
2	Belém/PA	1ª TR/PA, AP	Resolução Presi/Coger/ Secge 5/2013 (1ª Turma em caráter permanente)	26/03/2013	Pará e Amapá
		2ª TR/PA, AP	Resolução Presi/Secge 1/2014 Instalação: Portaria Presi/Secge 301/2014	19/09/2014	
1	Teresina/PI	TR/PI	Resolução Presi/Secge 1/2014 Instalação em caráter permanente: Portaria Presi/Secge 209/2014	13/06/2014	Piauí
1	Porto Velho/ RO	TR/RO	Resolução Presi/Secge 1/2014 Instalação em caráter permanente: Portaria Presi/Secge 45/2014	24/02/2014	Estado de Rondônia
1	Palmas/TO	TR/TO	Resolução Presi/Secge 1/2014 Instalação em caráter permanente: Portaria Presi 373/2014	24/11/2014	Tocantins

A instalação das Turmas Recursais de Juiz de Fora e de Uberlândia, ocorrida em 2014, trouxe consequências muito positivas para a Seção Judiciária de Minas Gerais, com benefício, particularmente, para as regiões das respectivas subseções e para os demais jurisdicionados do estado de Minas Gerais. A retirada de processos da capital está sendo



fator de maximização dos recursos humanos e materiais disponíveis nas quatro turmas recursais de Belo Horizonte.

Em 6 de fevereiro de 2015, foi instalada, no Acre, a 25ª Turma Recursal permanente da Justiça Federal da 1ª Região, com competência para processar e julgar os recursos interpostos nos Juizados Especiais Federais daquela seção judiciária e das respectivas subseções judiciárias.

### **TURMA REGIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO**

No âmbito da 1ª região, o órgão judicante competente para processar e julgar os pedidos fundados em divergências entre as decisões das turmas recursais é a Turma Regional de Uniformização da 1ª Região (TRU/JEFs), presidida pelo coordenador dos JEFs da 1ª Região.

A TRU/JEFs reuniu-se em Brasília, em 23 de outubro, julgando 113 pedidos de uniformização de jurisprudência.

QUADRO 23  
Estatística TRU

Atividades		Quantidade
Sessões de julgamento		1
Incidentes de jurisprudência julgados		113
Publicações realizadas	Acórdãos	108
	Decisões monocráticas	23
	Total	131
Pedidos de submissão (art. 53 do Regimento Interno das TRs e JEFs da 1ª Região)	Admitidos	7
	Não admitidos	177
	Total recebido	184
Incidentes de uniformização para a TNU	Admitidos	3
	Não admitidos	1
	Total recebido	4
Recursos extraordinários	Admitidos	0
	Não admitidos	3
	Total recebido	3
Processos sobrestados (repercussão geral – STF)		177



## JEFs ITINERANTES

Os Juizados Especiais Federais itinerantes são a Justiça transpondo florestas, areas e ribeirões, para ouvir os jurisdicionados, possibilitando aos cidadãos que vivem nos mais distantes logradouros do país o acesso não só ao Poder Judiciário, mas também aos direitos sociais. Aliás, essa é a tônica desse modelo de justiça: acessibilidade.

QUADRO 24  
Juizados Especiais Federais itinerantes realizados

Localidade	Santa Maria do Suaçuí/ MG	Barra do Corda/ MA	Araguacema/ TO	Bailique/ AP	Ariquemes/ RO	Baixo Madeira/ RO
Divulgação	03 a 06/mar.	24 a 28/ ago.	16 a 19/mar.	Via rádio	17 a 19/ maio	16 a 21/ nov.
Atermação	05 a 11/abr.	14 a 20/ set.	10 a 14/ago.	01 a 07/ jun.	28/jun. a 04/jul.	02 a 11/ dez.
Audiência	08 a 13/jun.	08 a 15/ nov.	16 a 20/nov.	18 a 24/ out.	19 a 23/ out.	02 a 11/ dez.
Pessoas atendidas	2.463	9.000	1.200	205	1.300	1.200
Quantidade de atermações	2.189	8.269	1.120	185	415	386
Quantidade de audiências realizadas	2.135	4.943	793	181	417	385
Quantidade de magistrados	10	13	5	1	3	–
Acordos	507	–	1	96	1	–
% de acordos	23%	0%	0%	52%	0%	0%
Procedentes	535	2.527	447	10	327	–
Improcedentes	825	1.012	234	30	40	–
Extintas pela ausência do autor	161	930	202	22	21	–
Outras decisões *	172	474	111	27	28	386**
RPVs (R\$)	4.168.356,94	–	–	141.316,28	–	–

\* Computados os convertidos em diligência, os conclusos e os despachados.

\*\* Devido à não participação da Procuradoria do INSS, os pedidos foram atermadados e a prova foi colhida de forma antecipada. Os processos serão julgados pelos magistrados participantes após a citação do ente público.



### ■ **Ações em municípios de Mato Grosso e de Rondônia**

Em parceria com o Exército brasileiro — 13ª Brigada de Infantaria Motorizada —, a Coordenação dos Juizados Especiais Federais de Mato Grosso participou de ações cívico-sociais (Aciso) em diversos municípios do estado do Mato Grosso, realizadas para atendimentos médicos, odontológicos, expedição de documentos, reparos em prédios e instalações públicas. Nessas ações, as instituições convidadas (juizados especiais, Defensoria Pública, Justiça Eleitoral, Justiça Estadual, entre outras) prestam assistência em suas áreas de atuação.

Também em parceria com o Exército brasileiro — 17ª Brigada de Infantaria de Selva —, juntamente com o Tribunal de Justiça de Rondônia, a Seção Judiciária de Rondônia atuou na Operação Justiça Rápida itinerante em conjunto com a Operação Agata-Aciso, a fim de atender à população dos distritos de Extrema e Vista Alegre do Abunã, no município de Porto Velho/RO.

### ■ **Expedição da Cidadania no Vale do rio Paraguai**

Promovido pela Associação dos Juizes Federais do Brasil – Ajufe, em parceria com a Marinha do Brasil e com a participação de diversos órgãos públicos, incluindo os TRFs da 1ª e da 3ª Região, o projeto foi realizado no dia 9 de março, na Base Fluvial de Ladário, cidade localizada no extremo noroeste do Mato Grosso do Sul, com o objetivo de oferecer acesso à cidadania a centenas de pessoas que vivem em região remota e segregada do território brasileiro: o Vale do Rio Paraguai.

72

### ■ **Expedição de Cidadania no Vale do São Francisco**

No período de 16 a 27 de novembro, com lançamento na sede da Subseção Judiciária de Paulo Afonso/BA, o Vale do Rio São Francisco recebeu a Expedição da Cidadania, projeto promovido pela Ajufe com o apoio direto do Exército brasileiro e da Marinha do Brasil.

Durante as duas semanas do itinerante, foram expedidas aproximadamente 1.200 carteiras de identidade e 220 carteiras de trabalho. Também houve 1.100 atendimentos odontológicos, 30 perícias médicas realizadas pelo INSS, 95 atendimentos pelo Programa de Saúde da Família e 500 atendimentos médicos realizados pelo Exército, entre outras ações.

## **MEDIDAS PARA REDUÇÃO DO ACERVO NO ÂMBITO DOS JEFs**

### ■ **Auxílio em caráter emergencial**

No âmbito dos Juizados Especiais Federais e das turmas recursais, como na maioria dos órgãos judicantes, há inúmeros fatores que contribuem para os congestionamentos processuais: escassez de magistrados, excesso de processos distribuídos, falta de servidores, dificuldades administrativas incidentes, entre outros. Esses congestionamentos devem ser combatidos em prol de uma prestação jurisdicional eficiente e eficaz.

Em socorro aos JEFs e turmas recursais com congestionamento mais crítico, existe a previsão regimental dos auxílios em caráter emergencial, mediante a identificação de



acúmulo considerável de processos para prolação de sentença, realização de audiências ou procedimentos cartorários. Em 2015, ocorreram os seguintes auxílios:

- a) mutirões de audiência em Montes Claros/MG e Redenção/PA – 3.348 audiências, com a participação de 16 magistrados;
- b) esforços concentrados na realização de 3.615 audiências – uma semana por mês, entre os meses de agosto e dezembro, em Floriano/PI, Parnaíba/PI, Teófilo Otoni/MG, Redenção/PA, Montes Claros e Araguaína/TO, com a participação de 21 magistrados;
- c) esforços concentrados para julgamento de processos conclusos – prolatadas 1.689 decisões ao todo nos JEFs adjuntos de Ilhéus/BA, Rondonópolis/MT e Sete Lagoas/MG, na 3ª Vara de Uberaba/MG, na 4ª Vara do Acre e na 4ª Vara de Rondônia;
- d) mutirões de secretaria, que movimentaram ao todo cerca de 16.000 processos – em Bacabal/MA, Uberlândia/MG, Picos/PI, Sete Lagoas/MG e Araguaína/TO;
- e) auxílio para julgamento de aproximadamente 2.600 recursos em processos previdenciários e assistenciais nas turmas recursais de Goiás, Minas Gerais, Juiz de Fora e Uberlândia.

#### ■ Seleção de juízes federais para participar em esforço concentrado

Foi lançado, em 3 de julho, edital de seleção para participação em esforço concentrado em unidades de Juizados Especiais Federais da 1ª Região.

Ao todo, 49 magistrados de diversas seções e subseções judiciárias se inscreveram no processo seletivo. Os eventos foram marcados de forma a alcançar racionalização maior de recursos, com a participação de juízes com vocação para o trabalho em JEFs e com lotação (jurisdição) em varas mais próximas aos locais de realização.

Apresenta-se a seguir a descrição dos eventos realizados, com os respectivos magistrados participantes:

QUADRO 25  
Esforços concentrados realizados — sentenças

Seções/subseções judiciárias	Servidores colaboradores	Magistrados participantes*	Quantidade de processos
6	12	9	1.689

\* Participação a distância de dois magistrados.

QUADRO 26  
Esforços concentrados realizados — audiências

Seções/subseções judiciárias	Magistrados participantes	Audiências designadas e processos julgados	Acordos
6	21	3.615	459



QUADRO 27  
Mutirão de audiências

Localidade	Montes Claros/MG	Redenção/PA
Data	04 a 09/05	09 a 14/11
Quantidade de audiências designadas	1.728	1.620
Quantidade de magistrados	9	7
Acordos	853	231
% de acordos	49%	14%
Procedentes	209	336
Improcedentes	509	670
Extintas/ausência do autor	82	242
Outros	75	141
RPVs	R\$ 9.195.336,45	R\$ 1.745.180,10

QUADRO 28  
Mutirões de secretaria

Localidade	Bacabal/ MA	Uberlândia/ MG	Picos/PI	Sete Lagoas/MG	Araguaína/ TO
Data	15 a 19/07	27 a 31/07	17 a 31/07 05 a 09/10 09 a 13/11 14 a 18/12	16 a 28/11	18 a 24/10
Quantidade de servidores	2	4	9	6	4
Número de processos analisados	1.394	711	10.274	395	3.054
Certificação/lançamento no sistema do trânsito em julgado	-	-	830	-	283
Decisões/despachos minutados	-	711	-	350	-
Elaboração de quesitos periciais	-	-	718	5	-
Identificação de processos pendentes de implantação (INSS/EADJ)	-	-	207	-	-
Impulso processual (conclusão, intimação, marcação de perícias ou audiências, separação para RPV)	-	153	4.183	35	1.560



Localidade	Bacabal/MA	Uberlândia/MG	Picos/PI	Sete Lagoas/MG	Araguaína/TO
Petições juntadas/laudos periciais	–	–	1.719	1	2.693
Processos arquivados	534	–	–	–	354
Publicação de atos	–	–	2.512	1.114	817
RPV/precatório expedido	–	–	709	–	–
Sentenças minutadas	–	34	–	4	–
Sentenças registradas no e-CVD	–	–	–	–	–
Cadastro de pagamentos de peritos no AJG	–	764	–	–	–

## PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS SECCIONAIS

### ■ Mutirão de perícias médicas em Araguaína/TO

Entre os dias 27 e 31 de julho, a Subseção Judiciária de Araguaína realizou mutirão de perícias médicas com o objetivo de acelerar o julgamento de processos relativos à concessão de benefícios previdenciários do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

### ■ Esforço concentrado em turmas recursais

SJGO – o auxílio ocorreu no período de agosto/2014 a julho/2015, para julgamento de processos em matéria previdenciária e assistencial, sendo realizadas 30 sessões extraordinárias, com o julgamento de 5.967 ações.

SJMG – foi elaborado projeto para julgamento de 9.600 processos (físicos e virtuais) em sessões extraordinárias, durante seis meses, contando com a participação voluntária de oito juízes federais da própria seccional de Minas Gerais, dois por turma recursal. De setembro a dezembro, foram julgados cerca de 1.600 recursos.

SJBA – as turmas recursais da Bahia elaboraram projeto para o julgamento de 5.400 feitos de 12 relatorias em 24 sessões extraordinárias. Pelo critério de constituição do acervo, será observada a antiguidade da distribuição nas turmas recursais, incluindo-se os recursos cujos objetos sejam auxílio-doença previdenciário, benefício assistencial e aposentadoria rural. O projeto se encontra pendente, aguardando disponibilização de magistrados para sua implantação.

SSJ/Juiz de Fora/MG – a TR/JFO elaborou projeto para julgamento de 1.200 processos em turma auxiliar. Entre os meses de outubro e dezembro, aproximadamente 270 processos foram julgados.

SSJ/Uberlândia – a Turma Recursal elaborou projeto para julgamento de 2.400 feitos em sessões extraordinárias no prazo de 180 dias. Os trabalhos já foram iniciados, com o julgamento dos processos mais antigos em tramitação na Justiça Federal. De setembro a dezembro, quase 800 recursos foram analisados e julgados.



## ANÁLISE DA REPRESENTATIVIDADE DOS JEFs NA 1ª REGIÃO

Não houve aumento na quantidade de varas no âmbito da 1ª Região. A representatividade de unidades especializadas em JEFs e de varas com JEFs adjuntos está demonstrada no gráfico seguinte.

GRÁFICO 8  
Distribuição de varas e de JEFs

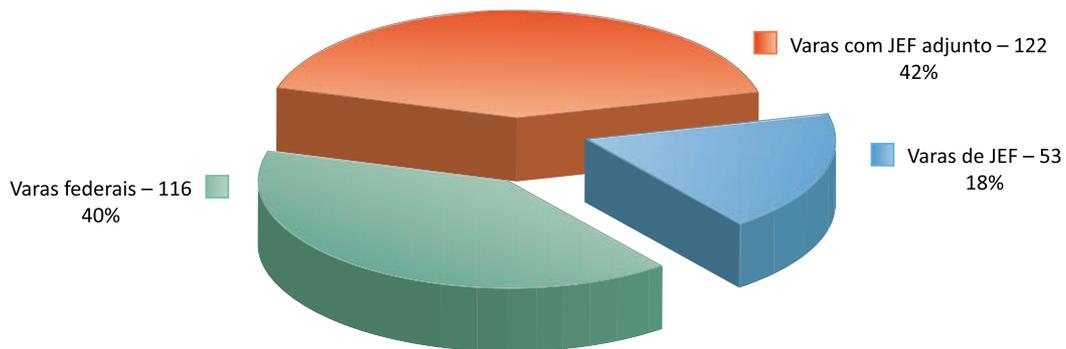


GRÁFICO 9  
Distribuição dos JEFs

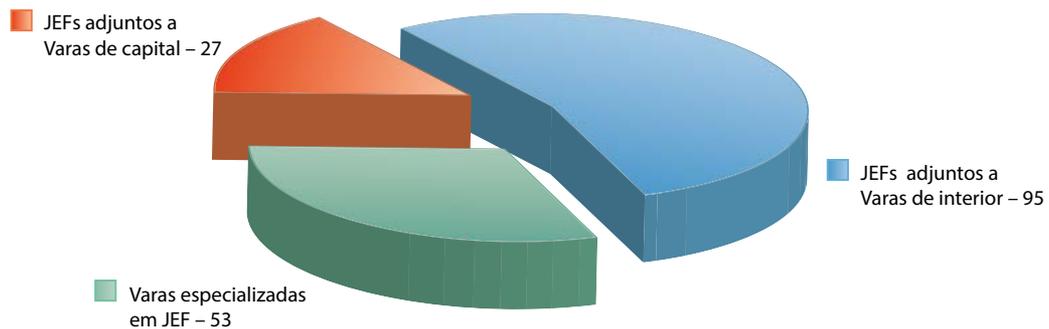
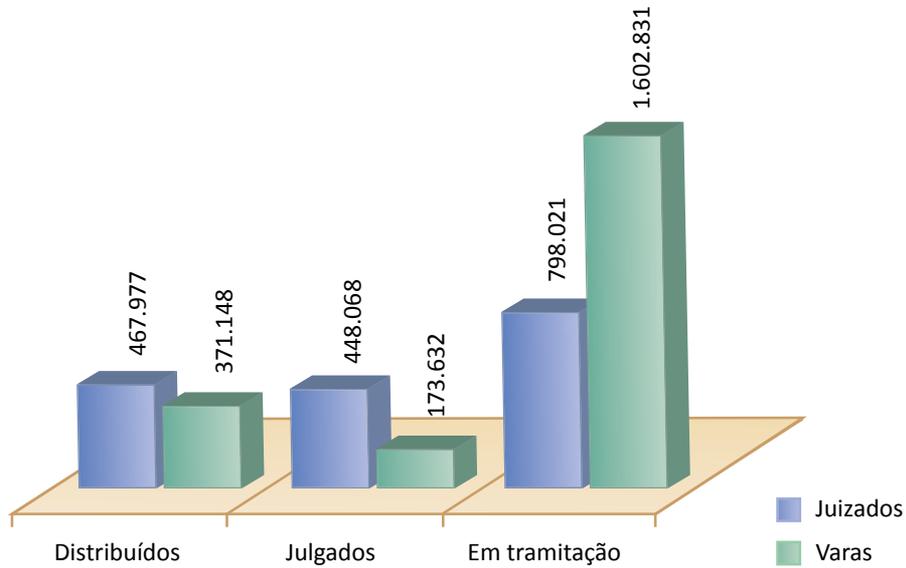




GRÁFICO 10  
Distribuição da movimentação processual



Nos últimos 14 anos, observa-se o crescimento da distribuição e dos julgamentos nos juizados acima do crescimento das varas federais.

GRÁFICO 11  
Comparativos da movimentação processual nas varas e nos juizados — 2002 a 2015

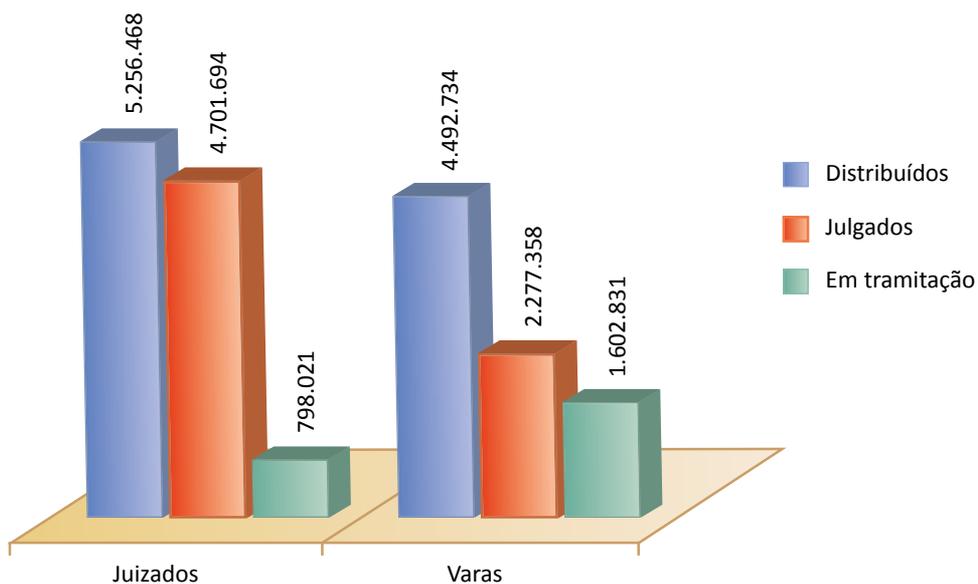
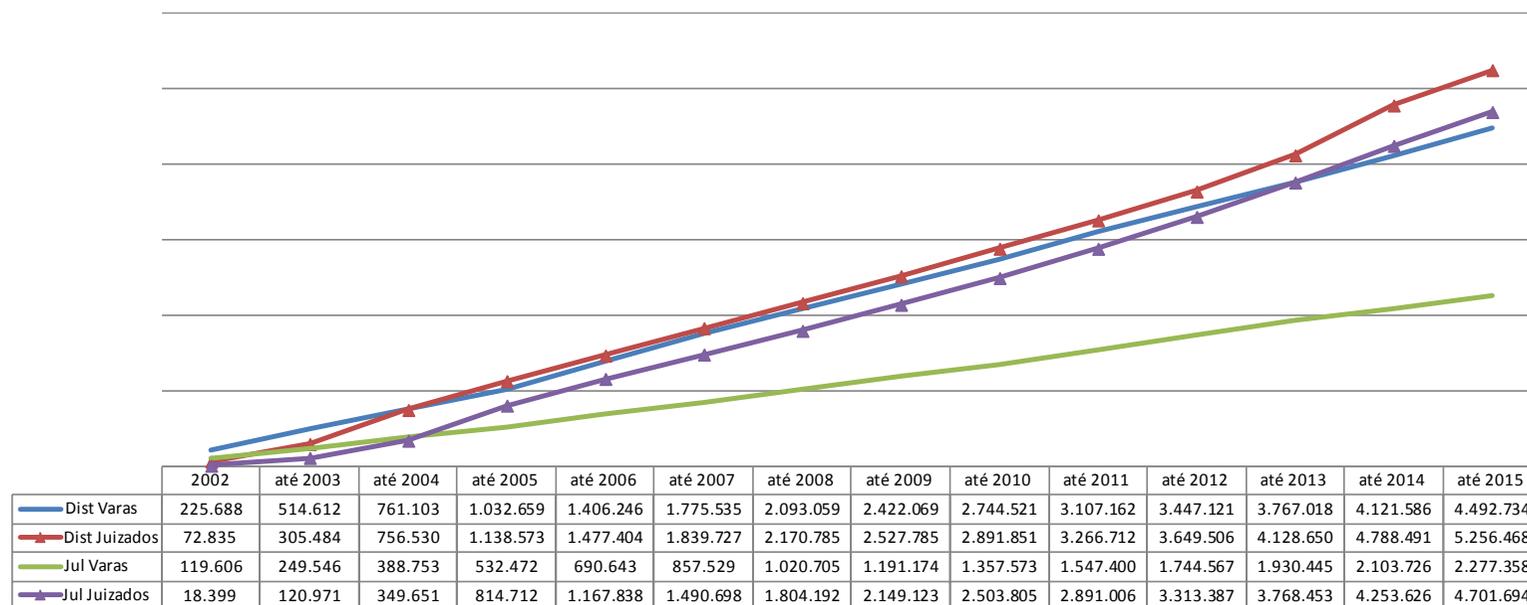




GRÁFICO 12  
Crescimento da distribuição e julgamento dos JEFs e das varas — 2002 a 2015





## CÂMARAS REGIONAIS PREVIDENCIÁRIAS

A Resolução Presi 23 de 1º de dezembro de 2014 criou as Câmaras Regionais Previdenciárias — instituto previsto na Emenda Constitucional 45 —, devido ao crescente aumento do número de processos previdenciários em trâmite na 1ª Região, para atuar, de forma descentralizada, nas demandas das Seções Judiciárias da Bahia e de Minas Gerais em que o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS seja parte: 1ª Câmara Regional Previdenciária da Bahia e 1ª Câmara Regional Previdenciárias de Minas Gerais.

A descentralização do Tribunal em câmaras tem como objetivo assegurar ao jurisdicionado o pleno acesso à justiça em todas as fases do processo, além de proporcionar maior agilidade aos trâmites processuais em grau de recurso. A escolha das Seccionais da Bahia e de Minas Gerais deve-se ao fato de estas seções apresentarem maior quantitativo de recursos distribuídos no Tribunal e pendentes de julgamento.

As Câmaras Regionais Previdenciárias, compostas por um desembargador federal integrante da 1ª Seção do Tribunal e por três juízes federais convocados, indicados pelo presidente e escolhidos pela Corte Especial administrativa, têm competência para julgar, além das apelações, os agravos regimentais contra decisão do respectivo presidente ou contra despacho do relator; os embargos de declaração opostos contra suas decisões; as arguições de falsidade, medidas cautelares e outras nos feitos pendentes de sua decisão; e os incidentes de execução que a elas forem submetidos. Os julgamentos proferidos pelas câmaras têm o mesmo efeito dos realizados pelas turmas especializadas do TRF 1ª Região, sendo passíveis de recurso.

Posteriormente, em 23 de março de 2015, a Resolução Presi 11 instituiu a 1ª Câmara Regional Previdenciária da Subseção Judiciária de Juiz de fora/MG e, em 6 de novembro, diante do grande volume de recursos originários da Seção Judiciária de Minas Gerais, a Resolução Presi 41 criou a 2ª Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte.

### QUADRO 29

Câmaras Regionais Previdenciárias – quantitativos de processos atribuídos e julgados

Unidade	Processos atribuídos	Processos julgados
1ª CRP/BA	3.479	3.046
1ª CRP/JFA	5.406	2.627
1ª CRP/MG	6.533	4.972
2ª CRP/MG	3.602	89
Total	19.020	10.734



## QUADRO 30

## 1ª Câmara Regional Previdenciária da Bahia – magistrados integrantes

Desembargador federal presidente	Período
Cândido Moraes	23/02 a 29/09/2015
Olindo Menezes	23/02 a 29/09/2015
Marcos Augusto de Sousa	30/09/2015 a 23/02/2016
Juiz federal convocado	Período
Pedro Braga Filho	23/02 a 30/08/2015
Antonio Oswaldo Scarpa	31/08/2015 a 23/02/2016
Cristiano Miranda de Santana	23/02/2015 a 23/02/2016
Valter Leonel Coelho Seixas	23/02 a 23/08/2015
Saulo José Casali Bahia	24/08/2015 a 23/02/2016

80

## QUADRO 31

## 1ª Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais – magistrados integrantes

Desembargadora federal presidente	Período
Ângela Catão	23/02/2015 a 23/02/2016
Juiz federal convocado	Período
Murilo Fernandes de Almeida	23/02/2015 a 23/02/2016
Márcio Jose de Aguiar Barbosa	23/02/2015 a 18/01/2016
Rodrigo Rigamonte Fonseca	23/02/2015 a 23/02/2016

## QUADRO 32

## 2ª Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais – magistrados integrantes

Desembargador federal presidente	Período
Jamil de Jesus Oliveira	06/11/2015 a 05/05/2016
Juiz federal convocado	Período
Alexandre Ferreira Infante Vieira	06/11/2015 a 05/05/2016
Hermes Gomes Filho	06/11/2015 a 05/05/2016
Marcos Vinicius Lipiensi	06/11/2015 a 05/05/2016



## QUADRO 33

## 1ª Câmara Regional Previdenciária de Juiz de Fora/MG - magistrados integrantes

Desembargadora federal presidente	Período
Mônica Sifuentes	25/03/2015 a 24/03/2016
Juiz federal convocado	Período
Guilherme Fabiano Julien de Rezende	25/03/2015 a 24/03/2016
Maria Helena Carreira Alvim Ribeiro	25/03 a 18/06/2015
José Alexandre Franco	25/03/2015 a 24/03/2016
Marcelo Motta de Oliveira	19/06/2015 a 24/03/2016

**PROJETO PILOTO DE ACELERAÇÃO DE JULGAMENTOS**

Com vista ao cumprimento das Metas Nacionais 1 e 2 de 2015, aprovadas no VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, foi instituído o Projeto Piloto de Aceleração de Julgamentos na 1ª Turma da 1ª Seção e no gabinete do desembargador federal João Batista Moreira, integrante da 5ª Turma do TRF 1ª Região (PAJ).

Para a primeira etapa do projeto, implantada em 17 de setembro pela Portaria 17 do Conselho Nacional de Justiça e desenvolvida até 18 de dezembro, foram convocados 12 juízes federais do 1º grau de jurisdição. Apesar da já escassa força de trabalho do Tribunal, foram deslocados ainda, para viabilizar os serviços, servidores de outras unidades do Tribunal. A meta dessa etapa era o julgamento de 80% do acervo.

Até 16 de dezembro, foram julgados pelos magistrados convocados para a 1ª Turma 6.693 feitos em 12 sessões; pelos magistrados convocados para o gabinete do desembargador federal João Batista Moreira foram julgados 1.143 processos em 11 sessões.



# ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO

## OBJETIVO ESTRATÉGICO

Aumentar o número de processos encerrados por meio de conciliação

■ **Descrição do objetivo**

Desenvolver a conciliação, especialmente pré-processual, para ampliar o quantitativo de processos encerrados pela via conciliatória.

### A CONCILIAÇÃO NA 1ª REGIÃO

83

#### SISTEMA DE CONCILIAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Atualmente o Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região – SistCon, sob a coordenação regional da desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso, conta com 18 unidades físicas em toda a 1ª Região: um Núcleo Central de Conciliação — o gabinete da Coordenação-Geral sediado no Tribunal; um Centro Judiciário de Conciliação localizado em cada uma das 14 seções judiciárias e 3 centros estabelecidos em subseções judiciárias de Minas Gerais — Juiz de Fora, Uberlândia e Uberaba.

A cultura da conciliação continua ampliando-se como instrumento satisfatório e efetivo na solução de controvérsias judiciais. Fruto da Carta Magna de 1988, acentua-se o crescimento das demandas do Poder Judiciário como resultado dos reclamos de uma sociedade carente de assistência. O instituto da conciliação apresenta-se como alternativa ao enfrentamento dessa realidade, assegurando uma prestação jurisdicional efetiva e célere, com redução da litigiosidade.

No decorrer do ano, foram realizadas, no âmbito do Tribunal e das varas da 1ª Região, desconsideradas as varas de JEFs, 18.110 conciliações. A quantidade de processos concluídos por acordo em 2015 superou, em cerca de 5%, o resultado de 2014.

Não obstante o crescimento apontado, o resultado poderia ter sido superior, não fosse a política do “acordo zero” adotada pelos membros da AGU, com a consequente ausência de conciliação em matérias de significativa importância e volume, como as que envolvem benefícios previdenciários e servidor público. Somente no Núcleo Central de Conciliação, encontram-se cerca de 12.000 processos, dos quais 5.000 analisados e passíveis de conciliação, que não puderam ser remetidos à autarquia previdenciária.



Buscando-se maximizar o alcance da conciliação, apresentaram-se as medidas que se seguem.

#### ■ **Mutirão de audiências de conciliação**

Em parceria com a Escola de Magistratura Federal — Esmaf, o evento foi organizado como parte do II Curso de Formação Inicial para Juízes Federais Substitutos, oferecendo aos novos magistrados que irão atuar na 1ª Região o conhecimento prático das temáticas vivenciadas na Justiça Federal.

#### ■ **I Curso de Formação de Instrutores em Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região**

Promovido em parceria com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, em âmbito nacional, essa ação inovadora otimizou a capacitação de um grupo de profissionais voltados à disseminação, nas seccionais, das técnicas de soluções alternativas de conflitos.

#### ■ **1º Fórum Nacional de Conciliação e Mediação**

Em colaboração com a Associação dos Juízes Federais do Brasil – Ajufe, o Tribunal disponibilizou recursos para possibilitar maior adesão dos juízes coordenadores dos centros judiciários de conciliação ao evento, que teve por objetivo aperfeiçoar a prestação jurisdicional e sistematizar, na forma de enunciados e recomendações, procedimentos relativos a temas de grande relevância para a magistratura federal passíveis de acordo.

#### ■ **Página da conciliação no portal do Tribunal**

Reproduzida no portal das seções judiciárias, a página disponibilizou informações, de ampla abrangência, sobre as atividades desenvolvidas nas unidades de conciliação, inclusive os projetos em andamento. O objetivo é manter os interessados atualizados quanto a dados estatísticos, agenda de mutirões, legislação pertinente, lista de contatos, entre outros.

Por sua relevância na sedimentação do instituto da conciliação, destacam-se alguns acontecimentos no âmbito da 1ª Região:

- trânsito e arquivamento de agravos de instrumento que tramitam em meio físico;
- concessão pelo Conselho Nacional de Justiça do Prêmio Conciliar é Legal, na categoria “Juiz individual”, ao juiz federal Rafael Leite Paulo, da Seção Judiciária do Amazonas;
- instalação, na Seção Judiciária do Piauí, em fase piloto, do primeiro Núcleo de Conciliação em Políticas Públicas, unidade que tem por objetivo buscar a conciliação, nas causas oriundas da própria seccional, em ações civis públicas que demandem implementação ou revisão de prestações positivas do Estado e em ações individuais repetitivas cuja discussão do objeto dependa da implementação ou da revisão de política pública;
- promoção pela Subseção Judiciária de Ilhéus/BA e pelo SistCon do diálogo entre indígenas Tupinambás e agricultores, visando buscar soluções para o conflito mo-



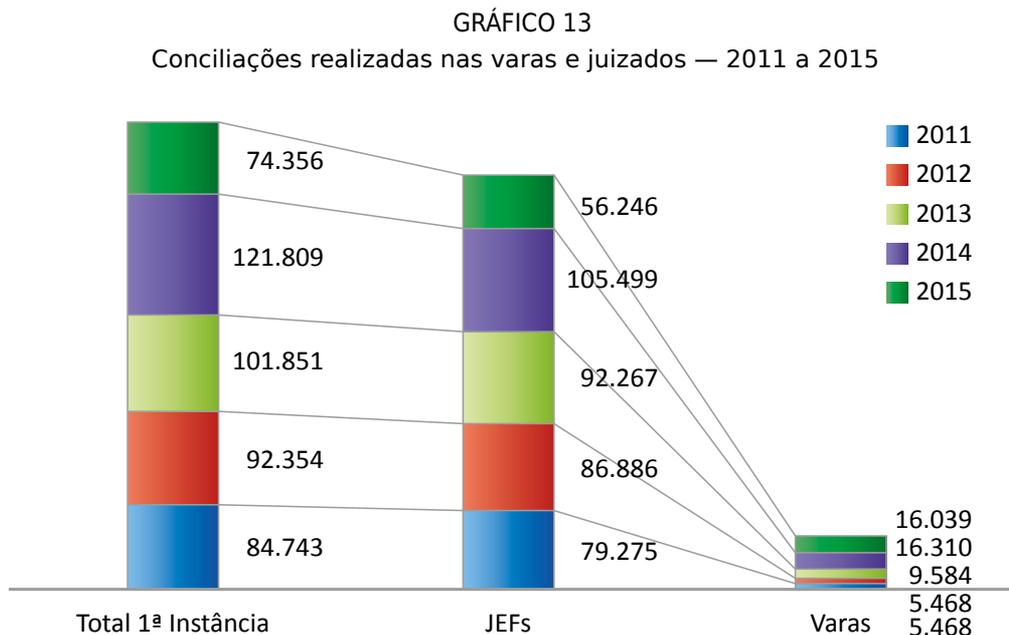
tivado pela demarcação da terra indígena Tupinambá de Olivença, localizada na fronteira dos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una, no sul do estado da Bahia;

- parceria com a CAIXA, que redundou em aumento significativo de processos extintos por conciliação. As matérias passíveis de acordo são: Programa de Arrendamento Residencial (PAR), recuperação de crédito, Sistema Financeiro de Habitação (SFH), indenizações e juros de obra.

### CONCILIAÇÃO NO ÂMBITO DOS JEFs

A importância da conciliação no âmbito dos JEFs pode ser medida pela representatividade das ações conciliadas na 1ª Região. Nos últimos cinco anos, os JEFs têm realizado mais de 90% do total de conciliações.

Apesar de diversas tratativas com a Procuradoria Federal, o exercício de 2015 apresentou decréscimo na proporção de conflitos resolvidos por meio de conciliação, em razão do mencionado movimento "acordo zero".



### SISTEMA PERMANENTE DE CONCILIAÇÃO NO JEF ADJUNTO DE GUANAMBI/BA

Em março, a Subseção Judiciária de Guanambi/BA e o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) implantaram sistema permanente de conciliação nas demandas previdenciárias do JEF adjunto. Na primeira semana de funcionamento do sistema, foram designadas 200 audiências para quatro dias de trabalho (50 por dia). No período, houve o



alcance do índice de 51,61% de acordos homologados — 96 acordos nos 186 processos em que houve comparecimento da parte-autora à audiência.

O sistema consiste na marcação, já na distribuição do feito, de audiência de conciliação, instrução e julgamento, desmembrada em duas fases, realizadas em salas distintas, mas no mesmo dia: a) conciliação conduzida por servidor da Justiça Federal — conciliador —, sob a supervisão do juiz federal, na presença de preposto do INSS; b) instrução e julgamento conduzida pelo próprio juiz federal na presença de procurador federal, caso não tenha havido acordo na fase de conciliação.

A parte-autora e seu advogado se dirigem à sala de conciliação, onde é feita uma tentativa de acordo com a presença de um servidor do INSS (preposto), com a mediação de servidor da Justiça Federal. Havendo êxito, o acordo é formalizado e submetido à homologação pelo juiz federal. Frustrada essa tentativa, a parte e seu defensor seguem para a sala de audiências, onde são realizadas a instrução e o julgamento do processo pelo magistrado federal, com a presença de procurador federal do INSS.



# COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

## OBJETIVO ESTRATÉGICO

Agilizar os trâmites processuais na busca do julgamento célere das ações de improbidade administrativa

### ■ Descrição do objetivo

Garantir a agilidade na tramitação dos feitos relacionados a improbidade administrativa pendentes de julgamento, a fim de se assegurar a razoável duração do processo.

### META 8

Os crimes objeto dos processos incluídos na Meta 8/2015 (crimes contra a administração, redução à condição análoga à de escravo, exploração sexual e tráfico de pessoas) ostentam razoável complexidade tanto no julgamento (matéria de fundo complexa) como na instrução (necessidade de ampla dilação probatória). No caso específico da Primeira Região da Justiça Federal, o rápido processamento dessas ações ainda é comprometido pelas dificuldades inerentes à comunicação processual, notadamente nas pequenas e distantes localidades das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Por fim, verifica-se que a Primeira Região, por abarcar 13 Estados e o Distrito Federal, distribuídos em quatro regiões geográficas do país (Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte), conta com quase metade do passivo das ações penais incluídas na Meta 8/2015 do CNJ, tornando naturalmente mais difícil para ela (1ª Região) o cumprimento dessa meta comparativamente com as demais Regiões da Justiça Federal.



QUADRO 34  
Estatística processual – Meta 8

Órgão	Distribuídos	Julgados	Pendentes	Cumprimento (%)	
1º grau	AC	11	2	9	25,97
	AM	124	20	104	23,04
	AP	60	11	49	26,19
	BA	300	72	228	34,28
	DF	96	11	85	16,36
	GO	91	19	72	29,82
	MA	265	35	230	18,86
	MG	500	95	405	27,14
	MT	235	25	210	15,19
	PA	514	100	414	27,79
	PI	162	35	127	30,86
	RO	124	15	109	17,28
	RR	22	1	21	6,49
	TO	99	20	79	28,86
Total	2.603	461	2.142	25,30	
2º grau	940	337	603	51,21	
Total da 1ª Região	3.543	798	2.745	32,18	



# GESTÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES

## OBJETIVO ESTRATÉGICO

Reduzir o acúmulo de processos relativos às demandas repetitivas e dos grandes litigantes

### ■ Descrição do objetivo

Aprimorar a gestão das demandas repetitivas, considerando os processos sobrestados por recursos repetitivos e de repercussão geral, a fim de reduzir o acúmulo desses processos.

## PROJETO SOBRE DEMANDAS REPETITIVAS NA JUSTIÇA FEDERAL

A gestão das demandas repetitivas, por sua alta relevância, está hoje no centro do debate estratégico da Justiça Federal. Em virtude de sua competência constitucional, a Justiça Federal é o ramo do Judiciário que possui característica mais marcante de um típico contencioso administrativo, com patamares preocupantes de litigiosidade em razão do elevado grau de recorribilidade. O impacto no desempenho da prestação jurisdicional é grande pelo fato de o fenômeno estar fortemente relacionado a indicadores como estoque, congestionamento e celeridade.

Para enfrentar a questão, por força de recomendação formal do Comitê Técnico de Aperfeiçoamento e de Pesquisa, Editoração e Intercâmbio da Justiça Federal – CTAP e de aprovação pelo Conselho das Escolas da Magistratura Federal – Cemaf, foi editada pelo diretor do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal – CEJ a Portaria CJF/2014/00159, de 9 de abril de 2014, que instituiu grupo de trabalho coordenado pela juíza federal Vânia Cardoso André de Moraes, titular da 18ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, com a finalidade de elaborar projeto de pesquisa sobre o tema, desenvolvido a partir de observações da realidade dos juízos federais de primeira e segunda instâncias.

Com prazo de conclusão previsto para dezembro de 2018, a pesquisa — a ser realizada sob a forma de cooperação técnica entre o Conselho da Justiça Federal e a Fundação Universidade de Brasília — tem por objetivo propor, testar e avaliar uma abordagem metodológica voltada à investigação da origem do fenômeno denominado demandas repetitivas na Justiça Federal brasileira, na esfera cível, incluindo as varas dos Juizados Especiais Federais – JEFs, contemplando ainda as alterações legislativas e os conceitos, soluções e arranjos trazidos pelo novo Código de Processo Civil. Entre os resultados es-



perados está a proposição de medidas de intervenção no âmbito da legislação, da gestão e do exercício do direito.

O projeto aguarda aprovação e disponibilização orçamentária.

### **NÚCLEO DE REPERCUSSÃO GERAL E RECURSOS REPETITIVOS**

Visando dar efetividade à Resolução 160, de 19/10/2012, do Conselho Nacional de Justiça, foi implantado no Tribunal, por meio da Resolução Presi 26 de 13 de agosto de 2015, alterada parcialmente pela Resolução Presi 35 de 29 de setembro de 2015, o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos – Nurer na estrutura da Assessoria Jurídica e de Recursos Especiais e Extraordinários. O Núcleo é composto por cinco servidores graduados em direito e tem como principal atribuição o gerenciamento da sistemática da repercussão geral e dos recursos repetitivos.

Com o auxílio da Coordenadoria de Recursos – Corec, o Nurer elabora trimestralmente relatório quantitativo por meio do monitoramento dos recursos sobrestados pela Presidência e pela Vice-Presidência do Tribunal, com a respectiva vinculação aos temas e recursos-paradigma do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Os dados do acervo de processos suspensos ou sobrestados ao final do período-base pendentes de julgamento naquelas Cortes, em processos de repercussão geral ou de recursos de natureza especial repetitivos, são encaminhados pelo presidente do TRF 1ª Região ao Supremo Tribunal Federal, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Superior Tribunal de Justiça.



# APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES DO 1º GRAU

## CORREIÇÕES GERAIS ORDINÁRIAS

A teor do disposto no art. 6, VII, da Lei 5.010/1966, combinado com o art. 21 do Provimento Geral Consolidado 38, de 12 de junho de 2009, com a redação dada pelo Provimento 39, de 3 de novembro de 2009, foram realizadas, no ano de 2015, correições gerais ordinárias nas seções judiciárias da 1ª Região, identificadas no identificado no quadro seguinte.

No tocante aos procedimentos prévios para a realização das correições, foram respeitadas todas as condições requeridas, ou seja, expedição de portaria e divulgação de cronograma com antecedência mínima de 30 dias, nos termos do disposto no art. 23 do Provimento 38/2009; expedição de ofícios a todas as autoridades elencadas no art. 25 do aludido Provimento Geral Consolidado; comunicações às varas objeto de correição, com antecedência mínima de 10 dias, nos termos do citado dispositivo legal; expedição de atos de designação de juízes auxiliares e servidores para atuarem nas correições; não suspensão dos prazos processuais, da distribuição e das audiências em todas as varas.

Ao longo dos trabalhos correcionais, foram realizadas as seguintes atividades:

- reuniões com os juízes federais e servidores, a fim de que fossem analisadas e debatidas sugestões para o melhor funcionamento dos respectivos juízos e da Justiça Federal de 1ª instância;
- análise de dados e informações complementares ou circunstanciais;
- verificação dos relatórios da inspeção anual realizada pelos próprios juízes federais (Lei 5.010, art. 13, III);
- observação dos relatórios das correições gerais ordinárias executadas na gestão anterior;
- consultas ao relatório anual circunstanciado dos trabalhos sob jurisdição dos juízes federais das seções e subseções judiciárias (Lei 5.010, art. 13, VIII);
- vistoria da relação de processos selecionados previamente pela Assessoria da Corregedoria Regional, assim como nos feitos conclusos para despacho, decisão e sentença cujos prazos foram excedidos com a devida justificativa (Lei Complementar 35, de 14 de março de 1979, art. 39);
- verificação de boletins estatísticos e do resumo dos mapas de produtividade dos oficiais de justiça avaliadores;
- levantamento das condições de funcionamento e instalações físicas das diversas áreas administrativas nas seções e subseções judiciárias, através de visitas setorializadas.



Apresenta-se a seguir o quadro das correições gerais ordinárias realizadas no ano de 2015.

QUADRO 35  
Correições gerais ordinárias realizadas

Seção judiciária	Varas	Subseção judiciária	Data
SJAC	1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas Turma Recursal do Juizado Especial	Vara Única de Cruzeiro do Sul	22 a 26/06
SJAP	1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Varas	Vara Única de Laranjal do Jari Vara Única de Oiapoque	6 a 10/07
SJAM	1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Varas Turma Recursal do Juizado Especial	Vara Única de Tabatinga Vara Única de Tefé	17 a 28/08
SJBA (parte)	1ª, 2ª, 5ª, 9ª, 12ª, 16ª, 17ª, 21ª, 22ª e 23ª Varas; 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Turmas Recursais do Juizado Especial	1ª e 2ª Varas de Itabuna Vara Única de Ilhéus	30/11 a 18/12 (primeira parte)
SJMT	1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª, 24ª, 25ª, 26ª, 27ª, 28ª, 29ª, 30ª, 31ª, 32ª, 33ª, 34ª e 35ª Varas; 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Turmas Recursais do Juizado Especial	1ª e 2ª Varas de Cáceres Vara Única de Barra do Garças Vara Única de Diamantino Vara Única de Juína Vara Única de Rondonópolis Vara Única de Sinop	13 a 27/10
SJPA	1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Varas; 1ª e 2ª Turmas Recursais do Juizado Especial	Vara Única de Altamira Vara Única de Castanhal Vara Única de Itaituba Vara Única de Marabá Vara Única de Paragominas Vara Única de Redenção 1ª e 2ª Varas de Santarém Vara Única de Tucuruí	18/05 a 12/06
SJPI	1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Varas; Turma Recursal do Juizado Especial	Vara Única de Corrente Vara Única de Floriano Vara Única de Parnaíba Vara Única de Picos Vara Única de São Raimundo Nonato	27/07 a 07/08
SJRO	1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Varas; Turma Recursal do Juizado Especial	Vara Única de Guajará-Mirim 1ª e 2ª Varas de Ji-Paraná Vara Única de Vilhena	9 a 20/11
SJRR	1ª, 2ª, 3ª, e 4ª Varas	–	16 a 20/03



## INSPEÇÕES ORDINÁRIAS

Nos termos do art. 114 do Provimento Geral da Coger, cabe à Corregedoria Regional verificar e avaliar, inclusive com a elaboração de parecer técnico, o cumprimento do procedimento previsto no art. 13, III, IV e VIII, da Lei 5.010/1966, que trata da inspeção judicial, na busca da eficiência e do aprimoramento dos juízos e serviços administrativos, judiciários e cartorários.

Foram autuados 312 processos administrativos de inspeção ordinária, com a consequente emissão de 62 despachos referentes a alterações de datas e solicitações de prorrogação das inspeções ordinárias; emitidos 284 pareceres técnicos, além de 24 via Sistema Eletrônico de Informações, referentes às inspeções ordinárias de 2014, encaminhados eletronicamente a cada uma das varas federais e turmas recursais e ao Conselho Nacional de Justiça. Restam 2 pareceres técnicos aguardando exame na Corregedoria, tendo 122 processos sido concluídos até 15 de dezembro. Há 252 processos aguardando das varas federais retorno de informações adicionais solicitadas. Foram dispensadas da inspeção anual 7 varas federais e 1 turma recursal, por contarem com menos de um ano da instalação (art. 114, § 5º, do Provimento Geral da Corregedoria).

QUADRO 36  
Processos autuados - SEI

Classe	Total
Consulta	28
Correição extraordinária	–
Correição geral ordinária	12
Correição parcial	59
Expediente administrativo	589
Inquérito	–
Inspeção ordinária	482
Procedimento avulso	181
Recurso em processo administrativo disciplinar	–
Representação	28
Sindicância	–
<b>Total</b>	<b>1.379</b>



QUADRO 37  
Processos encerrados/arquivados

Classe	Quantidade (SEI)	Quantidade (físico)
Consulta	178	2
Correição extraordinária	2	–
Correição geral ordinária	43	3
Correição parcial	176	57
Expediente administrativo	3.567	355
Inquérito	0	–
Inspeção ordinária	892	103
Procedimento avulso	332	25
Recurso em processo administrativo disciplinar	–	–
Representação	58	4
Sindicância	–	–
<b>Total</b>	<b>5.248</b>	<b>549</b>

QUADRO 38  
Decisões e despachos proferidos por procedimento — físicos e SEI

Classe	Decisões (físicos)	Despachos (físicos)	Decisões (SEI)	Despachos (SEI)	Decisões (físicos + SEI)	Despachos (físicos + SEI)
Correição extraordinária	–	–	–	–	–	–
Correição geral ordinária	–	–	–	16	–	16
Correição parcial	–	–	52	80	52	80
Representação	–	–	5	63	5	63
Expediente administrativo	–	910	3	1.175	3	2.085
Inspeção ordinária	–	50	2	254	2	304
Procedimento avulso	–	10	30	339	30	349
Recurso em sindicância	–	–	–	–	–	–
Recurso em processo administrativo disciplinar	–	–	–	–	–	–
Consulta	–	3	1	62	1	65
Inquérito	–	8	–	–	–	8
<b>Total</b>	<b>–</b>	<b>981</b>	<b>93</b>	<b>1.989</b>	<b>93</b>	<b>2.970</b>



## META 2 DAS CORREGEDORIAS

A meta de relatar 80% dos procedimentos disciplinares em 180 dias, relativa à meta de nivelamento das Corregedorias do Conselho Nacional de Justiça, foi cumprida, restando atualmente 15 procedimentos dessa natureza pendentes de julgamento, dos quais 12 iniciados no ano de 2015.

## ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DAS NORMAS RELATIVAS À CORREGEDORIA REGIONAL

A proposta de “Atualização e Compatibilização das Normas Relativas à Corregedoria Regional” foi realizada, estando o projeto de novo Provimento Geral Consolidado pronto para ser submetido à consideração do Conselho de Administração, o que será realizado no início do ano de 2016.

## OUIDORIA JUDICIAL

A Ouvidoria da Justiça Federal possui, entre suas competências, recepcionar, encaminhar e obter resposta efetiva às reclamações, solicitações e dúvidas demandadas pelos jurisdicionados acerca da movimentação de processos na Justiça Federal de 1º grau.

Foi recebido um montante de 6.575 manifestações formalizadas via *e-mail*, por correspondências, presencial, pelo antigo sistema Siouv (atualmente em desuso) e pelo SEI–Seouj, distribuídas da seguinte forma:

- manifestações cadastradas no sistema Siouv até 31 de março de 2015: 27 comentários, 49 denúncias, 18 elogios, 470 sobre morosidade processual, 174 pedidos de informação, 154 reclamações/críticas, 17 sugestões, 18 sobre mandado de segurança e 5 sobre liminares; manifestações cadastradas no sistema SEI–Seouj: 133 relativas a acesso a informação pública, 1 sobre consulta/orientação/providência, 65 elogios, 18 sobre expediente administrativo – Coger, 410 informações, 1.711 pedidos de informação, 12 sobre procedimento avulso, 3.210 reclamações, 3 representações, 6 requerimentos e 74 sugestões.

A Ouvidoria Judicial encaminhou 1.420 ofícios às respectivas varas de origem.

Pelo Sistema SEI–Seouj, há, no momento, 52 processos aguardando finalização na unidade.



QUADRO 39  
Dados da Ouvidoria – Sistema SEI-Seouj – consolidação da 1ª Região

Tipo	Quantidade
Acesso à informação pública	133
Compensação de dias trabalhados	1
Consulta/orientação/providência	1
Elogio	65
Expediente administrativo – Coger	18
Férias	1
Indenização	1
Informação	410
Pedido de informação	1.711
Pedido de providência à Corregedoria	1
Precatório/RPV	1
Procedimento avulso	12
Reclamação	3.210
Representação	3
Requerimento	6
Sugestão	74
<b>Total</b>	<b>5.648</b>

## RECURSOS

Melhoria da gestão de pessoas

Aperfeiçoamento da gestão de custos

Instituição da governança judiciária

Melhoria da infraestrutura e governança de TI





# MELHORIA DA GESTÃO DE PESSOAS

## OBJETIVO ESTRATÉGICO

Desenvolver o potencial humano nos órgãos da Justiça Federal

### ■ Descrição do objetivo

Fortalecer o grau de satisfação no ambiente de trabalho, promovendo políticas de gestão de pessoas que contribuam para o bem-estar de magistrados e servidores e para a melhoria do clima organizacional.

## MAGISTRADOS DA 1ª REGIÃO

99

### NOVA COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

Em 26 de maio, o desembargador federal Reynaldo Fonseca foi promovido a ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Em 3 de junho, o advogado Hercules Fajoses tomou posse no cargo de desembargador federal, em vaga decorrente da aposentadoria voluntária, em 2014, do desembargador federal Carlos Olavo.

Em 13 de outubro, o desembargador federal Candido Moraes aposentou-se voluntariamente.

Em 3 de dezembro, o juiz federal Carlos Pires Brandão tomou posse no cargo de desembargador federal em vaga decorrente da promoção do desembargador Reynaldo Fonseca ao Superior Tribunal de Justiça.



Desembargador federal Hercules Fajoses



Desembargador federal Carlos Augusto Pires Brandão



QUADRO 40  
Diretorias de foro

Seção judiciária	Diretor	Mandato	Vice-diretor	Mandato
AC	Náiber Pontes de Almeida	01/06/2014 a 31/05/2016	Jair Araújo Facundes	01/06/2014 a 31/05/2016
AP	Lívia Cristina Marques Peres	01/06/2014 a 31/05/2016	Anselmo Gonçalves da Silva	01/06/2014 a 31/05/2016
AM	Marília Gurgel Rocha de Paiva e Sales	01/06/2014 a 31/05/2016	Ana Paula Serizawa Silva Podedworny	01/06/2014 a 31/05/2016
BA	Iran Esmeraldo Leite	01/06/2014 a 31/05/2016	Dirley da Cunha Júnior	01/06/2014 a 31/05/2016
DF	Rui Costa Gonçalves	01/06/2014 a 31/05/2016	Vallisney de Souza Oliveira	01/06/2014 a 31/05/2016
GO	Paulo Ernane Moreira Barros	01/06/2014 a 31/05/2016	Carlos Roberto Alves dos Santos	01/06/2014 a 31/05/2016
MA	Ronaldo Castro Destêro e Silva	01/06/2014 a 31/05/2016	Lino Oswaldo Serra Sousa Segundo	01/06/2014 a 31/05/2016
MG	Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes	01/06/2014 a 31/05/2016	Simone dos Santos Lemos Fernandes	01/06/2014 a 31/05/2016
MT	Roberto Luis Luchi Demo	10/02/2015 a 31/05/2016	Régis de Souza Araújo	10/02/2015 a 31/05/2016
			Roberto Luis Luchi Demo	01/06/2014 a 09/02/2015
PA	Arthur Pinheiro Chaves	01/06/2014 a 31/05/2016	Lucyana Said Daibes Pereira	01/06/2014 a 31/05/2016
PI	Daniel Santos Rocha Sobral	01/06/2014 a 31/05/2016	Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira	01/06/2014 a 31/05/2016
RO	Dimis da Costa Braga	10/02/2015 a 31/05/2016	Herculano Martins Nacif	10/02/2015 a 07/11/2015
RR	Wagner Mota Alves de Souza	01/06/2014 a 10/01/2015	Clara da Mota Santos Pimenta Alves	01/06/2014 a 08/02/2015
	Diego Leonardo Andrade de Oliveira	10/02/2015 a 25/10/2015	Luzia Farias da Silva Mendonça	10/02/2015 a 25/10/2015
	Luzia Farias da Silva Mendonça	26/10/2015 a 31/05/2016	Diego Leonardo Andrade de Oliveira	26/10/2015 a 31/05/2016
TO	Denise Dias Dutra Drumond	01/06/2014 a 31/05/2016	Waldemar Claudio de Carvalho	01/06/2014 a 22/02/2015



No primeiro grau de jurisdição, a Justiça Federal da 1ª Região conta com um quadro de 657 cargos de juiz federal e de juiz federal substituto, estando 472 providos e 185 vagos (situação em 31 de dezembro de 2015).

QUADRO 41  
Cargos de juiz federal e de juiz federal substituto

Seção judiciária	Juiz federal			Juiz federal substituto		
	Providos	Vagos	Total	Providos	Vagos	Total
AC	8	–	8	3	2	5
AM	13	–	13	3	7	10
AP	8	–	8	1	7	8
BA	55	–	55	9	34	43
DF	36	–	36	18	9	27
GO	31	–	31	7	18	25
MA	24	–	24	5	13	18
MG	101	–	101	39	44	83
MT	20	–	20	2	15	17
PA	28	–	28	3	19	22
PI	15	1	16	9	4	13
RO	12	1	13	6	4	10
RR	4	–	4	1	3	4
TO	9	–	9	2	4	6
<b>Total</b>	<b>364</b>	<b>2</b>	<b>366*</b>	<b>108</b>	<b>183</b>	<b>291</b>

Fonte: Asmag.

\* Considerados os 75 juízes federais das turmas recursais.

**CONCURSO DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO**■ **XV Concurso**

## QUADRO 42

Lista dos aprovados no XV Concurso Público para  
Juizes Federais Substitutos da 1ª Região\*

Juiz federal substituto
Eduardo Ribeiro de Oliveira
Domingos Daniel Moutinho da Conceição Filho
Lucilio Linhares Perdigão de Moraes
Flávia de Macêdo Nolasco
Rodrigo Gonçalves de Souza
Monique Martins Saraiva
Tannille Ellen Nascimento de Macêdo
Frederico Pereira Martins
Marianne Bezerra Sathler Borré
Jeffersson Ferreira Rodrigues
Vinícius Magno Duarte Rodrigues
Fernando Braz Ximenes
Rolando Valcir Spanholo
Manoel Antônio dos Santos Neto
Roseli de Queiros Batista Ribeiro
Cristiano Mauro da Silva
Pedro Ivo Martins Caruso Dippolito
Jaime Travassos Sarinho
Igor Itapary Pinheiro
Bernardo Tinôco de Lima Horta
Hugo Leonardo Abas Frazão
Gianne de Freitas Andrade
Maria Carolina Akel Ayoub
Aline Soares Lucena Carnáuba
Marcelo Elias Vieira
Jorge Souza Peixoto
Gabriel Zago Capanema Vianna de Paiva
Flávio Ayres dos Santos Pereira



Juiz federal substituto
Leonardo Hernandez Santos Soares
Victor de Carvalho Saboya Albuquerque
Rodrigo Gasiglia de Souza
Raimundo Bezerra Mariano Neto
Rossana dos Santos Tavares
William Ken Aoki
Paulo César Moy Anaisse
Marcos José Brito Ribeiro
Francisco Antonio de Moura Junior
Alessandra Gomes Faria Baldini
Felipe Eugênio de Almeida Aguiar
Filipe Aquino Pessoa de Oliveira
Thatiana Cristina Nunes Campelo
Rafael Ângelo Slomp
Manoel Pedro Martins de Castro Filho
Claudia Schlichta Giusti Belache
Diego Câmara Alves
Renata Almeida de Moura
Mônica Guimarães Lima
Carlos Adriano Miranda Bandeira
Antônio Lúcio Túlio de Oliveira Barbosa
Pedro Maradei Neto
Sandra Maria Correia da Silva
Victor Curado Silva Pereira
Rafael Franklim Bussular
João Paulo Morretti de Souza
Milena Souza de Almeida
Andre Dias Irigon
Fernanda Martinez Silva Schorr
Hiram Armênio Xavier Pereira

Fonte: Asmag.

\* O presidente, em 28 de janeiro de 2015, deferiu os pedidos de prorrogação de nomeação dos candidatos Manoel Antônio dos Santos Neto e Pedro Ivo Martins Caruso Dippolito.

Nota: posse ocorrida no dia 29 de janeiro de 2015.



### ■ XVI Concurso

O XVI Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da 1ª Região, inicialmente, foi aberto com o objetivo de preenchimento de 155 cargos vagos. Após análise dos processos de inscrição preliminar, foram homologadas 10.363 inscrições.

Em 21 de junho de 2015, foi aplicada a prova objetiva seletiva, com a aprovação de 342 candidatos para as provas escritas, que foram realizadas em 21, 22 e 23 de agosto do mesmo ano, aprovando-se 126 candidatos para a 3ª etapa (inscrição definitiva, sindicância da vida pregressa e investigação social, exames de sanidade física e mental e exame psicotécnico), realizada no período de 29 de janeiro a 22 de fevereiro de 2016, seguida da convocação para a realização da prova oral.

### VACÂNCIA

QUADRO 43  
Vacância no TRF 1ª Região

Desembargador federal	A partir de	Motivo
Reynaldo Fonseca	25/05/2015	Promoção ao STJ
Candido Moraes	13/10/2015	Aposentadoria voluntária

104

Fonte: Asmag.

QUADRO 44  
Vacância nas seções judiciárias

Juiz federal	Seção judiciária	A partir de	Motivo
Carlos Adriano Miranda Bandeira	Lotação provisória na Esmaf	05/03/2015	Posse na 2ª Região
César Antônio Ramos	SJGO	10/01/2015	Falecimento
Herculano Martins Nacif	SJRO	07/11/2015	Falecimento
Marcelo Antonio Cesca	SJDF	11/12/2015	Aposentadoria por invalidez
Maria Carolina Akel Ayoub	Lotação provisória na Esmaf	05/03/2015	Posse na 2ª Região
Maria Helena Carreira Alvim Ribeiro	SSJ/Juiz de Fora/MG	19/06/2015	Aposentadoria voluntária

Fonte: Asmag.

**VITALICIAMENTO**

QUADRO 45  
Vitaliciamento de juízes federais substitutos

Juiz federal substituto	Data
Bruno Anderson Santos da Silva	22/02
Caio Castagine Marinho	22/02
Carolyne Souza de Macêdo Oliveira	22/02
Clécio Alves de Araujo	22/02
Danila Gonçalves de Almeida	22/02
Diana Maria Wanderlei da Silva	22/02
Diego Leonardo Andrade de Oliveira	22/02
Diogo Souza Santa Cecilia	22/02
Eduardo Santos Rocha Penteadó	22/02
Emanuel José Matias Guerra	22/02
Fatima Aurora Guedes Afonso Archangelo	12/09
Felipe Bouzada Flores Viana	22/02
Flávio Fraga e Silva	22/02
Frederico Botelho de Barros Viana	22/02
Gabriela Silva Macedo	22/02
Gilberto Pimentel de Mendonça Gomes Junior	22/02
Heitor Moura Gomes	22/02
Herley de Luz Brasil	22/02
Hilton Savio Gonçalves Pires	12/09
José Flávio Fonseca de Oliveira	22/02
Jucelio Fleury Neto	22/02
Leonardo Tavares Saraiva	22/02
Liviane Kelly Soares Vasconcelos	22/02
Luzia Farias da Silva Mendonça	22/02
Marcel Queiroz Linhares	22/02
Maria Carolina Valente do Carmo	12/09
Mauro César Garcia Patini	22/02

Juiz federal substituto	Data
Moisés da Silva Maia	16/12
Omar Bellotti Ferreira	22/02
Pablo Enrique Carneiro Baldivieso	16/12
Paulo Máximo de Castro Cabacinha	22/02
Pedro Felipe de Oliveira Santos	22/02
Rafael de Sousa Branquinho e Assis	22/02
Rafael Lima da Costa	22/02
Rafael Tadeu Rocha da Silva	22/02
Ricardo Beckerath da Silva Leitão	22/02
Robson de Magalhães Pereira	22/02
Rodrigo Parente Paiva Bentemuller	22/02
Roseli de Queiros Batista Ribeiro	16/12
Tiago Borré	22/02
Togo Paulo Penna Ricci	22/02
Umberto Paulini	22/02
Walisson Gonçalves Cunha	22/02
Walter Henrique Vilela Santos	22/02

Fonte: Asmag.

## CONVOCAÇÃO DE JUÍZES FEDERAIS

QUADRO 46  
Auxílio em gabinete de desembargador federal

Desembargador federal	Juiz federal convocado	Período	Seção judiciária de origem
Cândido Ribeiro (presidente)	Alexandre Buck Medrado Sampaio	02/03 a 19/10/2015	DF
	Antonio Oswaldo Scarpa	02/05/2014 a 23/08/2015	BA
	César Cintra Jatahy Fonseca	28/04/2014 a 31/01/2016	BA
	Luciana Pinheiro Costa	06/05/2014 a 31/01/2016	MG



Desembargador federal	Juiz federal convocado	Período	Seção judiciária de origem
Neuza Alves (vice-presidente)	Henrique Gouveia da Cunha	07/01/2015 *	SSJ/UBA
Carlos Moreira Alves (corregedor regional)	Lincoln Rodrigues de Farias	25/04/2012 a 31/01/2016	SSJ/UBI
	David Wilson de Abreu Pardo	08/09/2014 *	DF
	Marcelo Velasco Nascimento Albernaz	04/02/2013 *	DF
	Rodrigo Navarro de Oliveira	28/04/2014 *	DF

Fonte: Asmag.

\* O término da convocação se dará na data da mudança da nova gestão para o biênio 2016-2018, que ocorrerá em abril de 2016.

QUADRO 47  
Substituição de desembargador federal

107

Desembargador federal	Juiz(a) federal convocado (a)	Seção judiciária de origem	Período
Ângela Catão	André Gonçalves de Oliveira Salce	26ª Vara Federal SJMG	06/10/2015 a 04/11/2015
	Antonio Claudio Macedo da Silva	1ª Relatoria da 3ª TR/DF	01/09/2015 a 30/09/2015
	Ávio Mozar José Ferraz de Novaes	12ª Vara SJBA	20/04/2015 a 19/05/2015
Candido Moraes	Francisco Neves da Cunha	22ª Vara Federal SJDF	15/10/2015*
	Sandra Lopes Santos de Carvalho	23ª Vara Federal SJBA	27/01/2015 a 25/02/2015
Daniel Paes Ribeiro	Daniele Maranhão Costa	5ª Vara Federal SJDF	09/02/2015 a 10/03/2015
	Hind Ghassan Kayath	2ª Vara Federal SJPA	28/09/2015 a 27/10/2015
Francisco de Assis Betti	Cleberon José Rocha	7ª Vara Federal SJDF	05/03/2012 a 31/01/2016
Gilda M. Sigmaringa Seixas	Ávio Mozar José Ferraz de Novaes	12ª Vara Federal SJBA	06/07/2015 a 04/08/2015
Hilton Queiroz	Pablo Zuniga Dourado	2ª Relatoria da 2ª TR/MA	29/06/2015 a 09/08/2015 20/10/2015 a 18/12/2015



Desembargador federal	Juiz(a) federal convocado (a)	Seção judiciária de origem	Período
I'talo Mendes	Rosimayre Gonçalves de Carvalho	2ª Relatoria da 3ª TR/DF	07/05/2015 a 05/06/2015 31/08/2015 a 29/09/2015
Jamil de Jesus Oliveira	Waldemar Claudio de Carvalho	14ª Vara Federal SJDF	22/04/2015 a 21/05/2015
Jirair Aram Meguerian	Hind Ghassan Kayath	2ª Vara Federal SJPA	07/01/2015 a 05/02/2015
	Reginaldo Márcio Pereira	2ª Relatoria da 3ª TR/MG	18/08/2015 a 15/09/2015 15/06/2015 a 04/07/2015
João Batista Moreira	Evaldo de Oliveira Fernandes, Filho	14ª Vara Federal SJMG	02/02/2015 a 31/05/2015
	Rogéria Maria Castro Debelli	4ª Vara Federal SJMG	01/06/2015 a 03/07/2015 13/10/2015 a 11/11/2015
João Luiz de Souza	Francisco Neves da Cunha	22ª Vara Federal SJDF	22/07/2015 a 20/08/2015
José Amilcar Machado	Rodrigo de Godoy Mendes	3ª Relatoria da 1ª TR/MG	01/07/2015 a 26/08/2015
Kassio Marques	Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho	4ª Vara Federal SJPI	14/07/2015 a 13/08/2015
Marcos Augusto de Sousa	Alexandre Jorge Fontes Laranjeira	23ª Vara Federal SJDF	01/10/2015 a 30/10/2015
	Mark Yshida Brandão	7ª Vara Federal da SJGO	07/01/2015 a 05/02/2015
Maria do Carmo Cardoso	André Prado de Vasconcelos	7ª Vara Federal SJMG	18/05/2015 a 16/06/2015
Mário César Ribeiro	Klaus Kuschel	33ª Vara Federal SJMG	08/06/2015 a 07/07/2015
Mônica Sifuentes	Renato Martins Prates	8ª Vara Federal SJMG	07/01/2015 a 05/02/2015 01/07/2015 a 07/08/2015



Desembargador federal	Juiz(a) federal convocado (a)	Seção judiciária de origem	Período
Novély Vilanova	Carlos D'Avila Teixeira	13ª Vara Federal SJBA	01/10/2015 a 30/10/2015
	Itagiba Catta Preta Neto	4ª Vara Federal SJDF	04/05/2015 a 02/06/2015
	Lana Lígia Galati	3ª Relatoria da 3ª TR/DF	02/02/2015 a 03/03/2015
Ney Belo	George Ribeiro da Silva	10ª Vara Federal SJMA	09/09/2015 a 30/10/2015
	Lilian Oliveira da Costa Tourinho	2ª Relatoria da 1ª TR/BA	06/04/2015 a 05/05/2015
Reynaldo Fonseca	Maria Cecília de Marco Rocha	1ª Relatoria da 1ª TR/BA	12/01/2015 a 13/02/2015
	Murilo Fernandes de Almeida	9ª Vara Federal SJMG	22/05/2014 a 19/01/2015
	Rafael Paulo Soares Pinto	25ª Vara Federal SJDF	16/03/2015 a 17/04/2015 24/04/2015 a 23/05/2015 26/05/2015 a 02/06/2015
Olindo Menezes	Alderico Rocha Santos	5ª Vara Federal SJGO	26/01/2015 a 23/04/2015
	Marcus Vinícius Reis Bastos	12ª Vara Federal SJDF	08/06/2015 a 31/08/2015
	Pablo Zuniga Dourado	2ª Relatoria da 2ª TR/MA	01/09/2015 a 19/10/2015
	Alexandre Buck Medrado Sampaio	3ª Relatoria da 4ª TR/MG	20/10/2015**
Souza Prudente	Carlos Eduardo Castro Martins	1ª Relatoria da 2ª TR/DF	07/01/2015 a 05/02/2015
	Francisco Neves da Cunha	22ª Vara Federal SJDF	28/01/2015 a 05/02/2015
	Márcio Barbosa Maia	26ª Vara Federal SJDF	01/07/2015 a 26/07/2015
	Waldemar Claudio de Carvalho	14ª Vara Federal SJDF	10/11/2015 a 18/12/2015

Fonte: Asmag.

\* Aguardando nomeação para o cargo de desembargador federal.

\*\* Até retorno do desembargador federal Olindo Menezes, convocado ao STJ.



QUADRO 48  
Auxílio em gabinete de desembargador federal

Desembargador federal	Juiz federal convocado	Período	Seção Judiciária de origem
Cândido Ribeiro (presidente)	Alexandre Buck Medrado Sampaio	02/03/2015 a 19/10/2015	DF
	Antonio Oswaldo Scarpa	02/05/2014 a 23/08/2015	BA
	César Cintra Jatahy Fonseca	28/04/2014 a 31/01/2016	BA
	Luciana Pinheiro Costa	06/05/2014 a 31/01/2016	MG
Neuza Alves (vice-presidente)	Henrique Gouveia da Cunha	07/01/2015 *	SSJ/UBA
Carlos Moreira Alves (corregedor regional)	Lincoln Rodrigues de Farias	25/04/2012 a 31/01/2016	SSJ/UBI
	David Wilson de Abreu Pardo	08/09/2014 *	DF
	Marcelo Velasco Nascimento Albernaz	04/02/2013 *	DF
	Rodrigo Navarro de Oliveira	28/04/2014 *	DF

Fonte: Asmag.

\* O término da convocação se dará na data da mudança da nova gestão para o biênio 2016-2018, que ocorrerá em abril/2016.

QUADRO 49  
Auxílio em outros órgãos

Órgão	Magistrado	Período
STJ	Desembargador federal Olindo Menezes	A partir de 08/06/2015
	Juiz federal Márcio Flávio Mafra Leal – SJDF	29/07/2014 a 30/01/2016
	Juiz Federal Marcio Luiz Coêlho de Freitas – SJDF	17/04/2013 a 20/02/2016
TSE	José Márcio da Silveira e Silva – SJTO	27/07/2015 a 27/07/2016
	Paulo Ricardo de Souza Cruz – SJBA	27/10/2015 a 26/10/2016

Fonte: Asmag.

## MOVIMENTAÇÃO DE JUÍZES FEDERAIS E JUÍZES FEDERAIS SUBSTITUTOS

QUADRO 50

Juízes federais e juízes federais substitutos desligados por remoção

Magistrado	Removido para
Flavio Marcondes Soares Rodrigues	5ª Região
Danielli Farias Rabêlo Leitão Rodrigues	5ª Região
Alexey Suusmann Pere	3ª Região
Lilian Mara de Souza Ferreira	2ª Região
Ubiratan Cruz Rodrigues	2ª Região
Victor Cretella Passos Silva	2ª Região

Fonte: Asmag.

QUADRO 51

Juízes federais e juízes federais substitutos ingressos por remoção  
(permuta entre regiões)

Magistrado	Origem
Ana Lya Ferraz da Gama Ferreira	3ª Região
Wilton Sobrinho da Silva	2ª Região
Pablo Enrique Carneiro Baldivieso	5ª Região
Moisés da Silva Maia	5ª Região
Jorge Alberto Araujo de Araujo	3ª Região
Fatima Aurora Guedes Afonso Archangelo	2ª Região
Hilton Savio Gonçalves Pires	2ª Região
José Geraldo Amaral Fonseca Junior	2ª Região
Maria Carolina Valente do Carmo	2ª Região

Fonte: Asmag.



**QUADRO 52**  
Remoção de juízes federais

Magistrado	Origem	Destino
Ana Lya Ferraz da Gama Ferreira	6ª Vara Federal SJMT	2ª Vara Federal SSJ Cáceres/MT
Adelmar Aires Pimenta da Silva	4ª Vara Federal SJTO	2ª Vara Federal SJTO
Bruno Teixeira de Castro	2ª Vara Federal SSJ Marabá/PA	Vara Única Federal SSJ Uruaçu/GO
Caio Castagine Marinho	1ª Vara Federal SSJ Imperatriz/MA	11ª Vara Federal SJPA
Candice Lavocat Galvão Jobim	1ª Relatoria da 1ª TR/PA/AP	3ª Relatoria da 2ª TR/GO
Carlos Roberto Alves dos Santos	2ª Relatoria da 1ª TR/GO	12ª Vara Federal SJGO
Francisco Renato Codevila Pinheiro Filho	13ª Vara Federal SJGO	15ª Vara Federal SJDF
Gustavo Sorato Uliano	1ª Relatoria da TR/AC	Vara Única Federal da SSJ Unai/MG
Heitor Moura Gomes	2ª Vara Única Federal SSJ Tucuruí/PA	2ª Vara Única Federal SSJ Marabá/PA
Ilan Presser	11ª Vara Federal SJPA	1ª Relatoria da 12ª TR/PA/AP
Marcelo Rebello Pinheiro	Vara Única Federal SSJ/Unai/MG	16ª Vara Federal SJDF
Marcos Silva Rosa	3ª Relatoria da 2ª TR/GO	13ª Vara Federal SJGO
Pedro Felipe de Oliveira Santos	6ª Vara Federal SJGO	4ª Vara Federal SJTO
Raquel Soares Chiarelli	Vara Única Federal SSJ Uruaçu/GO	2ª Relatoria da 1ª TR/GO
Waldemar Claudio de Carvalho	2ª Vara Federal SJTO	14ª Vara Federal SJDF
Leandro Saon da Conceição Branco	Vara Única Federal SSJ São João del-Rei/MG	5ª Vara Federal SSJ Juiz de Fora/MG
Marco Fratezzi Gonçalves	Vara Única Federal SSJ Araguaína/TO	3ª Vara Federal SSJ Montes Claros/MG
José Geraldo Amaral Fonseca Júnior	Lotação provisória para magistrados	4ª Vara Federal SJAC

Fonte: Asmag.

**QUADRO 53**  
Remoção de juiz federal substituto

Magistrado	Origem	Destino
Adonias Ribeiro de Carvalho Neto	Vara Única Federal SSJ Raimundo Nonato/PI	1ª Vara Federal SJPI
Wilton Sobrinho da Silva	Lotação provisória para magistrados	Vara Única Federal SSJ Ilhéus/BA
Bruno Anderson Santos da Silva	1ª Vara Federal SSJ Feira de Santana/BA	3ª Vara Federal SJDF



Magistrado	Origem	Destino
Diana Maria Wanderlei da Silva	2ª Vara Federal SSJ Imperatriz/MA	5ª Vara Federal SJDF
Eduardo Santos da Rocha Penteado	1ª Vara Federal SSJ Ji-Paraná/RO	14ª Vara Federal SJDF
Felipe Bouzada Flores Viana	Vara Única Federal SSJ Rio Verde/GO	4ª Vara Federal SSJ Uberlândia/MG
Frederico Botelho de Barros Viana	Vara Única Federal SSJ Luziânia/GO	4ª Vara Federal SJDF
Luisa Ferreira Lima Almeida	18ª Vara Federal SJBA	21ª Vara Federal SJBA
Rodrigo Parente Paiva Bentemuller	1ª Vara Federal SJAP	6ª Vara Federal SJDF
Togo Paulo Penna Ricci	2ª Vara Federal SJAP	5ª Vara Federal SSJ Juiz de Fora/MG
Moisés da Silva Maia	Lotação provisória para magistrados	4ª Vara Federal SJAC
Felipe Andrade Gouvêa	8ª Vara Federal SJGO	3ª Vara Federal SSJ Contagem/MG

Fonte: Asmag.

#### QUADRO 54 Promoção de juiz federal

Magistrado	Vigência	Lotação
Jamyl de Jesus Silva	06/04/2015	Vara Federal Única SSJ Corrente/PI
Alessandra Gomes Faria Baldini	14/12/2015	Vara Federal Única SSJ Cruzeiro do Sul/AC
Ana Lya Ferraz da Gama Ferreira	14/12/2015	2ª Vara Federal SSJ Cáceres/MT
André Dias Irigon	14/12/2015	Vara Federal Única SSJ Oiapoque/AP
Antônio Lúcio Túlio de Oliveira Barbosa	14/12/2015	Vara Federal Única SSJ Juína/MT
Bernardo Tinoco de Lima Horta	14/12/2015	1ª Vara Federal SSJ Ji-Paraná/RO
Célia Regina Ody Bernardes	14/12/2015	Vara Federal Única SSJ Tabatinga/AM
Domingos Daniel Moutinho da Conceição Filho	14/12/2015	1ª Vara Federal SSJ Santarém/PA
Filipe Aquino Pessoa de Oliveira	14/12/2015	Vara Federal Única SSJ Balsas/MA
Hilton Savio Gonçalo Pires	14/12/2015	6ª Vara Federal SJAP
Hugo Leonardo Abas Frazão	14/12/2015	Vara Federal Única SSJ Tucuruí/PA
Igor Itapary Pinheiro	14/12/2015	2ª Vara Federal da SJRR
Jorge Alberto Araújo de Araújo	14/12/2015	1ª Vara Federal SSJ Imperatriz/MA
José Geraldo Amaral Fonseca Júnior	14/12/2015	4ª Vara Federal SJAC
Leonardo Hernandez Santos Soares	14/12/2015	Vara Federal Única SSJ Vilhena/RO
Lucilio Linhares Perdigão de Moraes	14/12/2015	4ª Vara Federal SJRO
Marcelo Elias Vieira	14/12/2015	2ª Vara Federal SSJ Ji-Paraná/RO



Magistrado	Vigência	Lotação
Maria Candida Carvalho Monteiro de Almeida	14/12/2015	1ª Relatoria da TR/AC
Maria Carolina Valente do Carmo	14/12/2015	Vara Federal Única SSJ Altamira/PA
Monique Martins Saraiva	14/12/2015	2ª Vara Federal SJRO
Paulo Cesar Moy Anaisse	14/12/2015	Vara Federal Única SSJ Itaituba/PA
Pedro Maradei Neto	14/12/2015	Vara Federal Única SSJ Tefé/AM
Rodrigo Gasiglia de Souza	14/12/2015	Vara Federal Única SSJ Guajará-Mirim/RO
Roseli de Queiros Batista Ribeiro	14/12/2015	Vara Federal Única SSJ Araguaína/TO
Victor Curado Silva Pereira	14/12/2015	Vara Federal Única SSJ Laranjal do Jari/AP
Victor de Carvalho Saboya Albuquerque	14/12/2015	Vara Federal Única SSJ Paragominas/PA

Fonte: Asmag.

## APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

O Tribunal realizou as seguintes atividades destinadas à capacitação de magistrados da 1ª Região, sob a direção do desembargador federal João Batista Gomes Moreira e da vice-diretora, desembargadora federal Mônica Sifuentes.

114

### CURSOS

- **Curso de formação inicial: suporte de introdução à atividade jurisdicional**

Realizado no período de 2 de fevereiro a 29 de maio, na sede da Esmaf, em Brasília/DF, destinado aos juízes federais substitutos aprovados no XV Concurso, com carga horária de 589,2 horas-aula, distribuídas em 17 módulos. Foram capacitados 54 juízes federais substitutos.





### ■ I Curso de vitaliciamento de juízes federais substitutos aprovados no XV Concurso

Realizado sob a coordenação dos juízes federais Marcelo Velasco Albernaz, Marco Antônio Barros Guimarães e Vânia Cardoso Andre de Moraes, no período de 2 a 4 de dezembro, na sede da Esmaf, com a presença de 54 magistrados federais substitutos em fase de vitaliciamento. A carga horária total do curso foi de 62 horas-aula, sendo 22 na modalidade presencial e 40 na modalidade a distância.

### CONVÊNIOS

No dia 18 de março de 2015, a Escola de Magistratura Federal concluiu processo seletivo de magistrado para ingresso no curso de mestrado em direito comparado, ministrado pela Cumberland School of Law – Samford University. O processo faz parte do convênio firmado, em março de 2013, entre a Esmaf e a universidade americana de cooperação internacional para interação em programas de educação jurídica.

Na ocasião, o juiz federal Leonardo Tocchetto Pauperio foi avaliado e aprovado pela banca examinadora da Escola de Magistratura para participar do mestrado com início em junho de 2015 e duração de cinco anos.

115

### PALESTRAS

No dia 7 de maio de 2015, foram ministradas palestras, na sede da Esmaf, sobre o novo Código de Processo Civil pelo jurista Luiz Guilherme Marinoni, professor doutor de Direito Processual Civil da Universidade Federal do Paraná (UFPR), um dos principais especialistas brasileiros na matéria, que discorreu sobre o tema “Precedentes obrigatórios”, e pelo desembargador federal e professor doutor Souza Prudente, que abordou o assunto “Aspectos polêmicos do novo CPC”. Participaram da palestra cerca de 80 pessoas, entre desembargadores, juízes federais, servidores, advogados e estudantes de direito.

### EVENTOS EXTERNOS

O Tribunal autorizou a participação de magistrados nos seguintes eventos externos:

QUADRO 55  
Eventos externos

Eventos	Participantes
Desafios dos juízes e paradoxos da argumentação Promotor: Instituto de Direito Público – IDP Local: Brasília/DF Período: 12 a 16/01/2015	29 magistrados
II Jornada de direito comercial Promotor: Centro de Estudos Judiciários do CJF Local: Brasília/DF Período: 26 a 27/02/2015	4 magistrados



Eventos	Participantes
Curso de formação de formadores – básico Promotor: Enfam Local: Belo Horizonte/MG Período: 9 a 11/03/2015	9 magistrados
Curso de formação de formadores – avançado Promotor: Enfam Local: Belo Horizonte/MG Período: 12 a 13/03/2015	2 magistrados
Curso de formação de formadores Promotor: Enfam Local: Brasília/DF Período: 23 a 25/03/2015	6 magistrados
III Seminário luso-brasileiro de direito Promotor: Instituto de Ciências Jurídico Políticas – ICJP Local: Lisboa/Portugal Período: 7 a 09/04/2015	7 magistrados
Curso “Laboratório de aprimoramento docente” Promotor: Enfam Local: Brasília/DF Período: 14 a 15/04/2015	5 magistrados
V Simpósio internacional para o enfrentamento ao tráfico de pessoas Promotor: Conselho Nacional de Justiça/Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região Local: São Paulo/SP Período: 16 a 17/04/2015	2 magistrados
Curso de oratória Promotor: Escola Superior de Advocacia da OAB/GO Local: Goiânia/GO Período: 22, 23 e 27 a 30/04/2015	1 magistrado
Curso “Laboratório de aprimoramento docente – estudo de caso como método pedagógico de ensino” Promotor: Enfam Local: Goiânia/GO Período: 12 a 13/05/2015	2 magistrados
Simpósio “Pirataria <i>on-line</i> – desafios e respostas” Promotor: CJF/STJ Local: Brasília/DF Período: 28/05/2015	3 magistrados
Aspectos gerais do sistema penitenciário federal – turma 1 Promotor: Enfam Local: EAD Período: 25/05 a 18/07/2015	3 magistrados
Aspectos gerais do sistema penitenciário federal – turma 2 Promotor: Enfam Local: EAD Período: 01/06 a 25/07/2015	5 magistrados



Eventos	Participantes
Aspectos gerais do sistema penitenciário federal – turma 3 Promotor: Enfam Local: EAD Período: 08/10 a 01/12/2015	5 magistrados
Aspectos gerais do sistema penitenciário federal – turma 4 Promotor: Enfam Local: EAD Período: 16/10 a 08/12/2015	1 magistrado
Fórum nacional de conciliação e mediação – Fonacom Promotor: Ajufe Local: Brasília/DF Período: 1 a 03/06/2015	10 magistrados
Curso “Proteção e segurança de autoridades judiciais” Promotor: Enfam/Exército brasileiro/Escola Superior da Magistratura do Estado de Goiás Local: Goiânia/GO Período: 8 a 12/06/2015	3 magistrados
Seminário “Poder Judiciário e o novo Código de Processo Civil” Promotor: Enfam Local: Brasília/DF Período: 26 a 28/08/2015	9 magistrados
Curso de formação de formadores interinstitucional Promotor: ENM (França)/CEJ-CJF/Enfam Local: Brasília/DF Período: 21 a 25/09/2015	3 magistrados
IV Fonacrim Promotor: Ajufe Local: Florianópolis/SC Período: 23 a 25/09/2015	3 magistrados
Curso “Demandas repetitivas e os grandes litigantes – planejamento estratégico” Promotor: Enfam Local: Brasília/DF Período: 6 a 07/10/2015	3 magistrados
II Encontro nacional de formadores Promotor: Enfam Local: Brasília/DF Período: 21 a 23/10/2015	2 magistrados
21º Ciaed – Congresso internacional Abed de educação a distância Promotor: Associação Brasileira de Educação a Distância Local: Bento Gonçalves/RS Período: 25 a 29/10/2015	1 magistrado
Seminário internacional de direito do consumidor Promotor: Superior Tribunal de Justiça Local: Brasília/DF Período: 16 a 17/11/2015	4 magistrados



## CURSOS, SEMINÁRIOS, CONGRESSOS OU PÓS-GRADUAÇÃO - AFASTAMENTO DE MAGISTRADOS

QUADRO 56  
Juízes afastados para participar de seminários, congressos ou pós-graduação

Magistrado	Período	Curso
Camile Lima Santos	01/06 a 30/07/2015	Tese de doutorado a ser apresentada na Universidade Complutense de Madri, Espanha
Daniel Castelo Branco Ramos	15/07/2013 a 15/05/2015	Pós-graduação <i>stricto sensu</i> (doutorado) na Escola de Direito da Universidade Pace, de White Plains, Nova Iorque, Estados Unidos
Danila Gonçalves de Almeida	6 a 08/10/2015	Seminário “1º Simpósio Internacional Consinter: Aspectos Atuais e Problemáticos do Direito e da Justiça na Espanha e no Brasil” a realizar-se em Barcelona, Espanha
Eduardo Morais da Rocha	01/10/2015 – por 6 meses	Pós-doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Portugal
Emília Maria Velano	31/03/2015 e 6 a 09/04/2015	III Seminário Luso-Brasileiro de Direito, a ser realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em Portugal
Gabriela de Alvarenga Silva Lipiensi	31/08/2015 a 08/09/2015	Seminário Internacional “Cooperação Internacional e Tutela dos Direitos Fundamentais”, organizado pela Ajufe-Ajufesp, a ser realizado em Madrid, Espanha
Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves	07/01/2015 a 31/01/2016	Pós-doutorado na Albert-Luwigs Universität Freiburg (Universidade de Freiburg), na Alemanha
Ivo Anselmo Höhn Junior	14 a 25/09/2015	3ª Escola de Verão em Ciências Criminais e Dogmática Penal Alemães, na Universidade de Göttingen, Alemanha
Leonardo Buisa Freitas	07/01 a 07/07/2015	Tese de doutorado em Direito Tributário na Faculdade de Direito da USP
Kátia Balbino de Carvahó Ferreira	01/05/2013 a 01/05/2015	Curso de mestrado em Direito na Universidade de Montreal, no Canadá
Maria Lúcia Gomes de Souza	07 a 16/02/2015	Seminário Internacional “Cooperação Internacional e Tutela dos Direitos Fundamentais”, organizado pela Ajufe-Ajufesp, a ser realizado em Madrid, Espanha
Marcos Vinicius Lipiensi	27/08/2015 a 08/09/2015	Curso “O Sistema Inglês da Common Law no Contexto da União Européia e do Direito Transnacional”, organizado pela Ajufe, no King’s College London, em Londres, Inglaterra



Magistrado	Período	Curso
Marllon Sousa	31/08 a 04/09/2015	Seminário internacional “O Sistema inglês da Common Law no contexto da União Europeia e do Direito Transnacional”, na King’s College London, em Londres, Inglaterra
Nelson Loureiro dos Santos	03/08/2015 a 02/02/2017	Curso de aperfeiçoamento e estudos jurídicos, na modalidade pós-graduação <i>strictu sensu</i> – mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP
Pedro Alberto Pereira de Mello Calmon Holliday	17/03/2014 a 16/03/2016	Mestrado em Direito Processual Civil – Vitória/ES
Pedro Felipe de Oliveira Santos	17/08/2015 a 31/05/2016	Curso de Mestrado (Master of Law) da Faculdade de Direito da Universidade de Harvard (Harvard Law School)
Pedro Pereira Pimenta	01/11/2014 a 31/08/2015	Mestrado em Direito Constitucional – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa/Portugal
Rafael Ângelo Slomp	4 a 10/10/2015	Seminário Internacional “1º Simpósio Internacional Consinter: ‘Aspectos Atuais e Problemáticos do Direito e da Justiça na Espanha e no Brasil’”, organizado pela Ajufe, a ser realizado em Barcelona, Espanha
Rafael Vasconcelos Porto	6 a 08/10/2015	Seminário “1º Simpósio Internacional Consinter: Aspectos Atuais e Problemáticos do Direito e da Justiça na Espanha e no Brasil” a realizar-se em Barcelona, Espanha
Régis de Souza Araújo	Por 2 anos, a partir de 16/09/2013	Mestrado científico, na área de direito internacional público, da Universidade de Coimbra/Portugal
Ricardo Augusto de Sales	12/10 a 10/12/2015	Mestrado acadêmico de II nível em “Sistemas Jurídicos Contemporâneos”, na Universidade de Roma Tor Vergata – Roma, Itália
Sergio Santos Melo	02/2013 a 01/2015	Mestrado na Faculdade de Direito do Sul de Minas
Simone dos Santos Lemos Fernandes	14 a 25/09/2015	Curso promovido pelo Departamento de Ciências Criminais e Dogmática Penal Alemã do Centro de Estudos de Direito Penal e Processo Penal Latino-americano (Cedpal), em Georg-August-Universität, Göttingen, Alemanha
Tânia Zucchi de Moraes	6 a 08/10/2015	Seminário “1º Simpósio Internacional Consinter: ‘Aspectos Atuais e Problemáticos do Direito e da Justiça na Espanha e no Brasil’”, a realizar-se em Barcelona, Espanha
Vânia Cardoso André de Moraes	03/03 a 03/09/2015	Afastamento para elaborar e defender tese de conclusão de doutorado na área de ciências jurídicas e sociais na Universidade Federal Fluminense



## SERVIDORES DA 1ª REGIÃO

### FORÇA DE TRABALHO

Conta a 1ª Região com 8.695 servidores efetivos, entre analistas, técnicos e auxiliares judiciários, requisitados e sem vínculo.

Cabe ressaltar que a redução da força de trabalho, comparada à do ano de 2014, deve-se ao vencimento do prazo de validade do V Concurso Público para Provimento de Cargos Vagos de Analista Judiciário, que se deu em junho de 2014, fato que dificulta o provimento dos cargos vagos.

Destaque-se ainda que o Poder Executivo não liberou recursos para que o TRF 1ª Região promovesse novo concurso. O Tribunal vem utilizando concursados de outros órgãos para preenchimento das vagas.

QUADRO 57  
Servidores efetivos

Local	Analista judiciário	Técnico judiciário	Auxiliar judiciário	Requisitados	Sem vínculo	Total
TRF	315	674	19	212	34	1.254
AC	53	85		11		149
AM	98	141		27	1	267
AP	103	78		14		195
BA	417	619	5	103	2	1.146
DF	250	445	8	86	2	791
GO	257	337		52	1	647
MA	158	253		48	0	459
MG	765	1.067	9	146	4	1.991
MT	152	227		10	1	390
PA	197	290		26	1	514
PI	140	191		19	2	352
RO	91	130		26		247
RR	36	63		17		116
TO	63	94		19	1	177
<b>Total</b>	<b>3.095</b>	<b>4.694</b>	<b>41</b>	<b>816</b>	<b>49</b>	<b>8.695</b>



## MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

QUADRO 58  
Provimentos e vacâncias

		TRF	AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MG	MT	PA	PI	RO	RR	TO
P R O V I M E N T O S	Nomeação	35	7	20	18	27	27	14	17	74	27	31	9	12	6	7
	Redistribuição	9				5	4	8		7	1	1	1			
	Processo seletivo Permanente de remoção (PSPR)	16		1	2	4	19	4	6	23	3	2	7	6	1	3
	Readaptação															
	Reversão															
	Aproveitamento															
	Reintegração															
	Recondução															
	Requisição/ exercício provisório	53	5	12	1	13	22	12	6	24	3	8	5	6	5	9
	Retorno à origem	8				2	9	3	4	3			2	1		3
	Remoção – Lei 11.416/2006					6	5	1	4	18	2	1	5	2		
	<b>Total</b>	<b>121</b>	<b>12</b>	<b>33</b>	<b>21</b>	<b>57</b>	<b>86</b>	<b>42</b>	<b>37</b>	<b>149</b>	<b>36</b>	<b>43</b>	<b>29</b>	<b>27</b>	<b>12</b>	<b>22</b>
V A C Â N C I A S	Exoneração	4	1	2	5	4		1	5	3	7	11	1	2	3	1
	Demissão						2									
	Processo seletivo															
	Permanente de remoção (PSPR)	2	2	11	6	3	18	5	6	5	11	14	1	7	3	5
	Readaptação	1				2	1									1
	Aposentadoria	26	1	3	2	7	9	8	4	31	5	8		6	1	4
	Posse em cargo inacumulável	9	2	2		10	12	5	5	15	15	5	5	3	2	1
	Falecimento		1	1									2		1	
	Redistribuição	12				4	8	7		10			3			
	Retorno à origem	42	4	3	13	16	25	11	7	67	4	6	11	8	1	4
	À disposição	38	2	3	11	10	28	1	10	13	4	3	5	5	3	3
	Remoção – Lei 11.416/2006	2				1		1	1	1			1			
<b>Total</b>	<b>136</b>	<b>13</b>	<b>25</b>	<b>37</b>	<b>57</b>	<b>103</b>	<b>39</b>	<b>38</b>	<b>145</b>	<b>46</b>	<b>49</b>	<b>27</b>	<b>31</b>	<b>14</b>	<b>19</b>	
<b>(provimentos – vacâncias)</b>		<b>-15</b>	<b>-1</b>	<b>8</b>	<b>16</b>		<b>-17</b>	<b>3</b>	<b>-1</b>	<b>4</b>	<b>-10</b>	<b>-6</b>	<b>2</b>	<b>-4</b>	<b>-2</b>	<b>3</b>



## ESTAGIÁRIOS

Houve aumento de 26 vagas de estágio de nível superior e duas de nível médio, registrando-se, ao final do exercício, 382 vagas de nível superior e 118 de nível médio, somando-se 500 vagas de estágio.

Em 15 de dezembro de 2015, por meio da Portaria Presi 49 de 15 de dezembro de 2015, foi regulamentada a concessão de estágio a estudantes de cursos de pós-graduação no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 1ª Região, que se encontra em fase de implementação.

## CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

### DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO

O aprimoramento do servidor é indispensável para a construção do perfil de competências necessárias às novas exigências da gestão de pessoas e ao cumprimento das demandas da Justiça Federal.

Com base nesse preceito, por meio da Resolução Presi 26 de 13 de agosto de 2015, a Divisão de Recursos Humanos passou a denominar-se Centro de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Servidores da 1ª Região, com a atribuição de dedicar-se exclusivamente ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da força de trabalho, criando-se o Núcleo de Colocação de Pessoas e Avaliação de Desempenho para absorver as demais atribuições da unidade.

O novo cenário possibilitará adequar as ações educacionais à organização e à gestão do trabalho, contribuindo efetivamente para a realização de projetos para toda a 1ª Região, bem como para propiciar a qualificação do quadro de pessoal para o alcance das estratégias delineadas pela instituição.

O planejamento das ações educacionais teve como foco promover o protagonismo do participante com a oferta de atividades teóricas e práticas, o que permitiu ao servidor fazer uma análise crítica do conteúdo aprendido e associá-lo à sua realidade laboral.

### APRIMORAMENTO DE GESTORES DA ÁREA JUDICIÁRIA

Para promover o aprimoramento de métodos e procedimentos de gestão do trabalho, bem como para possibilitar o intercâmbio de experiências laborais e o desenvolvimento de habilidades gerenciais, foi promovido o “*Workshop* de Gestores da 1ª Seção e Cocse”, destinado aos servidores da 1ª Seção, da Cocse e das coordenadorias da 1ª e da 2ª Turmas ocupantes de funções gerenciais e de assessoramento.

O *workshop*, organizado para promover a aplicação prática da teoria aprendida, foi ministrado por juiz federal convocado e servidores do Tribunal e da Subseção Judiciária de Rondonópolis, que conhecem bem a realidade da Justiça Federal, na modalidade presencial, e possibilitou o debate de temas importantes, como planejamento estratégico, metas do Poder Judiciário, liderança, gestão de alta *performance*.



A alta produtividade do modelo de ação educacional motivou solicitações para que a ação seja replicada para os gestores das demais seções do Tribunal em 2016.

### **PROJETO GESTOR ESTRATÉGICO**

O projeto Gestor Estratégico tem por objetivo geral definir as competências gerenciais necessárias ao desempenho adequado dos servidores que ocupam funções gerenciais no TRF 1ª Região, propiciando o alinhamento das ações de treinamento às estratégias institucionais.

Pelo fato de sua aprovação ter ocorrido no final do exercício, as respectivas ações de capacitação serão implementadas a partir do exercício de 2016, dependendo da disponibilidade orçamentária.

### **O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

Diante da relevância do novo Código de Processo Civil para o eficiente e efetivo cumprimento da atividade-fim da Justiça Federal da 1ª Região, capacitações sobre o tema foram planejadas e desenvolvidas em parceria com servidores e juízes federais, o que possibilitou a atualização do corpo funcional neste novo marco normativo.

O curso, destinado aos servidores do Tribunal, objetivou capacitar os participantes a compreender a dogmática da tutela provisória e dos processos nos tribunais e os meios de impugnação das decisões judiciais e sua aplicação no âmbito do novo Código de Processo Civil. No total, foram ofertadas duas turmas com cerca de 100 participações.

### **TREINAMENTO PARA O SISTEMA JUDICIAL ELETRÔNICO - PJE**

A expansão do sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe para as seccionais do Acre, Amapá, Goiás, Maranhão, Rondônia, Roraima e Tocantins contou com o treinamento sobre as funcionalidades do referido sistema — tendo-se designado um servidor para acompanhar a realização dos eventos educacionais nas seções judiciárias —, além da construção do modelo de treinamento, visando-se garantir o alinhamento das capacitações em toda a 1ª Região.

Além disso, no Tribunal, foram ofertadas capacitações destinadas à formação de facilitadores para treinamentos nas seções e subseções judiciárias e integrantes das comissões técnicas das seccionais para adequar a dinâmica de trabalho atual à nova realidade do sistema PJe. Foram oferecidos ainda encontros de 16 horas para parametrizar o sistema, visando atender às necessidades de cada seccional vinculada.

#### **QUADRO 59**

Participações no treinamento de formação de multiplicadores – PJE

Número de turmas	Vagas ocupadas pelas seccionais	Carga horária
3	89	24



## **APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIDORES DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Em conformidade com o disposto no art. 3º da Resolução CNJ 90, de 29 de setembro de 2009, que trata dos requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário, a Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin) desenvolveu plano de capacitação para promover o desenvolvimento técnico e gerencial, de forma contínua, dos servidores que prestam serviços na área de tecnologia da informação e comunicações – TIC.

Para possibilitar o aperfeiçoamento das áreas de governança e de gestão da Secin e consequentemente favorecer o alcance dos indicadores definidos no painel estratégico de TI da Justiça Federal (2015-2020), vários cursos foram ofertados, com destaque para o curso de ITIL – básico e avançado, dividido em seis módulos, que totalizaram 166 horas de treinamento.

## **ENCONTROS REGIONAIS ENTRE ÁREAS SIMILARES DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

Em 2015, foram realizados três eventos dessa natureza: o Encontro Estratégico das Secads e das Semads, o Encontro dos Bibliotecários da 1ª Região e o Encontro das áreas de Bem-Estar Social da 1ª Região. Promoveu-se ainda reunião entre os servidores da área de planejamento e administração orçamentária do Tribunal e das seccionais.

Foram realizadas capacitações presenciais em Brasília, que contaram com a participação dos servidores das seccionais: Tesouro gerencial e noções do Siafi gerencial; Treinamento do Sistema e-Prosocial; Pensões – entendimento e aplicação da Lei 13.135/2015 e sistema Sisac.

QUADRO 60  
Eventos regionais

Número de eventos	Vagas ocupadas	Carga horária
3	99	60

## **CONCILIAÇÃO**

Em parceria com o Conselho Nacional de Justiça e o Núcleo Central de Métodos Consensuais de Soluções e Conflitos e Cidadania do Tribunal, foi realizado o Curso para Formação de Instrutores de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região, com a participação de 35 servidores do Tribunal e das seccionais. O curso, ocorrido em Brasília, teve carga horária de 40 horas e foi ministrado por magistrados da Justiça Federal e dos Tribunais de Justiça.



## VIDEOCONFERÊNCIAS

Este foi o quarto ano consecutivo das palestras promovidas nas “Terças Gerenciais”, que integram o projeto “A UniCorp em Videoconferência”. Registraram-se, em sete edições, 959 participações em toda a 1ª Região: 45 do Tribunal e 914 das seccionais.

As “Sextas Jurídicas”, que também fazem parte do projeto “A UniCorp em Videoconferência” e tem por objetivo promover o aprimoramento e atualização jurídica nos diversos ramos do direito, contaram com sete edições, registrando-se 866 participações em toda a 1ª Região: 30 do Tribunal e 836 das seccionais.

Com o intuito de padronizar procedimentos para a captação da proposta orçamentária para 2017 no Sistema e-Orçamento, a Divisão de Planejamento da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro promoveu, nos dias 21, 23 e 29 de outubro e 27 de novembro, treinamento em serviço por meio de videoconferência, o qual contou com a participação de três servidores do Tribunal e 24 representantes das áreas de orçamento das seccionais.

## EVENTOS VIRTUAIS

Os integrantes dos Comitês Institucionais de Planejamento Estratégico (Cipes) de toda a 1ª Região tiveram a oportunidade de atualizar e aprimorar os conhecimentos e habilidades gerenciais nos cursos virtuais específicos sobre a temática, a saber: Decifrando o planejamento estratégico e Gerenciamento de projetos. Também deve ser destacada a oferta da primeira turma do curso Análise e melhoria de processos, cedido pela Escola Nacional de Administração Pública a este Tribunal.

Para atendimento da Resolução 294/2014 – CJF, no que se refere à seleção e elaboração de escalas de atuação de instrutores internos/tutores, implementou-se o novo formulário Educador Judiciário no Portal do TRF 1ª Região. O documento aperfeiçoará os procedimentos de seleção, principalmente nos cursos virtuais da área do direito. Pelo fato de a implementação do formulário estar em andamento, não foram oferecidos cursos virtuais de direito com tutoria; as ofertas restringiram-se a cursos de direito autoinstrucionais. Ofereceram-se ainda cursos com tutoria nas áreas de estratégia e de língua portuguesa.

QUADRO 61

Participação em eventos de capacitação virtuais

Total de ofertas	Vagas ocupadas	Carga horária
9	963	255

## EVENTOS PRESENCIAIS INTERNOS

Os eventos presenciais internos de capacitação buscaram contemplar ações de natureza estratégica, gerencial, técnica e de cidadania organizacional.

QUADRO 62  
Participação em eventos de capacitação presenciais

Total de ofertas	Vagas ocupadas	Carga horária
28	900	682

## EVENTOS EXTERNOS

Registrou-se a participação de 213 servidores em eventos externos de capacitação, com o investimento de cerca de R\$ 320.000,00 para a inscrição em 80 cursos nas modalidades presencial e virtual. Foram concedidas 9 bolsas de estudo.

QUADRO 63  
Quantitativo de capacitação

Adicional de qualificação	Ações de treinamento	Pós-graduação	Mestrado	Total
	349	50	2	401
Licença para capacitação	Ações de treinamento	Graduação	Especialização	Total
	17	2	7	26

## PREVIDÊNCIA

Em 2015 ocorreu a descentralização da concessão de pensões, o que gerou mais rápido e eficiente atendimento à família do servidor ativo ou inativo, uma vez que as pensões passaram a ser deferidas também pelos diretores de foro (Portaria Presi 255/2015).

QUADRO 64  
Aposentados, pensionistas e instituidores

Seção judiciária	Aposentados	Instituidores	Pensionistas
AC	22	8	8
AM	30	10	14
AP	20	1	1
BA	109	27	32
DF	183	43	50
GO	81	17	24
MA	39	17	36



Seção judiciária	Aposentados	Instituidores	Pensionistas
MG	260	64	83
MT	46	7	12
PA	58	28	39
PI	25	7	13
RO	22	6	11
RR	24	1	1
TO	19	1	1
<b>Total – seccionais</b>	<b>938</b>	<b>237</b>	<b>325</b>
TRF	172	18	25
<b>Total – 1ª Região</b>	<b>1.110</b>	<b>255</b>	<b>350</b>

Fonte: SecGP.

## CARREIRA

Foram realizadas atividades de acompanhamento funcional e de relotação — a partir de demandas apresentadas pelas unidades ou pelos servidores —, de avaliação e de enquadramento de candidatos ingressos por concurso público quanto à reserva de vaga para deficientes, assessoramento técnico aos agentes de recursos humanos das seccionais e aos servidores do Tribunal acerca do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho Funcional – Siades.

Quanto ao recrutamento, seleção e colocação de pessoal, apresentam-se, entre outras, as seguintes ações:

- lotação inicial de 51 servidores novos e removidos;
- condução do Programa de Ambientação à Justiça Federal para 30 servidores recém-empossados;
- distribuição da 2ª edição do Guia de Boas-Vindas da 1ª Região às novas varas federais;
- acompanhamento e atendimento a candidatos do 5º e 6º Concurso Público para Provimento de Cargos do TRF 1ª Região e seções judiciárias vinculadas;
- realização de estudos técnicos e pesquisas em outros órgãos do Poder Judiciário, a fim de subsidiar o planejamento para a realização de novo concurso;
- realização de 60 processos seletivos para seleção de função comissionada e excedente;



- atendimentos a servidores e chefias que visam à mudança de função comissionada.

## QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR SOCIAL

As atividades de administração das atividades relativas à qualidade de vida e bem-estar social passaram a ser desenvolvidas pela Secretaria de Bem-Estar Social, por meio da Resolução/Presi 35 de 5 de outubro de 2015, a fim de manter a estrutura agrupada com as ações relativas à organização e ao funcionamento do Espaço Bem-Estar Ricardo Dutra Amaral.

### ESPAÇO BEM-ESTAR RICARDO DUTRA AMARAL

Em funcionamento desde outubro de 2013, o espaço conta com unidade de fisioterapia, que tem por objetivo oferecer tratamento fisioterápico preferencialmente aos magistrados e servidores durante o expediente, buscando facilitar a realização da atividade em busca do restabelecimento de forma mais simples e rápida. Conta ainda com unidade de treinamento/condicionamento físico, que tem por objetivo principal o incentivo à prática de atividades físicas que auxiliem o corpo funcional desta Casa a manter uma vida saudável.

O Espaço oferece aulas semanais nas modalidades: dança de salão, charme, dança do ventre, pilates, *tae fight*, *jiu jitsu*, *kickboxing*, *yoga*, ginástica funcional, *zumba*, *krav maga* e *caratê*, em atendimento à demanda de servidores identificada por pesquisa realizada no âmbito da 1ª Região, em anos anteriores.

O Projeto “Vem de *bike* que é legal”, que incentiva a prática do ciclismo pelos servidores, tem o apoio logístico do Espaço Bem-Estar, que oferece vestiários e paraciclos para os que utilizam a bicicleta como meio de transporte para vir ao trabalho.

A Unidade de Fisioterapia conta com três fisioterapeutas, sendo uma servidora do quadro de pessoal do Tribunal e dois outros contratados por meio de terceirização de mão de obra. Foram realizadas 1.964 atendimentos em sessões de fisioterapia.

A Unidade de Treinamento e Condicionamento Físico é ainda utilizada pelos agentes de segurança do Tribunal, para os treinamentos físicos necessários ao exercício da profissão.

### PROGRAMAS E CAMPANHAS

#### ■ Programa de Avaliação Periódica da Saúde dos Servidores (PAPSS)

O Programa Exame Periódico de Saúde – EPS iniciou-se em junho de 2007. O EPS é instrumento imprescindível para que se conheça o perfil epidemiológico do Tribunal e das seções judiciárias e, conseqüentemente, se estabeleça a política de saúde para os servidores do Tribunal e das seções e subseções jurisdicionadas.



QUADRO 65  
Exame periódico de saúde

Servidores convocados	1.100
Pré-consulta – enfermagem	804
Consulta médica	561
Desembargadores convidados	25
EPS completo	561
Admissional – consultas	73

#### ■ Programa de Prevenção e Controle de Riscos Cardiovasculares

O Serviço de Saúde do Tribunal realizou a XVI Semana do Coração, no período de 28 de setembro a 2 de outubro, alcançando os objetivos propostos:

- educação em saúde sobre a prevenção, causas, sinais e sintomas e prognóstico da hipertensão arterial;
- aferição da pressão arterial (PA) de magistrados, servidores, prestadores de serviços e estagiários em seus ambientes de trabalho;
- medição da circunferência abdominal dos interessados;
- rastreamento de novos casos de hipertensão arterial;
- recomendação de nova aferição para os que apresentaram valores maior ou igual a 140x90 mmHg, para confirmar ou não possível patologia;
- realização de encaminhamentos para o cardiologista e/ou para a equipe de saúde da Divisão de Assistência à Saúde – Diasa, quando necessário.

Entre as atividades desenvolvidas, foram realizadas ainda medição da circunferência abdominal e aferição da pressão arterial nos locais de trabalho, exames de glicemia capilar, bioimpedância, IMC e tonometria, além de verificação da proteção de óculos escuros, em parceria com instituições de saúde credenciadas pelo Pro-Social.

#### ■ Programa de imunização contra a gripe

O TRF 1ª Região promove campanha de vacinação contra a gripe desde 1999 para desembargadores e servidores como política de prevenção de saúde e de absenteísmo ao trabalho. Em 2015 a campanha foi realizada no período de 11 a 15 de maio de 2015, nos edifícios-sede e anexos do Tribunal, na Gráfica e na Base Operacional. Foram adquiridas e aplicadas 775 doses.

#### ■ Programa de Segurança Ocupacional

A área de saúde ocupacional realizou o acompanhamento e monitoramento de conformidades ocupacionais com visitas a postos de trabalho e áreas de risco do Tribunal,



que resultaram em recomendações de ações corretivas e preventivas para minimização de riscos para a saúde e a segurança, de conscientização sobre a importância do uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e sobre ergonomia nos postos de trabalhos.

QUADRO 66  
Visita aos postos de trabalho – ações realizadas

Postos avaliados		107
Principais recomendações formuladas para minimização de riscos à saúde e à segurança	Ajustes no posto/equipamento	42
	Substituição de móveis/equipamentos	9
	Correção de iluminação	23

As notificações de acidente/incidente de trabalho tiveram avaliação local das conformidades ocupacionais, com proposição de correções de eventuais inadequações.

QUADRO 67  
Notificação a servidores e terceirizados

Incidente/acidente sem gravidade	40
Acidente com afastamento	7
Total	47

#### ■ Programa materno-infantil

O Programa materno-infantil visa incentivar e possibilitar o aleitamento materno durante o primeiro ano de vida, promover a integração mãe-bebê e o pleno desenvolvimento da criança, filho(a) de servidoras e juízas do Tribunal e da Seção Judiciária do Distrito Federal.

O Programa atendeu a 27 crianças, com suporte técnico da equipe multiprofissional de saúde, que realiza o acompanhamento dos bebês e a orientação técnica às mães e às cuidadoras do berçário.

#### ■ Projeto Superação - Assistência Social

A área de serviço social deu continuidade ao Projeto Superação – acompanhamento hospitalar/domiciliar para atendimento social, realizado no próprio Tribunal ou em visitas hospitalares e domiciliares, voltado, principalmente, aos beneficiários do Pro-Social, em quaisquer situações de vulnerabilidade social: identificação de abuso, negligência, maus tratos e casos de dependência química. O projeto visa solucionar as demandas apresentadas pelo paciente ou pela família no que se refere ao atendimento hospitalar oferecido pela instituição credenciada pelo Pro-Social onde o beneficiário estiver internado. Após a alta hospitalar, a equipe de serviço social continua o acompanhamento sempre que a demanda extrapolar a questão da saúde física, ou seja, quando questões familiares e so-



ciais precisarem ser abordadas também. Nesse caso, é trabalhado o aspecto psicossocial, com o objetivo de prestar orientação quanto às relações individuais e do grupo familiar.

#### QUADRO 68

##### Projeto Superação – acompanhamento hospitalar/domiciliar

Relatórios emitidos pela Audicare, utilizados para conhecimento da clientela a ser atendida	91
Beneficiários internados atendidos	66
Visitas hospitalares, domiciliares e nas dependências do Setor de Serviço Social	64

#### ■ Projeto de acompanhamento aos servidores em licenças prolongadas ou recorrentes

O Projeto de acompanhamento aos servidores em licenças prolongadas ou recorrentes acompanha os servidores em licença para tratamento da própria saúde ou por motivo de doença em pessoa da família cujo período seja de 30 dias ou mais, seguidos ou não, priorizando aqueles que apresentam neoplasias; transtornos mentais e comportamentais; doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo; traumatismos e lesões.

131

#### ■ Projeto Doe Sangue, Doe Vida

O Projeto Doe Sangue, Doe Vida tem a finalidade de estimular a responsabilidade social dos servidores e auxiliar os bancos de sangue do Distrito Federal na coleta e no cadastramento de voluntários à doação de medula ósea. Em 2015 foi realizado em parceria com o Serviço Social da Seção Judiciária do Distrito Federal.

#### QUADRO 69

##### Projeto Doe Sangue, Doe Vida

Total de doadores cadastrados no projeto	398
Campanhas de doação de sangue realizadas com encaminhamento para o Hemocentro e para os bancos de sangue da rede credenciada	9
Doadores encaminhados para doação de sangue	75

### MELHORIA E AUTOGERENCIAMENTO DO PERFIL PESSOAL E PROFISSIONAL DO SERVIDOR NO AMBIENTE DE TRABALHO

O plano de ações para busca da melhoria e do autogerenciamento do perfil pessoal e profissional do servidor no ambiente de trabalho priorizou atividades voltadas ao Programa de melhoria do ambiente de trabalho, com vistas a sanar pontos críticos revelados pela Pesquisa de qualidade de vida no trabalho, finalizada em 2012, de modo a alinhar os recursos, otimizar os processos, identificar falhas, aperfeiçoar a comunicação, a produtividade e a efetividade das ações no contexto laboral, a fim de assegurar o alcance dos objetivos estratégicos.



O Programa tem a prerrogativa de valorizar o talento humano, de forma a planejar e implementar ações de caráter institucional e multidisciplinar que viabilizem a construção de um ambiente de trabalho agradável, integrado ao desenvolvimento do indivíduo e às condições de trabalho.

Em virtude da necessidade de capacitar servidores para atuar nas unidades do Tribunal, foram priorizadas as ações direcionadas ao desenvolvimento das habilidades e competências técnicas do grupo formado para a implementação do Programa.

A seguir, mencionam-se as principais atividades realizadas em 2015.

QUADRO 70  
Programa de melhoria do ambiente de trabalho

Atividades	Observações	Carga Horária	Data
Projeto estratégico: ações conjuntas	Projeto estratégico da Secretaria de Recursos Humanos referente ao Planejamento Estratégico 2015-2020	–	Fev./2015
Capacitação de facilitadores – (Contrato Sinergia)	Capacitação – teoria: 1, 2, 12 e 19/06/2015	16h	1, 2, 12 e 19/06
Capacitação de facilitadores – curso: Análise e intervenção no ambiente de trabalho por meio da ergonomia organizacional (Contrato Marketcoaching)	Capacitação – teoria e prática: 9, 12, 16 e 19/11/2015	35h	11/11 a 12/12
Projeto estacione – soluções alternativas para problemas de estacionamento nas proximidades do TRF	Transporte disponibilizado pelo Tribunal no percurso Centrejufe/TRF1/Centrejufe. Ativo – 11 servidores usam o estacionamento do Centrejufe	–	Fev. e mar.
Pausas preventivas Referências: NR 17 e Portaria 29 de 12/02/2015 Elaboração de vídeo para divulgação da cartilha no âmbito da 1ª Região	Fases I – Pesquisa e estudo; II – cartilha sobre orientações ergonômicas, elaborada pelo Senado Federal em parceria entre Senado Federal e TRF1ª Região; III – edição, revisão e publicação da cartilha; IV – distribuição das cartilhas nas unidades do TRF, seções e subseções da Justiça Federal da 1ª Região; V – elaboração do vídeo e posterior disponibilidade no portal do TRF	–	–
Página de QVT no portal do TRF	Criação de página para disponibilizar informações relativas à qualidade de vida no trabalho como legislação, cartilha, vídeo, entre outras informações úteis aos servidores e colaboradores do Tribunal	–	Fev. e mar.



## ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Entre as ações de bem-estar social, o Tribunal promove a assistência direta e indireta à saúde dos magistrados e servidores. A assistência direta corresponde à prestação de assistência médica, odontológica, psicológica, social e de enfermagem realizada nas dependências do Tribunal e das seções judiciárias para todos os magistrados, servidores ativos e inativos e pensionistas, independentemente de inscrição no Pro-Social.

O corpo profissional que presta os serviços de assistência direta é integrado por médicos, odontólogos e outros servidores do quadro efetivo do TRF, auxiliados por profissionais da área da saúde, contratados mediante terceirização de mão de obra custeada com recursos próprios do Pro-Social.

A assistência indireta é aquela prestada aos beneficiários do Pro-Social por meio de rede credenciada, tanto no domicílio dos beneficiários quanto em centros de excelência, que podem ser utilizados, tanto por livre escolha quanto por meio de tratamento fora do domicílio autorizado pela Secbe.

### ASSISTÊNCIA DIRETA

Durante o ano de 2015, a clientela atendida distribuiu-se da maneira apresentada nos quadros a seguir, conforme a área que prestou os atendimentos.

QUADRO 71  
Clientela atendida por especialidade no serviço de saúde

Clientela	Atend. médico	% méd.	Atend. enfermagem	% enf.	Atend. odontologia	% odont.	Atend. psicologia	% psicol.	Atend. fisioterapia	% fisio.
Desembargador/ juiz federal	167	2,57	196	1,25	87	1,75	6	0,61	83	2,47
Servidor	4.472	68,75	6.961	44,52	2.500	50,24	549	55,91	2.623	78,00
Dependente	755	11,61	554	3,54	2.251	45,24	395	40,22	657	19,54
Estagiário/ terceirizado	1.090	16,76	7.523	48,12	97	1,95	32	3,26	–	0
Outros	21	0,32	400	2,56	41	0,82	–	0	–	0
<b>Total</b>	<b>6.505</b>		<b>15.634</b>		<b>4.976</b>		<b>982</b>		<b>3.363</b>	



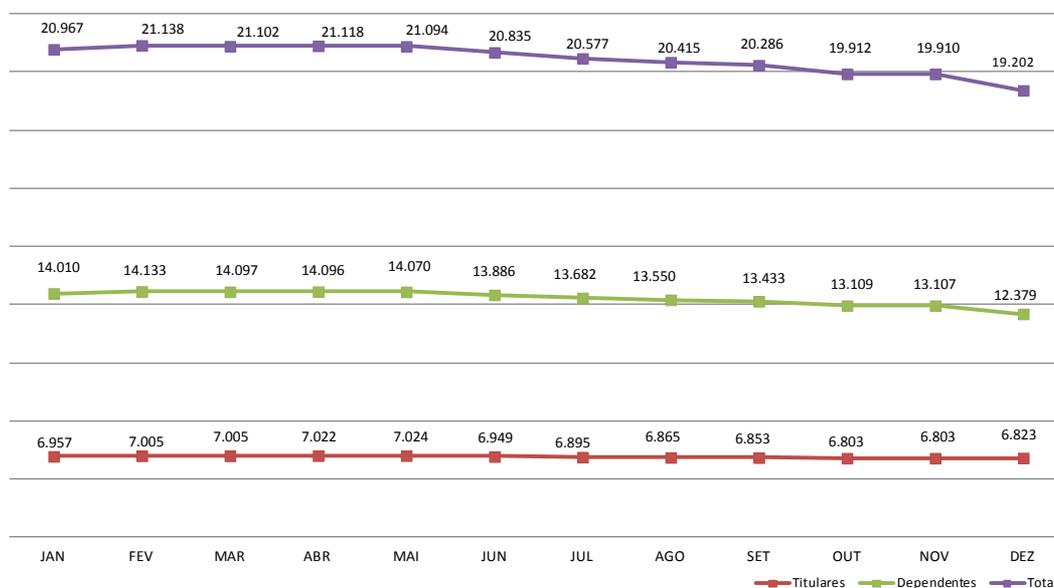
**QUADRO 72**  
 Clientela atendida em procedimentos da junta médica e pericial

Perícias	Totais
Perícias presenciais	663
Perícias documentais	3.199
Juntas médicas	
Juntas médicas ocupacionais/administrativas	182
Juntas médicas solicitadas pelo Pro-Social	78
Quantidade de dias de afastamento dos atestados homologados	13.870

Foram prestados, ainda, 350 atendimentos de nutrição para orientação dietética, atendimentos a filhos de magistradas e servidoras do Tribunal e da Seção Judiciária do Distrito Federal admitidos no berçário do Tribunal e realizadas inspeções no restaurante do Tribunal.

**ASSISTÊNCIA INDIRETA**

**GRÁFICO 14**  
 Evolução do quantitativo de beneficiários do Pro-Social





QUADRO 73  
Beneficiários do Pro-Social - 31/12/2015

Tipos	TRF	AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MT	MG	PA	PI	RO	RR	TO	Totais
Titulares ativos	981	110	197	168	788	643	534	294	280	956	366	193	192	85	144	5.931
Dependentes de ativos	1.882	224	360	342	1.384	1.077	1.035	660	467	1.886	737	466	375	188	297	11.380
Subtotal ativos	2.863	334	557	510	2.172	1.720	1.569	954	747	2.842	1.103	659	567	273	441	17.311
Titulares inativos	169	18	26	18	77	152	48	26	42	179	34	17	14	22	12	854
Dependentes de inativos	166	26	28	23	79	135	57	27	44	164	30	16	11	23	20	849
Subtotal inativos	335	44	54	41	156	287	105	53	86	343	64	33	25	45	32	1.703
Titulares pensionistas	26	7	4	1	14	33	19	21	4	22	19	6	8	1	0	185
Dependentes de pensionista	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Subtotal pensionistas	29	7	4	1	14	33	20	21	4	22	19	6	8	1	0	189
Total de titulares	1.176	135	227	187	879	828	601	341	326	1.157	419	216	214	108	156	6.970
Total de dependentes	2.051	250	388	365	1.463	1.212	1.092	687	511	2.050	767	482	386	211	317	12.232
Total	3.227	385	615	552	2.342	2.040	1.693	1.028	837	3.207	1.186	698	600	319	473	19.202



## CRENCIAMENTOS

No ano de 2015, foram feitos 331 credenciamentos de hospitais, clínicas e profissionais de saúde, das mais diversas áreas de saúde, oferecidos aos beneficiários do Programa.

Entre os credenciamentos, destacam-se os realizados com as operadoras Unimed Norte/Nordeste, em âmbito nacional, e com a Saúde Caixa, atuando na Bahia, em 2015, com perspectiva de se executar, em 2016, o atendimento a outros estados, ampliando-se a área de cobertura do Pro-Social e garantindo-se o atendimento aos beneficiários titulares e familiares.

QUADRO 74  
Atividade de credenciamento

Tipo	Quantidade
Propostas analisadas para credenciamento	58
Novos credenciados	29
Credenciados na área médica	18
Credenciados na área odontológica	11
Termos aditivos	18
Termos aditivos em negociação	4
Termos de rescisão	5
Propostas de reajuste analisadas	30

## GESTÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO PRO-SOCIAL

As despesas decorrentes dos serviços e benefícios do Programa têm seus custos cobertos parcialmente com recursos provenientes do orçamento da União e complementarmente com as contribuições mensais e diretas dos beneficiários associados (recursos próprios).

A contribuição fixa dos beneficiários do Programa é estabelecida de acordo com as faixas etárias especificadas pela ANS, que apresenta o custo médico e odontológico segundo a idade dos beneficiários, conforme estabelecido pelo Regulamento Geral do Pro-Social – RGPS (Resolução Presi/Secbe 9 de 23 de abril de 2014).

Apresentam-se a seguir os quadros e gráfico demonstrativos da gestão do Pro-Social no exercício de 2015, sob a perspectiva da execução financeira e orçamentária dos recursos quanto à sua aplicação e utilização.



QUADRO 75  
Custo mensal, *per capita*, médico-hospitalar e odontológico

Idade ANS	Faixa	Médico-hospitalar jan.-dez. 2015 (R\$)	Custo médico <i>per capita</i> (R\$)	Odonto jan.-dez. 2015 (R\$)	Custo odonto <i>per capita</i> (R\$)	Despesa mensal médica + odonto (R\$)	Beneficiários ativos 31/12/2015	Custo mensal med. + odonto <i>per capita</i> (R\$)	Despesas em 2015 (R\$)
0 a 18 anos	faixa 1	9.617.781,35	149,42	1.334.608,83	20,73	912.699,18	5.364	170,15	10.952.390,18
19 a 23 anos	faixa 2	4.438.808,17	284,32	423.055,86	27,10	405.155,34	1.301	311,42	4.861.864,03
24 a 28 anos	faixa 3	1.412.690,84	308,18	171.106,89	37,33	131.983,14	382	345,51	1.583.797,73
29 a 33 anos	faixa 4	2.818.443,66	245,17	301.989,86	26,27	260.036,13	958	271,44	3.120.433,52
34 a 38 anos	faixa 5	5.616.848,98	331,03	501.163,90	29,54	509.834,41	1.414	360,56	6.118.012,88
39 a 43 anos	faixa 6	6.379.217,83	317,00	929.926,04	46,21	609.095,32	1.677	363,21	7.309.143,87
44 a 48 anos	faixa 7	8.364.923,79	347,67	1.282.394,64	53,30	803.943,20	2.005	400,97	9.647.318,43
49 a 53 anos	faixa 8	11.841.570,73	487,55	1.696.576,03	69,85	1.128.178,90	2.024	557,40	13.538.146,76
54 a 58 anos	faixa 9	6.338.303,18	451,83	1.157.471,87	82,51	624.647,92	1.169	534,34	7.495.775,05
+ de 59 anos	faixa 10	34.653.094,87	993,04	1.944.411,27	55,72	3.049.792,18	2.908	1.048,76	36.597.506,14
		91.481.683,40		9.742.705,19		8.435.365,72	19.202		101.224.388,59

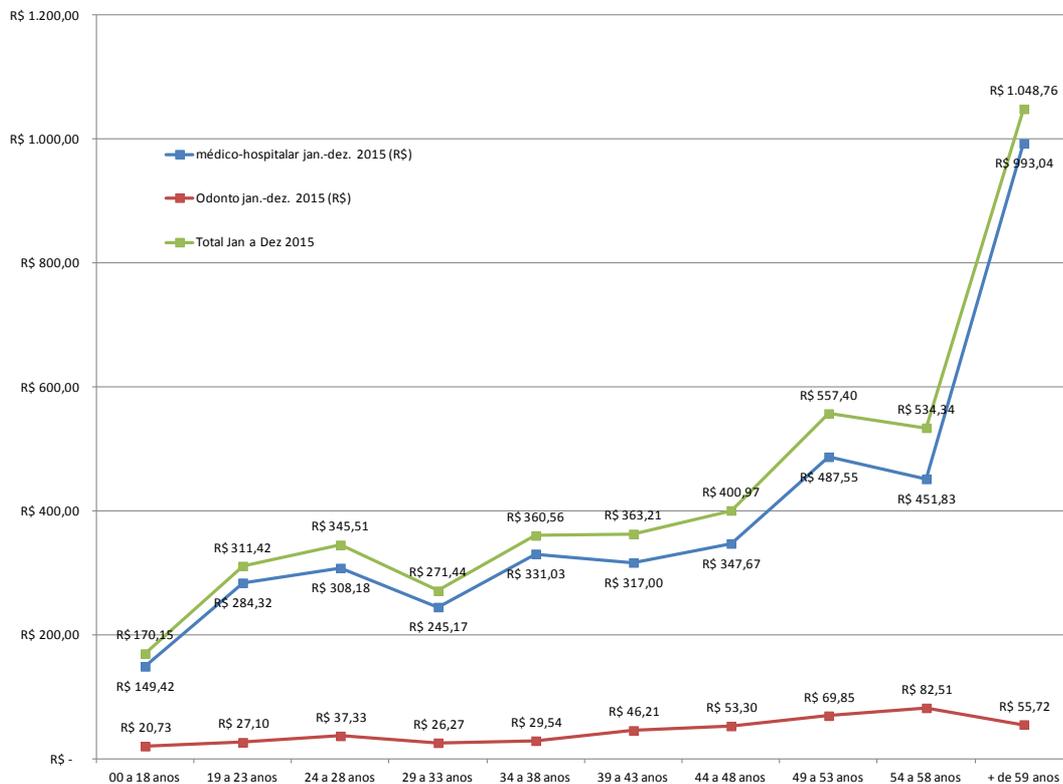
Fonte: Secbe.

Notas:

- (1) Os dados acima consideram as despesas brutas da área médico-hospitalar e odontológica, sem considerar os retornos possíveis de custeios das despesas realizadas.
- (2) Os dados de beneficiários consideram apenas os que estão como associados do Pro-Social.
- (3) O total de despesa apurada não representa o total de despesa efetivamente paga.



**GRÁFICO 15**  
Custo mensal, por faixa etária, das despesas médicas e odontológicas



Fonte: Secbe.

**QUADRO 76**  
Despesa do Pro-Social por benefícios

I – Despesas – área social	Total 2014 (R\$)	Mensal 2014 (R\$)	Mensal 2015 (R\$)	Total 2015 (R\$)	Varição %
Pro-Bem PJ	162.858,56	13.571,55	–	–	-100,00
Pro-Bem PF	279,84	23,32	–	–	-100,00
INSS Patronal Pro-Bem	55,97	4,66	–	–	-100,00
<b>Total</b>	<b>163.194,37</b>	<b>13.599,53</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>-100,00</b>



II – Despesas médicas	Total 2014 (R\$)	Mensal 2014 (R\$)	Mensal 2015 (R\$)	Total 2015 (R\$)	Varição %
Consulta médica	6.504.934,70	542.077,89	282.640,60	3.391.687,24	-47,86
EPS	225.900,64	18.825,05	25.949,96	311.399,54	–
Exames cardiológicos	1.157.090,65	96.424,22	46.144,16	553.729,93	-52,14
Exames laboratoriais	15.443.068,23	1.286.922,35	1.825.870,36	21.910.444,37	41,88
Exames radiológicos	2.480.118,91	206.676,58	72.747,90	872.974,82	-64,80
Fonoaudiologia	297.430,99	24.785,92	49.615,12	595.381,45	100,17
Materiais de consumo	9.954.282,47	829.523,54	882.968,70	10.595.624,43	6,44
Internações – honorários	10.386.380,05	865.531,67	1.372.851,72	16.474.220,62	58,61
Medicamentos de consumo	9.961.216,17	830.101,35	947.649,82	11.371.797,87	14,16
Internações – taxas e diárias	7.969.111,16	664.092,60	692.114,24	8.305.370,86	4,22
Internações – OPMES	6.394.838,38	532.903,20	487.236,93	5.846.843,21	-8,57
Junta médica – não beneficiário	10.773,48	897,79	–	–	-100,00
Medicina física e reabilitação	1.208.528,12	100.710,68	40.187,72	482.252,58	-60,10
Outros exames e procedimentos	4.041.512,29	336.792,69	236.853,71	2.842.244,46	-29,67
Psicologia	1.303.654,08	108.637,84	208.843,72	2.506.124,68	92,24
Quimioterapia	393.626,88	32.802,24	22.748,27	272.979,19	-30,65
Subtotal	77.732.467,20	6.477.705,60	7.194.422,94	86.333.075,25	11,06
INSS – patronal-médica	5.704.963,32	475.413,61	394.590,25	4.735.082,98	-17,00
Total	83.437.430,52	6.953.119,21	7.589.013,19	91.068.158,23	9,15

III – Despesas odontológicas	Total 2014 (R\$)	Mensal 2014 (R\$)	Mensal 2015 (R\$)	Total 2015 (R\$)	Varição %
Cirurgia	272.642,35	22.720,20	23.890,17	286.682,00	5,15
Consulta odontológica	1.110.384,16	92.532,01	90.614,83	1.087.377,97	-2,07
Dentisteria	1.001.509,60	83.459,13	87.133,23	1.045.598,80	4,40
Endodontia	432.957,50	36.079,79	35.003,67	420.044,00	-2,98



III – Despesas odontológicas	Total 2014 (R\$)	Mensal 2014 (R\$)	Mensal 2015 (R\$)	Total 2015 (R\$)	Varição %
Odontopediatria	92.726,00	7.727,17	7.718,12	92.617,42	-0,12
Ortodontia	587.567,40	48.963,95	34.292,83	411.513,91	-29,96
Outros exames e procedimentos – odontológicos	1.493,35	124,45	406,65	4.879,77	226,77
Testes laboratoriais odontológicos	44	3,67	–	–	-100,00
Perito despesas odontológicas PF	19.377,58	1.614,80	632,16	7.585,90	-60,85
Perito não beneficiário	7.163,47	596,96	234,43	2.813,15	-60,73
Periodontia	539.964,09	44.997,01	51.227,57	614.730,80	13,85
Prevenção	1.082.218,00	90.184,83	98.610,53	1.183.326,34	9,34
Prótese dentária	3.680.992,00	306.749,33	299.370,09	3.592.441,10	-2,41
Radiologia	848.872,65	70.739,39	75.671,46	908.057,50	6,97
Subtotal	9.677.912,15	806.492,68	804.805,72	9.657.668,66	-0,21
INSS Patronal-odontológica	753.513,35	62.792,78	41.546,81	498.561,70	-33,84
<b>Total</b>	<b>10.431.425,50</b>	<b>869.285,46</b>	<b>846.352,53</b>	<b>10.156.230,36</b>	<b>-2,64</b>
IV – Despesas – área administrativa	Total 2014 (R\$)	Mensal 2014 (R\$)	Mensal 2015 (R\$)	Total 2015 (R\$)	Varição %
Contratos – locação de mão de obra e auditoria médica	9.836.878,26	819.739,86	632.151,30	7.585.815,54	-22,88
Despesa administrativa Saúde Caixa	0,00	–	3.952,28	47.427,38	–
Passagens e hospedagem (TFD)	63.898,35	5.324,86	5.279,47	63.353,60	-0,85
Assinatura – Simpro/ Brasíndice	14.689,04	1.224,09	2.980,84	35.770,04	143,52
Manutenção de sistema/ equipamento	0,00	–	17.514,08	210.169,00	–
Suporte em TI	144.619,52	12.051,63	13.728,00	164.736,00	13,91
<b>Total</b>	<b>10.060.085,17</b>	<b>838.340,43</b>	<b>675.605,96</b>	<b>8.107.271,56</b>	<b>-19,41</b>
<b>Total geral</b>	<b>104.092.135,56</b>	<b>8.674.344,63</b>	<b>9.110.971,68</b>	<b>109.331.660,15</b>	<b>5,03</b>

Fonte: Secbe.



QUADRO 77  
Composição dos recursos do Pro-Social

2014		2015	
Saldo em 31/12/2013	44.215.200,88	Saldo em 31/12/2014	53.113.869,20
Contribuição social titular	31.607.107,26	Contribuição social titular	19.781.782,50
Contribuição social dep. direto	15.300.608,02	Contribuição social dep. direto	24.055.846,70
Contribuição social dep. indireto	1.697.532,16	Contribuição social dep. indireto	–
Cota do associado	249.744,54	Cota do associado	–
Custeios diversos	8.224.203,52	Custeios diversos	9.524.140,00
Outros	322.138,13	Outros	71.705,18
Rendimentos	4.829.737,58	Rendimentos	8.347.930,07
<b>Total</b>	<b>62.231.071,21</b>	<b>Total</b>	<b>61.781.404,45</b>
Saldo em 31/12/2014	53.113.869,20	Saldo em 31/12/2015	87.189.591,64
Dotação orçamentária 2014	46.471.708,17	Dotação orçamentária 2015	82.630.472,00
Restos a pagar inscritos de 2013	2.624.526,17	Restos a pagar inscritos de 2014	2.292.292,58
Receita orçamentária Total 2014	49.096.234,34	Receita orçamentária total 2015	84.922.764,58

141

Fonte: Secbe.

QUADRO 78  
Demonstrativo de receitas e despesas – recursos da União

Mês	Restos a pagar executados	Receitas	Despesas	Saldo
jan/15	215.176,34	2.308.009,40	335.112,12	1.972.897,28
fev/15	1.495.860,86	7.722.965,21	4.051.794,78	5.644.067,71
mar/15	171.460,82	11.646.728,85	10.293.604,16	6.997.192,40
abr/15	0,00	7.292.396,63	8.019.111,35	6.270.477,68
mai/15	104.541,84	8.387.375,62	10.622.216,54	4.035.636,76
jun/15	177.922,52	13.895.898,09	6.155.728,85	11.775.806,00
jul/15	1.375,21	8.784.933,72	11.364.405,40	9.196.334,32
ago/15	0,00	8.525.340,59	8.289.275,52	9.432.399,39
set/15	40.966,60	6.452.725,88	8.040.772,75	7.844.352,52
out/15	138,26	4.267.226,77	7.218.656,28	4.892.923,01
nov/15	0,00	2.177.589,88	4.569.339,48	2.501.173,41
dez/15	170,49	1.169.281,36	2.287.863,42	1.382.591,35
<b>Total 2015</b>	<b>2.207.612,94</b>	<b>82.630.472,00</b>	<b>81.247.880,65</b>	<b>1.382.591,35</b>

Fonte: Secbe.



QUADRO 79  
Demonstrativo de receitas e despesas - recursos próprios

Saldo anterior	Receitas						Despesas	Saldo
	Contribuição	Contribuição dep. direto	Custeios diversos	Rendimentos	Outras	Total		
53.113.869,20	1.617.019,46	1.999.967,43	801.859,38	457.599,95	7.770,62	4.884.216,84	2.432.773,34	55.565.312,70
55.565.312,70	1.621.842,30	2.003.107,49	588.903,91	421.846,34	5.426,04	4.641.126,08	678.030,00	59.528.408,78
59.528.408,78	1.645.375,62	2.020.571,70	747.480,39	563.790,59	4.351,94	4.981.570,24	859.092,57	63.650.886,45
63.650.886,45	1.639.604,13	2.004.199,68	860.637,58	545.388,41	6.636,08	5.056.465,88	758.202,93	67.949.149,40
67.949.149,40	1.645.303,10	2.001.031,14	782.760,03	615.844,22	8.295,18	5.053.233,67	1.885.221,47	71.117.161,60
71.117.161,60	1.646.029,77	2.003.599,70	880.337,46	671.202,62	7.031,18	5.208.200,73	1.792.507,57	74.532.854,76
74.532.854,76	1.650.833,80	2.001.598,54	757.902,58	780.421,13	6.627,04	5.197.383,09	499.789,90	79.230.447,95
79.230.447,95	1.650.940,69	1.994.331,35	877.495,90	774.719,09	5.079,62	5.302.566,65	699.013,37	83.834.001,23
83.834.001,23	1.658.968,70	2.003.272,73	804.847,69	811.988,17	5.913,54	5.284.990,83	456.337,59	88.662.654,47
88.662.654,47	1.664.073,27	2.007.681,51	785.078,95	847.845,55	5.323,12	5.310.002,40	882.754,76	93.089.902,11
93.089.902,11	1.667.978,02	2.005.582,36	777.474,00	884.207,70	6.105,12	5.341.347,20	5.859.041,12	92.572.208,19
92.572.208,19	1.673.813,64	2.010.903,07	859.362,13	973.076,30	3.145,70	5.520.300,84	10.902.917,39	87.189.591,64
	19.781.782,50	24.055.846,70	9.524.140,00	8.347.930,07	71.705,18	61.781.404,45	27.705.682,01	87.189.591,64

Fonte: Secebe.



Conforme se verifica nos quadros de composição de recursos e demonstrativo de receita e despesas, o Pro-Social apresentou resultado superavitário pelo segundo ano consecutivo em 2015. Esse superávit é decorrente do incremento da receita obtido por meio de emendas parlamentares à Lei Orçamentária de 2015 e do aperfeiçoamento da gestão do Programa, que priorizou o saneamento de gastos e o aprimoramento dos processos internos de trabalho. A receita excedente foi revertida para a recomposição da reserva técnica financeira do Programa.

## **TRANSPARÊNCIA**

A área de bem-estar do Tribunal tem a obrigação de prestar contas de suas receitas e despesas não somente aos conselheiros do Pro-Social, mas também aos seus beneficiários. Os relatórios de despesa e receita extraídos do Sistema e-Prosocial, por meio do *software* BI (Business Intelligence), em parceria com a área de tecnologia da informação, são disponibilizados mensalmente na intranet, após apresentação ao Conselho Deliberativo do Pro-Social, nos termos do art. 60, parágrafo único, do Regulamento Geral do Pro-Social (RGPS), de 23 de abril de 2014.

A busca pela sustentabilidade, organização e eficiência do Pro-Social requer constantemente ações que visem ao aperfeiçoamento, tanto do planejamento como da execução dos serviços de assistência à saúde, bem como à correção constante de eventuais distorções.

Foi dada continuidade à melhoria dos processos internos de trabalho pela conversão/migração dos processos administrativos físicos para eletrônicos, racionalizando-se os fluxos de tramitação dos processos e, com isso, garantindo-se mais transparência, agilidade e rapidez à prestação da assistência à saúde aos beneficiários.

A empresa contratada para avaliação atuarial do Pro-Social emitiu relatório da avaliação atuarial do programa levado à apreciação do Conselho Deliberativo, que autorizou a publicação na página eletrônica, junto com os relatórios financeiros do Programa. O estudo atuarial tomou por base as informações contábeis e financeiras do período de jan/2012 a dez/2014. O parecer atuarial indicou que o Programa se encontra atualmente em equilíbrio e que, embora o custo médio assistencial líquido por beneficiário se tenha elevado, ocorreu redução na morbidade populacional e nas consultas. As recomendações do relatório estão, basicamente, centradas na fixação de moderador de utilização e no estancamento/limitação de endividamento dos beneficiários. Diante das recomendações, foi apresentada ao Conselho Deliberativo proposta de alteração evolutiva do RGPS em dezembro de 2015, tendo sido a discussão adiada para o exercício de 2016.

## **CONSELHO DELIBERATIVO DO PRO-SOCIAL**

O Conselho Deliberativo do Pro-Social é integrado pelo presidente do Tribunal, por dois representantes dos magistrados, dois representantes dos servidores, pelo diretor-geral da Secretaria, pelo diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas (SecGP) e pelo diretor da Secretaria de Controle Interno (Secoi), conforme composição estabelecida pelo



art. 68 do Regulamento Geral do Pro-Social (RGPS), aprovado pela Resolução Presi/Secbe 9 de 23 de abril de 2014, vigente a partir de 1º de julho de 2014.

A designação dos dois representantes dos magistrados, um ativo e outro inativo, ocorreu por meio da Portaria/Presi/Secbe 230 de 11 de julho de 2014, mediante indicação do presidente do Tribunal, na forma do RGPS.

Os representantes dos servidores ativos e inativos foram escolhidos mediante eleição direta, entre candidatos servidores do Tribunal e da Seção Judiciária do Distrito Federal, que obedeceu às disposições da Portaria Presi/Secbe 222 de 3 de julho de 2014, cuja votação foi operacionalizada por meio do sítio do Tribunal na internet, aberta à participação de todos os beneficiários titulares no Programa em exercício no Tribunal e nas seções judiciárias da 1ª Região. A nomeação ocorreu por meio da Portaria/Presi/Secbe 264 de 8 de agosto de 2014.

O Conselho Deliberativo do Pro-Social é o órgão responsável pela qualidade, eficácia e desenvolvimento dos serviços e benefícios oferecidos pelo Programa, pelo exame e aprovação de propostas de modificação das normas do Programa, julgamento de recursos interpostos contra atos praticados na administração do programa, entre outras atribuições.

A atuação de seus membros foi fundamental para execução de medidas de aporte, saneamento e conservação de recursos, que geraram resultado superavitário em 2015, revertido para recomposição da reserva financeira do Programa.

No ano de 2015, foram realizadas oito sessões do Conselho Deliberativo do Pro-Social, tendo sido analisados 79 processos administrativos.



# APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS

## OBJETIVO ESTRATÉGICO

Otimizar custos operacionais

### ■ Descrição do objetivo

Buscar a racionalização na aquisição e utilização dos bens e serviços por meio de ações conjuntas dos órgãos da Justiça Federal, atendendo aos princípios constitucionais da Administração Pública.

145

## PROJETO-PADRÃO PARA CONSTRUÇÃO DE NOVAS SEDES PARA AS SEÇÕES JUDICIÁRIAS

Essa iniciativa, desenvolvida ao longo do ano, tem por objetivo padronizar os projetos arquitetônicos e complementares das novas sedes de subseções judiciárias, de forma a atender a um programa de necessidade comum. Com isso, garante-se alcançar economia de recursos, redução do tempo despendido com planejamento e projetos técnicos, ficando ao encargo das subseções judiciárias apenas a atualização do orçamento, o levantamento topográfico, a sondagem do terreno, o paisagismo e o projeto de fundações.

Espera-se alcançar menores custos e racionalidade na elaboração de projetos e nos procedimentos licitatórios; redução do tempo gasto e aperfeiçoamento crescente dos processos de planejamento e construção; maior facilidade quanto ao controle e alternativas de investimento; redução dos aspectos subjetivos e pessoais em detrimento dos objetivos maiores da instituição; e maior racionalidade nos futuros serviços de manutenção das edificações.

## CONTROLE DE TERCEIRIZADOS

Aperfeiçoou-se em 2015 o procedimento de divulgação da relação de trabalhadores terceirizados no *site* do Tribunal (Portal da Transparência), em observância ao Anexo VI da Resolução CNJ 102/2009, implantando-se ferramenta padronizada para preenchimento pelos gestores dos contratos da relação de terceirizados. Consiste esta iniciativa na criação de planilhas pré-formatadas e no acesso por meio de senha individual, que, após alimentadas para divulgação de dados, servem de base para instrução dos processos de pagamento mensal.



Como resultado dessa medida se reduzirão os atrasos decorrentes da insuficiência de servidores nas unidades administrativas e se evitarão ressalvas pelos órgãos de controle.

## **UNIDADE DE ACOMPANHAMENTO E CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

A criação da unidade de acompanhamento e conformidade da execução orçamentária e financeira possibilitou maior controle da execução simultaneamente à realização do pagamento das despesas. Com isso, foram aprimorados os pagamentos de precatórios e de RPVs, diminuindo-se o número de listas de precatórios e, conseqüentemente, o de ordens bancárias, com ganho significativo de tempo e de facilidade para o controle.

Destacou-se, ademais, nesse mesmo ano, a utilização efetiva do Sistema Tesouro Gerencial, o que permitiu reunir, de forma rápida, diversas informações gerenciais, contábeis e financeiras, com conseqüente melhoria das ações de execução financeira e controle.

Ressalta-se que o Sistema SEI possibilitou o acompanhamento instantâneo das informações nos processos, com pesquisas mais precisas e conseqüente redução dos prazos de pagamento.

146

## **GESTÃO DO ORÇAMENTO**

O Tribunal coordenou a gestão do Orçamento da Justiça Federal da 1ª Região e de seus recursos financeiros de forma a permitir a concretização das ações abaixo relacionadas, segundo as determinações contidas na Lei Orçamentária 13.115, de 20 de abril de 2015, e alterações, e as diretrizes e prioridades estabelecidas Lei 13.080, de 2 de janeiro de 2015 (LDO 2015), com os parâmetros fixados na Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 — a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Foram assegurados recursos às seguintes atividades:

- pagamento das despesas com pessoal, incluindo-se as despesas de exercícios anteriores e sentenças judiciais;
- pagamento de benefícios;
- pagamento de ajuda de custo para magistrados e servidores removidos;
- manutenção das varas federais e do Tribunal;
- funcionamento dos juizados especiais federais inclusive com a realização dos juizados itinerantes e mutirões;
- manutenção da estrutura física com obras e reformas nas edificações existentes;
- aquisição de materiais e equipamentos para as diversas áreas visando à renovação, modernização e expansão;
- gerenciamento das obras e reformas com ações específicas;
- funcionamento das atividades do sistema de conciliação.



Em 13/08/2015, foi publicada a Resolução Presi 26, que dispôs sobre o ajustamento da estrutura administrativa do TRF e alterou a subordinação da Divisão de Análise Contábil e Custos da Secretaria de Controle Interno para a Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro, de forma a segregar as funções afetas à contabilidade referentes ao Controle Interno, em observância às normas do Sistema de Contabilidade Federal: Lei 10.180/2001 e Decreto 6.976/2009.

Buscou-se, com a mudança, o aprimoramento dos processos de trabalho, para assegurar a melhoria contínua das atividades relacionadas à padronização e à consolidação das contas no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região, bem como o acompanhamento contínuo das normas contábeis aplicadas ao setor público, de modo a garantir a observância dos princípios de contabilidade.

Deu-se prioridade para a análise das inconsistências contábeis apresentadas no Siafi, decorrentes da implantação do novo Plano de contas aplicado ao setor público e do *Manual de contabilidade aplicado ao setor público*, 6ª edição, os quais objetivaram a adequação das demonstrações contábeis do setor público aos padrões internacionais, sob os enfoques orçamentário e patrimonial.

Em 2015, foram completadas as rotinas necessárias à captação da proposta orçamentária relativa aos contratos no e-orçamento. Foi realizado treinamento para os servidores da área orçamentária das seccionais, com teste de funcionamento do sistema no ambiente de homologação e correção de todos os problemas detectados, demonstrando a viabilidade da captação da proposta orçamentária de 2017 pelo sistema.

Também foram realizadas diversas melhorias na parte afeta à execução orçamentária, como: a) alteração do cálculo do resultado orçamentário das projeções orçamentárias; b) importação de documentos do Siafi para a carga dos dados no sistema; c) melhoria da funcionalidade de verificação das pendências do sistema, bem como a criação da funcionalidade “Saldo de empenho por despesa”; d) automatização e integração da funcionalidade “Solicitações de novas despesas” com a de “Recursos a descentralizar”.

Para tanto, foram utilizados 111 pontos de função da Fábrica de *Software*.

No tocante ao orçamento da 1ª Região, considerando-se os créditos originalmente consignados na LOA de 2015 e os créditos adicionais (excluídos os valores relativos a sentenças transitadas em julgado — precatórios e requisições de pequeno valor), a 1ª Região foi contemplada com créditos orçamentários, conforme discriminados:

QUADRO 80  
Orçamento 2015 para a 1ª Região (R\$)

(+) Dotação inicial	2.667.501.609,00
(+) Alterações orçamentárias (suplementações –) cancelamentos)	335.849.773,26
= Dotação autorizada Justiça Federal 1ª Região	3.003.351.382,26



(-) Destaque concedido	256.751,18
(=) Dotação disponível da Justiça Federal 1ª Região	3.003.094.631,08
(+) Destaque recebido	7.643,90
(=) Dotação disponível da Justiça Federal 1ª Região com destaque	3.003.102.274,98
(-) Contingenciamento	114.689.999,00
(-) Bloqueio reabertura de crédito	2.482.747,00
(-) Bloqueio impedimento técnico emendas individuais	2.762.300,00
(=) Total indisponível	119.935.046,00
(=) Dotação final da 1ª Região	2.883.167.228,98

As alterações na lei orçamentária foram efetuadas por meio de créditos adicionais suplementares e especiais, obedecidos os limites previstos na lei orçamentária destinados ao atendimento das despesas com custeios, projetos, pessoal e encargos sociais, conforme Portaria SOF 15 de 29/04/2015, Portaria MP/SOF 16 de 29/04/2015, e Portaria CJF 201 de 15/05/2015.

Foram autorizados os seguintes créditos na lei orçamentária para o Poder Judiciário por Resolução do CJF: Resoluções CJF 337, de 19/01/2015; 344, de 29/04/2015; 350 e 351, de 29/06/2015; 359, 360, 361 e 362, de 21/09/2015; 364, 365 e 366, de 16/11/2015; 371 e 372, de 01/12/2015; 373, de 10/12/2015; 374, de 14/12/2015; 383 e 384, de 22/12/2015.

Não foram autorizados os seguintes créditos na lei orçamentária por decreto do Poder Executivo: Decreto/PR SN, de 27/07/2015, e Decreto/PR SN, de 20/08/2015.

Ficaram dependentes de autorização legislativa os créditos que se seguem, por lei específica: crédito suplementar, Lei 13.208, de 22/12/2015, e Lei 13.219, de 22/12/2015; crédito especial, Lei 13.209, de 22/12/2015, e Lei 13.220, de 23/12/2015.

O quadro abaixo demonstra a dotação inicial, as alterações resultantes da distribuição dos valores constantes da reserva do CJF e dos créditos adicionais, os valores contingenciados e bloqueados pela SOF e ainda a dotação final disponível. Quanto ao crédito extraordinário reaberto, só foram considerados os valores utilizados.



QUADRO 81  
Demonstrativo das alterações na lei orçamentária de 2015 (R\$)

Pessoal e encargos sociais										
Ações/planos orçamentários		Grupo de despesa	TRF (2ª grau)		Seção (1ª grau)					
			Dotação inicial	Meta física	Provisão inicial	Meta física	Dotação inicial 2015 e reabertura de crédito	Contingenciado/bloqueado SOF	Alterações	Dotação final
20TP	Pagamento de pessoal ativo da União	1	203.400.000	1.250	1.158.400.000	7.536	1.361.800.000		196.388.669	1.558.188.669
181	Pagamento de aposentadorias e pensões	1	35.000.000		224.000.000		259.000.000		49.295.602	308.295.602
09HB	Custeio do regime de previdência dos servidores	1	34.102.695	169	214.618.822	1.131	248.721.517		30.686.807	279.408.324
Total – pessoal			272.502.695		1.597.018.822		1.869.521.517	0	276.371.078	2.145.892.595

Benefícios										
Ações/planos orçamentários		Grupo de despesa	TRF (2ª grau)		Seção (1ª grau)					
			Dotação inicial	Meta física	Provisão inicial	Meta física	Dotação inicial 2015 e reabertura de crédito	Contingenciado/bloqueado SOF	Alterações	Dotação final
2012	Auxílio alimentação	3	10.458.259	1.159	64.436.957	7.141	74.895.216		18.821.984	93.717.200
2011	Auxílio-transporte	3	48.620	34	213.180	102	261.800		76.826	338.626
2010	Assistência pré-escolar	3	1.133.638	159	12.120.660	1.700	13.254.298		1.061.888	14.316.186
2004	Assistência médica e odontológica a servidores	3	8.530.828	4.207	74.023.644	25.411	82.554.472		76.000	82.630.472
00M1	Benefícios assistenciais – auxílio funeral e natalidade – nacional	3	73.500		420.000		493.500		239.561	733.061
Total – benefícios			20.244.845		151.214.441		171.459.286	0	20.276.259	191.735.545



Atividades										
Ações/planos orçamentários		Grupo de despesa	TRF (2ª grau)		Seção (1ª grau)					
			Dotação inicial	Meta física	Provisão inicial	Meta física	Dotação inicial 2015 e reabertura de crédito	Contingenciado/bloqueado SOF	Alterações	Dotação final
4257	Julgamento de causas na Justiça Federal	3	74.492.583	147.710	240.415.127	757.119	314.907.710		46.653.963	361.561.673
		4	2.560.582	5.365	4.831.173	15.270	7.391.755		9.262.295	16.654.050
	Ações de informática	3	9.291.533	44	26.941.515	73	36.233.048		592.004	36.825.052
		4	2.088.037	11	1.250.000	4	3.338.037		17.777.787	21.115.824
	Capacitação de recursos humanos	3	2.002.521	469	3.197.479	4.614	5.200.000		-412.498	4.787.502
	Formação e aperfeiçoamento de magistrados	3	2.000.000	300			2.000.000		-154.308	1.845.692
	Mordenização de instalações da Justiça Federal	3	374.000	1	1.370.265	8	1.744.265		60.919	1.805.184
		4	262.118		723.154		985.272		-985.272	0
Mordenização de instalações da Justiça Federal – acessibilidade	3	0		0		0		38.100	38.100	
4224	Assistência jurídica a pessoas carentes	3	11.000	50	37.910.030	172.883	37.921.030		4.352.176	42.273.206
2549	Comunicação e divulgação institucional	3	380.747	2.125			380.747		-212.502	168.245
	Rádio e TV Justiça	3	1.537.424	808			1.537.424		-34.129	1.503.295
Total – manutenção			95.000.545		316.638.743		411.639.288	0	76.938.535	488.577.823



Projetos										
Ações/planos orçamentários		Grupo de despesa	TRF (2ª grau)		Seção (1ª grau)					
			Dotação inicial	Meta Física	Provisão inicial	Meta física	Dotação inicial 2015 e reabertura de crédito	Contingenciado/bloqueado SOF	Alterações	Dotação final
11U3	Ampliação ed. sede da JF em Uberlândia – MG	4			0		0		670.000	670.000
11MM	Construção do ed. sede da JF no Município de Divinópolis – MG	4			250.000	3	250.000	185.227	200.000	264.773
11N3	Construção do ed. sede da JF em Montes Claros – MG	4			500.000	2	500.000	500.000	0	0
12R8	Reforma do ed. sede I da JF em Belo Horizonte – MG	4			0		0		600.000	600.000
12SJ	Construção do ed. sede da JF no Município de Pouso Alegre – MG	4			10.000.000	78	10.000.000	5.850.000	-3.550.000	600.000
14YK	Reforma do ed. sede III JF em Belo Horizonte – MG	4			1.500.000	50	1.500.000		450.000	1.950.000
1A59	Construção do ed. sede da JF em Passos – MG	4			3.000.000	23	3.000.000	4.985.090	2.000.000	14.910
12RQ	Construção do ed. sede em Barra do Garças – MT	4			2.482.747		2.482.747		-2.482.747	0
12SR	Construção do ed. sede II da JF em Cáceres – MT	4			1.000.000	46	1.000.000		350.000	1.350.000
14YI	Construção do ed. sede da JF em Juína – MT	4			0		0		1.980.000	1.980.000
7T82	Ampliação ed. sede da JF em Cuiabá – MT	4			16.032.182	100	16.032.182	0	-6.230.000	9.802.182
1A66	Construção ed. sede da JF em Sinop – MT	4			0		0	0	3.500.000	3.500.000
12RS	Construção do ed. sede da JF em Diamantino – MT	4			0		0	2.282.747	2.282.747	0
14YJ	Construção do ed. sede da JF em Parnaíba – PI	4			16.000.000	100	16.000.000	5.886.900	-10.100.000	13.100



Projetos										
Ações/planos orçamentários		Grupo de despesa	TRF (2ª grau)		Seção (1ª grau)					
			Dotação inicial	Meta Física	Provisão inicial	Meta física	Dotação inicial 2015 e reabertura de crédito	Contingenciado/bloqueado SOF	Alterações	Dotação final
15DF	Construção do ed. sede da JF em Picos – PI	4			0		0	5.950.000	6.200.000	250.000
15DD	Construção do ed. sede da JF em São Raimundo Nonato – PI	4			0		0	3.900.000	3.900.000	0
158C	Reforma do ed. sede I SJ do Distrito Federal em Brasília – DF	4			1.000.000	44	1.000.000		-500.000	500.000
153C	Construção de Galpão arquivo e depósito judicial JF em Brasília – DF	4			999.965	22	999.965		0	999.965
14UM	Reforma do ed. sede II da Seção Judiciária do DF – DF	4			0		0	200.000	200.000	0
15DJ	Reforma do ed. sede III da Seção Judiciária do DF – DF	4			0		0	300.000	300.000	0
158D	Reforma do ed. sede SJ em São Luís – MA	4			60.000	3	60.000		0	60.000
12RE	Construção do ed. sede II em Goiânia – GO	4			15.000.000	18	15.000.000		-15.000.000	0
158F	Reforma do ed. sede SJ em Goiânia – GO	4			1.000.000	19	1.000.000		0	1.000.000
7T80	Construção ed. sede da JF em Jataí – GO	4			1.500.000	29	1.500.000	7.500.000	6.000.000	0
7E43	Construção do ed. sede JF de Aparecida de Goiânia – GO	4			0		0	6.000.000	6.000.000	0
15RD	Construção do ed. sede JF de Rio Verde – GO	4			0		0	3.000.000	3.000.000	0
158H	Construção do ed. sede da JF em Laranjal do Jari – AP	4			7.250.000	100	7.250.000		-3.250.000	4.000.000
15DE	Construção do ed. sede da JF em Oiapoque – AP	4			0		0	3.250.000	3.250.000	0



Projetos										
Ações/planos orçamentários		Grupo de despesa	TRF (2ª grau)		Seção (1ª grau)					
			Dotação inicial	Meta Física	Provisão inicial	Meta física	Dotação inicial 2015 e reabertura de crédito	Contingenciado/bloqueado SOF	Alterações	Dotação final
12R6	Construção ed. anexo da SJ em Salvador – BA	4			1.410.000	22	1.410.000		0	1.410.000
7H63	Construção do ed. sede da SJ de Barreiras – BA	4			10.000.000	100	10.000.000	5.264.864	-4.735.136	0
158K	Construção do ed. sede da JF em Itabuna – BA	4			374.000	5	374.000		-164.000	210.000
158M	Construção do ed. sede da JF em Teixeira de Freitas – BA	4			250.000	3	250.000		-65.000	185.000
7V61	Construção do ed. sede da JF em Paulo Afonso – BA	4			500.000	7	500.000		-247.000	253.000
7R91	Construção ed. sede da JF em Juazeiro – BA	4			250.000	3	250.000		-65.000	185.000
14YL	Reforma do complexo de imóveis na SJ em Salvador – BA	4			2.000.000	9	2.000.000		-1.995.000	5.000
7J62	Construção ed. Sede SSJ em Campo Formoso – BA	4			0		0		2.045.000	2.045.000
7E41	Construção ed. Sede da JF em Guanambi – BA	4			1.333.333	13	1.333.333		5.226.136	6.559.469
1A58	Construção ed. Sede da JF em Santarém – PA	4			0		0		100.000	100.000
7V67	Construção ed. Sede da JF em Itaituba – PA	4			400.000	5	400.000		0	400.000
1J25	Construção do ed. anexo da JF em Belém – PA	4			660.000	3	660.000		-660.000	0
1J26	Construção do ed. Sede da JF em Castanhal – PA	4			1.400.000	23	1.400.000	1.400.000	0	0
7T91	Construção ed. sede da SSJ em Araguaína – TO	4			2.862.300	48	2.862.300	2.862.300	0	0



Projetos										
Ações/planos orçamentários		Grupo de despesa	TRF (2ª grau)		Seção (1ª grau)					
			Dotação inicial	Meta Física	Provisão inicial	Meta física	Dotação inicial 2015 e reabertura de crédito	Contingenciado/bloqueado SOF	Alterações	Dotação final
158B	Reforma do ed. sede da JF em Manaus – AM	4			1.100.000	41	1.100.000		0	1.100.000
11RV	Construção ed. sede Tribunal Regional Federal 1ª Região	4	73.444.991	12			73.444.991	47.641.839	-21.000.000	4.803.152
1A67	Construção do ed. sede da JF em Ji-Paraná – RO	4			10.000.000	100	10.000.000	0	0	10.000.000
12RO	Construção do ed. sede da JF em Vilhena – RO	4			350.000	7	350.000		0	350.000
12RA	Construção do ed. sede da Seção Judiciária de Boa Vista – RR	4			30.000.000	72	30.000.000	12.976.079	-17.000.000	23.921
158E	Construção de estação de tratamento de esgoto no Município de Rio Branco – AC	4			972.000	100	972.000		-572.000	400.000
151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema – Nacional (PJe) (gnd3)	4			0		0		1.625.901	1.625.901
Total – projetos			73.444.991		141.436.527		214.881.518	119.935.046	-37.736.099	57.210.373
Total geral			461.193.076		2.206.308.533		2.667.501.609	119.935.046	335.849.773	2.883.416.336



## DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO

Foram descentralizadas as dotações orçamentárias para atender às despesas relativas à 1ª Região da forma que se segue:

QUADRO 82  
Dotação de 2015 por tipo de ação (R\$)

Secor - 090032 e 090053	Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	Total
Dotação final	2.145.892.595,00	191.735.545,00	42.273.206,00	446.304.617,26	177.145.419,00	3.003.351.382,26
Destaques concedidos (-)	0,00	0,00	0,00	256.751,18	0,00	256.751,18
Contingenciamento (-)					114.689.999,00	114.689.999,00
Bloqueio reabertura de crédito					2.482.747,00	2.482.747,00
Bloqueio impedimento técnico emendas individuais					2.762.300,00	2.762.300,00
Dotação disponível (=)	2.145.892.595,00	191.735.545,00	42.273.206,00	446.047.866,08	57.210.373,00	2.883.159.585,08
Destaques recebidos (+)	0,00	0,00	0,00	7.643,90	0,00	7.643,90
Dotação disponível com destaque (=)	2.145.892.595,00	191.735.545,00	42.273.206,00	446.055.509,98	57.210.373,00	2.883.167.228,98
Provisão concedida 090032 (-)	2.142.217.686,57	191.613.041,12	42.272.956,38	444.915.982,82	33.368.260,08	2.854.387.926,97
Disponível (=)	3.674.908,43	122.503,88	249,62	1.131.883,26	23.842.112,92	28.771.658,11
Crédito disponível	0,00	0,00	0,00	7.643,90	0,00	7.643,90



Secor - 090032 e 090053		Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	Total
P1	Amapá	41.698.706,79	4.541.608,04	235.818,21	7.233.468,84	328.546,95	54.038.148,83
	Roraima	24.741.521,83	2.267.880,17	159.899,23	3.943.520,11	60.055,79	31.172.877,13
	Tocantins	39.849.744,36	3.536.212,15	1.031.622,74	9.072.437,39	45.159,38	53.535.176,02
P2	Acre	37.878.482,68	2.864.895,47	343.976,07	5.846.055,70	360.486,75	47.293.896,67
	Rondônia	55.517.893,18	5.006.887,73	2.091.346,22	12.764.303,22	774.706,73	76.155.137,08
P3	Amazonas	60.642.131,55	4.774.306,80	461.508,31	9.377.377,59	1.068.244,91	76.323.569,16
	Mato Grosso	90.171.485,58	7.214.781,02	2.817.900,00	15.670.951,07	7.508.945,66	123.384.063,33
	Piauí	84.040.569,42	6.635.574,19	2.524.777,08	12.969.118,89	219.435,09	106.389.474,67
P4	Maranhão	105.162.827,90	9.406.381,62	3.835.840,54	21.988.793,32	135.779,13	140.529.622,51
	Pará	124.878.063,61	10.655.636,44	3.121.781,24	24.249.302,08	481.998,11	163.386.781,48
P5	Goiás	167.250.462,40	14.585.775,09	4.737.529,58	29.910.258,26	1.013.499,21	217.497.524,54
P6	Bahia	267.483.248,63	24.511.918,66	7.060.116,30	45.594.354,92	10.487.706,11	355.137.344,62
	Distrito Federal	225.560.450,86	23.069.204,43	1.908.000,00	31.330.477,35	1.536.588,60	283.404.721,24
	Minas Gerais	509.994.498,66	38.784.255,62	11.932.040,86	86.871.187,21	3.453.563,17	651.035.545,52
090053 – Esmaf – saldo							0,00
Subtotal		1.834.870.087,45	157.855.317,43	42.262.156,38	316.821.605,95	27.474.715,59	2.379.283.882,80
TRF		307.347.599,12	33.757.723,69	10.800,00	128.094.376,87	5.893.544,49	475.104.044,17
Total geral		2.142.217.686,57	191.613.041,12	42.272.956,38	444.915.982,82	33.368.260,08	2.854.387.926,97



O destaque recebido do Ministério Público Federal, de R\$ 7.643,90, destinado à Seção Judiciária do Amazonas, teve como objetivo a cessão de espaço e infraestrutura que possibilitassem condições de trabalho ao quadro de servidores e procuradores da Procuradoria da República em Tabatinga, durante o período de reforma das instalações daquele órgão.

Do destaque concedido de R\$ 256.751,18, R\$ 235.600,00 foi para o Senado Federal, a fim de atender ao Termo de Cooperação Técnica 2/2015 de ressarcimento de despesas relativas à manutenção e conservação de imóveis funcionais, e R\$ 21.151,18 para a Esaf, visando ao treinamento de servidores da SJMG (R\$ 18.156,00) e da SJPA (R\$ 2.995,18).

### **RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS LIMITES FINANCEIROS**

No decorrer do ano de 2015, os limites financeiros recebidos do Conselho da Justiça Federal foram repassados às unidades gestoras da 1ª Região para pagamento de todas as despesas inclusive precatórios e requisição de pequeno valor, conforme quadro seguinte:



QUADRO 83  
Limites financeiros concedidos, Darfs/GPS/GRU e receitas arrecadadas 2015 (R\$)

Padrão	Seção	Categoria "a" pessoal	Categoria "c" custeio	Categoria "d" investimento	Categoria "e" inversão	Restos a pagar	DARFS/GPS/ DAR/GRU	Receitas arrecadadas	Total
P1	Amapá	27.403.348,41	11.964.926,01	350.000,00	0,00	129.880,52	15.386.200,73	0,00	55.234.355,67
	Roraima	16.506.465,72	5.969.630,82	365.035,96	0,00	25.260,20	8.989.701,74	468,00	31.856.562,44
	Tocantins	25.842.617,10	12.614.682,86	500.000,00	0,00	0,00	15.608.579,00	59,01	54.565.937,97
P2	Acre	24.978.649,98	8.477.508,61	846.648,15	0,00	0,00	13.595.571,53	0,00	47.898.378,27
	Rondônia	36.595.845,68	18.592.252,20	1.000.000,00	0,00	0,00	21.352.294,19	0,00	77.540.392,07
P3	Amazonas	39.537.608,14	14.030.290,40	1.000.000,00	0,00	0,00	22.617.632,13	104,34	77.185.635,01
	Mato Grosso	58.308.364,36	22.894.837,32	2.373.084,88	0,00	2.031.372,13	34.743.266,55	578,78	120.351.504,02
	Piauí	53.629.551,39	21.247.216,92	328.613,96	0,00	169.765,07	32.575.585,77	360,80	107.951.093,91
P4	Maranhão	67.964.657,34	32.740.987,86	1.195.433,36	0,00	330.866,92	41.030.702,26	1.981,48	143.264.629,22
	Pará	80.856.392,29	34.404.136,84	2.924.969,00	0,00	4.783.672,53	48.714.036,09	554,89	171.683.761,64
P5	Goiás	107.235.829,21	47.133.614,55	2.011.499,95	0,00	2.685.950,42	66.207.247,27	410,62	225.274.552,02
P6	Bahia	172.184.963,01	74.668.786,95	9.246.425,24	0,00	4.280.719,93	105.398.263,02	755,40	365.779.913,55
	Distrito Federal	148.699.074,67	54.867.723,27	2.905.115,00	0,00	5.647.828,13	83.717.080,68	1.957,76	295.838.779,51
	Minas Gerais	327.726.659,55	135.217.546,35	5.746.115,91	0,00	19.814.816,71	194.940.040,52	1.767,21	683.446.946,25
Subtotal		1.187.470.026,85	494.824.140,96	30.792.941,41	0,00	39.900.132,56	704.876.201,48	8.998,29	2.457.872.441,55
TRF		202.402.284,97	178.201.120,28	4.754.164,50	5.721.721,03	80.023.598,99	129.145.494,15	168.247,93	600.416.631,85
090049	Prec./RPV	1.042.774.045,69	4.874.412.325,02	0,00	579.353.275,78	391.421.183,87	50.867.456,77	0,00	6.938.828.287,13
Total geral		2.432.646.357,51	5.547.437.586,26	35.547.105,91	585.074.996,81	511.344.915,42	884.889.152,40	177.246,22	9.997.117.360,53



## **ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

A execução do orçamento foi acompanhada e controlada mediante emissão de relatórios periódicos, que demonstram a evolução da execução orçamentária e financeira do Tribunal e de cada seção judiciária conforme o que foi planejado.

O quadro a seguir registra que a execução orçamentária da 1ª Região foi de 98,85% e demonstra, por unidade gestora, a dotação disponível, o valor empenhado, o crédito não utilizado, os valores pagos e a inscrição em restos a pagar.



QUADRO 84  
Execução orçamentária na 1ª Região – consolidada – 2015 (R\$)

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	54.038.148,83	53.822.410,91	215.737,92	52.719.767,22	1.102.643,69	99,60
	Roraima	31.172.877,13	31.163.830,43	9.046,70	30.159.332,11	1.004.498,32	99,97
	Tocantins	53.535.176,02	53.532.938,25	2.237,77	51.640.874,59	1.892.063,66	100
P2	Acre	47.293.896,67	47.110.078,25	183.818,42	45.274.284,00	1.835.794,25	99,61
	Rondônia	76.155.137,08	76.015.406,17	139.730,91	71.735.610,76	4.279.795,41	99,82
P3	Amazonas	76.323.569,16	75.915.198,04	408.371,12	73.936.781,98	1.978.416,06	99,46
	Mato Grosso	123.384.063,33	123.336.493,62	47.569,71	112.386.752,42	10.949.741,20	99,96
	Piauí	106.389.474,67	106.156.016,13	233.458,54	103.125.253,03	3.030.763,10	99,78
P4	Maranhão	140.529.622,51	140.489.146,86	40.475,65	134.196.857,33	6.292.289,53	99,97
	Pará	163.386.781,48	161.523.218,71	1.863.562,77	154.715.156,61	6.808.062,10	98,86
P5	Goiás	217.497.524,54	217.013.628,83	483.895,71	207.286.568,42	9.727.060,41	99,78
P6	Bahia	355.137.344,62	355.069.507,20	67.837,42	335.998.815,29	19.070.691,91	99,98
	Distrito Federal	283.404.721,24	283.399.084,85	5.636,39	276.209.145,45	7.189.939,40	100
	Minas Gerais	651.035.545,52	650.762.566,89	272.978,63	627.970.368,59	22.792.198,30	99,96
Subtotal – Seções		2.379.283.882,80	2.375.309.525,14	3.974.357,66	2.277.355.567,80	97.953.957,34	99,83
TRF		475.104.044,17	474.737.839,40	366.204,77	412.732.937,08	62.004.902,32	99,92
Secor – 090032		28.771.658,11	0,00	28.771.658,11	0,00	0,00	0
Total geral		2.883.159.585,08	2.850.047.364,54	33.112.220,54	2.690.088.504,88	159.958.859,66	98,85



A seguir, desmembra-se a execução por grupos de despesas.

## PESSOAL

QUADRO 85  
Execução orçamentária na 1ª Região – pessoal – 2015 (R\$)

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	41.698.706,79	41.698.706,79	0,00	41.571.802,31	126.904,48	100
	Roraima	24.741.521,83	24.741.149,77	372,06	24.665.813,50	75.336,27	100
	Tocantins	39.849.744,36	39.849.744,36	0,00	39.665.131,07	184.613,29	100
P2	Acre	37.878.482,68	37.871.277,95	7.204,73	37.675.227,04	196.050,91	99,98
	Rondônia	55.517.893,18	55.517.893,18	0,00	54.898.037,10	619.856,08	100
P3	Amazonas	60.642.131,55	60.636.691,06	5.440,49	60.317.929,32	318.761,74	99,99
	Mato Grosso	90.171.485,58	90.171.485,58	0,00	89.859.019,71	312.465,87	100
	Piauí	84.040.569,42	84.040.360,81	208,61	83.723.225,18	317.135,63	100
P4	Maranhão	105.162.827,90	105.162.827,90	0,00	104.440.118,83	722.709,07	100
	Pará	124.878.063,61	124.716.571,47	161.492,14	124.107.369,47	609.202,00	99,87
P5	Goiás	167.250.462,40	167.249.960,86	501,54	166.605.818,26	644.142,60	100
P6	Bahia	267.483.248,63	267.483.227,64	20,99	265.994.828,19	1.488.399,45	100
	Distrito Federal	225.560.450,86	225.560.294,61	156,25	223.635.925,25	1.924.369,36	100
	Minas Gerais	509.994.498,66	509.994.498,66	0,00	506.544.224,67	3.450.273,99	100
Subtotal – Seções		1.834.870.087,45	1.834.694.690,64	175.396,81	1.823.704.469,90	10.990.220,74	99,99
TRF		307.347.599,12	307.223.615,97	123.983,15	304.309.211,12	2.914.404,85	99,96
Secor – 090032		3.674.908,43		3.674.908,43		0,00	0
Total geral		2.145.892.595,00	2.141.918.306,61	3.974.288,39	2.128.013.681,02	13.904.625,59	99,81



Dos R\$ 3.974.288,39 constantes do crédito não utilizado, R\$ 3.687.414,07 referem-se à dotação do Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, que, de acordo com a legislação vigente, não podem ser remanejados para atender a outras despesas de pessoal; R\$ 249.213,01 referem-se à dotação de ativos, e R\$ 37.661,27 à dotação de inativos. A não utilização do crédito referente ao PPA do TRF e do PA deveu-se à incorreção na classificação no subitem da natureza da despesa, resultando em cancelamento do empenho. No tocante ao crédito não utilizado de PAP no TRF, não houve tempo hábil para o empenho, uma vez que o crédito foi liberado apenas em 31 de dezembro de 2015.

Com a dotação orçamentária de pessoal aprovada, acrescida de suplementações orçamentárias obtidas no decorrer do exercício, foi possível pagar todas as folhas ordinárias e sentenças judiciais não transitadas em julgado.

Foram empenhados, como despesas de exercícios anteriores, R\$ 12.954.299,92. Desse montante, R\$ 8.630.892,74 foram pagos e R\$ 4.323.407,18 encontram-se inscritos em restos a pagar. Os pagamentos seguiram o disposto na Resolução CJF 224, de 26 de dezembro de 2012, alterada pela Resolução 275, de 18/12/2013, e pela Resolução 324, de 19 de novembro de 2014.

No exercício de 2015, foram efetuadas quatro apurações de passivos classificados como Despesas de Exercícios Anteriores – DEA, conforme cronograma elaborado pelo CJF e constante da Resolução CJF 336, de 19 de novembro de 2014. Destaca-se que o CJF cancelou a apuração de passivos no mês de fevereiro de 2015.

As seções judiciárias e o Tribunal encaminharam, mensalmente, as informações referentes às despesas com pessoal ativo e inativo (quantitativo físico e valores pagos em regime de competência), bem como os bancos de passivos que foram analisados e consolidados por esta Secretaria, que, em seguida, os encaminhou ao Conselho da Justiça Federal. Esses dados servem de base para a liberação dos repasses financeiros, para elaboração dos créditos adicionais de pessoal e para a definição dos limites orçamentários do próximo exercício.



## BENEFÍCIOS

QUADRO 86  
Execução orçamentária na 1ª Região – benefícios – 2015 (R\$)

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	4.541.608,04	4.539.362,74	2.245,30	4.526.320,48	13.042,26	99,95
	Roraima	2.267.880,17	2.267.880,17	0,00	2.267.880,17	0,00	100
	Tocantins	3.536.212,15	3.536.212,15	0,00	3.535.123,95	1.088,20	100
P2	Acre	2.864.895,47	2.839.380,02	25.515,45	2.798.119,28	41.260,74	100
	Rondônia	5.006.887,73	5.006.887,73	0,00	4.982.973,25	23.914,48	100
P3	Amazonas	4.774.306,80	4.770.216,75	4.090,05	4.770.216,75	0,00	100
	Mato Grosso	7.214.781,02	7.214.781,02	0,00	7.200.645,92	14.135,10	100
	Piauí	6.635.574,19	6.635.574,19	0,00	6.573.977,16	61.597,03	100
P4	Maranhão	9.406.381,62	9.406.381,62	0,00	9.406.381,62	0,00	100
	Pará	10.655.636,44	10.624.178,46	31.457,98	10.624.178,46	0,00	99,70
P5	Goiás	14.585.775,09	14.573.895,59	11.879,50	14.464.123,24	109.772,35	99,92
P6	Bahia	24.511.918,66	24.511.918,66	0,00	24.225.170,41	286.748,25	100
	Distrito Federal	23.069.204,43	23.068.376,77	827,66	23.056.244,49	12.132,28	100
	Minas Gerais	38.784.255,62	38.783.802,65	452,97	38.742.294,70	41.507,95	100
Subtotal – Seções		157.855.317,43	157.778.848,52	76.468,91	157.173.649,88	605.198,64	99,95
TRF		33.757.723,69	33.752.549,63	5.174,06	32.698.528,60	1.054.021,03	99,98
Secor – 090032		122.503,88		122.503,88		0,00	0
Total geral		191.735.545,00	191.531.398,15	204.146,85	189.872.178,48	1.659.219,67	99,89



Estão incluídas as seguintes ações classificadas como benefícios: assistência médica e odontológica aos servidores e seus dependentes, auxílio funeral e natalidade, auxílio alimentação, auxílio transporte e assistência pré-escolar.

Dos R\$ 204.146,85 constantes do crédito não utilizado para benefícios, R\$ 52.375,38 são relativos à assistência médica e odontológica (AMOS), R\$ 8.334,81 de assistência pré-escolar (APE), R\$ 15.087,25 de auxílio-transporte (AT), R\$ 28.418,98 de auxílio-alimentação (AA) e R\$ 99.930,42 de auxílio-funeral e auxílio-natalidade (ANF). Como a dotação destinada a benefícios diz respeito a despesas obrigatórias, não há a possibilidade de serem utilizadas sobras para atender às demais necessidades.

Foram pagos R\$ 8.963.084,47 na ação auxílio-alimentação como despesas de exercícios anteriores e inscritos em restos a pagar R\$ 278.671,65, relativos à última parcela do acordo firmado entre o CJF e a SOF/MP, visando ao pagamento dos passivos a magistrados decorrentes da Resolução CNJ 131/2011.



## ATIVIDADES

QUADRO 87  
Execução orçamentária na 1ª Região – atividades – 2015 (R\$)

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	7.233.468,84	7.036.923,49	196.545,35	6.101.817,34	935.106,15	97,28
	Roraima	3.943.520,11	3.936.315,53	7.204,58	3.008.144,52	928.171,01	99,82
	Tocantins	9.072.437,39	9.070.199,62	2.237,77	7.363.837,45	1.706.362,17	99,98
P2	Acre	5.846.055,70	5.694.957,49	151.098,21	4.472.199,42	1.222.758,07	97,42
	Rondônia	12.764.303,22	12.644.272,31	120.030,91	9.364.664,99	3.279.607,32	99,06
P3	Amazonas	9.377.377,59	9.059.635,19	317.742,40	8.276.494,28	783.140,91	96,61
	Mato Grosso	15.670.951,07	15.623.381,36	47.569,71	12.307.026,66	3.316.354,70	99,70
	Piauí	12.969.118,89	12.736.346,06	232.772,83	10.289.050,07	2.447.295,99	98,21
P4	Maranhão	21.988.793,32	21.949.035,17	39.758,15	16.442.809,97	5.506.225,20	99,82
	Pará	24.249.302,08	22.583.573,55	1.665.728,53	16.741.596,10	5.841.977,45	93,13
P5	Goiás	29.910.258,26	29.723.896,80	186.361,46	21.396.089,90	8.327.806,90	99,38
P6	Bahia	45.594.354,92	45.526.538,49	67.816,43	35.769.702,65	9.756.835,84	99,85
	Distrito Federal	31.330.477,35	31.328.579,89	1.897,46	26.738.422,40	4.590.157,49	99,99
	Minas Gerais	86.871.187,21	86.598.661,55	272.525,66	70.120.757,56	16.477.903,99	99,69
Subtotal – Seções		316.821.605,95	313.512.316,50	3.309.289,45	248.392.613,31	65.119.703,19	98,96
TRF		128.094.376,87	127.879.259,47	215.117,40	73.836.889,54	54.042.369,93	99,83
Secor – 090032 e 090053 Esmaf		1.131.883,26		1.131.883,26		0,00	0
Total geral		446.047.866,08	441.391.575,97	4.656.290,11	322.229.502,85	119.162.073,12	98,96



Nas despesas com atividades estão incluídas as ações julgamento de causas (com os planos orçamentários: formação e aperfeiçoamento de magistrados, capacitação de recursos humanos, modernização das instalações de imóveis na Justiça Federal e modernização das instalações de imóveis na Justiça Federal – acessibilidade) e comunicação e divulgação institucional.

A perda orçamentária justifica-se em função de licitações que foram frustradas no final de dezembro e de contratações que ficaram abaixo do valor reservado. Mesmo assim, obteve-se uma execução de 98,96%.

O quadro abaixo demonstra, por unidade gestora e por plano orçamentário, as perdas ocorridas em 2015.



QUADRO 88  
Crédito não utilizado na 1ª Região – atividades – 2015 (R\$)

Padrão	Seção	JC-3	JC-4	AI-3	AI-4	CRH -3	CDI-3	FAM-3	MIJF-3	MIJF-4	Total
P1	Amapá	182.926,31				13.371,45		247,59			196.545,35
	Roraima	5.372,24		86,20		561,36		1.184,78			7.204,58
	Tocantins	1.734,59				502,50		0,68			2.237,77
P2	Acre	124.871,54	0,16	2.983,56		10.242,95			13.000,00		151.098,21
	Rondônia	93.934,10	22.300,00			3.796,81					120.030,91
P3	Amazonas	295.504,23	8.395,28			13.806,83		36,06			317.742,40
	Mato Grosso	47.569,71									47.569,71
	Piauí	228.626,02	877,00			272,82		2.996,99			232.772,83
P4	Maranhão	18.676,09	21.082,06								39.758,15
	Pará	654.481,76	955.680,45	43.273,59		11.380,29		912,44			1.665.728,53
P5	Goiás	136.705,37	25.294,86			20.849,29		3.511,94			186.361,46
P6	Bahia	65.521,69	77,60			2.217,14					67.816,43
	Distrito Federal	1.342,85	158,74			395,87					1.897,46
	Minas Gerais	224.873,21	47.652,45								272.525,66
Subtotal		2.082.139,71	1.081.518,60	46.343,35	0,00	77.397,31	0,00	8.890,48	13.000,00	0,00	3.309.289,45
TRF		127.524,55	59.464,26	616,91	5.749,74	21.761,86	0,08				215.117,40
Secor – 090032 e 090053 – Esmaf		737.541,28	214.493,94	31.279,31	0,39	9.790,70	24.861,43	5.088,00	7.852,92	100.975,29	1.131.883,26
Total geral		2.947.205,54	1.355.476,80	78.239,57	5.750,13	108.949,87	24.861,51	13.978,48	20.852,92	100.975,29	4.656.290,11



A seguir serão detalhados alguns itens de relevância neste grupo de despesa.

#### ■ **Despesas com remoções**

Foi paga a importância total de R\$ 5.894.323,30, dos quais R\$ 3.952.295,95 para a remoção de 118 magistrados e R\$ 1.942.027,35 para a remoção de 69 servidores, visando ao pleno funcionamento das varas federais.

#### ■ **Despesas com auxílio-moradia para magistrados**

O auxílio-moradia foi concedido aos magistrados federais que não residem em imóvel funcional por decisão do Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Originária 1.773/DF, de relatoria do ministro Luiz Fux, que antecipou os efeitos da tutela com fundamento no art. 62, II, da Loman.

O Conselho da Justiça Federal, para dar cumprimento à decisão da Suprema Corte, expediu a Resolução CJF 310, de 7 de outubro de 2014, com efeitos financeiros a partir de 15 de setembro de 2014. Em 2015 foi pago pela 1ª Região o valor de R\$ 24.655.375,30 para essa rubrica.

#### ■ **Juizado Especial Federal itinerante e mutirões**

A programação itinerante efetivada demandou R\$ 1.233.905,77 e abrangeu os municípios de Araguacema/TO, Santa Maria do Suaçuí/MG, Ariquemes/RO, Bailique/AP, Expedição da cidadania – Etapa MT, Barra do Corda/MA e Baixo Madeira/RO.

Para atender a mutirões em Montes Claros/MG, Uberlândia/MG, Uberaba/MG, Sete Lagoas/MG, Teófilo Otoni/MG, Parnaíba/PI, Floriano/PI, Picos/PI, Ilhéus/BA, Redenção/PA, Rondonópolis/MT, Araguaína/TO, Rio Branco/AC e Porto Velho/RO, foram investidos R\$ 850.800,09.

#### ■ **Sistcon**

Para promover a conciliação na 1ª Região foram gastos R\$ 83.566,35.

#### ■ **Corregedoria**

Para a realização das correções previstas foram alocados R\$ 766.342,35.



## ■ Veículos

QUADRO 89  
Aquisição de veículos – 2015

Padrão	TRF/Seção Judiciária	Autorizações CJF		Autorizações TRF1		Executado	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
P1	Roraima						
	Tocantins						
P2	Acre						
	Rondônia	1	77.000,00	1	77.000,00		
P3	Amapá	1	77.000,00	1	77.000,00		
	Amazonas	2	154.000,00	2	154.000,00	1	82.900,00
	Mato Grosso						
	Piauí						
P4	Maranhão	1	77.000,00	1	77.000,00	1	86.625,00
	Pará	1	77.000,00	1	77.000,00	1	82.900,00
P5	Goiás						
P6	Bahia					1	95.000,00
	Distrito Federal						
	Minas Gerais						
Subtotal		6	462.000,00	6	462.000,00	4	347.425,00
TRF		10	730.000,00	10	730.000,00	10	787.990,00
Total geral		16	1.192.000,00	16	1.192.000,00	14	1.135.415,00

Obs.: Na Seccional da Bahia foi adquirido 1 (um) carro por reposição da frota de veículo decorrente de sinistro.

A relação de veículos existentes — Anexo III da Resolução CJF 72, de 20 de agosto de 2009 — foi recebida mensalmente das áreas de transporte do Tribunal e das seções judiciárias, analisada, consolidada e remetida ao CJF.

Conforme determina o art. 5º da Resolução/CNJ 83, de 10 de junho de 2009, foi divulgado, no Diário Eletrônico da Justiça e também no Portal desta Corte, em 27 de janeiro de 2016, a lista de veículos oficiais utilizados em 2015.

Como parte da proposta de orçamento, o Plano Anual de Aquisição de Veículos 2015 foi preliminarmente aprovado em seu valor total na sessão do CJF de 8 de agosto de 2014, constando 14 veículos para o Tribunal e 65 destinados às seccionais da 1ª Região, sendo que o detalhamento do Plano foi apreciado na sessão realizada em 17 de novembro de 2014, oportunidade em que foram sugeridas algumas alterações que motivaram ajustes ao Plano e o adiamento da efetiva aquisição. Em síntese, o voto determinou alterações nas unidades destinatárias de veículos do grupo “B” — transporte institucional — e entendeu desnecessária a inclusão de veículos do grupo “H” — veículos blindados.



Como reflexo da decisão acima, o CJF deliberou, na sessão de 9 de março de 2015, que a política de aquisição de veículos do grupo B para os tribunais regionais federais, seções e subseções judiciárias deve ser compatível com o atendimento de suas finalidades e de acordo com suas peculiaridades, bem como para atender aos casos de manutenção ou sinistro de viaturas daquela natureza. Essa determinação motivou novas solicitações aos tribunais regionais federais, o que motivou novos ajustes ao Plano de Veículos e, novamente, adiou a efetiva aquisição.

Na sessão de 27 de abril de 2015, o CJF aprovou alteração na Resolução 072/2009 (que estabelece diretrizes para aquisição), para, entre outras medidas, excluir a possibilidade de aquisição de veículos tipo *pick-ups* e utilitários multivans (SUV), o que ocasionou, mais uma vez, ajustes ao Plano e adiamento de efetiva aquisição.

Em face da vedação retrocitada, a Presidência do Tribunal oficiou ao CJF, por meio do Ofício 1.655, de 2 de setembro de 2015, discorrendo sobre a importância da aquisição de veículos de eixo alto 4x4, especialmente nas seccionais das regiões Centro-Oeste e Norte, em decorrência da situação das estradas, das rodovias e dos deslocamentos que, muitas vezes, exigem veículos diferentes para o atendimento das demandas da Justiça.

Em razão dessas divergências e do cenário fiscal negativo que se impôs mais fortemente a partir do 2º semestre de 2015, a aquisição de veículos em 2015 foi adiada. Diante disso, o presidente do TRF1, por meio do Ofício Presi 2.588, de 9 de novembro de 2015, apresentou a necessidade de aquisição de nove veículos do Grupo “B” e de um do Grupo “C” para o Tribunal e de nove veículos de serviço 4x4 para as seções judiciárias, reportando-se à situação peculiar em que se encontrava a 1ª Região.

Na sessão do dia 14 de dezembro de 2015, o CJF, reconhecendo as dificuldades enfrentadas pela 1ª Região e suas peculiaridades e considerando o cenário fiscal desfavorável, autorizou apenas aquisições de veículos para atender à 1ª Região, sendo 10 veículos para expansão da frota do Tribunal e cinco veículos de serviços 4x4, desde que não fossem *pick-ups*, destinados à expansão da frota de primeiro grau, em seções judiciárias com jurisdição na região amazônica, bem como a aquisição de um veículo 4x4 para repor a frota da Seção Judiciária de Rondônia, tendo em vista a ocorrência de sinistro.

Ainda por meio do Ofício Presi 2.943, de 28 de dezembro de 2015, encaminhado ao CJF, foi comunicada a necessidade de aquisição de um veículo tipo van furgão para reposição da frota da Seção Judiciária da Bahia, haja vista o sinistro que resultou em perda total de veículo.

A planilha que se segue demonstra, de forma consolidada, o Plano final de aquisição aprovado pelo CJF para 2015, as demandas autorizadas pela direção do Tribunal e as aquisições executadas.

#### ■ Esmaf

Para realização de treinamentos, jornadas e curso de formação dos juizes aprovados no XIV Concurso, foram alocados R\$ 1.840.604,00.



## ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES (AJPC)

### QUADRO 90

Execução orçamentária na 1ª Região – AJPC – 2015 (R\$)

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	235.818,21	218.870,96	16.947,25	218.870,96	0,00	92,81
	Roraima	159.899,23	159.899,23	0,00	158.908,19	991,04	100
	Tocantins	1.031.622,74	1.031.622,74	0,00	1.031.622,74	0,00	100
P2	Acre	343.976,07	343.976,07	0,00	276.787,54	67.188,53	100
	Rondônia	2.091.346,22	2.091.346,22	0,00	2.073.499,32	17.846,90	100
P3	Amazonas	461.508,31	456.530,03	4.978,28	456.530,03	0,00	98,92
	Mato Grosso	2.817.900,00	2.817.900,00	0,00	2.778.165,27	39.734,73	100
	Piauí	2.524.777,08	2.524.770,10	6,98	2.523.741,85	1.028,25	100
P4	Maranhão	3.835.840,54	3.835.840,54	0,00	3.835.840,54	0,00	100
	Pará	3.121.781,24	3.119.019,64	2.761,60	3.114.011,02	5.008,62	99,91
P5	Goiás	4.737.529,58	4.736.409,51	1.120,07	4.735.523,73	885,78	99,98
P6	Bahia	7.060.116,30	7.060.116,30	0,00	7.060.116,30	0,00	100
	Distrito Federal	1.908.000,00	1.907.814,98	185,02	1.907.814,98	0,00	99,99
	Minas Gerais	11.932.040,86	11.932.040,86	0,00	11.932.040,86	0,00	100
Subtotal – Seções		42.262.156,38	42.236.157,18	25.999,20	42.103.473,33	132.683,85	99,94
TRF		10.800,00	10.800,00	0,00	2.376,00	8.424,00	100
Secor – 090032		249,62		249,62		0,00	0
Total geral		42.273.206,00	42.246.957,18	26.248,82	42.105.849,33	141.107,85	99,94



O crédito não utilizado de R\$ 26.248,82 decorreu da não existência de demandas em algumas seccionais, as quais não foram informadas à Secor a tempo de o crédito ser remanejado para outras seccionais que ficaram com pendências de pagamentos, uma vez que a dotação aprovada não foi suficiente para atender a todas as demandas de 2015, ficando registrada a existência de passivos sem a cobertura orçamentária.

## PROJETOS

QUADRO 91  
Execução orçamentária na 1ª Região – projetos – 2014 (R\$)

Padrão	Seção	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	328.546,95	328.546,93	0,02	300.956,13	27.590,80	100
	Roraima	60.055,79	58.585,73	1.470,06	58.585,73	0,00	97,55
	Tocantins	45.159,38	45.159,38	0,00	45.159,38	0,00	100
P2	Acre	360.486,75	360.486,72	0,03	51.950,72	308.536,00	100
	Rondônia	774.706,73	755.006,73	19.700,00	416.436,10	338.570,63	97,46
P3	Amazonas	1.068.244,91	992.125,01	76.119,90	115.611,60	876.513,41	92,87
	Mato Grosso	7.508.945,66	7.508.945,66	0,00	241.894,86	7.267.050,80	100
	Piauí	219.435,09	218.964,97	470,12	15.258,77	203.706,20	99,79
P4	Maranhão	135.779,13	135.061,63	717,50	71.706,37	63.355,26	99,47
	Pará	481.998,11	479.875,59	2.122,52	128.001,56	351.874,03	99,56
P5	Goiás	1.013.499,21	729.466,07	284.033,14	85.013,29	644.452,78	71,98
P6	Bahia	10.487.706,11	10.487.706,11	0,00	2.948.997,74	7.538.708,37	100
	Distrito Federal	1.536.588,60	1.534.018,60	2.570,00	870.738,33	663.280,27	99,83
	Minas Gerais	3.453.563,17	3.453.563,17	0,00	631.050,80	2.822.512,37	100
Subtotal – Seções		27.474.715,59	27.087.512,30	387.203,29	5.981.361,38	21.106.150,92	
TRF		5.893.544,49	5.871.614,33	21.930,16	1.885.931,82	3.985.682,51	99,63
Secor – 090032		23.842.112,92		23.842.112,92		0,00	0
Total geral		57.210.373,00	32.959.126,63	24.251.246,37	7.867.293,20	25.091.833,43	57,61



A seguir, demonstram-se os R\$ 24.251.246,37 constantes do crédito não utilizado:

- R\$ 29.652,02: desenvolvimento e implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal;
- R\$ 3.723.860,90: construção do edifício-sede da Justiça Federal em Laranjal do Jari/AP;
- R\$ 1.470,82: construção do edifício-sede da Seção Judiciária em Boa Vista/RR;
- R\$ 2.700,00: construção do edifício-sede da Justiça Federal em Vilhena/RO;
- R\$ 17.000,00: construção do edifício-sede da Justiça Federal em Ji-Paraná/RO;
- R\$ 9.636.575,00: construção do edifício-sede da Justiça Federal em Ji-Paraná/RO;
- R\$ 91.464,00: construção da Estação de Tratamento de Água do edifício-sede da Seção Judiciária em Rio Branco/AC;
- R\$ 147.986,59: reforma do edifício-sede da Seção Judiciária em Manaus/AM;
- R\$ 9.126.881,09: ampliação do edifício-sede da Justiça Federal em Cuiabá/MT;
- R\$ 717,50: reforma do edifício-sede da Seção Judiciária em São Luís/MA;
- R\$ 2.122,52: construção do edifício-sede da Justiça Federal em Santarém/PA;
- R\$ 23.611,93: construção do edifício-sede da Justiça Federal em Itaituba/PA;
- R\$ 353.671,26: reforma do edifício-sede da Seção Judiciária em Goiânia/GO;
- R\$ 2.770,00: reforma do edifício Sede I da Justiça Federal em Brasília/DF;
- R\$ 40.040,52: construção do edifício-sede da Justiça Federal em Divinópolis/MG;
- R\$ 19.284,49: reforma do edifício Sede I da Justiça Federal em Belo Horizonte/MG;
- R\$ 595.750,00: construção do edifício-sede da Justiça Federal em Pouso Alegre/MG;
- R\$ 69.879,88: construção do edifício-sede da Justiça Federal em Itabuna/BA;
- R\$ 49.550,00: construção do edifício-sede da Justiça Federal em Teixeira de Freitas/BA;
- R\$ 83.373,77: construção do edifício-sede da Justiça Federal em Juazeiro/BA;
- R\$ 161.959,24: construção do edifício-sede da Justiça Federal em Paulo Afonso/BA;
- R\$ 48.993,80: construção do edifício-sede da Justiça Federal em Picos/PI;
- R\$ 21.930,16: construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

O acompanhamento da execução dos projetos da 1ª Região possibilitou evitar a execução de projetos em descompasso com o PPA e a LOA, verificar a impossibilidade de executar todos os projetos consignados na LOA de 2014 e elaborar as solicitações de créditos adicionais suplementares e especiais.

A seguir, menciona-se a situação dos projetos de construção, reformas e desapropriações que tiveram execução em 2015.



## **AÇÕES COM DOTAÇÃO EM 2015 (LOA 2015 + CRÉDITOS)**

Destaca-se que, mesmo havendo projetos arquitetônicos aptos e suficiente disponibilidade orçamentária, com a decisão do CJF, consubstanciada na reunião do dia 10 de agosto de 2015, de vedar o início de obras em 2015 e 2016, exceto as aquisições de imóveis, ampliações e reformas, toda a Justiça Federal tem sido compelida a não iniciar a execução de obras.

Foi o que ocorreu com os projetos da 1ª Região cujas obras se iniciariam em 2015, que tiveram os procedimentos paralisados, apesar do apelo dirigido ao Conselho da Justiça Federal para permitir prosseguimento de determinados empreendimentos (conforme doc. 1444740 do PA Sei 0017830-45), tendo sido providenciados os remanejamentos dos respectivos créditos, com vista ao aproveitamento em outras demandas.

### **■ Construção da Estação de Tratamento de Água do edifício-sede da Seção Judiciária em Rio Branco/AC**

Foram consignados na LOA R\$ 972.000,00 e cancelados R\$ 572.000,00 para atender a necessidades na seccional e na SSJ de Cruzeiro do Sul, resultando em dotação de R\$ 400.000,00 para utilização.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 308.536,00 e inscritos na totalidade em restos a pagar a serem executados em 2016. Ficaram sem utilização R\$ 91.464,00.

Ao término da revisão dos projetos básicos e executivos, registrou-se redução do custo do projeto, o que justificou a redução da dotação ao suficiente para a conclusão da obra.

Contrato firmado em dez./2015 para instalação de uma estação compacta de tratamento de esgoto, com vigência de 132 dias corridos.

### **■ Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Laranjal do Jari/AP**

Foram consignados na LOA R\$ 7.000.000,00 por emenda de bancada e R\$ 250.000,00 por emenda individual, sendo cancelados R\$ 3.250.000,00 para atender à ação CES-Oiapoque/AP, resultando em uma dotação de R\$ 4.000.000,00 para utilização.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 276.139,10, pagos R\$ 248.548,30 e inscritos em restos a pagar a serem executados em 2016 R\$ 27.590,80. Ficaram sem utilização R\$ 3.723.860,90 (PA SEI 000308934, doc. 0396567).

Em relação ao projeto da nova sede de Laranjal do Jari (PA SEI 0000390-27.2015.4.01.8003), cujo custo foi de R\$ 270.251,69, mais aditivo de R\$ 5.887,41, foram concluídas quatro das cinco etapas, e o aditivo em 2015, faltando a conclusão da última e quinta etapa (aprovação), com previsão para encerramento em 21/04/2016, no valor de R\$ 27.590,80.

Quanto à obra (PA SEI 0001744-87.2015.4.01.8003), foi cumprida a vedação de novas obras 2015/2016, determinada pelo Conselho da Justiça Federal, ficando revogada a licitação para execução da obra e, conseqüentemente, não houve contratação.



#### ■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Oiapoque/AP**

Foi consignada, por meio de crédito adicional especial, a dotação de R\$ 3.250.000,00, que foi contingenciada.

Por meio do Ofício Presi 1.236, de 26/05/2015 (PA SEI 0000264-83, doc. 0664481), o Tribunal comunicou à SJAP a adoção do Projeto-padrão para construção do edifício-Sede de Oiapoque, bem como que fossem contratados os serviços de sondagem e levantamento planialtimétrico do terreno, despesa estimada em R\$ 10.000,00 e ainda que o saldo orçamentário não utilizado seria reaberto em 2016 para licitar o “Não escopo” (estimativa em R\$ 50.000,00) e a obra de construção, todavia todo o crédito especial aberto foi contingenciado.

#### ■ **Reforma do edifício-sede da Seção Judiciária em Manaus/AM**

Foi consignada na LOA a dotação de R\$ 1.100.000,00, sendo R\$ 100.000,00 por meio de emenda individual.

No exercício, foram empenhados R\$ 952.013,41, pagos R\$ 75.500,00, inscritos em restos a pagar a serem executados em 2016 R\$ 876.513,41. Ficaram sem utilização R\$ 147.986,59.

Os valores pagos referem-se ao projeto executivo, enquanto que os inscritos em restos a pagar são relativos à execução da reforma e à despesa com a fiscalização dessa execução.

#### ■ **Construção do edifício Anexo da Seção Judiciária em Salvador/BA**

Foi consignada na LOA 2015 a dotação de R\$ 1.410.000,00, que, somada aos R\$ 2.590.375,30 de restos a pagar, perfaz o montante de R\$ 4.000.375,30 disponíveis para utilização.

Em 2015, foi empenhado R\$ 1.410.000,00, pagos R\$ 3.175.897,47, sendo R\$ 2.425.146,40 de restos a pagar e R\$ 750.751,07 do exercício e ainda foram inscritos em restos a pagar R\$ 659.248,93.

Inicialmente a projetista Wega foi contratada para realizar a confecção do projeto executivo do prédio anexo, mas entregou projetos incompletos e projetos faltando, como, por exemplo, o da subestação.

Após a licitação para a execução, a empresa CSG, contratada, apresentou pontos que direcionavam o projeto para uma complexidade executiva que comprometia a boa técnica na execução da obra, além de falhas nas planilhas e divergências de especificações.

Diante disso, a administração acionou a empresa projetista para que realizasse as alterações e adequações essenciais para a segurança da obra. Paralelamente, em parceria com o CJF, o projeto foi corrigido e reestruturado. Após a celebração do aditivo, o projeto, revisado, de estrutura e arquitetura necessitava dos complementares de instalações elétricas e hidráulicas. Em consequência, procedeu-se à contratação de nova empresa projetista para realizar a revisão e a elaboração dos projetos complementares, a qual



está em fase de elaboração dos projetos. É estimado o valor de R\$ 1.000.000,00 para a execução dessa etapa.

No tocante à execução por parte da empresa CSG, a obra encontra-se em fase de recebimento definitivo, apenas com pendências técnicas identificadas nas vistorias.

#### ■ **Reforma do complexo de imóveis da Seção Judiciária de Salvador/BA**

Foram consignados na LOA R\$ 2.000.000,00, que somados aos R\$ 1.270.000,00 de restos a pagar, totalizam R\$ 3.270.000,00 disponíveis para utilização.

No decorrer de 2015, foi cancelado da dotação corrente R\$ 1.995.000,00, sendo R\$ 1.500.000,00 para atender à ação CES-GUA-BA, e R\$ 495.000,00 para atender à CES-CFS-BA. Foi pago R\$ 1.094.619,10, sendo R\$ 1.093.790,00 referente a restos a pagar e R\$ 829,10 do exercício. Foram inscritos em restos a pagar a serem executados em 2016 R\$ 4.170,90 e cancelados R\$ 176.210,00 referentes a restos a pagar não processados, devido à alteração da especificação do serviço, pois se optou por realizar uma reforma e aplicação de resina antiderrapante em lugar da substituição do piso da entrada da Justiça Federal.

176

#### ■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Itabuna/BA**

Foram consignados na LOA R\$ 374.000,00 por emenda individual, sendo cancelados R\$ 164.000,00 para atender à ação CES-GUA-BA, resultando numa dotação de R\$ 210.000,00 para utilização.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 140.120,12 e inscritos em restos a pagar a serem executados em 2016. Ficaram sem utilização R\$ 69.879,88.

O referido projeto encontra-se na fase de Obra nova — possui terreno. Após rumores sobre a iniciativa do TRF1 de contratar projeto-padrão para as subseções, ocorreu redução natural do andamento da fase interna, culminando com a opção pelo projeto-padrão do TRF1 em 15/06/2015. Por tal razão, a direção do Foro optou por contratar a construção de muro e instalação de portão para fechamento do terreno, bem como o estudo planialtimétrico e a sondagem. A homologação do pregão correspondente ocorreu no dia 17/12/2015 com o lance vencedor no valor de R\$125.802,77. A assinatura do contrato ocorreu no último dia do exercício de 2015.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Teixeira de Freitas/BA**

Foram consignados na LOA R\$ 250.000,00 por emenda individual, sendo cancelados R\$ 65.000,00 para atender à ação CES-GUA-BA, resultando numa dotação de R\$ 185.000,00 para utilização.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 135.450,00 e inscritos na totalidade em restos a pagar a serem executados em 2016. Ficaram sem utilização R\$ 49.550,00.

O referido projeto encontra-se na fase de Obra nova — possui terreno. Após rumores sobre a iniciativa do TRF1 de contratar projeto-padrão para as subseções, ocorreu



redução natural do andamento da fase interna, culminando com a opção pelo projeto-padrão do TRF1 em 15/06/2015. Por tal razão, a Direção do Foro optou por contratar a construção de muro e instalação de portão para fechamento do terreno, bem como o estudo planialtimétrico e a sondagem. A homologação do pregão correspondente ocorreu no dia 17/12/2015 com o lance vencedor no valor de R\$135.450,00. O contrato para execução foi assinado em 23 de dezembro de 2015.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Guanambi/BA**

Foram consignados R\$ 6.559.469,00, dos quais R\$ 5.226.136,00 correspondem à suplementação, que, somados aos R\$ 533.552,65 de restos a pagar, resultaram em R\$ 7.093.021,65 disponíveis para utilização.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 6.559.469,00, pagos R\$ 2.415.422,95, sendo R\$ 2.019.970,30 do exercício e R\$ 395.452,65 de restos a pagar. Foram inscritos em restos a pagar para serem executados em 2016 R\$ 4.539.498,70.

A obra de Guanambi iniciou-se em outubro de 2014. O ritmo da obra foi conduzido com atrasos pouco representativos no decorrer das medições. Contudo, devido a restrições orçamentárias, em 22/06/2015 a administração, através de ofício, solicitou a redução do ritmo da obra, limitando as medições em R\$ 150.000,00, com previsão de que as atividades fossem retomadas em setembro de 2015, considerando a expectativa do remanejamento de parte do orçamento da obra de Barreiras para a complementação do recurso de Guanambi. Todavia, o orçamento previsto para setembro de 2015 não foi aprovado, fazendo com que a administração reelaborasse a condição inicial e solicitasse, em 29/11/2015, através de um ofício, a paralisação efetiva das atividades até 30 de dezembro de 2015. O remanejamento de fato ocorreu em dezembro e a obra retornou em janeiro de 2016. Atualmente, o percentual de evolução físico-financeiro é de 46,36%.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Barreiras/BA**

Foram consignados na LOA, por meio de emenda de bancada, R\$ 10.000.000,00, dos quais R\$ 4.735.136,00 foram cancelados para atender às ações CES-GUA-BA e CES-CF-BA. Foram contingenciados R\$ 5.264.864,00.

O projeto encontra-se na fase de Licitação da obra. Para contratação da obra foi autuado processo administrativo e publicado edital, todavia, em razão da decisão do colegiado do CJF de vedar início de obras novas em 2015, não foi possível prosseguir com a licitação.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso/BA**

Foram consignados, por meio de crédito especial, R\$ 2.045.000,00, que, acrescidos de R\$ 3.130.382,85 de restos a pagar, resultaram no montante de R\$ 5.175.382,85 disponíveis para utilização.

No decorrer no exercício, foram empenhados R\$ 2.045.000,00 e pagos R\$ 3.271.134,42, sendo R\$ 159.501,57 do exercício e R\$ 3.111.632,85 de restos, e ainda foram inscritos em restos a pagar para execução em 2016 R\$ 1.885.498,43.

A obra de Campo Formoso iniciou-se em março de 2013, tendo seu fluxo conduzido sem problemas significantes. Em novembro de 2014, foi realizada uma reunião entre a empresa que executa a obra (Technologias), a empresa de fiscalização (Pirangi), a empresa projetista (JCA) e a Justiça Federal, em que se constatou, após vistoria *in loco*, análise de projetos e diários de obras, divergência de nível no projeto de implantação da obra. Essa divergência ocasionou a revisão do projeto, realizada pela empresa projetista, e com ela o pedido de aditivo encaminhado pela empresa Tecnologias. O orçamento necessário para a celebração do aditivo foi solicitado, contudo o remanejamento só foi de fato aprovado em dezembro de 2015. Em virtude dos serviços pleiteados no aditivo estarem impedindo a sequência construtiva da obra, foi encaminhado, em 03/11/2015, pedido de paralisação da obra com o objetivo de evitar custos administrativos significativos. O percentual de evolução físico-financeiro é de 89,13%.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Juazeiro/BA**

Foram consignados na LOA, por meio de emenda individual, R\$ 250.000,00, que, acrescidos de R\$ 102.926,52 de restos a pagar, resultaram em R\$ 352.926,52 disponíveis para utilização.

Durante o exercício, foram empenhados e inscritos em restos a pagar para execução em 2016 R\$ 101.626,23, sendo destinados ao contrato para construção de muro no terreno doado pelo DNITT, que abrigará a sede da SSJ de Juazeiro. Foram cancelados R\$ 65.000,00 para atender à ação CES-GUA-BA e ficaram sem utilização R\$ 83.373,77. Foram pagos R\$ 102.926,52 referente a restos a pagar, correspondentes ao contrato de reforma do imóvel localizado na orla de Juazeiro.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Paulo Afonso/BA**

Foram consignados na LOA, por meio de emenda individual, R\$ 500.000,00, dos quais R\$ 247.000,00 foram cancelados para atender à ação CES-GUA-BA, restando R\$ 253.000,00 para utilização. Desse valor, foram empenhados R\$ 91.040,76, sendo pagos R\$ 17.945,70 e inscritos em restos a pagar R\$ 73.095,06. Ficaram sem utilização R\$ 161.959,24.

O valor empenhado corresponde à elaboração de projeto executivo para a construção da sede da SSJ de Paulo Afonso. Atualmente a empresa projetista elabora os projetos em conformidade com o disposto nas resoluções do CJF, assim como as adequações equivalentes à região.

Já foram encaminhados os projetos básicos para a análise técnica. Foi realizado o pagamento referente à primeira medição, no valor R\$ 17.945,70.



#### ■ **Reforma do edifício Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal/DF**

Foram consignados, por meio de crédito adicional especial, R\$ 200.000,00, que, somados a R\$ 1.000.000,00 de restos a pagar, resultaram em R\$ 1.200.000,00 disponíveis para utilização.

Durante o exercício, foram contingenciados R\$ 200.000,00 e pagos R\$ 209.299,95 referentes a restos a pagar.

A reforma se refere à modernização dos elevadores, contratada em dezembro de 2013, estando a empresa ainda dentro do prazo para a entrega dos equipamentos.

Esses valores deverão permanecer em restos a pagar, tendo em vista que a obra de modernização dos elevadores ainda se encontra em andamento.

Quanto a obras e serviços referentes à adequação às normas de segurança de utilização do edifício, a contratação de empresa de engenharia para realização de projetos básicos e executivos de arquitetura e complementares ficou prejudicada, uma vez que o valor do crédito de R\$ 200.000,00 não estava disponível para licitação do objeto.

#### ■ **Reforma do edifício Sede III da Justiça Federal no Distrito Federal/DF**

Foi consignada, por meio de crédito adicional especial, a dotação de R\$ 300.000,00, que foi contingenciada.

O projeto básico encontra-se pronto para licitação e contratação de empresas de engenharia para realização de projetos básicos e executivos de arquitetura e complementares, a fim de adequar-se às normas de segurança de utilização do edifício. Porém, a licitação não foi concretizada antes do fim do exercício, visto que o valor do crédito adicional de R\$ 300.000,00 não estava disponível.

#### ■ **Construção de galpão para arquivo e depósito judicial para a Justiça Federal em Brasília/DF**

Foram consignados na LOA R\$ 999.965,00, que, somados aos R\$ 2.227.215,72 de restos a pagar, resultaram em R\$ 3.227.180,72 disponíveis para utilização.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 999.965,00, pagos R\$ 2.966.330,45, sendo R\$ 739.114,73 do exercício e R\$ 2.227.215,72 de restos a pagar. Foram inscritos em restos a pagar para execução em 2016 R\$ 260.850,27.

Obra em fase de finalização, faltando apenas serviços administrativos para a realização do recebimento definitivo da obra, momento em que os restos a pagar acima mencionados serão quitados.

#### ■ **Reforma do edifício Sede I da Justiça Federal no Distrito Federal/DF**

Foi consignado na LOA R\$ 1.000.000,00 e cancelados R\$ 500.000,00, para atender a ações de reformas nos edifícios Sede II e Sede III, resultando em dotação de R\$ 500.000,00 para utilização.



Durante o exercício, foram empenhados R\$ 497.230,00, pagos R\$ 94.800,00 e inscritos em restos a pagar a serem executados em 2016 R\$ 402.430,00. Ficaram sem utilização R\$ 2.770,00.

Foram contratadas em dezembro de 2015 a aquisição e a instalação de um grupo gerador, a impermeabilização da cobertura do térreo e a plataforma de acessibilidade, todos os fornecimentos e serviços a serem executados em 120 dias.

#### ■ **Construção do edifício Sede II em Goiânia/GO**

Foi consignada, por meio de emenda de bancada, na LOA, a dotação de R\$ 15.000.000,00, sendo cancelada, por meio de crédito adicional, para suplementar outras dotações relativas a obras do estado de Goiás.

O referido projeto encontra-se na fase de Obra nova. A SJGO já dispõe de terreno doado pelo Governo do Estado de Goiás e está iniciando tratativas de negociação de nova fração de terreno vizinho que não mais será utilizado pelo TRE/GO. Existe anteprojeto elaborado pelo CJF para o terreno já doado.

#### ■ **Construção de edifício-sede da Justiça Federal em Rio Verde/GO**

Foi consignada na LOA de 2015, por crédito especial, a dotação de R\$ 3.000.000,00, que, somada aos R\$ 198.432,52 de restos a pagar, perfaz o montante de R\$ 3.198.432,52 disponíveis para utilização.

Durante o exercício foram pagos R\$ 19.463,80 de restos a pagar e contingenciados R\$ 3.000.000,00. O referido projeto encontra-se na fase de Projeto contratado — em elaboração.

#### ■ **Reforma do edifício-sede da Seção Judiciária em Goiânia/GO**

Foi consignado na LOA R\$ 1.000.000,00, sendo empenhados R\$ 646.328,74, pagos R\$ 1.875,96 e inscritos em restos a pagar a serem executados em 2016 R\$ 644.452,78. Ficaram sem utilização R\$ 353.671,26.

A obra encontra-se na fase de Licitação do projeto. As diversas ações que compõem a obra foram programadas para serem executadas em quatro exercícios, de 2015 a 2018. Conforme diretriz da Administração Superior da SJ de Goiás, foi priorizada a implantação de sistema de segurança. Desse modo, a primeira etapa foi realizada em 2015, com a aquisição de equipamentos de vigilância, restando para o exercício de 2016 a contratação de serviços especializados necessários à atualização do primeiro projeto contratado em 2013, a fim de que possa ser contratado e executado o complemento do referido projeto.

#### ■ **Construção de edifício-sede da Justiça Federal em Aparecida de Goiânia/GO**

Foi consignada, por meio de crédito adicional especial, a dotação de R\$ 6.000.000,00, a qual foi contingenciada.



O referido projeto encontra-se na fase de Obra nova — possui terreno. A SJGO já dispõe de terreno doado pela prefeitura de Aparecida de Goiânia.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Jataí/GO**

Foi consignado na LOA R\$ 1.500.000,00. Suplementado em R\$ 6.000.000,00, resultou em R\$ 7.500.000,00, que, acrescidos de R\$ 1.414,89 de restos a pagar, totalizaram R\$ 7.501.414,89 disponíveis.

No decorrer do exercício, foram contingenciados R\$ 7.500.000,00 e cancelados R\$ 1.414,89, referentes a restos a pagar.

Projetos arquitetônicos, básico e executivos, recebidos pela seccional, todavia antes que se pudesse contratar o recebimento dos projetos e atualização de valores, foram vetadas novas obras em razão da determinação do CJF. Desta forma, foram suspensas estas atividades para que se faça uma revisão e atualização de normas e valores apenas em época próxima da construção.

#### ■ **Reforma do edifício-sede da Seção Judiciária em São Luís/MA**

Foram consignados na LOA R\$ 60.000,00, sendo empenhados R\$ 59.282,50, que foram inscritos em restos a pagar a serem executados em 2016. Ficaram sem utilização R\$ 717,50.

A reforma se refere a adaptações no edifício-sede para acomodar as varas de JEFs que estão funcionando no edifício Anexo I.

Os valores pagos referem-se ao projeto executivo e os inscritos em restos a pagar são relativos à execução da reforma e à despesa com a fiscalização dessa execução.

O contrato da reforma foi assinado e a execução iniciou-se em 19/01/2016, com previsão de conclusão em 26/02/16. Até o presente momento, não houve medição.

#### ■ **Construção do edifício Sede I da Subseção Judiciária em Sinop/MT**

Foram consignados, por meio de crédito especial, R\$ 3.500.000,00, que, somados aos R\$ 2.803.149,79 de restos a pagar, resultaram no montante disponível de R\$ 6.303.149,79.

No decorrer do exercício, foram empenhados R\$ 3.500.000,00, pagos R\$ 328.020,55, sendo R\$ 118.946,80 do exercício e R\$ 209.073,75 de restos a pagar, inscritos em restos a pagar R\$ 3.381.053,20 e cancelados R\$ 35.576,04, referentes a restos a pagar não processados.

A obra encontra-se na fase de Obra contratada, em vista da rescisão do contrato com a empresa para executar a obra. A nova contratação foi homologada em 29/12/2015, no valor de R\$ 4.419.821,65.

O contrato para prestação de serviços de consultoria técnica e operacional, controle e fiscalização teve sua vigência prorrogada e o prazo de execução suspenso, aguardando o início da execução da obra.



#### ■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Barra do Garças/MT**

Foi consignada, por meio de reabertura de crédito adicional especial, a dotação de R\$ 2.482.747,00.

No decorrer do exercício, foi cancelada toda a dotação para contratação de empresa de engenharia elétrica para assessorar as obras da SJMT, no valor de R\$ 200.000,00 no JC-4, e atender à obra de Diamantino, no valor de R\$ 2.282.747,00, que foram contingenciados.

Devido à camada de rocha encontrada durante a terraplanagem executada em 2014 pela Prefeitura Municipal, não foi possível deixar o solo no nível solicitado, tendo sido necessária nova sondagem do terreno e laudo de viabilidade técnica. O terreno destinado à edificação se mostrou inviável após o novo estudo do solo, estando em negociação outro terreno para a construção da sede em Barra do Garças.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Diamantino/MT**

Forão consignados, por crédito especial, R\$ 2.282.747,00, que, somados aos R\$ 1.286.626,57 de restos a pagar, resultaram em R\$ 3.569.373,57 para utilização em 2015.

Durante o exercício, foram pagos R\$ 57.676,02 de restos a pagar, contingenciados R\$ 2.282.747,00 e cancelados de restos a pagar R\$ 3.001,43.

O projeto encontra-se em fase de Licitação do projeto.

Por não apresentar resultado indicativo de recuperação, mesmo após inúmeras reuniões para pontuar e cobrar empenho na execução da obra, a empresa, ao final, apresentou Carta de Desistência de execução da obra, resultando na rescisão do Contrato 69/2014.

Para dar continuidade, está sendo elaborado Termo de Referência para contratar empresa para revisão, adequação e atualização dos projetos, memoriais e planilhas para a conclusão do remanescente da obra de construção.

O Contrato 72/2014 para prestação de serviços de consultoria técnica e operacional, controle e fiscalização, em nível de engenharia, está vigente até 16/05/2016, podendo ser prorrogado, e o prazo de execução está suspenso aguardando a conclusão da licitação para a contratação de nova empresa para a continuação da execução da obra. Valor mensal de R\$ 15.045,92 e, para o período de Recebimento Provisório da obra, o valor é de R\$ 5.604,43 mensais.

#### ■ **Construção do edifício Sede II da Justiça Federal em Cáceres/MT**

Foi consignado na LOA, por meio de emenda individual, R\$ 1.000.000,00, que, acrescido da suplementação de R\$ 350.000,00, resultou em R\$ 1.350.000,00, que, somado aos R\$ 688.946,30 de restos a pagar, perfaz o montante disponível de R\$ 2.038.946,30.



Durante o exercício, foram empenhados R\$ 1.350.000,00, pagos R\$ 20.794,38, sendo R\$ 17.806,88 do exercício e R\$ 2.987,50 de restos a pagar, e ainda inscritos em restos a pagar para pagamento em 2016 o valor de R\$ 1.332.193,12.

A obra encontra-se na fase de Obra cotratada, haja vista a rescisão contratual com a empresa classificada em 2º lugar, que fora convocada para executar o remanescente, todavia houve abandono.

A contratação de empresa para a conclusão da execução da obra foi homologada em 29/12/2015, no valor de R\$ 1.794.321,82. Houve ainda a necessidade de novos procedimentos para a contratação da fiscalização, pois a empresa contratada recusou-se a prorrogar a vigência do contrato, uma vez que o valor se encontrava muito abaixo do de mercado. A nova contratação foi homologada em 30/12/2015, ao valor mensal de R\$ 16.129,60; para o período de Recebimento Provisório da obra o valor é de R\$ 2.000,00 mensais.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Juína/MT**

Foi consignado por crédito especial R\$ 1.980.000,00, que, somado a R\$ 2.883.144,00 de restos a pagar, perfizeram o montante de R\$ 4.863.144,00 disponíveis para utilização.

Durante o exercício, foi empenhado R\$ 1.980.000,00 e inscrito em sua totalidade em restos a pagar a serem pagos em 2016. Foram pagos R\$ 699.941,03, referentes a restos a pagar.

A obra encontra-se em fase de Obra em execução, com 10,70% de execução. Para prestação de serviços de consultoria técnica e operacional, controle e fiscalização em nível de engenharia, está em vigência, para esta obra, o Contrato 91/2014 (354-98.2014.4.01.8009), com vigência até 30/12/2016. Valor mensal de R\$ 21.999,00 e, para o período de Recebimento Provisório da obra, o valor de R\$ 8.000,00 mensais.

#### ■ **Ampliação do edifício-sede da Justiça Federal em Cuiabá/MT**

Foram consignados na LOA, por meio de emenda de bancada, R\$ 16.032.182,00, que, somados a R\$ 1.787.657,76 de restos a pagar, perfizeram R\$ 17.819.839,76 disponíveis para utilização.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 675.300,91, pagos R\$ 794.341,26, sendo R\$ 101.496,43 do exercício e R\$ 692.844,83 de restos a pagar. Foram inscritos em restos a pagar para execução em 2016 R\$ 573.804,48, cancelados R\$ 6.230.000,00 para atender obras da SJMT e deixaram de ser utilizados R\$ 9.126.881,09.

A obra em questão teve de ser interrompida na fase final de Licitação da obra, devido à vedação de início de obras determinada pelo CJF, conforme processo 0017830-45.2015.4.01.8000 (1444740). A referida licitação estava pronta para ser homologada com valor de R\$ 16.492.828,87.



Para prestação de serviços de consultoria técnica e operacional, controle e fiscalização, em nível de engenharia, firmou-se o Contrato 90/2014 (proc adm 34-48.2014.4.01.8009), com vigência até 29/06/2017. Valor mensal de R\$ 26.600,00, sendo de R\$ 11.725,00 mensais para o período de Recebimento Provisório da obra.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Passos/MG**

Foi consignado na LOA, por meio de emendas individuais, o montante de R\$ 3.000.000,00, que, somados aos R\$ 2.000.000,00 suplementados no crédito, perfizeram o total de R\$ 5.000.000,00 disponíveis para utilização.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 14.910,00, sendo pagos R\$ 13.410,00 e inscritos em restos a pagar a serem executados em 2016 R\$ 1.500,00. Foram contingenciados R\$ 4.985.090,00.

Trata-se de obra nova que possui terreno. A contratação da execução da obra não foi licitada em virtude da suspensão pelo CJF de licitação de obras novas.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Divinópolis/MG**

Foi consignada, por meio de emenda individual na LOA, a dotação de R\$ 250.000,00, que foi suplementada em R\$ 200.000,00, perfazendo o montante de R\$ 450.000,00 para utilização.

No exercício foram empenhados R\$ 224.732,48, pagos R\$ 2.780,00, inscritos em restos a pagar a serem executados em 2016 R\$ 221.952,48, contingenciados R\$ 185.227,00 e sem utilização R\$ 40.040,52.

Projetos arquitetônico, básico, executivos e complementares contratados.

A contratação do projeto para edificação da sede própria da Subseção Judiciária de Divinópolis em terreno repassado pela Secretaria do Patrimônio da União foi homologada em dezembro 2015, no valor de R\$221.952,48.

Alguns fatores retardaram a realização do certame licitatório, entre eles os diversos questionamentos de empresas interessadas, que acarretaram a republicação do edital. Por esse motivo, não foi possível atingir o percentual de execução financeira prevista para a emenda individual.

#### ■ **Construção de edifício-sede da Justiça Federal em Montes Claros/MG**

Em 2015 foram consignados na LOA, por meio de emenda individual, R\$ 500.000,00, sendo oferecidos em sua totalidade para contingenciamento, em função de divergências quanto ao levantamento de necessidades para a construção da nova sede.

A licitação do projeto para a construção da sede própria de Montes Claros não foi realizada no corrente ano, haja vista que foi solicitado o apoio do CJF para a definição da área a ser projetada, em face de divergências sobre o dimensionamento do imóvel. O pedido foi sobrestado pelo CJF.



#### ■ **Ampliação do edifício-sede da Subseção Judiciária em Uberlândia/MG**

Em 2015 foi aberto o crédito especial de R\$ 670.000,00, que, somados aos restos a pagar de R\$ 16.000.103,64, resultaram no montante de R\$ 16.670.103,64 disponíveis para utilização.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 670.000,00 e pagos R\$ 6.076.900,67 de restos a pagar.

Trata-se de obra em execução do anexo ao edifício-sede da Subseção Judiciária de Uberlândia. Contratada em janeiro/2015, a construção foi iniciada em fevereiro daquele ano. Conforme planilha da 11ª medição, realizada em 07/01/2016, foram executados 38,9% da obra, percentual equivalente ao previsto no cronograma.

Fatos relevantes:

- elevação da cota de implantação do prédio em 73 cm, em razão do nível do lençol freático existente, cuja variação sazonal ficou acima do previsto no projeto original (já executada);
- alteração pontual do projeto de combate a incêndio – PPCI. O ajuste foi elaborado pela empresa-autora e aprovado pelo CBMG.

Importante salientar que os fatos acima relatados não acarretaram a alteração do prazo de finalização da obra, mantido para fevereiro de 2017.

A obra segue em ritmo adequado, sendo que a entrega da última das cinco lajes está prevista para meados de fevereiro.

#### ■ **Reforma do edifício Sede I da Seção Judiciária em Belo Horizonte/MG**

Foram consignados na LOA, por crédito especial, R\$ 600.000,00, que, somados aos R\$ 1.894.295,04 de restos a pagar, resultaram no montante de R\$ 2.494.295,04 disponível pra utilização.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 580.715,51 e pagos R\$ 2.406.896,44, sendo R\$ 1.894.295,04 de restos a pagar e R\$ 512.601,40 do exercício, tendo ficado sem utilização R\$ 19.284,49.

Obra já finalizada, porém não recebida definitivamente, em virtude de correções que já estão sendo executadas pela empresa. O saldo final do empenho é de R\$ 68.114,11, sendo devido à contratada o valor de R\$ 66.737,63.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Pouso Alegre/MG**

Foi consignada na LOA, por meio de emenda de bancada, a dotação de R\$ 10.000.000,00, cancelada em R\$ 3.550.000,00, para atender obras da Justiça Federal em Minas Gerais, restando R\$ 6.450.000,00 para utilização.

No exercício foram empenhados R\$ 4.250,00, pagos R\$ 4.250,00, contingenciados R\$ 5.850.000,00. Ficaram sem utilização R\$ 595.750,00.



O referido projeto encontra-se na fase Obra nova — possui terreno. A contratação da execução da obra não foi licitada em virtude da suspensão pelo CJF de licitação de obras novas.

■ **Reforma do edifício Sede III da Justiça Federal em Belo Horizonte/MG**

Foi consignado na LOA R\$ 1.500.000,00, acrescido de R\$ 450.000,00 do crédito suplementar, resultando em R\$ 1.950.000,00, que, acrescido de R\$ 45.000,00 de restos a pagar, perfaz um total de R\$1.995.000,00 disponíveis para utilização.

No decorrer do exercício, foi empenhado R\$ 1.950.000,00, pagos R\$ 134.054,22, sendo R\$ 89.054,22 do exercício e R\$ 45.000,00 de restos a pagar. Foi inscrito em restos a pagar, a ser executado em 2016 R\$ 1.860.945,78.

Trata-se de obra de reforma, visando à modernização do sistema de ar condicionado do prédio. A licitação dos serviços ocorreu em dezembro, tendo sido homologada pelo valor de R\$ 4.949.976,42.

■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Santarém/PA**

Foram consignados, por meio de crédito especial, R\$ 100.000,00, que, somados aos R\$ 6.876.627,23 de restos a pagar, perfizeram R\$ 6.976.627,23 disponíveis para utilização.

No exercício, foram empenhados R\$ 97.877,48 e pagos R\$ 3.036.810,39, sendo R\$ 97.877,48 do exercício e R\$ 2.938.932,91 de restos a pagar. Ficaram sem utilização R\$ 2.122,52.

Obra em andamento, na 27ª medição, com previsão de conclusão em junho de 2016.

■ **Construção do edifício Anexo da Justiça Federal em Belém/PA**

Foi consignado na LOA, por meio de emendas individuais, o montante de R\$ 660.000,00, os quais foram cancelados em sua totalidade para atender a CES em Santarém/PA (R\$ 100.000,00) e ainda à ação JC em R\$ 560.000,00, visando à aquisição de estabilizadores, *no breaks* e transformadores para a subestação de energia do edifício-sede em Belém/PA.

Deixou-se de utilizar o valor consignado na LOA para o empreendimento, em razão da parceria firmada com a Prefeitura de Belém/PA, que se responsabilizou pela elaboração e entrega, sem nenhum custo, dos projetos básicos da construção do edifício Anexo (PA SEI 0004322-02).

■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Castanhal/PA**

Foi consignado na LOA, por meio de emendas parlamentares individuais, R\$ 1.400.000,00, que, somado a R\$ 117.897,95 de restos a pagar, perfaz o montante de R\$ 1.517.897,95 disponíveis para utilização.

Durante o exercício, foi contingenciado R\$ 1.400.000,00 e pagos R\$ 16.436,72 de restos a pagar.



Projetos executivos recebidos provisoriamente pela SJPA no dia 15/06/2015 e analisados pelo CTO-Regional e pelo CTO-Nacional. Foram recomendadas alterações nos projetos, sendo necessário, para tanto, firmar aditivo contratual no valor de R\$ 68.540,93, o que aguarda autorização e destinação orçamentária (Ofício/Diges 442, Documento 1302103 no SEI 0017830-45.2015.4.01.8000 e SEI 0027191-86.2015.4.01.8000).

#### ■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Itaituba/PA**

Foram consignados na LOA, por meio de emenda individual, R\$ 400.000,00, dos quais foram empenhados R\$ 376.388,07, sendo pagos R\$ 24.860,92 e inscritos em restos a pagar R\$ 351.527,15. Ficaram sem utilização R\$ 23.611,93.

Foram contratados os serviços de elaboração dos estudos preliminares, anteprojetos, projetos básicos e executivos de arquitetura e engenharia, abrangendo estudos de sondagem do terreno e topográficos. Contrato 22/2015, vigência de setembro de 2015 a setembro de 2016 (KS arquitetura e construção), no valor de R\$ 280.862,33. Firmou-se ainda contrato com empresa para assessorar o recebimento dos projetos.

#### ■ **Construção de edifício-sede em Parnaíba/PI**

Foram consignados na LOA, por meio de emenda de bancada, R\$ 16.000.000,00, que, somados a R\$ 129.111,51 de restos a pagar, perfizeram um montante de R\$ 16.129.111,51 disponíveis para utilização.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 13.100,00, pagos R\$ 128.916,62, sendo R\$ 13.100,00 do exercício e R\$ 115.816,82 de restos a pagar. Foram contingenciados R\$ 5.886.900,00 e cancelados R\$ 10.100.000,00 para atender às ações de CES-Picos-PI e CES-São Raimundo Nonato-PI.

Em referência aos projetos elaborados para a subseção de Parnaíba-PI, todos foram recebidos em 2015, tendo-se aberto procedimento licitatório (PA SEI 00023976520154018011), na modalidade concorrência, com vistas à contratação de empresa especializada para a execução da obra, revogando-se a licitação antes mesmo da realização da sessão pública para o recebimento dos envelopes de documentação e proposta, por força da determinação do CJF de vedação de início de obras novas, mantida mesmo com o pedido de reconsideração do presidente do TRF.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em São Raimundo Nonato/PI**

Foi consignada, por meio de crédito adicional especial, a dotação de R\$ 3.900.000,00, que foi contingenciada.

O diretor do Foro da SJPI, através do Ofício Diref 130/2015, manifestou-se pelo acolhimento do projeto-padrão para a Subseção de São Raimundo Nonato, sendo o valor de execução da obra de R\$ 3.900.000,00, com previsão de licitação em 2015. A existência de pendências na doação do imóvel onde será construída a sede impossibilitou a conclusão



dos procedimentos para contratação da obra, tendo-se operado o contingenciamento do crédito.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Picos/PI**

Foi consignada, por meio de crédito adicional especial, a dotação de R\$ 6.200.000,00. Desse montante, R\$ 201.006,20 foram empenhados e inscritos na totalidade em restos a pagar a serem executados em 2016. O valor de R\$ 5.950.000,00 foi contingenciado e ficaram sem utilização R\$ 48.993,80.

Abriu-se procedimento licitatório (PA sei 00007832520154018011), na modalidade Tomada de Preços, Tipo Técnica e Preço, para a contratação de empresa especializada, visando à elaboração dos projetos arquitetônicos e executivo para a Subseção de Picos/PI, resultando na celebração de contrato com a licitante vencedora pelo valor de R\$ 174.506,21. Esses projetos encontram-se em fase de elaboração, seguindo o cronograma físico-financeiro estabelecido.

Foi contratada (PA SEI 18208720154018011), pelo valor de R\$ 26.499,99, empresa especializada em engenharia para realizar serviços técnicos de assessoria à fiscalização do Contrato 16/2015, que tem por objeto a elaboração dos projetos para a construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Picos/PI.

188

#### ■ **Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Ji-Paraná/RO**

Foi consignado na LOA, por meio de emenda de bancada, o montante de R\$ 10.000.000,00. Desse valor, foram empenhados R\$ 346.425,00, sendo pagos R\$ 300.354,37 e inscritos em restos a pagar a serem executados em 2016 R\$ 46.070,63. Ficaram sem utilização R\$ 9.653.575,00.

O projeto de construção da sede prevê quatro varas federais e área administrativa, tendo o terreno área de 6.077,07 m<sup>2</sup>.

A contratação dos projetos foi homologada em 29/04/2015. Os projetos de engenharia foram entregues em 20/10/2015. O objeto da concorrência pública para construção da obra foi adjudicado ao custo de R\$ 9.507.320,62, mas não homologado, tendo em vista a decisão do CJF de proibir o início de obras novas não empenhadas durante o exercício de 2015 e 2016. Em consequência, apesar do apelo dirigido ao CJF para que permitisse a continuação do empreendimento, não houve empenhamento do valor mesmo havendo disponibilidade de crédito, resultando no não aproveitamento da dotação.

#### ■ **Construção de edifício-sede da Justiça Federal em Vilhena/RO**

Foram consignados na LOA, por meio de emenda individual, R\$ 350.000,00.

Durante o exercício, foram empenhados R\$ 347.300,00, pagos R\$ 54.800,00, inscritos em restos a pagar a serem executados em 2016 R\$ 292.500,00 e ficaram sem utilização R\$ 2.700,00.

O referido projeto encontra-se na fase de Projeto contratado — em elaboração. Os projetos de engenharia, com cinco etapas, foram contratados ao custo de R\$ 325.000,00.



Até a presente data, foram entregues os estudos preliminares (etapa 1), os anteprojetos (etapa 2) e os projetos básicos (etapa 3). Resta a entrega dos Projetos Executivos (etapa 4) e a aprovação nos órgãos competentes (etapa 5).

Houve sensível atraso na entrega dos projetos, estando em andamento processo de apuração da responsabilidade da empresa. A conclusão do serviço e entrega definitiva, prevista para 24/12/2015, deverá ocorrer na primeira quinzena de fevereiro de 2016.

Em face da decisão do Conselho da Justiça Federal, de 11/08/2015, que proíbe o início de obras novas não empenhadas em 2015 e 2016, solicitou-se que a Emenda de Bancada ao PLOA 2016, de R\$ 3.500.000,00, destinada ao início da construção, fosse redestinada para bens permanentes e reformas.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Seção Judiciária em Boa Vista/RR**

Foram consignados na LOA, por meio de emenda de bancada, R\$ 30.000.000,00, que, somados aos R\$ 614.997,41 de restos a pagar, totalizaram R\$ 30.614.997,42 para utilização.

No decorrer do exercício, foram cancelados R\$ 17.000.000,00, empenhados R\$ 22.450,18 e pagos R\$ 468.176,09, sendo R\$ 445.725,91 de restos a pagar e R\$ 22.450,18 do exercício. Foram contingenciados R\$ 12.976.079,00 e ficaram sem utilização R\$ 1.470,82.

O projeto arquitetônico da nova sede foi concluído pela empresa projetista e recebido definitivamente, todavia, em razão da decisão do colegiado do CJF de vedar início de obras novas em 2015 e 2016, não foi possível prosseguir com a licitação de execução da obra e utilizar a dotação. Assim, foram cancelados R\$ 17.000.000,00, visando à aquisição de material permanente.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Araguaína/TO**

Foram consignados na LOA R\$ 2.862.300,00, dos quais R\$ 1.362.300,00 por meio de emendas parlamentares individuais, que, somados a R\$ 180.480,96 de restos a pagar, totalizaram R\$ 3.042.780,96 disponíveis.

Durante o exercício, foram contingenciados R\$ 2.862.300,00, pagos R\$ 83.584,73 e cancelados R\$ 61.198,30, referentes a restos a pagar.

A seccional aguarda a análise do projeto executivo pelo CTO/CJF para o recebimento provisório. A licitação da 1ª etapa da obra não foi efetivada em face da proibição de contratação/início de obras novas nos exercícios de 2015 e 2016 pelo Conselho da Justiça Federal (PAe SEI 0001252-62).

#### ■ **Construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Foram consignados na LOA R\$ 70.000.000,00. Além disso, a Ação 11RV foi beneficiada com R\$ 3.444.991,00 do Crédito Extraordinário referente à antecipação de crédito do PLOA 2015, totalizando R\$ 73.444.991,00, que, acrescidos de R\$ 49.451.567,60 de restos a pagar, perfizeram o montante de R\$ 122.896.558,60 disponíveis para a continuidade da obra.



No decorrer de 2015, foram empenhados R\$ 4.781.220,96 e pagos R\$ 13.170.368,80, sendo R\$ 11.493.421,50 referentes a restos a pagar e R\$ 1.676.947,30 da dotação corrente. Foram contingenciados R\$ 47.641.839,00, inscritos em restos a pagar R\$ 3.102.245,93 e cancelados R\$ 24.820.492,21 de restos a pagar não processados, sendo R\$ 24.753.747,52 reflexo da rescisão contratual com a Empresa Engefort Ltda. Ficaram sem utilização R\$ 21.931,04 e foram cancelados R\$ 21.000.000,00 da dotação de 2015 para atender à ação JC GND 4 da U.O.12.101, visto que a licitação das obras de estruturas complementares da nova sede do TRF1 não foi possível em 2015, em razão do fato de a empresa contratada para fornecer os projetos com atualizações tecnológicas e normativas, conforme Contrato 56/2014, não ter finalizado todos os elementos técnicos para a abertura da concorrência para as referidas obras.

### **AÇÕES SEM DOTAÇÃO EM 2015 E QUE TIVERAM EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR**

#### **■ Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Vitória da Conquista/BA**

Em 2014 foram reinscritos R\$ 37.911,89, cujo valor não foi pago em 2015.

A obra foi finalizada, contudo, durante o recebimento provisório, foram listadas pendências de ordem técnica não sanadas pela empresa. O recebimento definitivo não ocorreu devido a pendências de execução de serviços, que estão sendo tratadas no PA 2.683/2014, relativo à aplicação de penalidade.

#### **■ Construção do edifício Sede II da Seção Judiciária em Salvador/BA (Juizados Especiais Federais)**

Em 2015 estavam disponíveis para utilização R\$ 19.676.326,00 em restos a pagar inscritos, sendo que R\$ 171.225,23 foram pagos e continuam pendentes de pagamento R\$ 19.505.100,77.

O contrato da obra com a empresa executora (Technologias) foi celebrado em 19/12/2014, contudo a empresa projetista (Gabinete) não apresentou, em sua totalidade, as documentações pertinentes às aprovações nos órgãos competentes. Sem as aprovações, não foi autorizado o início da obra pela administração. Após resolução do alvará da obra, foi autorizado seu início em 04/12/2015. A partir desse momento, foram iniciadas as medições dos serviços de obras e de fiscalização. O valor pago corresponde apenas à primeira medição.

#### **■ Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Feira de Santana/BA**

Em 2014 foram reinscritos R\$ 246.899,16 em restos a pagar. Desse montante nenhum valor foi pago.

O custo total foi de 11.920.248,36. Já foi feito o recebimento provisório e a fiscalização está fazendo a vistoria para verificar se as pendências foram sanadas para que haja o



recebimento definitivo. A obra foi concluída e o prédio está ocupado pela Justiça Federal desde 01/02/2014.

Foi realizada vistoria técnica em 18/01/2016 para a conferência dos serviços com pendência e, a partir daí, elaboração da planilha para pagamento do saldo inscrito em restos a pagar.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Jequié/BA**

Em 2015 estavam disponíveis para utilização R\$ 374.761,74, referentes a restos a pagar inscritos/reinscritos. Desse valor, foram pagos R\$ 105.482,90, cancelados R\$ 14.224,52 e continuam pendentes de pagamento R\$ 255.054,32.

A obra foi finalizada em maio de 2015 e ocupada no mesmo mês pelos servidores da subseção. Ainda restaram pendências de execução que foram listadas e parte do recurso ficou retido, aguardando as correções.

O valor cancelado, de R\$ 14.224,52, corresponde ao serviço de fiscalização não prestado pela empresa. A obra foi finalizada, não havendo necessidade de se complementar a fiscalização.

No tocante ao saldo da obra, foi realizada vistoria técnica para recebimento e elaboração da planilha para pagamento dos serviços residuais levantados como pendência e, por este motivo, ainda não pagos.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Seção Judiciária em Rondonópolis/MT**

Em 2014 foram inscritos/reinscritos R\$ 178.696,07 em restos a pagar, sendo que R\$ 50.680,01 foram pagos e continuam pendentes de pagamento R\$ 128.016,06.

O valor é referente ao contrato de execução do 2º pavimento do edifício-sede da Subseção Judiciária de Rondonópolis. A obra foi concluída, no entanto, há alguns serviços que foram executados de forma incorreta, estando pendente a solução do problema, para posterior conclusão. Ainda será feito o levantamento de possíveis valores a pagar.

#### ■ **Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Cáceres/MT**

Em 2014 ficaram reinscritos em restos a pagar R\$ 57.357,55. Desse montante, nenhum valor foi pago.

Trata-se da conclusão da obra do edifício-sede da Subseção Judiciária de Cáceres. O valor inscrito em restos a pagar será cancelado. A obra já foi recebida definitivamente.

#### ■ **Construção da 2ª etapa do edifício-sede da Subseção Judiciária em Juiz de Fora/MG**

Em 2014 foram inscritos R\$ 277.400,00 em restos a pagar, sendo que R\$ 55.480,00 foram pagos e continuam pendentes de pagamento R\$ 221.920,00.

Licitação para revisão dos projetos executivos realizada em dezembro de 2014 e contrato assinado em 08/01/2015 com a empresa Eficácia Projetos e Consultoria Ltda. O prazo de execução foi de 210 dias corridos.



O anteprojeto foi recebido e o Projeto Básico está sendo ultimado pela contratada.

Será feito ajuste no cronograma para adequá-lo ao real andamento dos serviços.

A empresa Eficácia solicitou reajuste contratual, previsto no parágrafo primeiro da cláusula oitava, alegando que o contrato foi assinado há mais de um ano e que houve interrupção da execução do sistema de ar-condicionado por parte do contratante.

#### ■ Reforma do edifício-sede da Seção Judiciária em Belém/PA

Em 2015 estavam disponíveis para utilização R\$ 3.257.835,19, referentes a restos a pagar inscritos e reinscritos. Desse valor, foi pago R\$ 1.512.044,44, cancelados R\$ 21.749,02 por não ser necessária sua utilização (SEI 0007187-95.2015.4.01.8010) e continua pendente de pagamento R\$ 1.724.041,73.

Trata-se de reforma geral das instalações elétricas.

#### ■ Aquisição do edifício-sede da justiça Federal em Guajará Mirim/RO

Em 2014 foi inscrito R\$ 1.195.000,00, pago na sua totalidade, tendo a aquisição sido efetivada.

#### ■ Reforma e Ampliação do edifício-sede da Seção Judiciária em Boa Vista/RR

Em 2014 foram inscritos/reinscritos R\$ 156.157,10 em restos a pagar, sendo que R\$ 1.950,71 foi cancelado e R\$ 154.206,39, pagos.

O valor inscrito em 2015 referia-se a reajuste concedido ao contratado, conforme previsão contratual, cujo orçamento foi disponibilizado no último dia do exercício de 2014. O valor reinscrito em 2015 referia-se a saldo dos serviços de fiscalização.

## REFORMAS E ADAPTAÇÕES

As diversas necessidades da 1ª Região, solicitadas na proposta orçamentária para 2015, foram priorizadas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo planejamento estratégico para obras e reformas. Foram aplicados recursos na ordem de R\$ 4.105.924,88 do Projeto de Modernização das Instalações da Justiça Federal e Atividade Julgamento de Causas conforme quadro a seguir:

QUADRO 92  
Demonstrativo de execução de reformas – 2015

Seção Judiciária	Ação	Unidade reformada	Descrição do serviço	Total
Roraima	JC	Edifício-sede de Boa Vista/RR	Reforma de copa, garagem e porta de emergência	22.848,00
			Serviço de limpeza de fossa séptica e desobstrução	3.800,00
Total Roraima				26.648,00



Seção Judiciária	Ação	Unidade reformada	Descrição do serviço	Total
Amapá	JC	Edifício-sede de Laranjal do Jari/Oiapoque	Instalação de sistema de circuito fechado de TV	3.000,00
	MIJF	Edifício-sede de Oiapoque	Instalação de grupo gerador	31.520,10
Total Amapá				34.520,10
Tocantins	JC	Edifício-sede e anexo de Palmas/TO	Serviço de engenharia com reformas e adaptações de ambientes do edifício-sede	39.041,64
			Serviço de manutenção corretiva na bomba de combustível bosch + 6 cilindros do grupo gerador Stemac	906,63
		Edifício-anexo de Araguaína/TO	Serviço de manutenção da rede elétrica estabilizada para instalação de <i>nobreak</i>	5.430,00
		Edifício-anexo de Gurupi/TO	Execução de serviços especializados de pinturas das instalações	34.934,71
	MIJF	Edifício-sede de Palmas/TO	Execução de serviços de reforma de ambientes da secretaria administrativa em Palmas com fornecimento de materiais	174.200,00
Total JC				80.312,98
Total MIJF				174.200,00
Total Tocantins				254.512,98
Rondônia	JC	Edifício-sede de Porto Velho/RO	Construção da subestação de energia elétrica	25.800,12
			Obra ambiente PJe	14.400,00
	MIJF	Edifício-sede de Porto Velho/RO	Reforma das instalações hidro-sanitárias e <i>nobreaks</i>	90.100,08
		Edifício-sede de Ji-Paraná/RO	Fornecimento e instalação de materiais elétrico-eletrônico para telemática e obra de cobertura do estacionamento	32.062,60
		Edifício-sede de Guajará-Mirim/RO	Fornecimento e instalação de quadro de comando do sistema de combate a incêndio, aplicação de forro e reforma do telhado	100.534,95
Total JC				40.200,12
Total MIJF				222.697,63
Total Rondônia				262.897,75
Acre	JC	Edifício-sede de Rio Branco/AC	Adaptação da copa, cozinha e área de serviço do andar térreo e do primeiro piso	7.900,00
		Edifício-sede de Cruzeiro do Sul/AC	Serviços de limpeza, desentupimento e esvaziamento de fossa séptica, sumidouro e caixa de inspeção	4.800,00
			Serviço de manutenção do telhado e das calhas	6.700,00
Total Acre				19.400,00



Seção Judiciária	Ação	Unidade reformada	Descrição do serviço	Total		
Amazonas	JC	Edifícios-sede e anexos – Manaus	Reparo em um portão de ferro e instalação com fornecimento de mais dois portões de ferro no arquivo judicial	2.170,00		
			Recomposição do forro de gesso em áreas do ed. Waldemar Pedrosa e Rio Negro	1.918,07		
			Reforma da 8ª Vara incluindo deslocamentos de pontos elétricos e lógicos, recomposição do gesso e mudança de <i>layout</i> , e instalação de película nos gabinetes	3.401,00		
			Instalação com fornecimento de duas cortinas, tipo <i>blackout</i> , no gabinete do juiz titular da 3ª Vara Federal e serviço de vidraçaria a ser realizado nos edifícios Waldemar Pedrosa e Solimões	1.900,00		
		Edifício Waldemar Pedrosa	Serviços de reparos a serem realizados no corrimão instalado na entrada principal e serviço de reparo no piso do edifício-sede	4.830,00		
		Tabatinga/AM	Manutenção nas residências oficiais, incluindo pintura troca de lâmpadas, reforma das vidraças e tapamento de buracos no telhado	7.900,00		
		Edifício-sede de Rio Negro/AM	Serviço de impermeabilização das calçadas e lajes do subsolo do edifício Rio Negro	19.500,00		
			Serviços com fornecimento de material de impermeabilização do reservatório de água	12.989,20		
			Construção de 50 m <sup>2</sup> de abrigo metálico para o grupo gerador e a para a laje descoberta	5.719,00		
			Serviço de substituição, com fornecimento de material, de 160 metros de telhado com telha galvanizada trapezoidal na cobertura edifício-sede.	7.959,00		
			Instalação, com fornecimento, de 107 m <sup>2</sup> de divisórias sanitárias nos banheiros coletivos do ed. Rio Negro	9.523,00		
		Edifício-sede de Tabatinga	Revitalização da sinalização do estacionamento, incluindo demarcação de faixas, pintura, informativos e setas	4.800,00		
			Instalação de um tanque de combustível para o grupo gerador, incluindo a construção de um telhado para proteção	7.800,00		
		Edifício-sede de Tefé/AM	Serviço de vidraçaria a ser realizado no <i>hall</i> de acesso com adaptação da porta giratória detectora de metais	5.600,00		
			Readaptação do novo gabinete com fabricação, instalação, substituição e manutenção de paredes divisórias	3.673,50		
		Amazonas	MIJF	Edifício-sede de Manaus/AM	Reforma do datacenter desta seccional	128.896,23
		Total JC				99.682,77
Total MIJF				128.896,23		
Total Amazonas				228.579,00		



Seção Judiciária	Ação	Unidade reformada	Descrição do serviço	Total
Mato Grosso	JC	Edifício-sede de Cuiabá	Serviços de adaptação das instalações da rede elétrica e lógica do prédio locado do arquivo judicial	12.671,00
			Remanejamento do circuito elétrico de aparelho de ar-condicionado, Serviços de remanejamento de divisórias com fornecimento de material, retirada e instalação de painel com porta de 1,25 m x 2,65 m	10.136,88
			Instalação com fornecimento de material de motores para o portão da garagem desta seccional	6.272,00
			Serviços de elaboração de projetos para implantação de sistema de CFTV	6.041,31
			Execução de projetos de controle de acesso por catracas biométricas	17.338,16
		Unidade Avançada de Tangará da Serra/MT	Fornecimento e instalação de cobertura em estrutura metálica	5.500,00
			Serviços de adequação do imóvel onde será instalada a unidade avançada	7.127,00
			Manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização do prédio	4.900,00
		Edifício-sede de Cáceres	Contratação de serviço de confecção de guarda corpo	1.181,00
		Edifício-sede de Barra do Garças	Reforma do telhado do edifício-sede	74.140,00
			Readequação climática de setores da Subseção de Barra do Garças e serviço de desinsetização, desratização e limpeza de caixa d'água	4.975,00
		Edifício-sede de Rondonópolis	Confecção e instalação do fechamento das catracas de controle de acesso e ampliação do toldo do estacionamento	11.150,00
			Serviços de fiscalização da obra de acessibilidade	4.533,32
		Edifício-sede de Juína	Manutenção da calha do imóvel do edifício-sede.	2.500,00
		Edifício-sede de Sinop	Serviço de instalação com fornecimento de material para circuito fechado e instalação de tapume	16.181,00
Total Mato Grosso				184.646,67
Piauí	JC	Edifício-sede de Teresina	Serviços de demarcação de vagas do estacionamento, visita técnica e reposição de peças das portas giratórias edifício-sede	19.342,99
Total Piauí				19.342,99
Maranhão		Edifício-sede de Impetratriz	Serviço de manutenção no gerador e serviço de manutenção preventiva na subestação	8.000,00
		Edifício-sede de Caxias	Serviços de pintura do prédio-sede	5.000,00
Total Maranhão				13.000,00



Seção Judiciária	Ação	Unidade reformada	Descrição do serviço	Total	
Pará	JC	Edifício-sede de Belém	Serviço de pavimentação do estacionamento e confecção de circuito elétrico independente do edifício-sede	9.546,58	
			Instalação de elementos de comunicação visual (letreiros) na fachada externa do prédio-sede	2.500,00	
			Reforma e ampliação do <i>hall</i> de entrada da recepção, muro, calçada, guarita, passarela e estacionamento edifício sede.	686.000,00	
			Recolocação de cabos de alimentação elétrica de 4 elevadores do circuito essencial para o circuito comum na subestação do edifício-sede.	3.944,40	
			Restauração e revitalização do letreiro da fachada frontal do edifício-sede	4.920,00	
		Edifício-sede de Marabá	Remanejamento de condensadoras de centrais de ar localizadas na laje	4.600,00	
			Manutenção preventiva e corretiva e revitalização da casa de maquinagem que ficam localizadas as bombas d'água edifício-sede.	2.959,15	
			Serviço de conserto do portão de acesso à garagem do edifício-sede.	1.980,00	
		Edifício-sede de Itaituba	Reforma elétrica no sistema para instalação de novo <i>nobreak</i> de 50 kva no CPD	10.380,00	
		Edifício-sede de Tucuruí	Serviço de pintura da rampa de acesso ao prédio-sede	7.589,90	
	Edifício-sede de Altamira	Serviço de instalação e confecção de circuitos elétricos (tomadas e plugs) para instalação do rack do servidor <i>storage</i> fornecido pela empresa EMC <sup>2</sup> e reparo em refletores suspensos e de piso e luminárias de jardim e serviço de detização e desratização nas instalações físicas do edifício-sede.	3.452,00		
	MIJF	Edifício-sede de Santarém/PA	Adequação de circuitos comuns essenciais de ar condicionado e recuperação e revitalização do edifício-sede	28.100,00	
	Total JC				737.872,03
	Total MIJF				28.100,00
Total Pará				765.972,03	



Seção Judiciária	Ação	Unidade reformada	Descrição do serviço	Total		
Goiás	JC	Edifício-Sede e Anexos Goiânia/GO	Fornecimento e instalação de persianas e limpeza de duas fossas (esgoto e água pluvial)	37.673,21		
			Fornecimento e instalação de persianas	8.874,94		
			Aquisição, confecção com fornecimento e instalação de telas mosquiteiro	4.208,00		
			Prestação de serviço de reparo da bancada do edifício-sede	3.178,45		
			Confecção e instalação de mobiliário	29.494,00		
		Edifício-sede de Uruaçu	Fornecimento, desmonte e montagem de divisória, tipo naval, na área do terceiro piso, destinado ao almoxarifado	4.263,60		
		Edifício-sede de Anápolis	Instalação e fornecimento de divisórias tipo naval e duas portas tipo naval para adequação do espaço destinado ao depósito judicial	4.664,00		
			Fornecimento e instalação de vidros para o fechamento da área que dá acesso edifício-sede	3.595,04		
			Contratação de empresa para confecção e instalação de janelas de vidro em divisórias tipo naval	4.551,12		
			Serviço de reparo com substituição de compressor e peças de quatro aparelhos de ar-condicionado	4.360,00		
			Prestação de serviço para conserto de oito válvulas de mictório e dois vasos sanitários com caixas acopladas	2.500,00		
		Edifício-sede de Itumbiara	Serviços de pintura das paredes, confecção e instalação de dois armários, reparo da porta de vidro da entrada, instalação de mola hidráulica e troca de dobradiça	7.470,00		
		Edifício-sede de Aparecida de Goiânia	Serviços de perfuração de nova fossa séptica	7.980,00		
		Total Goiás				122.812,36
		Bahia	JC	Edifício-sede e anexo Salvador e Prédio do JEF	Instalação de sistema de controle e refrigeração no CPD	11.957,50
Revisão no funcionamento de persianas com substituição de peças	1.674,00					
Construção de duas salas em divisória com perfis de aço na cor preta	4.575,00					
Reforma dos sistemas hidráulicos de alimentação de água potável e de combate a incêndio dos prédios sede e anexo	22.476,33					
Deslocamento de luminárias do teto	1.375,77					
Manutenção emergencial em um dos equipamentos de refrigeração do CPD	1.250,00					
Reforma em prédio dos JEFs	44.332,16					
Serviço de reparo de persianas com substituição de peças defeituosas ou faltosas	3.750,00					
Serviço de demolição e reconstrução de parte do muro do arquivo judicial	23.080,00					



Seção Judiciária	Ação	Unidade reformada	Descrição do serviço	Total
Bahia	JC	Edifício-sede e anexo Salvador e Prédio do JEF	Substituição das calhas, rufos e mantas dos telhados do Nucre e restaurante	40.700,00
			Reforma das instalações elétricas, cabeamento estruturado, climatização e reformulação <i>layout</i> prédio JEF	147.300,00
		Edifício-sede de Alagoinhas e Teixeira de Freitas/BA	Reforma das instalações elétricas, cabeamento estruturado e climatização, instalação com fiação e configuração da fechadura biometrica/ eletromagnética na porta de acesso ao gabinete do juiz federal e outros serviços	56.822,90
		Edifício-sede de Eunápolis/BA	Serviço de manutenção do sistema de ar condicionado	5.666,61
		Edifício-sede de Itabuna/BA	Execução de diversos serviços elétricos com fornecimento de material	3.795,00
		Edifício-sede de Ilhéus/BA	Manutenção preventiva e corretiva sem fornecimento de peças de 1 elevador marca Thyssenkrupp e reforma das instalações físicas de imóvel para adequação de <i>layout</i>	42.585,77
		Edifício-sede de Paulo Afonso/BA	Serviço de fornecimento e instalação de divisórias	3.735,00
	MIJF	Edifício-sede de Vitória da Conquista/BA	Construção do estacionamento em terreno cedido	47.206,25
		Prédio dos JEFs	Reformas nas instalações físicas no 1º subsolo – serviços de recuperação da fachada externa	104.073,01
	Total JC			
Total MIJF				151.279,26
Total Bahia				566.355,30
Distrito Federal	JC	Edifício sede I	Impermeabilização de laje	67.200,00
Total Distrito Federal				67.200,00
Minas Gerais	JC	Edifício-sede de Belo Horizonte, Antonio Fernando Pinheiro, Euclides Reis Aquiar e Oscar Dias Corrêa	Serviços de gesso na sala de sessões, manutenção em esquadrias de alumínio e vidros temperados e lavagem de persianas verticais no terreo do ed. Oscar Dias Correa em Belo Horizonte	11.864,47
			Serviços de reparo das bombas de água pluvial, manutenção corretiva da rede hidráulica de abastecimento de água fria, serviços de instalação de pontos lógicos e elétricos, serviços de desentupimento de caixas e tubulação da rede pluvial, todos do ed. Antonio Fernando Pinheiro	13.554,37
			Serviços de reparo no telhado das instalações do Arquivo Judicial desta seccional	5.000,00
			Serviços de manutenção em persianas dos edifício Antonio Fernando Pinheiro, Euclides Reis Aguir e Oscar Dias Correa	3.475,00
			Reparos em portas corta-fogo e colocação de grades em atendimento às necessidades desta seccional	5.300,00



Seção Judiciária	Ação	Unidade reformada	Descrição do serviço	Total
Minas Gerais	JC	Edifício-sede de Belo Horizonte, Antonio Fernando Pinheiro, Euclides Reis Aquiar e Oscar Dias Corrêa	Serviços de ampliação do cabeamento estruturado e elétrico para a Justiça Federal em Belo Horizonte/MG	1.282,51
			Demarcação de 14 vagas nas garagens dos edifícios Antonio Fernando Pinheiro, Euclides Reis Aguiar e Oscar Dias Correa para portadores de necessidades especiais	3.860,00
			Serviços de manutenção em quatro portas de enrolar manuais para atender às necessidades do juizado especial federal	1.000,00
			Serviços de adequação de prumada do 5º andar do ed. Bolsa de valores utilizado pelo Arquivo Judicial	1.482,33
			Fornecimento e instalação de fitas de vedação para as esquadrias das janelas do ed. Oscar Dias Correa	18.000,00
			Serviços de adequação dos imóveis desta JFMG em Belo Horizonte/MG	82.972,32
			Serviços de recomposição de gesso em diversas áreas dos edifícios Antonio Fernando Pinheiro e Euclides Reis Aguiar	7.650,00
			Serviços de manutenção corretiva em conjunto moto-bomba usada para recalque de sistema de água fria do ed. Euclides Reis Aguiar	1.520,00
		Edifício-sede de Sete Lagoas	Serviços de engenharia elétrica e rede lógica	3.345,09
		Edifício-sede de Contagem	Prestação de serviços de instalação de conjuntos de pontos estruturados, voz, dados e elétricos nas salas de audiência	2.893,01
		Edifício-sede de Juiz de Fora	Serviços de projeto e construção de cabeamento elétrico para adequação do CPD	90.317,02
		Edifício-sede São de Sebastião do Paraíso	Serviços de projeto e construção de cabeamento estruturado	32.140,44
		Edifício-sede de Patos de Minas	Adequação dos disjuntores e barramentos elétricos e instalação de dois circuitos elétricos para a acomodação do equipamento <i>storage</i>	1.100,00
		Edifício-sede de Pouso Alegre	Serviços de adequação na rede elétrica do quadro do <i>no-break</i> de 20 kva, instalação de dois circuitos elétricos para ativação dos <i>storages vrx</i> e adequação e fechamento com isolamento acústico da sala de perícias	13.963,00
Edifício-sede de Uberaba	Instalação de 35 sensores de presença, execução de obra de reforma do edifício-sede, repaginação do jardim, instalação de 11 sensores de presença, manutenção na parte elétrica do CPD com instalação de um <i>nobreak</i> e manutenção preventiva no grupo gerador do sistema de emergência de energia elétrica	173.555,73		



Seção Judiciária	Ação	Unidade reformada	Descrição do serviço	Total
Minas Gerais	JC	Edifício-sede de Uberlândia	Serviços de impermeabilização em três lajes suspensas, aplicação de insulfin nas janelas, retifica geral de compressores do sistema de ar condicionado central, manutenção preventiva e corretiva em persianas verticais em PVC e em bombas de recalque do reservatório de água, adequação de CPD, instalação de luminárias e execução de serviços de parte elétrica que atende o datacenter	45.626,70
		Edifício-sede de de Passos	Contratação de empresa para realizar serviços de adequação na parte elétrica do centro de processamento de dados CPD	2.268,39
		Edifício-sede de Governador Valadares, São João del-Rei e Varginha	Aquisição e instalação de 1 portão com grades, serviços de pintura e adequação da rede elétrica do CPD	12.483,35
		Edifício-sede de Varginha	Instalação de pontos elétricos e pontos lógicos para a nova sala de audiências e serviços de limpeza de dois reservatórios de água	13.745,70
	MIJF	Edifícios Euclides Reis Aguiar e Oscar Dias Corrêa BH/MG	Reforma dos sanitários	67.480,00
		Imóvel Central de Conciliação	Serviços de elaboração de projetos para reforma de imóvel que abrigará a central de conciliação	25.009,00
		Edifício-sede de Sete Lagoas/MG	Fornecimento de materiais diversos para adequação da rede elétrica	10.571,59
		Edifício-sede de Uberaba/MG	Serviços de execução da obra de reforma do edifício-sede	242.322,00
	Serviços de readequação do centro de processamento de dados – CPD,		276.880,00	
	Total JC			
Total MIJF				622.262,59
Total Minas Gerais				1.170.662,02
Total geral JC				2.377.593,39
Total MIJF				1.358.955,81
Total geral MIJF – acessibilidade				0,00
Total geral				3.736.549,20



Seção Judiciária	Ação	Unidade reformada	Descrição do serviço	Total
Tribunal	JC	Edifícios Sede I e II, Edifícios anexo I, II e III e Edifício Dona Marta	Instalação de forro em fibra mineral para manutenção das instalações do Anexo III, aquisição de película para controle solar e fornecimento e instalação de banco de capacitores automáticos.	6.875,70
	MIJF – acessibilidade	Edifícios Sede I e II, Edifícios anexo I, II e III e Edifício Dona Marta	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de elaboração de projetos básico e executivo para adaptação de acessibilidade	37.999,99
	MIJF	Edifício Sede II e Edifício anexo II	Serviços de elaboração de projetos para substituição do cabeamento de fibra ótica.	74.999,99
		Edifício Sede I	Serviços de engenharia para adequação de instalações de detecção e combate a incêndio	249.500,00
Total JC				6.875,70
Total MIJF				324.499,99
Total MIJF – acessibilidade				37.999,99
Total Tribunal				369.375,68
Total geral JC				2.384.469,09
Total MIJF				1.683.455,80
Total geral MIJF – acessibilidade				37.999,99
Total geral				4.105.924,88

### PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE)

Para a realização das tarefas relativas à implantação do Processo Judicial eletrônico foi alocado R\$ 1.596.248,98.

QUADRO 93  
Demonstrativo – PJe – 2015

Seção/subseção Judiciária	Elemento de despesa	Total
Amapá	14 – diárias – civil	30.866,01
	33 – passagens e despesas com locomoção	21.541,82
Total Amapá		52.407,83
Amazonas	14 – diárias – civil	21.012,24
	33 – passagens e despesas com locomoção	19.099,36
Total Amazonas		40.111,60



Seção/subseção Judiciária	Elemento de despesa	Total
Acre	14 – diárias – civil	20.686,30
	33 – passagens e despesas com locomoção	31.264,42
Total Acre		51.950,72
Distrito Federal	14 – diárias – civil	25.782,72
	33 – passagens e despesas com locomoção	10.830,88
	93 – indenizações e restituições	210,00
Total Distrito Federal		36.823,60
Rondônia	14 – diárias – civil	33.578,92
	33 – passagens e despesas com locomoção	27.215,11
	93 – indenizações e restituições	487,70
Total Rondônia		61.281,73
Roraima	14 – diárias – civil	16.114,22
	33 – passagens e despesas com locomoção	20.021,33
Total Roraima		36.135,55
Mato Grosso	14 – diárias – civil	1.663,58
	33 – passagens e despesas com locomoção	1.981,17
Total Mato Grosso		3.644,75
Piauí	14 – diárias – civil	1.663,58
	33 – passagens e despesas com locomoção	3.195,19
Total Piauí		4.858,77
Maranhão	14 – diárias – civil	47.777,07
	33 – passagens e despesas com locomoção	26.251,06
	39 – outros serviços de terceiros – PJ	1.143,00
	93 – indenizações e restituições	608,00
Total Maranhão		75.779,13
Pará	14 – diárias – civil	1.663,58
	33 – passagens e despesas com locomoção	3.946,46
Total Pará		5.610,04
Goiás	14 – diárias – civil	66.548,41
	33 – passagens e despesas com locomoção	10.196,77
	93 – indenizações e restituições	6.392,15
Total Goiás		83.137,33



Seção/subseção Judiciária	Elemento de despesa	Total
Tocantins	14 – diárias – civil	23.435,56
	33 – passagens e despesas com locomoção	17.316,14
	39 – outros serviços de terceiros – PJ	3.330,00
	93 – indenizações e restituições	1.077,68
Total Tocantins		45.159,38
Minas Gerais	14 – diárias – civil	2.057,51
	33 – passagens e despesas com locomoção	1.583,27
	36 – outros serviços de terceiros – pessoa física	5.314,40
Total Minas Gerais		8.955,18
Total Seções		505.855,61
Tribunal	14 – diárias – civil	135.968,38
	33 – passagens e despesas com locomoção	137.264,32
	39 – outros serviços de terceiros – PJ	816.849,87
	93 – indenizações e restituições	310,80
Total Tribunal		1.090.393,37
Total Geral		1.596.248,98

### EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR EM 2015

Em 2015, do total inscrito e reinscrito de R\$ 276.850.846,00, foram pagos R\$ 153.352.031,00, cancelados R\$ 34.271.516,00 e encontram-se pendentes de pagamento R\$ 89.227.298,00.

O quadro a seguir detalha a execução por unidade gestora, contemplando, além dos restos a pagar inscritos em 2015, os reinscritos de exercícios anteriores, bem como sua execução.

#### QUADRO 94

##### Execução de restos a pagar 2015 – exceto precatórios – 12.101 e 12.102

Padrão	Seção	Inscritos e reinscritos		Pagos		A pagar		Cancelados	
		Pessoal	Outros	Pessoal	Outros	Pessoal	Outros	Pessoal	Outros
P1	Amapá	124.913	1.018.291	91.970	795.947	0	2.410	32.942	219.934
	Roraima	133.170	1.414.675	102.726	1.016.938	0	169.272	30.444	228.465
	Tocantins	219.940	2.352.610	202.500	1.945.104	17.441	306.035	0	101.471
P2	Acre	123.195	1.495.913	98.865	1.285.926	24.329	120.810	0	89.177
	Rondônia	682.585	6.751.306	590.108	5.197.041	92.477	1.533.725	0	20.540





A Resolução 300/2014 determina que esses recursos constituam receitas públicas, entretanto permite a execução extraorçamentária até dezembro de 2015, conforme os arts. 6º, 7º e 12º.

Em 2015, foram utilizados R\$ 5.601.443,38 dos recursos financeiros extraorçamentários, sendo R\$ 4.157.700,00 para a empresa LTA RH Informática, R\$ 42.079,28 para a empresa CDJ Manutenção, R\$ 1.024.100,00 para a empresa EMC – Computer Systems do Brasil, R\$ 68.776,00 para a empresa Servix Informática, R\$ 87.924,45 para a empresa Dell Computadores e R\$ 220.863,65 para a empresa FAM da Amazônia.

## **CONTINGENCIAMENTO E BLOQUEIOS**

O art. 9º da Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04/05/2000, estabelece que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal fixadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio, limitação de empenho e movimentação financeira.

O art. 51 da Lei 13.080, de 2 de janeiro de 2015, LDO-2015, determina ao Poder Executivo que, ocorrendo a hipótese referida, informe aos demais Poderes e ao Ministério Público da União o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

Os Poderes, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União, com base na informação do limite, editarão ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.

A Resolução CJF-RES-2014/00317, de 24 de outubro de 2014, estabelece que o presidente do CJF editará o ato de limitação e comunicará aos TRFs os limites de empenho e de movimentação cabíveis à respectiva região, incluídas as seções judiciárias de sua jurisdição. Recebida a comunicação, os TRFs providenciarão, de modo subsidiário, no prazo de cinco dias, a publicação, no Diário Oficial da União, bem como no respectivo sítio eletrônico, de ato de limitação de empenho e de movimentação financeira de sua região.

Os limites de empenho e de movimentação financeira serão distribuídos de forma proporcional à participação de cada região na base contingenciável, calculada nos termos fixados na LDO, entretanto a Res. CJF 00317 faculta ao presidente do Conselho a fixação, justificada, de critério diverso de distribuição desses limites, hipótese em que dará tempestivo conhecimento aos tribunais regionais federais.

A Lei de Responsabilidade Fiscal define ainda que, no caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

A movimentação dos valores contingenciados na Justiça Federal e na 1ª Região está demonstrada no quadro abaixo, em que se pode verificar que, apesar do contingenciamento do 5º e 6º bimestres ter sido o mesmo, houve aumento do valor contingenciado da 1ª Região em R\$ 17.358.051,00. Desse montante, R\$ 9.794.676,00 foram oriundos de



troca de contingenciamento com as outras regiões onde foram oferecidas dotações de obras que não foram contratadas em função da decisão do Conselho da Justiça Federal de vedar início de obras novas em 2015, para liberar dotação na ação Julgamento de Causas – Gnd – 3, para atender às necessidades da 1ª Região, e ainda foram oferecidos R\$ 7.563.375,00 para a 5ª Região sem contrapartida.

QUADRO 96  
Valores contingenciados (R\$)

Período	Valores contingenciados	
	Justiça Federal	1ª Região
1º bimestre	–	–
2º bimestre	77.053.455,00	47.554.787,00
3º bimestre	211.978.081,00	97.331.948,00
4º bimestre	211.978.081,00	97.331.948,00
5º bimestre	211.978.081,00	97.331.948,00
6º bimestre	211.978.081,00	114.689.999,00

Além dos valores contingenciados, foi bloqueado o valor de R\$ 2.482.747,00, relativo à reabertura de crédito especial da ação 12RQ – Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Barra do Garças – MT, que, nos termos do § 13 do art. 52 da Lei 13.080/2015 (LDO 2015), não abre limite adicional para empenho de despesa.

Ficou bloqueado também o valor de R\$ 2.762.300,00, relativo às emendas individuais das Ações 7T91 – Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Araguaína/TO (R\$ 1.362.300,00) e 1J26 – Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Castanhal/PA (R\$ 1.400.000,00), que foram disponibilizadas ao Congresso Nacional por motivo de impedimento de ordem técnica.

#### **SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO - PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR (RPVs)**

Para a execução do pagamento do programa Cumprimento de Sentenças Judiciais — precatórios e requisições de pequeno valor —, a Secretaria de Orçamento e Finanças do Governo Federal disponibilizou as dotações orçamentárias para o Tribunal que, por força de legislação, fossem de débitos de responsabilidade da União ou das entidades diversas.



O pagamento dos processos de precatório foi efetivado no mês de novembro de 2015, relativo aos precatórios de natureza alimentícia (23/11/2015) e aos precatórios de natureza comum (30/11/2015), parcelados de 2006 e de 2015, conforme cronograma de pagamento acertado entre a SOF/MPOG e o Conselho de Justiça Federal.

Os recursos foram disponibilizados e os precatórios e requisições de pequeno valor foram pagos por meio da Unidade Gestora – UG 090049, deixando transparentes as liquidações e o acompanhamento. Na UG 090027 foram mantidos somente os pagamentos dos parcelados cujas parcelas anteriores já vinham sendo pagas.

O quadro a seguir demonstra o comportamento do número de processos e de beneficiários nos exercícios de 2012 a 2015 da ação CSJ.

QUADRO 97  
Precatórios e requisições de pequeno valor

Ano	2012	2013	2014	2015
Nº de processos (prc + rpv)	286.287	297.729	350.109	287.122
Nº de beneficiários (prc + rpv)	328.926	345.815	403.692	333.292

## GRUPO DE TRABALHO DE PRECATÓRIOS

No exercício de 2015, o Grupo de Trabalho para uniformização de procedimentos relativos a precatórios e requisições de pequeno valor, instituído pelo Conselho de Justiça Federal por meio de portaria, reuniu-se seis vezes, objetivando o estudo, o debate e a apresentação de soluções na área orçamentária, pareceres jurídicos, minutas de documentos, adequação de procedimentos para aumento de celeridade, entre outros.

As dotações consignadas no exercício de 2015 para precatório e RPs do TRF 1ª Região foram executadas conforme quadros a seguir. Os dados orçamentários foram retirados do Siafi e os extraorçamentários informados pela Divisão de Cálculos Judiciais/Corej.



QUADRO 98  
Execução de precatórios e RPVs – 2015 (R\$)

Entidades	Tipo	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Precatórios	Alimentício	129.540.746,00	129.483.548,81	57.197,19	129.112.290,96	371.257,85	99,96
	Outros	1.394.162.437,07	1.394.042.659,64	119.777,43	1.387.468.125,85	6.574.533,79	99,99
	CUPS	9.512.914,00	9.512.914,00	0,00	4.050.237,22	5.462.676,78	100
	Total	1.533.216.097,07	1.533.039.122,45	176.974,62	1.520.630.654,03	12.408.468,42	99,99
RPV	Alimentício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
	Outros	1.712.525.231,00	1.712.525.231,00	0,00	1.709.666.388,16	2.858.842,84	100
	Total	1.712.525.231,00	1.712.525.231,00	0,00	1.709.666.388,16	2.858.842,84	100
Total entidades		3.245.741.328,07	3.245.564.353,45	176.974,62	3.230.297.042,19	15.267.311,26	99,99

União Federal	Tipo	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Precatórios	Alimentício	537.627.891,00	537.620.999,03	6.891,97	525.558.398,70	12.062.600,33	100
	Outros	2.311.424.058,00	2.311.424.058,00	0,00	2.282.086.437,17	29.337.620,83	100
	CUPS	41.583.538,00	41.583.538,00	0,00	41.553.328,71	30.209,29	100
Total		2.890.635.487,00	2.890.628.595,03	6.891,97	2.849.198.164,58	41.430.430,45	100
RPV	Alimentício	345.011.441,00	345.011.441,00	0,00	344.722.704,51	288.736,49	100
	Outros	187.328.010,00	187.328.006,82	3,18	179.610.154,58	7.717.852,24	100
Total		532.339.451,00	532.339.447,82	3,18	524.332.859,09	8.006.588,73	100
Total União Federal		3.422.974.938,00	3.422.968.042,85	6.895,15	3.373.531.023,67	49.437.019,18	100



Extraorçamentários	Tipo	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Precatórios	Extraorçamentários			0,00	18.798.673,73		
Total extraorçamentário		0,00	0,00	0,00	18.798.673,73	0,00	

União Federal e entidades	Tipo	Dotação disponível	Empenhado	Crédito não utilizado	Valores pagos	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Precatórios	Alimentício	667.168.637,00	667.104.547,84	64.089,16	654.670.689,66	12.433.858,18	99,99
	Outros	3.705.586.495,07	3.705.466.717,64	119.777,43	3.669.554.563,02	35.912.154,62	100
	CUPS	51.096.452,00	51.096.452,00	0,00	45.603.565,93	5.492.886,07	100
	Extraorçamentários				18.798.673,73		
Total		4.423.851.584,07	4.423.667.717,48	183.866,59	4.388.627.492,34	53.838.898,87	100
RPV	Alimentício	345.011.441,00	345.011.441,00	0,00	344.722.704,51	288.736,49	100
	Outros	1.899.853.241,00	1.899.853.237,82	3,18	1.889.276.542,74	10.576.695,08	100
Total		2.244.864.682,00	2.244.864.678,82	3,18	2.233.999.247,25	10.865.431,57	100
Total União Federal e entidades		6.668.716.266,07	6.668.532.396,30	183.869,77	6.622.626.739,59	64.704.330,44	100

Obs.: Foi acrescido o valor de R\$151.010,70, não constante do Siafi, referente ao depósito judicial feito por Minas Gerais, direto na Caixa Econômica Federal, ocorrido no mês de Maio/2015 (informação do diretor da Divisão de Cálculos Judiciais).



Os restos a pagar de precatório e RPVs foram executados em conformidade com os demonstrativos que se seguem:

QUADRO 99  
Execução de restos a pagar de precatórios e RPVS – 2015 (R\$)

Entidade		Inscrição de restos a pagar em 2014	Restos a pagar não processados a pagar 2014	Restos a pagar não processados pagos 2014	Restos a pagar não processados cancelados 2014	% execução
Precatórios	Alimentício	10.988.246,31	0,00	487.671,75	10.500.574,56	0
	Outros	107.957.156,12	0,00	84.548.749,08	23.408.407,04	100
	Cups	20.787.612,92	6.973.059,50	800.715,12	13.013.838,30	40,78
<b>Total</b>		<b>139.733.015,35</b>	<b>6.973.059,50</b>	<b>85.837.135,95</b>	<b>46.922.819,90</b>	<b>42,22</b>
RPV	Alimentício	0,00	0,00	0,00	0,00	0
	Outros	839.818,80	0,00	462.063,18	377.755,62	79,39
	<b>Total</b>	<b>839.818,80</b>	<b>0,00</b>	<b>462.063,18</b>	<b>377.755,62</b>	<b>79,39</b>
<b>Total entidades</b>		<b>140.572.834,15</b>	<b>6.973.059,50</b>	<b>86.299.199,13</b>	<b>47.300.575,52</b>	<b>42,70</b>

210

União Federal		Inscrição de restos a pagar em 2014	Restos a pagar não processados a pagar 2014	Restos a pagar não processados pagos 2014	Restos a pagar não processados cancelados 2014	% execução
Precatórios	Alimentício	14.056.806,97	0,00	14.056.806,97	0,00	0
	Outros	364.530.118,80	0,00	281.221.486,74	83.308.632,06	0
	Cups	56.473.097,73	50.924.162,29	4.463.175,72	1.085.759,72	0
<b>Total</b>		<b>435.060.023,50</b>	<b>50.924.162,29</b>	<b>299.741.469,43</b>	<b>84.394.391,78</b>	<b>0</b>
RPV	Alimentício	163.620,38	0,00	0,00	163.620,38	0,53
	Outros	440.927,40	0,00	39.657,56	401.269,84	0
	<b>Total</b>	<b>604.547,78</b>	<b>0,00</b>	<b>39.657,56</b>	<b>564.890,22</b>	<b>42,14</b>
<b>Total União Federal</b>		<b>435.664.571,28</b>	<b>50.924.162,29</b>	<b>299.781.126,99</b>	<b>84.959.282,00</b>	<b>23,83</b>

União Federal e entidades		Inscrição de restos a pagar em 2014	Restos a pagar não processados a pagar 2014	Restos a pagar não processados pagos 2014	Restos a pagar não processados cancelados 2014	% execução
Precatórios	Alimentício	25.045.053,28	0,00	14.544.478,72	10.500.574,56	0
	Outros	472.487.274,92	0,00	365.770.235,82	106.717.039,10	100
	Cups	77.260.710,65	57.897.221,79	5.263.890,84	14.099.598,02	10,25
<b>Total</b>		<b>574.793.038,85</b>	<b>57.897.221,79</b>	<b>385.578.605,38</b>	<b>131.317.211,68</b>	<b>27,34</b>
RPV	Alimentício	163.620,38	0,00	0,00	163.620,38	0,53
	Outros	1.280.746,20	0,00	501.720,74	779.025,46	82,89
	<b>Total</b>	<b>1.444.366,58</b>	<b>0,00</b>	<b>501.720,74</b>	<b>942.645,84</b>	<b>60,70</b>
<b>Total União Federal e entidades</b>		<b>576.237.405,43</b>	<b>57.897.221,79</b>	<b>386.080.326,12</b>	<b>132.259.857,52</b>	<b>27,50</b>



## SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) foi criado para acompanhar a execução orçamentária das ações constantes da programação das Leis Orçamentárias Anuais (LOAs), no nível de subtítulo das ações e por unidade orçamentária, no tocante aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, visando à prestação de contas para a sociedade e à transparência dos atos governamentais, conforme prevê a Lei 12.593, de 18/01/2012, Decreto 7.866, de 19/10/2012, e Portaria SOF/MP 103, de 19/10/2012.

Procedeu-se ao acompanhamento e análise do desempenho físico e financeiro das ações orçamentárias pertencentes à 1ª Região da UO 12.101 e 12.102, com lançamento das ações orçamentárias no Siop da UO 12102 e encaminhamento ao CJF para consolidação e registro no Siop da UO 12.101.

## RESOLUÇÃO CNJ 195/2014

O Conselho Nacional de Justiça, por intermédio da Resolução CNJ 195/2014, determinou que fossem publicados, no sítio eletrônico dos tribunais, o mapa demonstrativo da dotação orçamentária, bem como da execução orçamentária, com indicação das despesas realizadas com o primeiro e o segundo grau de jurisdição.

O demonstrativo da dotação orçamentária deve conter a íntegra da proposta e da proposta interna de QDD, se houver, e a íntegra da lei orçamentária e dos QDD internos, se houver. A disponibilização deve ocorrer em dois momentos: no prazo de 30 (trinta) dias após o envio da proposta orçamentária e de 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária. Em 2015 foi disponibilizada, no sítio do TRF1 (<http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/transparencia/relatorios-cnj/relatorios-cnj/trf-da-1-regiao/trf-da-1-regiao.htm>), a proposta orçamentária de 2016 dentro do prazo de 30 dias após seu envio ao Congresso Nacional.

No que se refere à execução orçamentária, o mapa demonstrativo deve conter, por unidade orçamentária, programa, ação orçamentária e grupo de natureza de despesa, a dotação inicial da LOA, os créditos adicionais, eventuais contingenciamentos, as despesas empenhadas, as liquidadas e as pagas. A disponibilização do mapa de execução do orçamento de 2015 está disponível no sítio do TRF no endereço acima indicado.

A Resolução 195 determina também que os tribunais devem constituir Comitê Orçamentário de primeiro grau e Comitê Orçamentário de segundo grau com as seguintes atribuições: I – auxiliar na captação das necessidades e demandas; II – realizar encontros, preferencialmente no primeiro quadrimestre de cada ano, para discutir as necessidades e demandas, bem como para auxiliar na definição das prioridades, de modo a alinhá-las à possibilidade orçamentária; III – auxiliar a elaboração da proposta orçamentária, e IV – auxiliar a execução do orçamento, notadamente por meio de acompanhamento de projetos, iniciativas e contratações.



Para que sejam constituídos os comitês acima mencionados, de forma padronizada, na Justiça Federal, o TRF 1ª Região solicitou a participação do Conselho da Justiça Federal, a fim de emanar as diretrizes gerais para criação e funcionamento dos comitês, mas ainda não há definição sobre o assunto.

## **RELATÓRIO DE BENEFÍCIOS DA 1ª REGIÃO**

O Sistema de Benefícios Assistenciais da Justiça Federal foi instituído pelo Ofício/PR 2011020750, de 28/12/2011, do Conselho da Justiça Federal, com o objetivo de manter o banco de dados atualizado com informações inerentes aos beneficiários, titulares e dependentes dos benefícios assistenciais “Assistência Médica e Odontológica”, “Assistência Pré-Escolar”, “Auxílio-alimentação” e “Auxílio-transporte”, de forma a identificar os servidores ativos, inativos, efetivos, requisitados, sem vínculo, magistrados, pensionistas estatutários e alimentícios que participam dos referidos benefícios, possibilitando melhor gestão dos créditos orçamentários e recursos financeiros da Justiça Federal.

Durante o ano de 2015, foram realizadas diversas correções no relatório de benefícios da 1ª Região para compatibilidade das informações constantes do sistema SARH e Benner, que contêm os dados funcionais e do Pro-Social, respectivamente, o que tem garantido maior confiabilidade nas informações que são migradas para o sistema de benefícios do CJF, embora ainda sejam verificadas discrepâncias no relatório, as quais são corrigidas assim que detectadas. O cadastramento do CPF do dependente, para evitar duplicidade, não foi totalmente completado.

## **NOVAS ATRIBUIÇÕES DA ÁREA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

Com as mudanças promovidas pela Resolução Presi 26 de 13 de agosto de 2015, passaram a ser desenvolvidas pela área de planejamento orçamentário e financeiro as seguintes atribuições:

a) acompanhamento e orientação dos procedimentos contábeis relacionados ao encerramento do exercício de 2015 e abertura de 2016 no Sistema de Administração Orçamentária e Financeira do Governo Federal – Siafi;

b) prestação de apoio técnico às unidades gestoras das seções judiciárias da 1ª Região no tocante à classificação da despesa, ao uso de eventos e situações do Siafi, bem como sobre a aplicação do PCASP, MCASP, Manual do Siafi e demais normas editadas pelos órgãos do sistema federal de contabilidade e orientações do Tribunal de Contas da União na área contábil;

c) análise e avaliação da consistência dos balanços, balancetes e das demais demonstrações contábeis do Tribunal e das seções judiciárias vinculadas, solicitando providências às unidades gestoras relativamente às impropriedades detectadas nos registros contábeis;



d) encaminhamento às unidades gestoras de diligências e orientações contábeis sobre matéria contábil, orçamentária e patrimonial;

e) acompanhamento e controle dos procedimentos contábeis referentes a contratos, diárias, suprimento de fundos e aos saldos das contas de garantias contratuais (seguro, fiança e cauções) no âmbito da UG 090027 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região, visando ao devido ajuste no Siafi;

f) orientação no registro e a baixa de passivos sem cobertura orçamentária, bem como a utilização de empenhos inscritos em restos a pagar não processados;

g) acompanhamento da execução dos restos a pagar processados e não processados, propondo medidas para cancelamento de saldos em desacordo com as normas e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União;

h) monitoramento e controle dos saldos de contas transitórias, irregulares, invertidas ou inconsistentes mediante rotinas específicas do Siafi;

i) elaboração do Relatório de Gestão Fiscal do TRF 1ª Região;

j) auxílio na elaboração do Relatório de Gestão em conjunto com as secretarias do Tribunal e seções judiciárias no que se refere aos capítulos pertinentes à informações contábeis, tais como conformidade contábil e demonstrações contábeis;

k) habilitação e administração de usuários e cadastradores nos sistemas do governo federal utilizados no Tribunal e nas seções judiciárias da 1ª Região;

l) registro da conformidade dos operadores que utilizam os sistemas Siafi e Siasg das unidades gestoras do Tribunal;

m) registro da conformidade contábil das unidades gestoras do Tribunal, com base na análise da movimentação mensal e dos registros de gestão no Siafi, atestando a regularidade ou não dos demonstrativos contábeis;

n) análise de processos administrativos e respostas a consultas versando sobre os seguintes temas:

- reposição ao erário em virtude de desligamento de servidores, bem como dispensa de função comissionada ou cargo comissionado e desligamento de servidor, acerto de remuneração, despesa de exercícios anteriores, adiantamentos concedidos a pessoal, auxílio-moradia;
- classificação orçamentária da despesa e da receita;
- restos a pagar;
- guia de recolhimento da União;
- registro de bens imóveis cadastrados no Spiunet;
- registro de ativos, passivos e variações patrimoniais em classificações contábeis compatíveis com o novo plano de contas aplicado ao setor público;
- críticas e erros de sistema por ocasião do registro de documentos.



## LEI ORÇAMENTÁRIA 2016

A proposta orçamentária para 2016 foi elaborada nos termos do Projeto de Lei 1, de 2015 – CN — Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO 2016) —, com a participação efetiva das unidades administrativas do Tribunal e das seções e subseções judiciárias vinculadas à 1ª Região, que enviaram as suas necessidades a esta secretaria.

Procedeu-se à análise e consolidação dos dados e encaminhou-se a proposta orçamentária preliminar, no valor de R\$ 3.555.656.297, ao Conselho da Justiça Federal.

Em decorrência do limite orçamentário definido para a Justiça Federal da 1ª Região, no mês de julho/2015, foi efetuada a revisão da proposta, que foi ajustada ao novo valor de R\$ 2.769.463.369.

Quando do recebimento do limite 2016, que foi inferior à dotação final de 2015, foi necessário realizar ajustes severos, tais como:

- corte de todos os investimentos;
- corte de toda a modernização;
- corte de todos os acréscimos solicitados;
- corte da reserva para reajustar a bolsa de estagiários;
- corte pela metade de toda a despesa ordinária em relação à dotação 2015;
- corte temporário do contrato de ponto de função (Fábrica de software); e
- corte de R\$ 13.560.895,75 da reserva de reajuste dos contratos.

Em decorrência dos cortes supracitados, a Proposta Ajustada ao Limite 2016 foi enviada ao Conselho da Justiça Federal com déficit em torno de R\$ 36.500.000,00. Nessa oportunidade, foram oficiados o ministro-presidente do CJF, os desembargadores federais do TRF1 e os diretores de Foro, dando-se conhecimento sobre o cenário orçamentário para 2016.

Durante a tramitação do PLOA 2016, a 1ª Região solicitou a inclusão de emendas e destaques, as quais foram parcialmente atendidas. Entretanto, novos cortes foram realizados nas despesas de manutenção, notadamente na ação Julgamento de Causas da fonte 100, embora tenham atingido também os recursos relativos aos projetos e os da fonte 181 (provenientes dos convênios com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal), sendo esses últimos recompostos na reserva de contingência.

As emendas aprovadas são as constantes da tabela seguinte.



QUADRO 100  
Emendas aprovadas no Congresso Nacional — PLOA 2015

Unidade	Projeto	PL 007/2015-CN
SJTO	Construção do edifício-sede da subseção judiciária em Araguaína/TO	300.000
SJRO	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Ji-Paraná/RO	1.050.000
SJRO	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Vilhena/RO	7.063.407
SJMT	Ampliação do edifício-sede da Justiça Federal em Cuiabá/MT	6.572.893
SJGO	Construção do edifício Sede II da seção judiciária em Goiânia/GO	2.648.778
SJBA	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Paulo Afonso/BA	10.987.523
Total geral		28.622.601

Os quadros a seguir demonstram o orçamento da 1ª Região contido no PLOA 2016 e os recursos que permaneceram na LOA 2016, com a alteração decorrente da Medida Provisória 711, de 18/01/2016, que abriu crédito extraordinário na ação 216H (Ajuda de Custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos) utilizando como fonte de cancelamento a dotação da ação Julgamento de Causas, bem como o acréscimo decorrente da reserva técnica do CJF para a ação Julgamento de Causas, cabendo à 1ª Região o valor de R\$ 18.813.655.

215

QUADRO 101  
Orçamento 1ª Região 2016 – PLOA e LOA

Pessoal e encargos sociais						
Ações/planos orçamentários		GND	PLOA		LOA	
			TRF	SJ	TRF	SJ
20TP	Pagamento de pessoal ativo da União	1	211.200.000	1.298.000.000	211.200.000	1.298.000.000
09HB	Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais	1	35.500.000	239.700.000	35.500.000	239.700.000
0181	Pagamento de aposentadorias e pensões – civis	1	44.600.000	252.300.000	44.600.000	252.300.000
Total de pessoal			291.300.000	1.790.000.000	291.300.000	1.790.000.000



Benefícios						
Ações/planos orçamentários		GND	PLOA		LOA	
			TRF	SJ	TRF	SJ
2004	Assistência médica e odontológica de civis – complementação da União – PO 0001	3	9.589.860	56.414.280	10.589.860	56.414.280
		4			–	–
2010	Assistência pré-escolar aos dependentes de servidores civis e de empregados – PO 0001	3	1.008.672	10.610.016	1.008.672	10.610.016
2011	Auxílio-transporte de civis – PO 0001	3	48.620	234.080	48.620	234.080
2012	Auxílio-alimentação de civis – PO 0001	3	11.045.376	72.111.348	11.045.376	72.111.348
00M1	Auxílio-funeral e natalidade de civis – PO 0001	3	88.200	504.000	88.200	504.000
Total de benefícios			21.780.728	139.873.724	22.780.728	139.873.724

Atividades						
Ações/planos orçamentários		GND	PLOA		LOA	
			TRF	SJ	TRF	SJ
4257	Julgamento de causas na Justiça Federal – PO 0001	3	79.932.108	274.378.764	65.870.670	209.030.391
		4	–	1.000.000	–	1.345.867
	Capacitação de recursos humanos – PO 0002	3	1.001.259	1.598.740	808.775	1.148.100
		4	–	–	–	–
	Modernização de instalações da Justiça Federal – PO 0003	3	–	–	–	–
		4	–	2.000.000	–	2.000.000
	Modernização de instalações da Justiça Federal – PO 0004	3	–	–	–	263.110
		4	–	–	–	105.984
	Modernização tecnológica e gestão da informação na JF – MTGI – PO 0008	3	–	–	–	–
		4	4.399.650	8.695.000	4.399.650	8.695.000
	Formação e aperfeiçoamento de magistrados – FAM – PO 0009	3	1.000.000	–	807.546	–
		4	–	–	–	–
	Ações de informática – PO 0010	3	10.108.919	27.312.111	8.163.420	19.977.749
		4	355.666	–	355.666	–



Atividades						
Ações/planos orçamentários		GND	PLOA		LOA	
			TRF	SJ	TRF	SJ
2549	Comunicação e divulgação institucional – PO 0001	3	282.734	–	240.324	–
		4	–	–	–	–
	Rádio e TV Justiça – PO 0002	3	2.404.161	–	2.043.537	–
		4	–	–	–	–
4224	Assistência jurídica a pessoas carentes	3	12.100	38.441.721	12.100	38.441.721
0000	Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos	3	–	–	1.071.000	26.860.000
0200	Reserva de contingência	9	–	–	–	–
Total de atividades			99.496.597	353.426.336	83.772.688	307.867.922

Projetos						
Ações/planos orçamentários		GND	PLOA		LOA	
			TRF	SJ	TRF	SJ
151W	Desenvolvimento e implantação do sistema judicial eletrônico – PJe	3	386.790	–	328.771	–
		4	108.133	–	51.904	–
11RV	Construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília/DF	4	50.000.000	–	21.612.187	–
15HD	Reforma da central telefônica do edifício-sede do TRF 1ª Região	4	1.000.000	–	480.000	–
11U3	Ampliação do edifício-sede da Justiça Federal em Uberlândia/MG	4	–	1.000.000	–	2.180.000
12R6	Construção do edifício-anexo da Seção Judiciária de Salvador/BA	4	–	1.000.000	–	480.000
12R9	Construção do edifício Sede II da Seção Judiciária de Salvador/BA (juizados especiais federais)	4	–	454.433	–	218.128
12RB	Reforma do edifício-sede da Seção Judiciária de Belém/PA	4	–	1.000.000	–	480.000



Projetos						
Ações/planos orçamentários		GND	PLOA		LOA	
			TRF	SJ	TRF	SJ
14UM	Reforma do edifício Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal/DF	4	–	1.000.000	–	480.000
14YK	Reforma do edifício Sede III da Justiça Federal em Belo Horizonte/MG	4	–	2.450.000	–	1.176.000
14YL	Reforma do complexo de imóveis da Seção Judiciária de Salvador/BA	4	–	1.000.000	–	480.000
158B	Reforma do edifício-sede da Justiça Federal em Manaus/AM	4	–	1.887.628	–	906.062
158C	Reforma do edifício Sede I da Justiça Federal no Distrito Federal/DF	4	–	760.000	–	364.800
158F	Reforma do edifício-sede da Justiça Federal em Goiânia/GO	4	–	1.000.000	–	480.000
7E41	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Guanambi/BA	4	–	1.500.000	–	720.000
15FQ	Reforma do edifício-sede da Justiça Federal em Tabatinga/AM	4	–	150.000	–	72.000
15FR	Reforma do edifício Sede II da Seção Judiciária em Belo Horizonte/MG	4	–	1.500.000	–	720.000
15FT	Reforma do edifício Sede IV da Seção Judiciária em Belo Horizonte/MG	4	–	789.000	–	378.720
15FU	Reforma do edifício Sede III da Justiça Federal no Distrito Federal/DF	4	–	600.000	–	288.000
15GM	Reforma de datacenters na Justiça Federal de 1º grau da 1ª região	4	–	6.000.000	–	6.000.000
7V61	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Paulo Afonso/BA	4	–	–	–	10.987.523



Projetos						
Ações/planos orçamentários		GND	PLOA		LOA	
			TRF	SJ	TRF	SJ
12RE	Construção do edifício Sede II da Justiça Federal em Goiânia/GO	4	–	–	–	2.648.778
7T82	Ampliação do edifício-sede da Justiça Federal em Cuiabá/MT	4	–	–	–	6.572.893
12RO	Construção do edifício da Justiça Federal Vilhena/RO	4	–	–	–	7.063.407
1A67	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Ji-Paraná/RO	4	–	–	–	1.050.000
7T91	Construção do edifício-sede da subSeção Judiciária em Araguaína/TO	4	–	–	–	300.000
3755	IVF/aquisição de equipamento e material permanente/RO	4	–	–	–	500.000
Total de projetos			51.494.923	22.091.061	22.472.862	44.546.311
Total geral			364.575.651	1.951.964.785	420.326.278	2.282.287.957

O orçamento final da 1ª Região para 2016 é de R\$ 2.702.614.235. Esse valor ficou bem abaixo da necessidade e gerou mais um déficit de R\$ 40.071.329, sendo R\$ 19.094.932 no Tribunal e R\$ 20.976.397 nas seções judiciárias. Para sanar este novo déficit, que levou em conta apenas a manutenção das despesas continuadas, com reajuste de 7% para o elemento de despesa 37 e de 5% para as demais despesas, bem como a manutenção da metade da despesa ordinária que não havia sido cortada por ocasião do Limite orçamentário, foram propostas as seguintes ações:

- remanejamento de dotação de 2016 provenientes de contrato nacional com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal — fonte 181 e a Justiça Federal;
- solicitação de crédito por excesso de arrecadação referente à parcela de 2015 do contrato atual, bem como o remanescente do contrato anterior com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal — fonte 181 e a Justiça Federal, que não foi utilizado.
- sustação do início de todas as obras novas e negociação com parlamentares para que a dotação consignada na Lei Orçamentária por emendas seja remanejada;



Foram sugeridas ainda medidas complementares de redução de custos, como:

- não reposição de estagiário que venha a ter o contrato encerrado;
- redução de 25% das luzes de áreas de circulação, garagens e locais de pouco acesso do público, bem como o desligamento de elevadores e das centrais de condicionadores de ar nos finais de semana e feriados;
- postergação das licitações para compra de material de consumo para o final do ano, priorizando-se as compras essenciais e indispensáveis para o funcionamento do órgão;
- identificação e supressão de eventuais pontos de desperdício de água;
- utilização conscienciosa de todos os recursos disponíveis (economia de papel, *toner*, ligações telefônicas, veículos oficiais etc);
- análise dos contratos atuais da seção e subseção, para verificar possíveis reduções decorrentes de otimização do trabalho executado;
- redução de deslocamentos de magistrados para responder por subseção, o que implica postergar as audiências;
- estudo de redução de jornada de trabalho visando à redução de gastos.

220

A recessão orçamentária de 2016, proveniente do cenário econômico de déficit primário no setor público, taxa de juros elevada, baixo crescimento econômico e o crescente endividamento público afetará a prestação jurisdicional principalmente pela redução da realização de juizados itinerantes, mutirões de julgamentos, conciliações e ainda pela impossibilidade de nomear os magistrados e servidores de cargos novos, pela insuficiência orçamentária, sendo permitida apenas as reposições, excluindo-se as vagas originadas de aposentadorias e falecimentos que impliquem pagamento de pensões, por gerarem novas despesas.

O quadro a seguir demonstra o orçamento de 2015 com contingenciamentos em comparação com o orçamento de 2016.

#### QUADRO 102

##### Comparativos dos orçamentos de 2015 e 2016 por unidade orçamentária

Orçamento 2015	Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	Total
TRF	300.920.725	32.239.309	11.000	91.361.388	52.444.991	476.977.413
Seções	1.844.971.870	159.496.236	42.262.206	356.569.130	3.139.481	2.406.438.923
Total	2.145.892.595	191.735.545	42.273.206	447.930.518	55.584.472	2.883.416.336



Orçamento 2016	Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	Total
TRF	291.300.000	22.780.728	12.100	83.760.588	22.472.862	420.326.278
Seções	1.790.000.000	139.873.724	38.441.721	256.942.282	42.146.311	2.267.404.038
Total	2.081.300.000	162.654.452	38.453.821	340.702.870	64.619.173	2.687.730.316
% acréscimo/redução						
TRF	-3,20%	-29,34%	10,00%	-8,32%	-57,15%	-11,88%
Seções	-2,98%	-12,30%	-9,04%	-27,94%	1242,46%	-5,78%
Total	-6,18%	-41,64%	0,96%	-36,26%	1185,31%	-17,65%

Verifica-se que houve decréscimo global na ordem de 17,14% no orçamento proposto para 2016 em relação ao orçamento de 2015.

A análise, por categoria de programação, permite as seguintes observações:

- Pessoal – decréscimo de 6,18% em função de constar para 2016 somente a folha normal (base março/2015) sem as nomeações ocorridas de maio a dezembro de 2015 e ainda por ser o limite disponibilizado pelo CJF insuficiente para atender às despesas variáveis, uma vez que a metodologia de cálculo do CJF é diferente da realizada pelo TRF, permanecendo um déficit de R\$ 3.497.509,00, que deverá recair sobre as substituições e os serviços extraordinários;
- Benefícios – decréscimo de 41,64% em função de constarem somente os quantitativos da base março/2015 e ainda em razão de erro verificado nos dados constantes do relatório de benefícios do TRF1, o qual não computou, indevidamente, em torno de 100 beneficiários do APE. Considerando o valor *per capita* de R\$ 632,00, o déficit para essa despesa em 2016 está em torno de R\$ 758.400,00;
- Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – acréscimo de 0,96% em função do critério de distribuição do CJF ter sido o de atender à solicitação do TRF e atender à execução de 2014 das seccionais;
- Atividades – decréscimo de 32,76% em decorrência dos cortes ocorridos por ocasião do ajuste do orçamento ao limite e da tramitação da LOA. Acresce-se, ainda, que consta em 2016 o valor de R\$ 16.955.288,40, referente aos contratos com a CAIXA e o BB (fonte 181), que não constavam do orçamento de 2015;
- Projetos – o aparente acréscimo do orçamento de 2016 em relação a 2015 deve-se ao contingenciamento ocorrido em 2015. Embora em 2016 tenha havido acréscimo de R\$ 28.622.601,00 decorrentes de emendas, houve cortes em projetos propostos no PLOA de R\$ 36.755.164,00. Ressalta-se que será necessário remanejar créditos de projetos para sanar déficit nas despesas de manutenção.



# INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

## OBJETIVO ESTRATÉGICO

Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da Justiça Federal

### ■ Descrição do objetivo

Propiciar aos gestores, magistrados e servidores ferramentas de planejamento, de tecnologia da informação, de gestão de projetos e de processo de trabalho, de comunicação e de monitoramento da estratégia que favoreçam a implementação da estratégia da Justiça Federal.

223

## GESTÃO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO TRF 1ª REGIÃO

A gestão do projeto de construção da nova sede do Tribunal foi instituída para gerenciar, de forma integrada, escopo, custos, qualidade de serviços, aquisições e contratos, recursos humanos, comunicações, riscos, controles e prazos de conclusão de etapas e de todo o projeto, de forma a subsidiar todas as suas partes com informações consolidadas sobre a evolução da obra, visando fundamentar as decisões em todos os níveis.

Por meio do planejamento e do sequenciamento das ações necessárias à evolução da obra, vêm sendo alinhadas as ações entre as partes envolvidas, de forma a se deixar clara a importância do comprometimento de cada setor com os objetivos e prazos estabelecidos em cronograma acordado. Por meio de verificações constantes dos prazos efetivamente despendidos, alertaram-se os envolvidos sobre os atrasos ocorridos, de modo a mitigar possíveis prejuízos ao bom andamento da obra.

Por conseguinte, com a emissão de relatórios de acompanhamento de projeto, manteve-se informada a Diretoria-Geral e a Comissão de desembargadores sobre a evolução da obra, sugerindo-se, de forma antecipada, providências lenitivas de riscos e prejuízos. Foram criados os planos de gerenciamento para o entendimento da totalidade do processo pelos envolvidos e para se clarear a função de cada área na gestão dos projetos da obra de construção da nova sede. Além disso, foi criado, e vem sendo atualizado, um histórico da obra onde constam todos os contratos encerrados, vigentes e previstos até a conclusão do empreendimento, em atendimento aos objetivos de transparência



e credibilidade das ações administrativas. Em paralelo, na página de transparência do Tribunal, estão sendo constantemente atualizados escopo, prazos e custos envolvidos na obra, incluindo gráficos de valor agregado dos contratos vigentes e valor atualizado das despesas efetuadas.

## **GESTÃO DE RISCO NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

A Resolução Presi 29 de 17 de dezembro de 2014, que dispôs sobre o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região para o período de 2015 a 2020, estabeleceu para os gestores o objetivo estratégico de aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal.

Esse objetivo pretende elevar o percentual de avaliação positiva do sistema de controles internos de cada região para 100% até 2020. Estabeleceu-se como indicador a taxa de avaliação do sistema de controles internos, obtida por meio de respostas fornecidas ao questionário elaborado pelo Tribunal de Contas da União, que integra o Relatório de Gestão.

Um dos elementos que integra o sistema de controles internos é a avaliação de riscos.

Com vistas a promover o desenvolvimento da cultura de gestão de riscos no Tribunal, foi instaurado o Processo Administrativo Eletrônico — PAe 0005656–04.2015.4.01.8000 — em 10 de março, para instruir o projeto estratégico proposto pela Secoi, intitulado Gestão de Riscos, no âmbito da Secretaria de Administração do Tribunal.

O objetivo do projeto é desenvolver, na Secretaria de Administração do Tribunal, a cultura de gestão de riscos a partir de projeto piloto. A meta é diagnosticar, mensurar e classificar os riscos em escala de prioridades, bem como propor o seu tratamento, para gerar informações úteis à tomada de decisões dos gestores, tendo como prazo previsto para conclusão dezembro de 2016.

Em 11 de novembro, houve alteração do escopo do projeto de Gestão de Riscos para restringir seu objeto à análise de riscos nos processos de compras governamentais envolvendo os procedimentos relacionados ao planejamento, execução e controle de compras públicas do Tribunal.

O projeto atende, também, à recomendação emanada do Acórdão TCU 6.630/2015 – 1ª Câmara, direcionado ao Tribunal, que, além de dar quitação plena às contas relativas ao exercício de 2012, recomendou aos gestores do Tribunal que aperfeiçoassem a avaliação de riscos no órgão, tornando-a mais preventiva.

As ações desenvolvidas em 2015 foram relacionadas à primeira fase do projeto: capacitação e treinamento dos dirigentes da Secoi e Secad e dos servidores que atuarão na gestão e execução do projeto. Os eventos de capacitação foram realizados pelo TCU e pela empresa Elo Consultoria.



Devido à redefinição ocorrida no escopo, às dificuldades relacionadas à carência de servidores e às restrições orçamentárias para capacitação de pessoal, o prazo estimado para a conclusão do projeto estendeu-se para dezembro de 2017.

### **COMITÊ GESTOR REGIONAL DA 1ª REGIÃO DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO - CGR-PRIORI**

A Resolução 194, de 26 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ instituiu a Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição, com o objetivo de desenvolver, em caráter permanente, iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento dos serviços da 1ª instância dos tribunais brasileiros. O art. 5º da mencionada Resolução determina que os tribunais constituam comitê regional para a gestão e implementação da Política no âmbito de sua atuação.

Em cumprimento à norma daquele Conselho, a Resolução Presi 9 de 6 de fevereiro de 2015 do TRF 1ª Região instituiu o Comitê Gestor Regional da 1ª Região de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição – CGR-Priori, com as atribuições, entre outras, de fomentar, coordenar e implementar os programas, projetos e ações vinculados à Política estabelecida pelo CJN, norteados pelas linhas de atuação definidas na Resolução CNJ 194/2014.

O CGR-Priori, integrado por magistrados e servidores do 1º grau de jurisdição e pelo diretor da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro do Tribunal, teve sua composição estabelecida pela Portaria Presi 180 de 22/04/2015, para a gestão administrativa 2015/2016, sendo os nomes dos integrantes homologados pelo Conselho de Administração do Tribunal.

Tendo como linha de ação equalizar a distribuição da força de trabalho entre o 1º e o 2º graus, proporcionalmente a demandas de processos, o Comitê desenvolveu o “Plano de Ação TRF 1ª Região – Priorização do 1º Grau de Jurisdição”, encaminhado ao CNJ em 12 de agosto de 2015, o qual propõe, entre outros tópicos, a criação de cargos e funções comissionadas, que venha a suprir de força de trabalho suficiente a área administrativa, as turmas recursais e os núcleos de conciliação; a criação de quadro de juízes auxiliares do Tribunal, para se evitar desfalque no quadro das seccionais em virtude de convocações; ações para se evitar a evasão de servidores em virtude de remoção, tratamento de saúde ou exoneração e a possibilidade de implantação do teletrabalho.

### **UNIDADES AVANÇADAS DE ATENDIMENTO - UAAS**

Em 9 de junho, por meio da Resolução Presi 21, foi autorizada a criação das Unidades Avançadas de Atendimento da 1ª Região – UAAs, como modalidade de justiça itinerante, com ponto fixo de atendimento, podendo ser instalada em qualquer um dos municípios abrangidos pela jurisdição, seção ou subseção judiciária, ficando vinculada administrativamente à direção do foro e judicialmente ao juízo de competência.



As UAAs têm por finalidade garantir o acesso à Justiça aos residentes em localidades onde não exista sede da Justiça Federal com competência para julgar ações previdenciárias ajuizadas pelos jurisdicionados residentes e domiciliados nos municípios abrangidos pela jurisdição da unidade avançada. A iniciativa contribui para a ampliação da interiorização da Justiça Federal e redução gradativa da jurisdição delegada.

A instalação das UAAs se dá por proposta do diretor do foro dirigida ao presidente do Tribunal, ficando submetida à aprovação do Conselho de Administração.

Em 12 de novembro, a Resolução Presi 36 autorizou a criação da primeira Unidade Avançada de Atendimento da Justiça Federal da 1ª Região no município de Tangará da Serra/MT, vinculada à Seção Judiciária de Mato Grosso, instalada efetivamente em janeiro de 2016. Em decorrência, foi autorizado o remanejamento provisório de uma função comissionada FC-02 da Subseção Judiciária de Diamantino/MT para a nova Unidade, por meio da Portaria Presi 395 de 12 de novembro de 2015. Houve também acordo firmado com a Prefeitura Municipal de Tangará da Serra para cessão de servidor à Justiça Federal.

## **EXERCÍCIO E LOTAÇÃO INICIAL DOS JUÍZES FEDERAIS SUBSTITUTOS APROVADOS NO XV CONCURSO**

226

A Corte Especial administrativa, por meio da Resolução 1 de 23 de janeiro de 2015, decidiu, como medida de economia, que os magistrados aprovados no XV Concurso Público para provimento de cargo de juiz federal substituto, devidamente empossados perante o presidente, terão exercício e serão inicialmente lotados na Escola de Magistratura Federal da 1ª Região, durante o período de realização de curso de formação. Após a conclusão do curso, a lotação se dará nas varas oferecidas para provimento, em ato próprio, observando-se a ordem de classificação.

## **ALTERAÇÃO NA JURISDIÇÃO DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SETE LAGOAS/MG E DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS**

Em virtude da elevada quantidade de processos distribuídos anualmente na Subseção Judiciária de Sete Lagoas, como medida alternativa ao sobrestamento dos processos sobre criação de varas federais, o Tribunal alterou, por meio da Resolução Presi 46 de 30 de novembro de 2015, a jurisdição da Subseção Judiciária de Sete Lagoas/MG, para excluir de sua base territorial os municípios de Abaeté, Alvorada de Minas, Baldim, Cachoeira da Prata, Capim Branco, Cedro do Abaeté, Couto de Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Esmeraldas, Felício dos Santos, Fortuna de Minas, Gouveia, Inhaúma, Maravilhas, Martinho Campos, Matozinhos, Paineiras, Papagaios, Pequi, Pompéu, Presidente Kubitschek, Prudente de Moraes, Santana de Pirapama, Santo Antônio do Itambé, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino Gonçalves, Serra Azul de Minas e Serro, que passaram a integrar a jurisdição da Seção Judiciária de Minas Gerais.



## **INSTALAÇÃO DA TURMA RECURSAL PERMANENTE DOS JEFs NO ACRE**

Em 6 de fevereiro, foi efetivamente realizada a instalação da Turma Recursal Permanente dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Acre, determinada pela Portaria Presi de 23 de janeiro de 2015.

A Turma Regional do Acre é uma das 25 turmas recursais permanentes criadas pela Lei 12.665, de 13 de junho de 2012, e terá competência para processar e julgar os recursos interpostos nos JEFs da seccional do Acre e de suas subseções judiciárias.

## **REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL**

O Tribunal promoveu, em 2015, por meio das Resoluções Presi 26 de 13 de agosto, 32 de 20 de setembro e 35 de 5 de outubro, a readequação de sua estrutura organizacional com vista à modernização das atividades administrativas e ao aprimoramento dos serviços.

As alterações atenderam a necessidades pontuais estratégicas. Mediante remanejamento ou transformação de cargos e funções comissionadas e renomeação e realocação de unidades, possibilitou-se a criação ou reforço de unidades responsáveis por atividades estratégicas.

227

Foi transferida da Secretaria de Controle Interno para a Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro a Divisão de Análise Contábil e Custos, criando-se ainda a Seção de Análise de Custos. Com a medida, estabeleceu-se a vinculação da área responsável pelo acompanhamento da execução contábil e pelo registro da conformidade contábil à área de orçamento e finanças.

Subordinado à Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinário, foi criado o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos para absorver a demanda de feitos submetidos a sistemática processual específica.

As mudanças alcançaram também a Secretaria de Gestão Estratégica. O remanejamento de funções e atribuições entre as divisões, além de equilibrar a distribuição dos serviços, permitiu a priorização das atividades relacionadas à apuração, ao monitoramento e à avaliação de objetivos, metas, indicadores relacionados ao planejamento estratégico da 1ª Região e a criação da Seção de Apoio à Gestão Socioambiental.

As alterações permitiram ainda o fortalecimento das atividades de capacitação e treinamento de servidores, com a transformação, na Secretaria de Gestão de Pessoas, da Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos no Centro de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Servidores (Cedap), com a finalidade de assumir e alavancar as atividades da Unicorp, ficando as antigas atribuições da unidade a cargo do Núcleo de Controle de Pessoas e Avaliação de Desempenho (Nucav), diretamente vinculado à Secretaria.

Destaque-se ainda a ampliação e o fortalecimento da estrutura do Núcleo Regional de Apoio ao Processo Judicial Eletrônico e do Núcleo Regional de Apoio ao Processo Administrativo Eletrônico.



## PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE)

O sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) foi desenvolvido com o objetivo de tornar a prestação jurisdicional mais célere, eficiente e desburocratizada mediante o uso de ferramentas capazes de facilitar o acesso à Justiça e atribuir maior transparência às atividades do Poder Judiciário, com redução de custos e menor impacto ambiental.

A implantação do PJe ocorreu inicialmente no Tribunal e na Seção Judiciária do Distrito Federal em 1º de dezembro de 2014.

O quadro seguinte apresenta o cronograma de expansão do sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe na 1ª Região, com sua instalação em algumas seções judiciárias e respectivas subseções (Portaria Presi 210 de 18 de maio de 2015):

QUADRO 103

Expansão da implantação do PJe nas seções judiciárias

Seção judiciária	Implantação
Goiás	20/08/2015
Tocantins	17/09/2015
Roraima	01/10/2015
Maranhão	15/10/2015
Acre	12/11/2015
Rondônia	26/11/2015
Amapá	03/12/2015

228

O Tribunal, por meio da Portaria Presi 457 de 22 de dezembro de 2015, aprovou o cronograma de expansão do sistema em 2016, com sua instalação em mais seis seções judiciárias e respectivas subseções, conforme quadro seguinte:

QUADRO 104

Cronograma de expansão do PJe nas seções judiciárias

Seção judiciária	Implantação
Amazonas	28/01/2016
Mato Grosso	07/04/2016
Piauí	12/05/2016
Pará	09/06/2016
Bahia	15/09/2016
Minas Gerais	01/12/2016



Com a implantação e expansão do PJe, o TRF 1ª Região reafirma seu compromisso de assegurar prestação jurisdicional de qualidade, assumindo posição de vanguarda na Justiça Federal, alinhando-se à política de integração do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho da Justiça Federal.

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO (PAE) E SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO (SEI)**

A instituição do Processo Administrativo Eletrônico (PAE/SEI) em setembro de 2014 representou grande avanço na gestão administrativa da Justiça Federal da 1ª Região. A diminuição do impacto causado pelas distâncias entre as sedes, a celeridade na tramitação de documentos, a facilidade de realização de trabalhos colaborativos, a viabilidade de execução de tarefas simultâneas estão entre as vantagens da nova ferramenta.

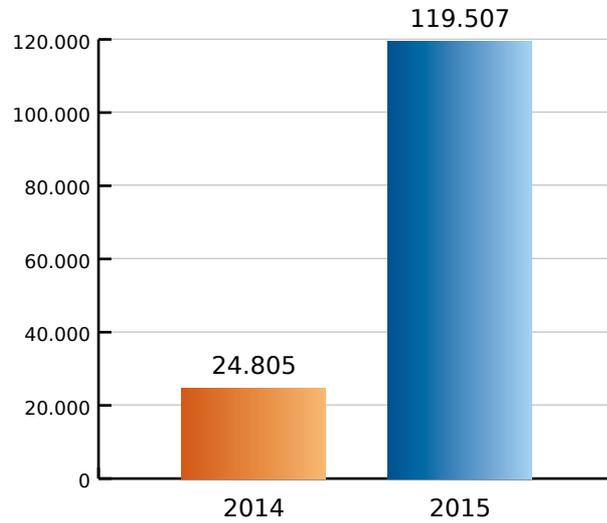
Em dezembro de 2014, o TRF 4ª Região — órgão desenvolvedor do sistema — realizou o evento “SEI Federação – edição 2014”, reunindo vários órgãos públicos que utilizam a ferramenta eletrônica. O Tribunal foi convidado a expor a metodologia por ele aplicada pelo fato de ter implantado a ferramenta, em apenas três meses, em todas as unidades administrativas da 1ª Região, tornando-se um caso de sucesso.

229

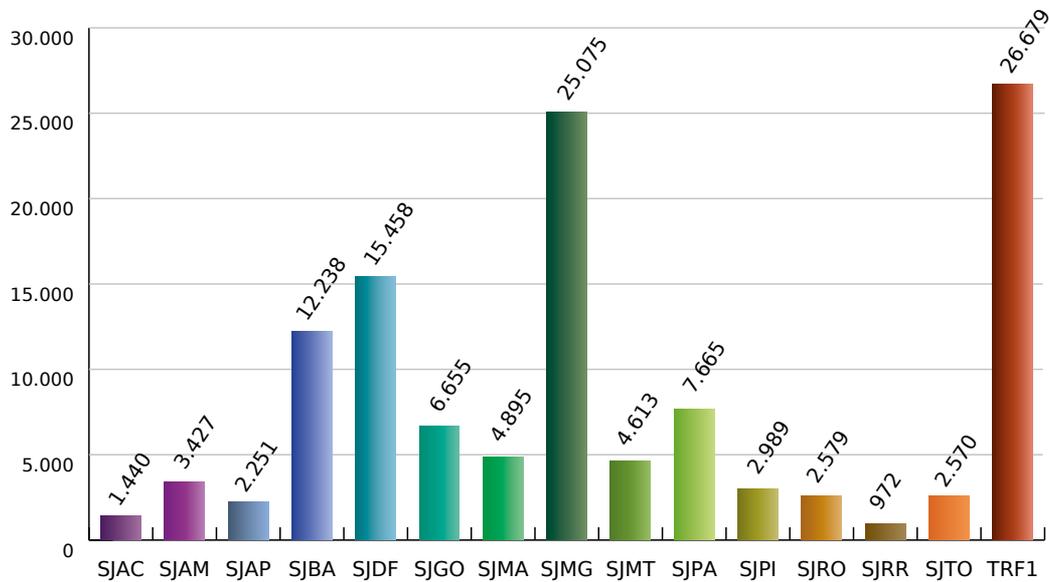
No decorrer do ano de 2015, o TRF4 promoveu a primeira atualização do SEI. Com a evolução do sistema, inclusive com processos autuados e julgados por colegiados do TRF 1ª Região, foi identificada a necessidade de realizar treinamentos em alguns gabinetes de magistrados. Diante disso, organizaram-se algumas turmas de capacitação. Constatou-se, após a realização dos treinamentos, a necessidade de dar continuidade ao trabalho de capacitação dos usuários do Processo Administrativo e Eletrônico durante o exercício de 2016.

Considerando a experiência desta Corte na implantação do Processo Administrativo eletrônico, representantes de outros órgãos, tais como STM, STF e PGR, foram recebidos pelos membros do Comitê Gestor do SEI do TRF1, para obter esclarecimentos sobre os procedimentos de implantação do PAE-SEI no âmbito da 1ª Região.

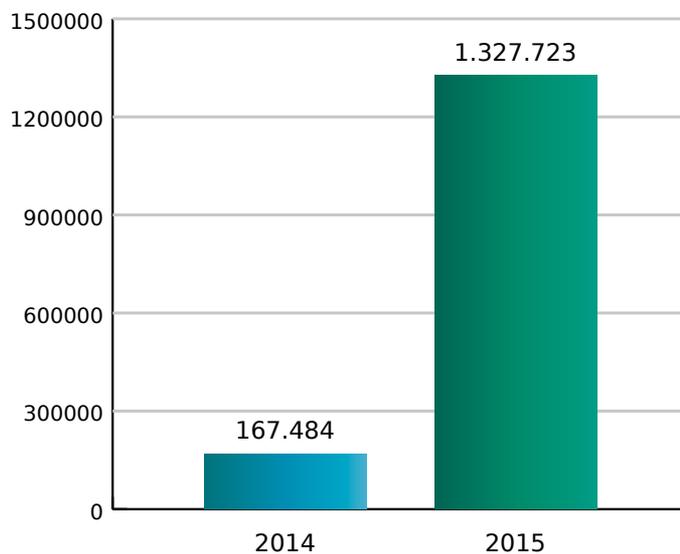
**GRÁFICO 16**  
Processos gerados no SEI desde a implantação – 1ª Região



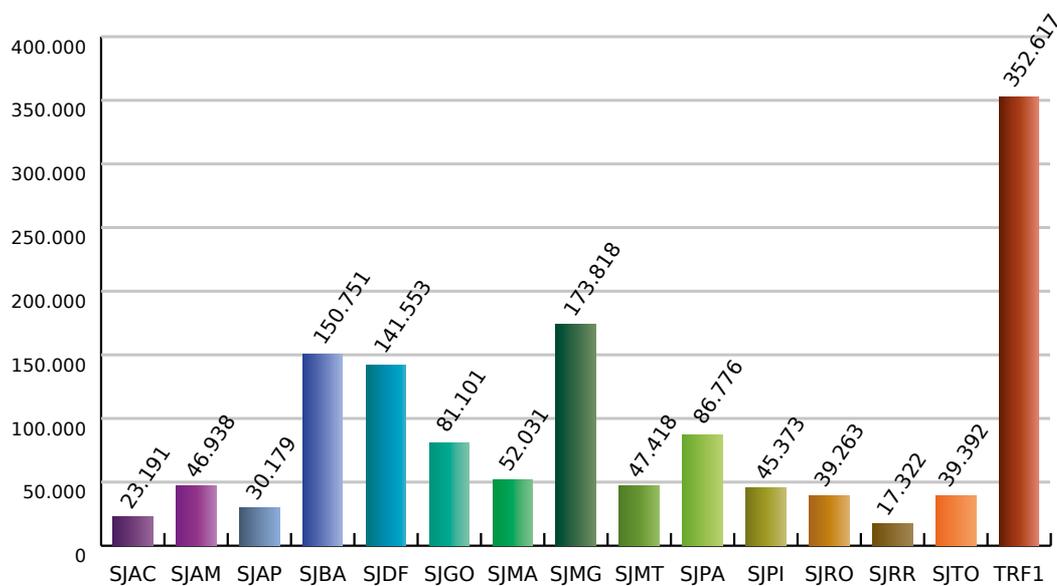
**GRÁFICO 17**  
Processos gerados no SEI por órgão – 2015



**GRÁFICO 18**  
**Documentos gerados no SEI desde a implantação – 1ª Região**



**GRÁFICO 19**  
**Documentos gerados no SEI por órgão – 2015**





## REGISTRO ELETRÔNICO DE FREQUÊNCIA

A implantação do registro eletrônico de frequência (ponto eletrônico) foi iniciada em 2014, sendo concluída em maio de 2015. A complexidade do sistema requer acompanhamento sistemático e intervenções rotineiras dos administradores, no que se refere tanto à operacionalidade, quanto ao funcionamento dos equipamentos e parametrização do *software*.

Visando ao aperfeiçoamento do sistema Forponto, a Administração enviou esforços para adquirir mais leitores de digitais e relógios biométricos, para serem instalados em locais desta Corte que ainda não o possuem. Para tanto, foi iniciado o processo licitatório, que está em fase de conclusão.

Encontra-se em andamento projeto de contratação de empresa para executar a manutenção do sistema, o que agilizará sobremaneira os ajustes nas frequências dos servidores, principalmente no que diz respeito a ocorrências como greve e recesso forense.

## FLEXIBILIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DAS SECCIONAIS

Dando continuidade à política de valorização e aproximação das seccionais, o Conselho de Administração do Tribunal aprovou, em sessão do dia 6 de agosto, regra de transição delegando competência aos diretores de foro para administrar e organizar a estrutura da respectiva seção e subseções judiciárias vinculadas, podendo criar, extinguir, transformar ou remanejar unidades administrativas e funções comissionadas no âmbito das áreas administrativa e judicial sem aumento de despesa e observadas as restrições e os limites estipulados pela Resolução Presi 24 de 7 de agosto de 2015.

As alterações deverão observar, entre outros critérios, o padrão mínimo organizacional definido na Resolução Presi 24/2015 para cada padrão de seção judiciária e a obrigatoriedade de se manter a unidade de controle interno, que não poderá ter sua estrutura de núcleo ou de seção, conforme o caso, reduzida do padrão anterior a essa norma. Além disso, é vedada a extinção ou transformação da Central de Mandados e da Seção de Apoio ao Núcleo Estadual de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos e Cidadania, unidades de permanência obrigatória em todas as seções judiciárias.

## RECADASTRAMENTO DOS APOSENTADOS E DOS PENSIONISTAS DO TRF 1ª REGIÃO E DA JUSTIÇA FEDERAL

O Tribunal regulamentou o cadastramento dos aposentados e dos pensionistas da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 1ª Região por meio da Portaria Presi 368 de 14 de outubro de 2015, devido à importância de se aprimorar e agilizar os respectivos processos de trabalho e para assegurar a integridade dos dados cadastrais custodiados pelo Tribunal e pelas seccionais.



O cadastramento será realizado anualmente, no mês de aniversário do cadastrando, mediante a entrega dos formulários correspondentes à Seção de Aposentadorias e Pensões da Divisão de Legislação de Pessoal, se aposentado ou pensionista do Tribunal, e à área de recursos humanos da sede da respectiva seção judiciária, se aposentado ou pensionista a ela vinculado. Se o interessado estiver ausente do país, a atualização cadastral será feita por meio de procurador nomeado por instrumento particular com poderes específicos ou mediante declaração de comparecimento emitida por órgão de representação diplomática ou consular do Brasil no exterior.

### **CARGOS VAGOS DESTINADOS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - TI**

Devido à necessidade de recursos humanos na área de TI, ficou estabelecido pela Portaria Presi Secps 353 de 22 de setembro de 2015 que os cargos vagos e os que vierem a vagar nos quadros de pessoal do Tribunal e das seções judiciárias da 1ª Região, nas especialidades declaradas em extinção, terão alterada a sua especialidade para Área Apoio Especializado, Especialidade Informática.

233

### **PAUSAS PREVENTIVAS DURANTE UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS**

A Portaria Presi 29 de 21 de janeiro de 2015 dispôs sobre pausas preventivas na utilização dos sistemas eletrônicos, como o PJe e o PAe–SEI, pelos servidores da Justiça Federal da 1ª Região.

A portaria recomenda a realização de 10 minutos de atividades alternativas a cada 50 trabalhados diretamente no meio eletrônico, seguindo o que determina os arts. 6º, 7º, XXII, e 39, § 3º, da Constituição Federal, que asseguram aos trabalhadores o direito à saúde e à redução de riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde e segurança. A determinação baseia-se ainda na Instrução Normativa 17 do Ministério do Trabalho, que regulamenta os parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar o máximo de conforto, segurança e eficiência de desempenho.

A medida auxilia na prevenção de doenças como lesão por esforço repetitivo (Ler), uma das maiores causas de doenças relacionadas ao sistema musculoesquelético e de afastamento do trabalho.

Em fevereiro, as áreas de qualidade de vida no trabalho e de saúde ocupacional lançaram a publicação “Orientações ergonômicas”, uma adaptação do material produzido pelo Senado Federal contendo diversas orientações sobre ergonomia, organização e uso de equipamentos e mobiliários, a importância de pausas regulares no trabalho, do fortalecimento muscular e da prática de atividades físicas.



## REMESSA À ORIGEM DOS PROCESSOS DIGITALIZADOS E REMETIDOS AO STJ E AO STF

Ao dar cumprimento à Resolução 237, de 18 de março de 2013, do Conselho da Justiça Federal, o Tribunal expediu a Portaria Presi 12 de 13 de janeiro de 2015, alterada pela Portaria Presi 232 de 5 de junho 2015, determinando que os autos físicos, após a digitalização dos recursos excepcionais para remessa ao STJ, e aqueles devolvidos após a digitalização no STF deverão ser remetidos à vara de origem, onde permanecerão depositados, aguardando o julgamento definitivo dos recursos, incumbindo ao juízo de origem dar cumprimento ao que tiver sido decidido, inclusive devolvendo o processo ao Tribunal quando for hipótese de novo pronunciamento jurisdicional da Corte.

Deverão permanecer depositados no Tribunal os processos originários e os sobrestados em razão de recurso representativo da controvérsia ou repercussão geral até o julgamento definitivo dos recursos excepcionais pelos tribunais superiores.

## COMITÊ REGIONAL DAS TABELAS PROCESSUAIS DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO

234

O Comitê Regional das Tabelas Processuais da Justiça Federal da 1ª Região realizou reuniões a fim de definir prioridades e estratégias para implantação das Tabelas Únicas do CNJ.

Constatou-se necessidade de ajustes nas tabelas de movimentos processuais no 1º e 2º grau de jurisdição. Houve criação de alguns movimentos processuais a fim de ajustar as necessidades do TRF1 à tabela unificada de movimentação processual do CNJ.

O comitê aguarda a definição do modelo de migração de processos dos sistemas legados para o PJe, a fim de providenciar o DE/PARA de movimentos que for necessário.

## ENUNCIADOS PARA RACIONALIZAÇÃO DE RECURSOS DOS JEFs

Em 9 de dezembro, ocorreu, na sede do Conselho da Justiça Federal, um evento inédito chamado “Diálogos e Cooperação no Sistema Recursal dos Juizados Especiais Federais”. O encontro reuniu juízes federais membros da Turma Nacional de Uniformização, presidentes das turmas recursais, coordenadores dos JEFs, além de magistrados responsáveis por examinar a admissibilidade de recursos, contando com a presença da desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas.

Foram apresentadas palestras sobre temas, como a concepção da sistemática de representativos de controvérsia da TNU e a cultura do precedente. Magistrados e ser-



vidores se dividiram em três grupos temáticos de trabalho. O primeiro sobre “Diálogos de cooperação entre turmas recursais e TNU”; o segundo sobre “Diminuição de arenas recursais nos juizados” e o terceiro sobre “Estabilidade, divulgação e aplicação da jurisprudência da TNU”. Em seguida, os participantes se reuniram em uma plenária, a fim de aprovar as sugestões de enunciados, orientações e recomendações para racionalizar o tratamento de recursos processuais.

## **ALTERAÇÕES NO REGIMENTO INTERNO - RIJEF-TR-TRU**

A Resolução Presi 33, publicada no dia 30 de setembro de 2015, trouxe alterações no Regimento Interno dos Juizados Especiais Federais (JEFs), das Turmas Recursais (TRs) e da Turma Regional de Uniformização (TRU).

A primeira alteração decorreu da edição das Resoluções 345 e 347, de 2015, do Conselho da Justiça Federal (CJF). Os documentos dispõem sobre a compatibilização dos regimentos internos das turmas recursais e das turmas regionais de uniformização à atuação dos magistrados integrantes dessas turmas com exclusividade de funções.

A mudança no Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados (TNU/JEFs) possibilita que a parte interponha agravo nos próprios autos, na hipótese de inadmissão preliminar dos pedidos de uniformização de jurisprudência. A adaptação foi necessária porque o Regimento Interno JEF-TR-TRU trazia a possibilidade de requerimento de submissão do feito, no caso de não admissão do incidente.

Foram promovidas, ainda, alterações nos artigos que tratam da suplência e da substituição nas turmas recursais, com a conceituação das expressões “suplente”, “substituto eventual” e “responder pelo acervo”, assunto que gerava muitas dúvidas nas turmas recursais. Além das conceituações necessárias, foi criada a possibilidade de designação pelo Tribunal de qualquer outro juiz para auxiliar, por prazo determinado, em turma recursal, independentemente da existência de suplente.

## **PLANO DE COMUNICAÇÃO DA ESTRATÉGIA NA 1ª REGIÃO**

Foram desenvolvidas em 2015 diversas ações e estratégias com o objetivo de dar amplo conhecimento à sociedade e ao público interno das atividades do Tribunal e das seções e subseções judiciárias a ele vinculadas.

### **IMPRENSA**

Em 2015 o Tribunal foi procurado por diversos veículos de comunicação, que solicitaram entrevistas e buscaram informações sobre processos em trâmite neste Tribunal.



## QUADRO 105

### Veículos de comunicação

Impressos	<i>O Popular, O Globo, Revista Veja Brasília, O Estadão, Folha de São Paulo, Correio Braziliense, A Tribuna de Santos, Correio do Povo-RS, Revista Lume Arquitetura, Jornal Extra, Jornal Hoje em Dia, O Estado de São Paulo, Revista Brasil Energia, Jornal Alô Brasília.</i>
Sítios eletrônicos	Valor Econômico, Portal G1, Revista Justiça & Cidadania, Portal R7, Portal Migalhas, Secretaria de Comunicação Social, Portal IG, Revista Consultor Jurídico.
Rádios	Rádio CBN, Band FM, Rede Amazônica de Radio e TV.
TVs	Rede Amazônica de Televisão, SBT, TV Justiça, TV Record, TV Globo, Globo News, TV Brasília, UnB TV, Rede Bandeirantes, Canal Rural.
Outros	Agência CNJ de Notícias, Agência Brasil, Agência Thomas Reuters, Agência Associated Press, Agência de Notícias UniCEUB.

A imprensa, por várias vezes, solicitou informações sobre assuntos ligados a questões institucionais e processuais. Os eventos de maior destaque foram a construção da nova sede do TRF, o concurso público promovido pelo Tribunal, o programa de aceleração de julgamentos e as cerimônias de posse de desembargadores federais.

Os processos que mais chamaram a atenção da imprensa foram os relativos à Operação Lava Jato, Operação Zelotes, Construção da Quadra 500 do Setor Sudoeste/DF, venda de imóveis funcionais, ocupação de terras indígenas e telefonia celular.

### **CAMPANHAS**

Verificou-se a intensificação da produção de campanhas institucionais voltadas com o objetivo de divulgar projetos e iniciativas em andamento, envolvendo os públicos interno e externo nas mudanças necessárias ao desenvolvimento da instituição e a modernização dos serviços.

Em 2014 foram produzidas duas grandes campanhas: SEI e PJe. Já em 2015 foram iniciadas nove campanhas, das quais cinco foram concluídas e quatro estão em execução.

#### **■ Divulgação do Processo Judicial Eletrônico (PJe)**

Com início em 2014, tem como objetivo principal informar o público interno e externo da 1ª Região da Justiça Federal sobre a nova ferramenta de gestão processual judicial eletrônica adotada por determinação do Conselho Nacional de Justiça.

Em 2015 continuou a campanha de implantação do sistema em outras seccionais (SJAC, SJAM, SJAP, SJMA, SJGO, SJRO, SJRR e SJMA), com envio de um *kit* contendo material impresso (cartaz, prisma e panfleto) e de um *kit* digital contendo todas as artes da campanha (selo, arte do cartaz, arte do prisma, arte do fôlder, *banner slide* e um *release*



de apresentação. Continuará em 2016 a campanha de implantação do PJe nas demais seccionais (SJBA, SJMG, SJMT, SJPA e SJPI).

#### ■ **Divulgação do EDJF1**

Teve como objetivo informar ao público externo do Tribunal (em especial aos advogados) o fim da divulgação dos atos judiciais do Tribunal no *Diário Oficial da União*, que passariam a ser divulgados em veículo próprio, o EDJF1.

#### ■ **Campanha do Sistema Eletrônico de Informação (SEI)**

O sistema completou um ano de funcionamento no Tribunal e, para comemorar, foram distribuídos cartazes e publicadas matérias nos veículos de comunicação da Casa.

#### ■ **Incentivo ao uso do crachá**

Solicitada pela área de segurança, a campanha consistiu em ação de renovação dos crachás nos principais edifícios do Tribunal, com o intuito de incentivar os servidores a participarem da troca e uso do crachá.

Encontram-se em fase de execução campanhas envolvendo a transparência da obra da nova sede, divulgação dos projetos de gestão e transparência de tecnologia de informação (TI), da área de assistência à saúde e de planejamento estratégico.

### **TRF 1ª REGIÃO NO FACEBOOK E NO YOUTUBE**

Em 2015 houve a diversificação do uso do Facebook. Além dos tradicionais *posts* com notícias, foram incluídos vídeos com matérias especiais do programa Inteiro Teor e *posts* semanais denominados “Lições de Direito”. O número de curtidas na página aumentou de 8.289 (2014) para 11.889 (2015). Enquanto em 2014 foram feitos 178 *posts*, em 2015 foram 479. Em 2014 o Facebook contava com 14.265 visualizações, e no ano de 2015 esse número subiu para 200.040.

Para veiculação no Youtube, foram produzidas reportagens do programa Inteiro Teor e do programa Primeira Região na Web, bem como matérias da TV Justiça. Em 2015 foram postados 154 vídeos, tendo a página do Tribunal 33.750 visualizações até a presente data, sendo 16.235 só em 2015. Atualmente, o número de seguidores em nossa página é 265, sendo 149 em 2015.

### **JORNALISMO IMPRESSO**

Em 2015 as publicações impressas deram continuidade ao objetivo de divulgar notícias e fatos institucionais, integrando o Tribunal às seções e às subseções judiciárias da 1ª Região.

A distribuição eletrônica visa criar a cultura digital no público leitor, além de propiciar acesso rápido à informação e proporcionar comodidade, redução de custos com papel.



QUADRO 106  
Informativos do Tribunal – jornalismo impresso e eletrônico

Tipo	Número de edições	Conteúdo
Primeira Região Hoje	236	Traz as principais notícias de interesse de todo o corpo funcional da 1ª Região.
Primeira Região Variedades	49	Reúne os aniversariantes da semana e os anúncios de classificados encaminhados por servidores do TRF.
Primeira Região Infojef	18	Informa sobre assuntos relacionados aos Juizados Especiais Federais da 1ª Região.
TRF Notícias	24	Voltado ao corpo funcional do Tribunal.
Primeira Região em Revista	11	Documenta os principais fatos institucionais ocorridos durante o ano na Administração da Corte.

## TELEJORNALISMO

QUADRO 107  
Informativos do Tribunal – telejornalismo

Meio de comunicação	Quantidade	Conteúdo
TV Justiça	140 reportagens	Importantes decisões do Tribunal e das seccionais, além da cobertura de eventos e solenidades. As reportagens, com média de dois minutos, foram veiculadas no Jornal da Justiça, transmitido pela TV Justiça.
Programa Inteiro Teor	90 reportagens	Reportagens realizadas em toda a 1ª Região referentes às decisões mais importantes do Tribunal e que repercutem no dia a dia da população.
Programa Via Legal	38 matérias	Matérias retiradas de decisões judiciais veiculadas pela TV Justiça e por mais 25 emissoras nacionais.
Primeira Região na WEB TV	47 programas	Webprograma semanal enviado por <i>e-mail</i> , com o objetivo de informar os servidores da 1ª Região sobre os principais acontecimentos ocorridos no Tribunal, nas seções e subseções judiciárias.



## PROJETO SUSTENTABILIDADE - LOGÍSTICA REVERSA

A obrigação pela destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (sistemas de logística reversa) decorrem dos comandos contidos na Lei 12.305/2010.

Em 2014 foi adotado o sistema de logística reversa apenas na aquisição de alguns *toners* para impressoras.

Em 2015 houve incremento desse sistema no processo regular de ressurgimento de todos os modelos de *toners* e cartuchos, lâmpadas e reatores, pilhas e baterias.

## SISTEMA NORMATIVO

O sistema normativo da 1ª Região assegura o eficiente conhecimento das políticas e objetivos estabelecidos para a 1ª Região, permite a operacionalização e a divulgação de decisões proferidas pelos colegiados do Tribunal, a fixação das competências administrativas das unidades, a uniformização de procedimentos e métodos de trabalho, a transferência de conhecimentos e a racionalização de recursos.

Em 2014 foram publicadas as normas apresentadas nos quadros seguintes.

QUADRO 108  
Resoluções

Número*	Assunto
Resolução Presi 01 de 23/01	Dispõe sobre o exercício e a lotação dos magistrados aprovados em concurso público para provimento de cargo de juiz federal substituto no âmbito da 1ª Região, durante o período de realização de curso de formação.
Resolução Presi 04 de 26/01	Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
Resolução Presi 05 de 27/01	Referenda a Resolução Presi 23, que instituiu Câmaras Regionais Previdenciárias para atuar, descentralizadamente, em julgamento de feitos previdenciários nas Seções Judiciárias da Bahia e de Minas Gerais, e altera seus arts. 15 e 26.
Resolução Presi 06 de 29/01	Altera dispositivos da Resolução Presi 28/2014, que regulamenta o expediente e a jornada de trabalho do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, institui o controle eletrônico de frequência, o banco de horas e dá outras providências.
Resolução Presi 07 de 02/02	Altera a Resolução Presi 25 de 05/12/2014, que dispõe sobre o Sistema de Publicação dos Atos Judiciais e Administrativos da Justiça Federal da 1ª Região – Sepublic.



Número*	Assunto
Resolução Presi 08 de 06/02	Altera a Resolução Presi 29 de 17/12/2014, que dispõe sobre o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região e dá diretrizes para sua gestão no âmbito do Tribunal, das seções e das subseções judiciárias.
Resolução Presi 09 de 06/02	Institui o Comitê Gestor Regional da 1ª Região de Atenção Prioritária ao primeiro grau de jurisdição.
Resolução Presi 10 de 20/02	Dispõe sobre a concessão de diárias e passagens aéreas durante a realização de modalidade prática do II Curso de Formação de Juizes Federais Substitutos.
Resolução Presi 11 de 23/03	Institui a Câmara Regional Previdenciária da Subseção Judiciária de Juiz de Fora, para atuar, descentralizadamente, em julgamento de feitos previdenciários em grau de recurso, nos termos da Resolução Presi 23/2014, referendada e alterada pela Resolução Presi 5/2015.
Resolução Presi 12 de 10/03	Altera a Resolução Presi 25 de 05/12/2014, que dispõe sobre o Sistema de Publicação dos Atos Judiciais e Administrativos da Justiça Federal da 1ª Região – Sepublic.
Resolução Presi 13 de 23/03	Estabelece procedimentos para a formação de colegiado em primeiro grau de jurisdição para o julgamento de crimes praticados por organizações criminosas no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.
Resolução Presi 14 de 30/04	Consolida a jurisdição das varas federais das seções e subseções judiciárias da 1ª Região em face da instalação de novas subseções judiciárias no ano de 2014.
Resolução Presi 15 de 29/05	Altera a Resolução Presi 28 de 16/12/2014, que regulamenta o expediente e a jornada de trabalho do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, institui o controle eletrônico de frequência, o banco de horas e dá outras providências.
Resolução Presi 16 de 11/05	Dispõe sobre a celebração de convênios entre os Juizados Especiais Federais da 1ª Região e instituições de ensino para realização de atividades conjuntas.
Resolução Presi 17 de 13/05	Altera a Resolução Presi 22/2014, que instituiu, na Justiça Federal da 1ª Região, o Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais, com fundamento na Resolução CNJ 185/2013.
Resolução Presi 18 de 21/05	Dispõe sobre a administração, a destinação e o uso dos imóveis residenciais funcionais da reserva técnica do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, indispensáveis aos serviços.
Resolução Presi/Secoi 19 de 26/05	Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).



Número*	Assunto
Resolução Presi 20 de 02/06	Veda o peticionamento eletrônico, via e-Proc, em processos que tramitam em autos físicos na Justiça Federal da 1ª Região.
Resolução Presi 21 de 09/06	Dispõe sobre a criação de Unidades Avançadas de Atendimento da Justiça Federal – UAA.
Resolução Presi 22 de 12/06	Prorroga o prazo definido na Resolução Presi 20 de 2 de junho de 2015 para suspensão do peticionamento eletrônico, via e-Proc, em processos que tramitam em autos físicos na Justiça Federal da 1ª Região.
Resolução Presi 23 de 19/06	Referenda a Resolução Presi 22 de 12 de junho de 2015 e prorroga o prazo para suspensão do peticionamento eletrônico, via e-Proc, em processos que tramitam em autos físicos na Justiça Federal da 1ª Região.
Resolução Presi 24 de 21/08	Dispõe sobre a delegação de competência aos diretores de Foro para administrar e organizar a estrutura administrativa e de cargos e funções comissionadas das seções e subseções Judiciárias da 1ª Região e dá outras providências.
Resolução Presi 25 de 07/08	Prorroga o prazo para suspensão do peticionamento eletrônico, via e-Proc, em processos que tramitam em autos físicos na Justiça Federal da 1ª Região, definido nas Resoluções Presi 20, 22 e 23 de 2015.
Resolução Presi 26 de 13/08	Dispõe sobre o ajustamento da estrutura administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e dá outras providências.
Resolução Presi 27 de 31/08	Suspende parcialmente a Resolução Presi 26 de 13/08/2015, que dispõe sobre o ajustamento da estrutura administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e dá outras providências.
Resolução Presi 28 de 15/09	Disciplina a realização e o funcionamento do Projeto Piloto de Aceleração de Julgamento dos Recursos na 1ª Turma da 1ª Seção e no gabinete do desembargador federal João Batista Moreira, integrante da 5ª Turma da 3ª Seção, instituído pela Corregedoria Nacional de Justiça.
Resolução Presi 29 de 17/09	Autoriza, provisoriamente, a alteração da estrutura de funções comissionadas do gabinete da desembargadora federal Gilda M. Sigmaringa Seixas, durante o período de realização do Projeto Piloto de Aceleração de Julgamentos.
Resolução Presi 30 de 21/09	Revoga a Resolução Presi 28 de 15 de setembro de 2015, que dispõe sobre a realização e o funcionamento do Projeto Piloto de Aceleração de Julgamentos.



Número*	Assunto
Resolução Presi 31 de 07/10	Normatiza o Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região – SistCon, regulamenta a capacitação e o cadastramento de conciliadores, dispõe sobre a forma, tramitação e destino das reclamações pré-processuais no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região e dá outras providências.
Resolução Presi 32 de 22/09	Aprovar, <i>ad referendum</i> do Conselho de Administração, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, exigido pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, referente ao 2º quadrimestre de 2015, na forma do Anexo, bem como autorizar sua publicação no <i>Diário Oficial da União</i> e na internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida Lei.
Resolução Presi 32 de 29/09	Altera nomenclaturas de unidades administrativas, nos termos da Resolução Presi 26 de 13 de agosto de 2015.
Resolução Presi 33 de 30/09	Altera o Regimento Interno dos Juizados Especiais Federais, das Turmas Recursais e da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, aprovado pela Resolução Presi 17/2014.
Resolução Presi 34 de 30/09	Autoriza, provisoriamente, a alteração da estrutura de funções comissionadas do gabinete do juiz federal convocado Carlos Augusto Pires Brandão, durante o período de realização do Projeto Piloto de Aceleração de Julgamentos.
Resolução Presi 35 de 29/09	Altera a Resolução Presi 26 de 13 de agosto de 2015, que dispõe sobre o ajustamento da estrutura administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e dá outras providências.
Resolução Presi 36 de 12/11	Dispõe sobre a criação de Unidade Avançada de Atendimento da Justiça Federal em Tangará da Serra/MT.
Resolução Presi 37 de 01/10	Autoriza a compensação de horas não trabalhadas pelos servidores do TRF 1ª Região por motivo de greve (PLC 28/2015).
Resolução Presi 39 de 03/11	Revoga as Resoluções Presi 20, 22, 23 e 25, todas de 2015, em cumprimento à decisão do Conselho Nacional de Justiça proferida nos Procedimentos de Controle Administrativo de números, 3799-56, 2834-78 e 4818-60.
Resolução Presi 40 de 06/11	Altera a Resolução Presi 25 de 05/12/2014, que dispõe sobre o Sistema de Publicação dos Atos Judiciais e Administrativos da Justiça Federal da 1ª Região.
Resolução Presi 41 de 06/11	Institui a Segunda Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais para atuar, descentralizadamente, em julgamento de feitos previdenciários em grau de recurso, nos termos da Resolução Presi 23/2014, referendada e alterada pela Resolução Presi 5/2015.



Número*	Assunto
Resolução Presi 42 de 17/11	Regulamenta, no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região, o porte de arma de fogo para uso exclusivo de servidores que efetivamente estejam no exercício da atividade de segurança.
Resolução Presi 43 de 17/11	Altera a Resolução Presi/Secge 4 de 6 de fevereiro de 2014, que redefiniu os quadros de cargos efetivos e de funções comissionadas das turmas recursais permanentes dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região.
Resolução Presi 46 de 30/11	Dispõe sobre a alteração nas jurisdições da Subseção Judiciária de Sete Lagoas/MG e da Seção Judiciária de Minas Gerais.
Resolução Presi 47 de 02/12	Altera a Resolução Presi 24 de 21 de agosto de 2015, que dispõe sobre a delegação de competência aos diretores de Foro para administrar e organizar a estrutura administrativa e de cargos e funções comissionadas das seções e subseções judiciárias da 1ª Região e dá outras providências.
Resolução Presi 48 de 09/12	Altera o art. 2º da Resolução 37 de 01/10/2015 para prorrogar, na 1ª Região, o prazo de compensação das horas não trabalhadas por motivo de greve pela aprovação do PLC 28/2015.
Resolução Presi 49 de 15/12	Regulamenta a concessão de estágio a estudantes de cursos de pós-graduação no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 1ª Região.

\* Resoluções com numeração cancelada: 2, 3, 38, 44 e 45.

#### QUADRO 109 Portarias

Número	Assunto
Portaria Presi 12 de 13/01	Regulamenta a remessa à origem dos processos digitalizados e remetidos ao STJ e STF, nos termos da Resolução CJF 237/2013.
Portaria Presi 29 de 21/01	Dispõe sobre pausas preventivas relacionadas ao trabalho em sistemas eletrônicos.
Portaria Presi 38 de 23/01	Dispõe sobre a instalação da Turma Recursal Permanente dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Acre e dá outras providências.
Portaria Presi 42 de 26/01	Altera o art. 20 da Portaria Presi 467 de 17 de dezembro de 2014, que regulamenta procedimentos relacionados ao Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.



Número	Assunto
Portaria Presi 48 de 26/01	Fixa, com efeitos a partir de 01/01/2015, o valor do auxílio financeiro das bolsas de estágio e o valor do auxílio-transporte para estudantes de nível superior e médio do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Portaria Presi 49 de 27/01	Disciplina a remessa e a atribuição de processos, os procedimentos e demais providências para o funcionamento das Câmaras Regionais Previdenciárias da Bahia e de Minas Gerais.
Portaria Presi 54 de 29/01	Dispõe sobre procedimentos inerentes ao uso do controle eletrônico de frequência e do banco de horas, instituídos pela Resolução Presi 28/2014, alterada pela Resolução Presi 6/2105, no âmbito deste TRF 1ª Região.
Portaria Presi 56 de 02/02	Define o calendário de migração do e-DJF1 da Imprensa Nacional para o Sistema de Publicação dos Atos Judiciais e Administrativos da Justiça Federal da 1ª Região – Sepublic, instituído pela Resolução Presi 25 de 05/12/2014.
Portaria Presi 59 de 02/02	Fixa horário para atendimento aos servidores e ao público em geral nas Divisões de Cadastro de Pessoal (Dicap), Legislação de Pessoal (Dilep) e Pagamento de Pessoal (Dipag), da Secretaria de Gestão de Pessoas.
Portaria Presi 67 de 06/02	Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da 1ª Região para o triênio 2015 a 2017.
Portaria Presi/Corej 78 de 12/02	Dispõe sobre normas gerais para pagamento de custas judiciais, porte de remessa e retorno dos autos no âmbito da justiça federal e altera tabela de custas.
Portaria Presi 88 de 23/03	Convoca juízes federais para composição da Câmara Regional Federal Previdenciária de Juiz de Fora/MG, instituída pela Resolução Presi 11/2015, que alterou a Resolução Presi 23/2014.
Portaria Presi 92 de 26/02	Dispõe sobre a Rede de Governança da Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região, designando membros de comitês e gestores de metas e iniciativas nacionais.
Portaria Presi 96 de 27/02	Define critérios para a criação de siglas de unidades organizacionais no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.
Portaria Presi 97 de 27/02	Dispõe sobre o Glossário de Siglas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Portaria Presi 98 de 27/02	Dispõe sobre os lançamentos automáticos registrados no Sistema de Controle Eletrônico de Frequência nos dias 2, 3 e 18 de fevereiro de 2015 e dá outras providências.
Portaria Presi 107 de 10/03	Fixa o horário para atendimento aos magistrados, servidores e público em geral na Assessoria de Assuntos da Magistratura – Asmag.
Portaria Presi 108 de 10/03	Designa membros para a Comissão do XVI Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da 1ª Região.



Número	Assunto
Portaria Presi 111 de 10/03	Altera a Portaria Presi/Secge 227 de 9 de junho de 2014, que dispõe sobre cessão e requisição de servidores no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.
Portaria Presi 139 de 24/03	Institui comissão de sindicância.
Portaria Presi 141 de 23/03	Delega competência ao diretor-geral da Secretaria do Tribunal para autorizar a realização de serviço extraordinário.
Portaria Presi 151 de 27/03	Disciplina os eventos realizados por telepresença (videoconferência) no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região – JF1.
Portaria Presi 156 de 30/03	Torna público o cronograma de sessões ordinárias das Câmaras Regionais Previdenciárias da Bahia e de Minas Gerais para o 1º semestre de 2015.
Portaria Presi 162 de 07/04	Institui comissão de processo administrativo disciplinar.
Portaria Presi 177 de 20/04	Comissão de Processo Administrativo Disciplinar. Substituição de membro.
Portaria Presi Secor 178 de 20/04	Delega competência ao diretor-geral da Secretaria do Tribunal para acesso ao Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis da União – Sisrei.
Portaria Presi 180 de 22/04	Estabelece a composição do Comitê Gestor Regional da 1ª Região de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituído pela Resolução Presi 9/2015.
Portaria Presi 185 de 28/04	Altera a Portaria Presi 49 de 27/01/2015, que disciplinou a remessa e a atribuição de processos, os procedimentos e demais providências para o funcionamento das Câmaras Regionais Previdenciárias da Bahia e de Minas Gerais.
Portaria Presi 203 de 12/05	Institui Comissão Especial de Licitação para elaboração de edital e condução do procedimento licitatório destinado à construção de estruturas de concreto complementares, impermeabilizações, pavimentações, elementos de instalações hidrossanitárias sob o solo e execução de movimento de terra da nova sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Portaria Presi 210 de 18/05	Dispõe sobre a expansão da implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe nas seções e subseções judiciárias da 1ª Região no segundo semestre de 2015.
Portaria Presi 217 de 21/05	Altera a Portaria Presi 79/2015, que convoca juízes federais para composição das Câmaras Regionais Federais Previdenciárias da Bahia e de Minas Gerais, instituídas pela Resolução Presi 23/2014.



Número	Assunto
Portaria Presi 229 de 02/06	Institui comissão de processo administrativo disciplinar.
Portaria Presi 232 de 05/06	Altera a Portaria Presi 12/2015, que regulamenta a remessa à origem dos processos digitalizados e remetidos ao STJ e STF, nos termos da Resolução CJF 237/2013.
Portaria Presi 235 de 12/06	Altera a Portaria Presi/Secge 176 de 16/05/2014, com redação dada pela Portaria Presi 417 de 18/11/2014, que dispõe sobre o Comitê Gestor Regional, a Comissão Técnica Regional, as Comissões Técnicas Seccionais, o Núcleo Regional de Apoio e os facilitadores do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.
Portaria Presi 250 de 19/06	Altera a Portaria Presi 88 de 23 de março de 2015, que convoca juízes federais para composição da Câmara Regional Federal Previdenciária de Juiz de Fora/MG, instituída pela Resolução Presi 11/2015, que alterou a Resolução Presi 23/2014.
Portaria Presi 255 de 24/06	Dispõe sobre a delegação de competência aos diretores de Foro da 1ª Região para a concessão de pensão (arts. 215 a 225 da Lei 8.112/90).
Portaria Presi 257 de 24/06	Dispõe sobre o Exame Periódico de Saúde – EPS no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e das seções e subseções judiciárias vinculadas e dá outras providências.
Portaria Presi 272 de 13/07	Dispõe sobre as designações para substituição de magistrados após o 16º dia de afastamento do substituído, bem como sobre os procedimentos para elaboração, consolidação, envio e homologação das listas de substituição de que trata a Resolução CJF 341 de 25 de março de 2015, no âmbito do 1º grau da Justiça Federal da 1ª Região.
Portaria Presi 274 de 15/07	Dispõe sobre a delegação de competência aos diretores de Foro para os procedimentos de prorrogação dos prazos de requisição de servidores e empregados públicos no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região (seções e subseções judiciárias).
Portaria Presi 283 de 24/07	Altera a Portaria Presi 467 de 17 de dezembro de 2014, que regulamenta procedimentos relacionados ao Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.
Portaria Presi 285 de 24/07	Altera a Portaria Presi/Cenag 44/2010, que permite, independentemente de validação presencial, que usuários cadastrados no e-Proc tenham acesso na consulta processual às peças digitais pertinentes aos processos nos quais sejam parte ou representante e dá outras definições.



Número	Assunto
Portaria Presi 291 de 28/07	Altera a Portaria Presi 203, que institui a Comissão Especial de Licitação para elaboração de edital e condução do procedimento licitatório destinado à construção de estruturas de concreto complementares, impermeabilizações, pavimentações, elementos de instalações hidrossanitárias sob o solo e execução de movimento de terra da nova sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Portaria Presi 295 de 03/08	Altera a Portaria Presi 257/2015, que dispõe sobre o Exame Periódico de Saúde – EPS no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e das seções e subseções judiciárias vinculadas e dá outras providências.
Portaria Presi 311 de 13/08	Altera a Portaria Presi 92 de 26 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a Rede de Governança da Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região.
Portaria Presi 325 de 25/08	Prorroga a convocação de juízes federais para composição das Câmaras Regionais Previdenciárias da Bahia e de Minas Gerais, instituídas pela Resolução Presi 23/2014, alterada pela Resolução Presi 5/2015 e 11/2015.
Portaria Presi 336 de 01/09	Altera a Portaria Presi/Secge 176 de 16/05/2014, com redação dada pela Portaria Presi 417 de 18/11/2014 e alterada pela Portaria Presi 235 de 08/06/2015.
Portaria Presi 340 de 03/09	Dispõe sobre a expansão da implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe nas seções e subseções judiciárias do Amapá e do Amazonas.
Portaria Presi 345 de 14/09	Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de contracheque pelos servidores cedidos e requisitados no âmbito do Tribunal Regional Federal e das seções judiciárias da 1ª Região.
Portaria Presi/Secps 353 de 22/09	Estabelece que os cargos vagos e que vierem a vagar, nos quadros de pessoal deste Tribunal e das seções judiciárias da 1ª Região, nas especialidades declaradas em extinção, terão alterada a sua especialidade para Área apoio especializado, especialidade informática.
Portaria Presi 359 de 30/09	Dispõe sobre delegação de competência ao diretor-geral do Tribunal Regional Federal da 1ª Região para assinar o Relatório de Gestão Fiscal no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi, da Secretaria do Tesouro Nacional.
Portaria Presi 360 de 28/09	Altera a Portaria Presi 79 de 13 de fevereiro de 2015 e suas alterações posteriores, que convoca juízes federais para composição das Câmaras Regionais Federais Previdenciárias instituídas pela Resolução Presi 23/2014.
Portaria Presi 362 de 29/09	Dispõe sobre o Glossário de Siglas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Portaria Presi 363 de 29/09	Altera o Glossário de Siglas das seções e subseções judiciárias da Justiça Federal da 1ª Região.



Número	Assunto
Portaria Presi 366 de 01/10	Estabelece escala de plantão judicial no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 13 de outubro de 2015 a 31 de janeiro de 2016.
Portaria Presi 367 de 05/10	Prorroga a convocação de juízes federais para composição da Primeira Câmara Regional Previdenciária da Subseção Judiciária de Juiz de Fora, instituída pela Resolução Presi 23/2014, alterada pela Resolução Presi 5/2015 e 11/2015.
Portaria Presi 368 de 14/10	Dispõe sobre o recadastramento dos aposentados e dos pensionistas do TRF e da Justiça Federal de 1º grau da 1ª Região.
Portaria Presi 371 de 14/10	Dispõe sobre as instalações da sede do TRF 1ª Região.
Portaria Presi 375 de 23/10	Delega competência aos Comitês Institucionais de Planejamento Estratégico – Cipes do Tribunal e das seccionais para realizar as Reuniões de Análise da Estratégia – RAEs pelo menos quadrimestralmente.
Portaria Presi 379 de 19/11	Altera a composição da Comissão Examinadora do XVI Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da 1ª Região.
Portaria Presi 384 de 06/11	Altera a Portaria Presi/Secge 217 de 20 de junho de 2014, que institui a Biblioteca Digital do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e regulamenta a publicação de atos administrativos neste meio de divulgação.
Portaria Presi 385 de 06/11	Prorroga a cessão provisória de cinco funções comissionadas à Turma Recursal de Juiz de Fora.
Portaria Presi 390 de 06/11	Convoca juízes federais para composição da Segunda Câmara Regional Federal Previdenciária de Minas Gerais, instituída pela Resolução Presi 41/2015, que alterou a Resolução Presi 23/2014.
Portaria Presi 392 de 12/11	Aprova os Planos de Ação 2015/2016 do Tribunal e das seções judiciárias da Justiça Federal da 1ª Região e recomenda ações e procedimentos para a execução do Planej 2015-2020.
Portaria Presi 395 de 12/11	Dispõe sobre o remanejamento de função comissionada da Subseção Judiciária de Diamantino/MT para a Unidade Avançada de Atendimento – UAA em Tangará da Serra/MT.
Portaria Presi 396 de 12/11	Dispõe sobre a instalação da UAA de Tangará da Serra/MT.
Portaria Presi 397 de 12/11	Altera a Portaria Presi 467 de 17 de dezembro de 2014, que regulamenta procedimentos relacionados ao Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.
Portaria Presi 398 de 17/11	Estabelece o funcionamento dos serviços essenciais da área administrativa durante o recesso forense de 2015/2016, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.



Número	Assunto
Portaria Presi 400 de 17/11	Altera a Portaria Presi/Secge 227 de 9 de junho de 2014, que dispõe sobre cessão e requisição de servidores no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.
Portaria Presi 403 de 18/11	Altera a Portaria Presi 390 de 6 de novembro de 2015 no que se refere à forma de convocação dos magistrados para a 2ª Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais.
Portaria Presi 418 de 01/12	Institui comissão para apuração de possível infração disciplinar.
Portaria Presi 422 de 03/12	Regulamenta a utilização do Complexo de Hotelaria do Centro de Treinamento da Justiça Federal.
Portaria Presi 430 de 10/12	Dispõe sobre a modalidade de fornecimento de serviços de internet banda larga, fixa ou móvel para uso profissional pelos desembargadores federais do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Portaria Presi 442 de 17/12	Altera o Glossário de Siglas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região para adequar a nomenclatura do Núcleo do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região e corrigir erro material na estrutura e siglas da Secretaria de Gestão Estratégica.
Portaria Presi 443 de 17/12	Altera o glossário de siglas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região.
Portaria Presi 457 de 22/12	Dispõe sobre a implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe nas seções judiciárias de Mato Grosso, Piauí, Pará, Bahia e Minas Gerais e suas respectivas subseções judiciárias.

### QUADRO 110 Circulares Coger

Número	Assunto
Circular 1 de 13/01	Declaração de não exercício de atividade incompatível com a magistratura e magistério – Expediente Administrativo TRF1 n. 2007/00606 – DF (SEI 0000543–69.2015.4.01.8000) – Provimento Coger. 38.
Circular 2 de 16/01	Declaração de não exercício de atividade incompatível com a magistratura e magistério – Expediente Administrativo TRF1 2007/00606 – DF (SEI 0000543–69.2015.4.01.8000) – Provimento Coger 38 (Complementar à Circular Coger 1 de 13 de janeiro de 2014).
Circular 3 de 05/02	Orienta os juízes federais substitutos sobre a remessa de documentos à Coger para fins de vitaliciamento.



Número	Assunto
Circular 4 de 19/02	Reitera necessidade de utilização dos modelos de ofícios, em anexo, para peticionar à Coger a intercessão quanto ao cumprimento de cartas precatórias e outras diligências e para responder às solicitações análogas.
Circular 5 de 06/03	Portaria indicadora das datas sobre as quais recaem os feriados nacionais, estaduais e municipais.
Circular 6 de 16/03	Escala de férias – 2º semestre/2015.
Circular 7 de 16/03	Marcação de férias e elaboração da escala 2º semestre/2015.
Circular 8 de 20/06	Provimento Coger 109 de 6 de fevereiro de 2014.
Circular 9 de 21/07	Esclarece sobre a autoridade competente para apreciar pedido de compensação por dias de acúmulo de jurisdição não remunerados.
Circular 10 de 07/08	Declaração de não exercício de atividade incompatível com a magistratura e magistério – Expediente Administrativo TRF1 N.2007/00606 – DF (SEI 0000543–69.2015.4.01.8000.
Circular 11 de 20/08	Ao respaldo dos órgãos processantes da 1ª Região para encaminhamento, através do PJe, de cartas precatórias e mandados diretamente ao painel da Central de Mandados da Seção/Subseção deprecada – (SEI 0016745–24.2015.4.01.8000) – Provimento Coger 38/2009, com a redação dada pelo Provimento Coger 108/2014.
Circular 12 de 21/08	Consulta formulada quanto à “possibilidade de compensar folgas adquiridas com base na Lei 13.093/2015 e Resolução CJF 341/2015 no ano seguinte”.
Circular 13 de 04/09	Escala de férias – 1º semestre/2016.
Circular 14 de 04/09	Marcação de férias – 1º semestre/2016.

QUADRO 111  
Portarias Coger

Número	Assunto
Portaria 1 de 22/01	Define o período de 16 a 20 de março de 2015 para a realização de Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária de Roraima.
Portaria 2 de 22/03	Designa magistrados e servidores que participarão da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária de Roraima, no período de 16 a 20 de março de 2015.



Número	Assunto
Portaria 3 de 12/03	Define o período de 18 de maio a 2 de junho de 2015 para a realização de Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Pará (sede e Subseções Judiciárias de Altamira, Castanhal, Itaituba, Marabá, Paragominas, Redenção, Santarém e Tucuruí).
Portaria 4 de 12/03	Define o período de 18 de maio a 2 de junho de 2015 para a realização de Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Pará (sede e Subseções Judiciárias de Altamira, Castanhal, Itaituba, Marabá, Paragominas, Redenção, Santarém e Tucuruí).
Portaria 5 de 24/03	Define o período de 22 a 26 de junho de 2015 para a realização de Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Acre (sede e Subseção de Cruzeiro do Sul).
Portaria 6 de 24/03	Designa magistrados e servidores que participarão da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Acre (sede e Subseção Judiciária de Cruzeiro do Sul), no período de 22 a 26 de junho de 2015.
Portaria 8 de 06/05	Define o período de 6 a 10 de julho de 2015 para a realização de Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Amapá e Subseções Judiciárias de Laranjal do Jari e Oiapoque.
Portaria 9 de 06/05	Designa magistrados e servidores que participarão da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Amapá e Subseções Judiciárias de Laranjal do Jari e Oiapoque, no período de 6 a 10 de julho de 2015.
Portaria 10 de 21/05	Homologa a escala de férias dos juízes federais titulares e substitutos para o segundo semestre de 2015.
Portaria 11 de 12/06	Define o período de 27 de julho a 7 de agosto de 2015 para a realização de Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Piauí (Sede e Subseções Judiciárias de Corrente, Floriano, São Raimundo Nonato, Parnaíba e Picos).
Portaria 12 de 12/06	Designa magistrados e servidores que participarão da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Piauí (sede e Subseções Judiciárias de Corrente, Floriano, São Raimundo Nonato, Parnaíba e Picos), no período de 27 de julho a 7 de agosto de 2015.
Portaria 13 de 10/07	Define o período de 17 a 28 de agosto de 2015 para a realização de Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Amazonas (sede e Subseções Judiciárias de Tabatinga e Tefé).
Portaria 14 de 10/07	Designa magistrados e servidores que participarão da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Amazonas (sede e Subseções Judiciárias de Tabatinga e Tefé), o período de 17 a 28 de agosto de 2015.
Portaria 15 de 26/08	Define o período de 13 a 27 de outubro de 2015 para a realização de Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Mato Grosso (sede e Subseções Judiciárias de Barra do Garças, Cáceres, Diamantino, Juína, Rondonópolis e Sinop).



Número	Assunto
Portaria 16 de 27/08	Designa magistrados e servidores que participarão da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Mato Grosso (sede e Subseções Judiciárias de Barra do Garças, Cáceres, Diamantino, Juína, Rondonópolis e Sinop), no período de 13 a 27 de outubro de 2015.
Portaria 17 de 04/09	Instaura processo administrativo destinado à avaliação do juiz federal Pablo Enrique Carneiro Baldivieso, que completou mais de seis meses de exercício.
Portaria 18 de 04/09	Instaura processo administrativo destinado à avaliação da juíza federal substituta Roseli de Queiros Batista Ribeiro, que completou mais de seis meses de exercício.
Portaria 19 de 04/09	Instaura processo administrativo destinado à avaliação do juiz federal substituto Moisés da Silva Maia, que completou mais de seis meses de exercício.
Portaria 20 de 26/10	Define o período de 9 a 20 de novembro de 2015 para a realização de Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária de Rondônia (sede e Subseções Judiciárias de Vilhena, Ji-Paraná e Guajará-Mirim).
Portaria 21 de 09/11	Designa magistrados e servidores que participarão da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária de Rondônia (Sede e Subseções Judiciárias de Vilhena, Ji-Paraná e Guajará-Mirim), no período de 9 a 20 de novembro de 2015.
Portaria 22 de 04/11	Define o período de 30 de novembro a 18 de dezembro de 2015 e 11 de janeiro a 29 de janeiro de 2016 para a realização de Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária da Bahia (sede e Subseções Judiciárias de Alagoinhas, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Eunápolis, Campo Formoso, Feira de Santana, Guanambi, Ilhéus, Irecê, Itabuna, Jequié, Juazeiro, Paulo Afonso, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista).
Portaria 23 de 04/11	Designa magistrados e servidores que participarão da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária da Bahia (Sede e Subseções Judiciárias de Alagoinhas, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Eunápolis, Campo Formoso, Feira de Santana, Guanambi, Ilhéus, Irecê, Itabuna, Jequié, Juazeiro, Paulo Afonso, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista), no período de 30 de novembro a 18 de dezembro de 2015 e 11 de janeiro a 29 de janeiro de 2016.
Portaria 24 de 14/12	Designa magistrado e servidor que participarão da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária da Bahia, no período de 11 de janeiro a 15 de janeiro de 2016.
Portaria 25 de 01/12	Homologa a escala de férias dos juízes federais titulares e substitutos para o 1º semestre de 2016.



# MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TI

## OBJETIVO ESTRATÉGICO

Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal

Descrição do objetivo

Suprir as necessidades de infraestrutura tecnológica e de sistemas de informação visando à melhoria da satisfação dos clientes internos e externos da Justiça Federal em relação aos serviços de tecnologia da informação.

253

## REESTRUTURAÇÃO DOS CENTROS DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA 1ª REGIÃO

O projeto de reestruturação dos centros de processamento de dados da 1ª Região tem como objetivo principal estruturar os *datacenters* do Tribunal e das seções e subseções judiciárias com os equipamentos referentes à infraestrutura predial e demais condições requeridas para atender principalmente às necessidades referentes aos sistemas PJe e SEI. Em 2015 o projeto foi convertido em um programa. Cada seção e subseção terá seu próprio projeto.

A ação consta do Plano Quadrienal de Obras da 1ª Região, aprovado no dia 23 de maio de 2015, e da pré-proposta orçamentária da Justiça Federal da 1ª Região para 2016. O projeto faz parte das ações que serão custeadas com recursos dos convênios com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, com início em janeiro de 2016 e término em dezembro de 2019. Foi criada comissão para elaborar cronograma de implementação e definições sobre os projetos básicos.

## SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

Entre as ações voltadas para a busca de soluções tecnológicas, destacam-se:

- a) a conclusão da duplicação da capacidade dos circuitos de comunicação de dados de todas as localidades da 1ª Região;
- b) a substituição do dispositivo de segurança usado para controlar o acesso entre redes de computadores (*Firewall*), substituindo a solução existente, que não atendia às melhores práticas de mercado, e agregando novas funcionalidades aos acessos à internet, garantindo nível de segurança adequado para o ambiente computacio-



nal do TRF1, além de reduzir em grande monta a dependência de conhecimento nas equipes terceirizadas;

- c) o planejamento e a execução do projeto de migração dos bancos de dados Oracle 9i para Oracle 12c, denominado MIOR, conforme PAe 0003181-75.2015.4.01.8000, que visa à migração dos 26 bancos de dados em toda a Justiça Federal da 1ª Região, no período de 20 a 27/03/2016.

## OBJETIVO ESTRATÉGICO

Aperfeiçoar a governança de TI na Justiça Federal

Descrição do objetivo

Aperfeiçoar e consolidar conjuntos de estruturas organizacionais e de processos que envolvem a alta direção, as gerências de TI e as gerências de negócio nas tomadas de decisão sobre o uso de TI, para garantir o alinhamento entre as estratégias da JF e as operações das áreas de TI e de negócio.

254

## PLANEJAMENTO E INTEGRAÇÃO DO PJE COM OS SISTEMAS JUDICIAIS LEGADOS

Foi realizado o planejamento para integração do PJe com as seguintes rotinas dos sistemas legados: prevenção, Diário Eletrônico da JF1 – eDJF1, SCJF, Precatórios e RPV, emissão de certidões *on-line* e balcão, AJG e relatórios de inspeção e correição. Dessas integrações, foram concluídas a do PJe com o Diário Eletrônico da JF1 – eDJF1, possibilitando, assim, a publicação de documentos diretamente do PJe no diário eletrônico, 90% da integração do PJe com a prevenção dos sistemas legados, restando a inclusão de três campos que permitirão que o PJe apresente informações cadastrais mais completas dos processos que acusarem prevenção, de forma a facilitar a decisão da análise de prevenção. Também foi finalizada em sua totalidade pela equipe da Disij a integração do PJe com o Sistema de Cálculos da Justiça Federal – SCJF, mantido pelo TRF1. Estão em fase de desenvolvimento a integração com o RPV e Precatórios, a integração com a certidão *on-line* e de balcão e os relatórios de inspeção e correição.

## TRANSPARÊNCIA DE TI - TTI

Foi desenvolvido o portal de TI com o objetivo de dar transparência às atividades realizadas pelas unidades da TI da 1ª Região, abrangendo as ações estratégicas, a priorização das ações de TI pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI-TRF1, os planos de aquisição e distribuição de equipamentos, o portfólio de sistemas, a infraestrutura de TI, a gestão contratual, entre outros.



## GESTÃO DE DEMANDAS DE TI - GDTI

O projeto possui como objetivo melhorar a qualidade no atendimento e resolução das demandas recebidas na TI. Atua com foco em três grandes pilares: pessoas, processos e tecnologia. No pilar *pessoas*, foram realizados treinamentos e certificações nas melhores práticas ITIL, do módulo básico ao avançado. Em *processos* foram modelados sete processos dos nove planejados. Quanto a *tecnologia*, há planejamento para aquisição de solução que integre as áreas de atendimento, infraestrutura e desenvolvimento. Atualmente se encontra em fase de viabilidade.

## PLANEJAMENTO E IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE)

No ano de 2015, o sistema foi expandido para as seccionais do Acre, Amapá, Goiás, Maranhão, Rondônia, Roraima e Tocantins e respectivas subseções, contemplando, além das classes “mandado de segurança” (exceto em matéria criminal) e “ação monitoria” (incluindo os incidentes), a classe processual “suspensão de segurança” em processos originários do PJe. A inserção está prevista na Resolução Presi 17/2015, que alterou a Resolução Presi 22/2014 – documento que instituiu o PJe no âmbito da 1ª Região. Foi planejado o treinamento, a implantação e o trabalho assistido do PJe em 2016, no restante das seccionais e em suas respectivas subseções, contemplando as seguintes datas de implantação: SJAM (28/01), SJMT (07/04), SJPI (12/05), SJPA (09/06), SJBA (15/09) e SJMG (01/12). A infraestrutura foi ampliada com a aquisição de novos e robustos equipamentos. Também foi corrigido problema no PJe que impossibilitava o envio de processos para o 2º grau.

255

## SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI)

O SEI é o sistema de gestão dos processos administrativos digitais da 1ª Região. O Sistema, desenvolvido pelo TRF 4ª Região e adotado pelo TRF 1ª região, entrou em produção, em 2014, no TRF e seções judiciárias. O SEI permite a produção, a edição, a assinatura e o trâmite de documentos digitais, possibilitando a atuação simultânea de várias unidades em um mesmo processo, ainda que estejam distantes fisicamente, tornando o trabalho rápido e colaborativo. Em 2015 foi adquirida ferramenta para realizar correção ortográfica durante a digitação dos documentos gerados no sistema, previsto para entrar em funcionamento no primeiro dia útil de 2016. O SEI possui atualmente 143.801 processos (118.994 gerados em 2015) com 706.355 documentos gerados internamente (623.200 em 2015) e 773.369 documentos externos (668.867 em 2015).

## SISTEMA DE REGISTRO E ACOMPANHAMENTO DAS MOVIMENTAÇÕES PROCESSUAIS DE 1º GRAU

Permite o gerenciamento e o controle da tramitação dos processos judiciais de 1º grau.



Principais ações realizadas no sistema durante 2015: novo relatório de inspeção, contemplando os processos da vara e do JEF adjunto, quando houver, sejam do sistema Processual ou do sistema JEF Virtual;

- ajustes na pesquisa Prevenção integrada com o PJe;
- desenvolvimento das regras para utilizar o novo serviço de consulta de CPF/CNPJ do CJF;
- ajustes nas rotinas de cadastro de partes e de distribuição para pesquisar o CPF/CNPJ das partes a partir do serviço de consulta do CJF. O ajuste na rotina PJFVA1365 – agendamento de acervo de magistrado. Foi criada a opção de cancelar o agendamento e melhoria para não permitir retirada de magistrado do juízo sem ter outro substituto;
- ajuste na rotina de cadastro de protocolo para permitir cadastro de anos anteriores;
- determinado pelo PA: 0001228–76.2015.4.01.8000 Coger;
- criação do modelo do DNE dos Correios para utilização de todos os sistemas da JF e
- preparo para implantação da UAA de Tangará da Serra/MT.

## **SISTEMA DE PROCESSOS VIRTUAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E TURMAS RECURSAIS**

O sistema conta hoje com 2.315.495 processos digitais.

Principais implementações em 2015: ajustes na pesquisa prevenção integrada com o PJe; correção e integração entre JEF e Juris na remessa de processos da TR para a TRU:

- correção da base de dados do passivo;
- implementação da redistribuição por impedimento ou suspeição nas TRs de acordo com a Resolução Presi 17, art. 57;
- implementação do cadastro de agravos para processos originários de varas em localidades em que as turmas estão em bancos diferentes das varas (AP/PA e RR/AM);
- disponibilização da nova consulta processual utilizando as tabelas únicas de assunto e de classe do CNJ e
- alteração na consulta processual do JEF Virtual para novas regras de pesquisa via internet para possibilitar a visualização dos dados dos processos com critérios de visibilidade de partes. Será criada a funcionalidade de parte sigilosa, logo as pesquisas processuais poderão ser feitas com *status* de visualização irrestrita (dados completos) ou com *status* de restrição de visibilidade de partes (pública). As restrições por usuário serão feitas pela matrícula ou CPF, possibilitando a visualização pública ou irrestrita do processo;



- alterações na tela de tramitação para facilitar localização de processos nas caixas de tramitação com melhorias na mensagem e encaminhamento para a caixa correta;
- alteração na rotina de formatação de documentos para publicação, para adequar-se a publicação ao Sepublic;
- distribuição de MS para originários da TR – processo da turma recursal: cadastro/distribuição de processos, disponibilizadas todas as classes liberadas para a turma recursal, inclusive os mandados de segurança nos originários da TR (agravos);
- correção da situação das partes marcadas como *default* “Réu reabilitado” no formulário de cadastro de partes do processo;
- alteração no cadastro de partes para permitir alterar, incluir e excluir: corrigir a tela de cadastro de partes para permitir alteração dos dados do réu, como já é possível alterar os dados do autor e reformulação da tela “Alvará”, para resolver inconsistências de geração dos alvarás;
- correções nos relatórios e
- preparo para implantação da UAA de Tangará da Serra/MT.

## SISTEMA DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA FEDERAL - SCJF, ANTIGO SNCJ

O Sistema de Cálculos da Justiça Federal permite a elaboração de cálculos judiciais relacionados a processos da Justiça Federal.

Principais atividades realizadas em 2015:

- integração do SNCJ com o sistema PJE;
- módulo “Reajuste de férias” – permite a edição no número de dias de férias: professores têm direito a 45 dias;
- módulo “Precatórios” – retirada das colunas de ressarcimentos e honorário em virtude de nova funcionalidade. Módulo “Benefício Previdenciário: opção de desdobramento do benefício” – permite inclusão de salário benefício/média/RMI manualmente (evolutiva);
- “Carga” – criação de tela para a execução da carga/consulta/deleção dos arquivos do Siape, encaminhados pelo Serpro;
- aperfeiçoamento dos procedimentos de vinculação de subseção a seção;
- módulo “Encadeamento”: permite a criação de encadeamentos “Padrão” para facilitar a busca dos encadeamentos mais utilizados.



## OUTROS SISTEMAS

QUADRO 112  
Outros sistemas

Biblioteca Digital do TRF 1ª Região (Dspace)	Implantado o repositório oficial dos atos administrativos do TRF1 – reúne e divulga a documentação institucional em acervos específicos, unificando as ferramentas de pesquisa. Os atos judiciais deixaram de ser publicados na Imprensa Nacional e foram incorporados à Biblioteca Digital do TRF 1ª Região. Ocorreu também a integração dos sistemas legados com o novo processo de publicação. O uso do sistema foi estendido a todas as seccionais em 2015.
Sistema de Controle Eletrônico de Frequência	O ponto eletrônico foi implantado no TRF, com sucesso, em 2015 e foram realizadas várias integrações com o sistema de RH.
Eleição Assejufe	O sistema utilizado em 2015 foi adaptado para as novas eleições, possibilitando a concorrência de duas chapas representantes.
Consulta processual	Permite acesso aos dados processuais da 1ª Região e aos documentos dos processos digitais. Foi iniciado o desenvolvimento de nova forma de acesso aos dados processuais por meio de um único procedimento, o que permitirá otimização da consulta e maior agilidade na manutenção do sistema. De acordo com a ferramenta de análise de tráfego <i>Google Analytics</i> , foram registradas, no ano de 2015, as seguintes informações: 35.770.969 sessões abertas, 12.345.820 usuários e 260.078.690 visualizações de páginas.
E-Proc – Sistema de Peticionamento Eletrônico	Permite encaminhar petições via internet à Justiça Federal da 1ª Região, tanto para processos digitais quanto para os físicos. Principais atividades realizadas em 2015: correção na finalização de petições em lote nos casos em que os arquivos não são confirmados, mas foram gravados nos servidores do TRF1, e bloqueio das classes que entram em produção no ano de 2015 no sistema PJe.
Precatórios/requisição de pagamento	Principais ações realizadas no sistema em 2015: envio dos precatórios a pagar em 2016 para o CNJ — Sistema gestão de precatórios; ajustes nas rotinas do sistema de precatórios para permitir o pagamento dos precatórios residuais, conforme determinação do ministro Luiz Fux, na Ação Cautelar 3764/DF; ajustes nas rotinas para separar os valores principais e juros dos precatórios tributários, bem como a inclusão da taxa Selic para correção desses precatórios; ajustes nas rotinas de autorização de pagamento, com a inclusão de totalizados com pessoa física e jurídica conforme plano de contas; ajustes nas rotinas para permitir gerar mais de uma parcela dos precatórios parcelados. Anteriormente, permitia incluir apenas uma parcela por ano; ajustes na aplicação e-precweb para utilizar o novo serviço de consulta de CPF/CNPJ do CJF e ajuste nas rotinas do controle interno (PCRAJPP1 e PP2).
Jurisprudência	Principais implementações em 2015: programa de carga das decisões monocráticas da internet na base de dados para viabilizar o envio de decisões para o CJF; adequações para Câmaras Previdenciárias – CRPs; implementação do envio dos arquivos de decisões monocráticas à Cojud com data de publicação e implantação do programa para registro de decisões monocráticas do 2º grau.



<p>Juris – Sistema de Acompanhamento de Processos Judiciais do TRF 1ª Região</p>	<p>Permite o gerenciamento e o controle da tramitação dos processos judiciais de 2º grau. Principais atividades realizadas em 2015: ajuste no sistema para tratar CRPs (rotina de atribuição automática com manutenção do equilíbrio entre os juízes (homologação parcial); ajuste no sistema para tratar PAJ (Projeto de Aceleração de Julgamento – CNJ); Siman (ajuste para atender CRPs, possíveis novas turmas suplementares); consulta processual com regras de visibilidade nos processos e partes do processo (construção de mecanismo único para atender à <i>web</i> e sistemas legados), peticionamento cruzado; criação de mecanismo cruzado para não permitir peticionamento via e-proc e demais sistemas; certidão eleitoral (utilizando modelo de integração) e ajustes na Pesquisa prevenção integrada com o PJe.</p>
<p>Publicação</p>	<p>Principais atividades realizadas em 2015: alteração nas 10 rotinas de formatação de documentos para publicação, para adequar-se à publicação no Sepublic. Programas afetados: GDoc e Envio Eletrônico v1 e v2 (2º grau), Processual, Juris e Publicações Administrativas.</p>
<p>Envio eletrônico</p>	<p>Principais atividades realizadas em 2015: adequações: Envio Eletrônico v1 e v2 para remeter publicações das Câmaras Previdenciárias – CRPs; correções na lista de publicação no Envio V2, para resolver problemas de perdas na lista e adequações para PPAJs.</p>
<p>Serviços</p>	<p>Os serviços setoriais são programas que rodam automaticamente ou que disponibilizam alguma funcionalidade ao usuário. Principais atividades realizadas em 2015: correções no programa de cópia de arquivos para internet; implantação de <i>logon</i> automático nos servidores de serviço do Gdoc e demais serviços setoriais; alteração do programa de gera base; alterações feitas no programa de geração de etiquetas para cadastrar processos antigos dos arquivos das seções judiciárias.</p>
<p>E-Ouvidoria e Siouv – Sistema para gerenciamento de manifestações cadastradas pelos usuários da Justiça Federal</p>	<p>O e-Ouvidoria atendia às manifestações destinadas a assuntos judiciais enquanto o Siouv atendia à Ouvidoria Administrativa. Em 2015 os sistemas entraram em desuso com a habilitação do módulo de ouvidoria do SEI. Apenas duas solicitações via e-Sosti foram atendidas.</p>
<p>E-Eleição – Sistema de Eleições Eletrônicas do TRF1</p>	<p>Em 2015 foi desenvolvido novo sistema de eleição e os problemas enfrentados nas eleições anteriores foram corrigidos e não foram relatados novos problemas durante a realização de novas eleições.</p>
<p>Sistema Corregedoria Regional – Sistema de Acompanhamento de Expedientes Administrativos Físicos</p>	<p>O Sistema de Corregedoria é um sistema similar ao Sispra. Por seus documentos serem geralmente de natureza sigilosa, foi decidido utilizar um sistema em separado para tratar apenas desse tipo de processos. Com a entrada do SEI na 1ª Região, o Sistema da Corregedoria entrou em desuso, funcionando apenas para os expedientes físicos criados anteriormente ao SEI. Em 2015 foram atendidas apenas três solicitações via e-Sosti para o sistema.</p>



SARH – Sistema de Administração de Recursos Humanos	Permite o gerenciamento dos dados funcionais de magistrados, servidores estagiários e mantém o cadastro dos voluntários, prestadores de serviços, conciliadores etc. As principais melhorias realizadas foram: atualização dos programas da atuária para adequação ao novo leiaute; criação de rotinas para varas, subseções e turmas recursais no sistema; reestruturação administrativa de várias unidades administrativas; melhorias nas rotinas de geração de AQ; melhoria nas rotinas de gerência de estagiários; geração de relatórios diversos para atendimento das necessidades das unidades; melhoria nas diversas telas do sistema para implementar a usabilidade e acréscimo de novas informações, bem como nos vários relatórios; foi desenvolvida a integração com o ponto eletrônico; foi criada rotina que permitiu à Asmag atualizar as competências das varas, além de redefinir todos os relatórios do portal da magistratura.
SFP – Sistema de Folha de Pagamento	Realiza o cálculo da folha de pagamento dos servidores e magistrados ativos, inativos e pensionistas. Permite a disponibilização de relatórios gerenciais financeiros, a manutenção e controle das informações e a exportação de informações para sistemas externos (DIRF – RAIS – GFIP). As principais melhorias realizadas foram: alteração do procedimento de importação de dados do SARH; elaboração de programa para cálculo de diferença entre folhas; automatização no cálculo de diferença de substituição de função; melhorias no sistema para atender às regras da DIRF, inclusive do Pro-social; elaboração de novas funcionalidades para reajustes de valores em folha com base em regras; automatização no cálculo de diferença de progressão funcional; alteração das regras de compensação de remuneração de férias; alteração nas regras do cálculo de contribuição do Pro-social; melhoria nas diversas telas do sistema para aprimorar a usabilidade e acréscimo de novas informações, bem como nos vários relatórios.
E-Orçamento – Sistema de Controle de Despesas e Execução Orçamentária	Desenvolvido com integração ao Siafi, o que evita ações repetitivas nos controles orçamentários. Finalizado o projeto de captação da proposta e o módulo de transparência para o CNJ.
E-Sisad – Sistema de Gestão e Controle de Processos e Documentos Administrativos Digitais	Sistema de gestão e controle de processos e documentos administrativos digitais. O e-Sisad entrou em desuso com a entrada do SEI, mas os processos e documentos criados anteriormente ao SEI continuam tramitando no sistema.
Sicam – Sistema de Aquisição e Controle de Bens e Serviços	Está previsto para o início de 2016 aperfeiçoamento no módulo de depreciação, a fim de corrigir pequenas diferenças entre o Sicam e o Siafi.
Sistema de Magistrados	Sistema responsável pela gestão de magistrados no âmbito da 1ª Região. Em 2015 foram realizadas melhorias referentes às rotinas de férias de magistrados, cadastro de atividades incompatíveis e de magistério e também foram iniciadas as alterações relativas ao plantão de magistrados.
E-AVS – Sistema de Autorização de Viagem a serviço	Utilizado para gerenciar os procedimentos efetuados na realização de viagem a serviço, controlar os valores adiantados para as diárias, o suprimento de fundos, a prestação de contas e controle de passagens. Foram realizadas algumas melhorias no sistema, como adaptação à nova tabela de valores de diárias, novas regras para uso da indenização de embarque/desembarque e inclusão de múltiplos trechos em uma única AVS.



Conjufes – Sistema de Concurso para Juízes Federais Substitutos	Permite gerenciar as etapas de provas de títulos e oral dos candidatos a juiz federal substituto do TRF1. Entre as principais melhorias ocorridas no sistema, temos: a definição da comissão do concurso; o sorteio dos grupos de candidatos para a realização de provas orais; o sorteio de pontos/assuntos a serem utilizados nas provas orais.
Conjufes web – Sistema de Concurso para Juízes Federais Substitutos	Principal atividade realizada em 2015: adaptação do sistema ao XVI Concurso de magistrados.
Educador Judiciário	Trata-se de formulário para cadastro de banco de dados de instrutores internos habilitados a ministrar cursos e/ou palestras na modalidade presencial (denominado instrutor) ou a distância (denominado tutor) no âmbito TRF1. O sistema está em fase de homologação.
TRF1Doc – Sistema de Edição de Textos do e-Jur	Foi disponibilizada a correção de exclusão de documentos apenas por quem realizou a assinatura do documento. A aplicação também foi disponibilizada para os usuários de 2º grau (turmas) do TRF1. Foi implementada a possibilidade de catalogação de documentos a partir do TRF1Doc, mesmo após a assinatura do documento. Foi disponibilizada a possibilidade de remover a numeração automática de páginas da rolagem única de documentos avulsos. Foi disponibilizado mecanismo que permite que o Núcleo de conciliação faça catalogação de documentos pertencentes a processos de outras varas.
E-CVD – Sistema Catalogador Virtual de Documentos do e-Jur	Foi implementada a exclusão de documento catalogado apenas por quem assinou o documento. Foi disponibilizado mecanismo que possibilita a catalogação de documentos a partir do TRF1Doc, mesmo após assinatura do documento.
G-Doc – Sistema Gerenciador de Documentos	Principais implementações em 2015: adequação do G-Doc para trabalhar com as Câmaras Previdenciárias – CRPs; criação do campo de última observação na pesquisa do G-Doc; adequações para PPAJs e correção de formatador de publicações do G-Doc.

## OUTRAS AÇÕES DE TI

Foi revisado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da 1ª Região para o triênio 2015-2017, em consonância com as orientações do CJF e do CNJ, sendo um instrumento alinhado ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal – PE-JF e ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PETI-JF, para estabelecer vínculo entre as metas estratégicas e as ações táticas de TI necessárias ao alcance dos objetivos e das metas propostas.

Outra medida foi a elaboração do Plano de contratação de soluções de TI da Justiça Federal da 1ª Região – PCSTI 2016, focado no atendimento das ações, objetivos e metas constantes na Estratégia da Justiça Federal 2015-2020 (PEJF e Peti) e do PDTI-TRF1 2015-2017.



Disseminou-se o processo de planejamento de contratações de soluções de TI seguindo a metodologia do MCTI – Modelo de contratação de soluções de TI do CJF, bem como prestado apoio técnico na realização das licitações de TI.

Além disso, foi realizado o treinamento das áreas de Governança e Gestão de TI em ITIL, com o objetivo de adequar os processos de trabalho da Secin às melhores práticas.

## **MODELO DE GOVERNANÇA DE TI (MGTI)**

Iniciada a elaboração e a revisão das diversas normas que envolvem o uso dos sistemas e infraestrutura de TI instalados no TRF1, com o objetivo de criar um normativo consolidado para disciplinar todos os aspectos referentes à Tecnologia da Informação. Estão sendo analisadas as políticas de segurança da informação elaboradas pela Seção de Segurança da Informação, que, a princípio, tratam dos temas utilização de recursos de TI, controle de acesso lógico e acesso físico.

## **SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

Realizou-se o diagnóstico de segurança do TRF 1ª Região – tendo em vista o Processo Administrativo 5.289/2014/TRF1, cujo assunto é “Diagnóstico Exaustivo das Condições de Segurança dos Serviços Informatizados da Justiça Federal da 1ª Região”, foi iniciado o levantamento para subsidiar a análise do ambiente de segurança da informação da 1ª Região. Para realizar o trabalho, está sendo utilizada a norma ISO/IEC 27005 (Tecnologia da Informação, Técnicas de Segurança, Sistema de Gestão de Segurança da Informação, Gestão de Riscos). A norma apresenta boas práticas para gerenciamento de riscos de segurança da informação nas organizações. A primeira análise de risco realizada diz respeito ao CPD do TRF 1ª Região.

Foi ainda realizada a análise de vulnerabilidades nas seções – algumas seções judiciárias do TRF 1ª Região (AM, BA, DF, GO, MG, MT, PA e RR) publicam serviços na internet, os quais são mantidos em servidores *web* nas próprias seções. Essas máquinas possuíam vulnerabilidades que poderiam ser atacadas e conseqüentemente poderiam colocar em risco a rede do Tribunal. Em 2014 havia sido executado um procedimento de varredura nesses servidores e encaminhou às seções judiciárias os resultados, juntamente com as medidas que deveriam ser tomadas para correção. Em 2015 as correções foram realizadas por meio de duas medidas: em alguns casos, os serviços foram migrados para o portal do TRF 1ª Região, hospedado em Brasília/DF; em outros casos, as correções sugeridas foram aplicadas e uma nova varredura executada para certificar que os serviços não apresentam mais riscos de vulnerabilidade.

## **AÇÕES DE CAPACITAÇÃO**

Os servidores da TI participaram de diversos eventos de capacitação, com destaque para os seguintes:

- a) ITIL – Information Technology Infrastructure Library;



- b) PHP 5.5 com orientação a objetos;
- c) implantação de Help Desk/Service Desk com fundamentos na ITIL;
- d) Windows Server 2012;
- e) tratamento de incidentes de segurança da informação;
- f) contratação de soluções de TI;
- g) 15º Encontro de Gerenciamento de Projetos em Brasília;
- h) 10º Congresso de Inovação no Poder Judiciário 2015 – Conip;
- i) *Storage VNX 5500*;
- j) Oracle Linux Administration;
- k) Oracle Linux Advanced;
- l) Oracle Virtualization.

## **RELATÓRIO DE INDISPONIBILIDADE**

Sistema de consulta de informações sobre indisponibilidade de sistemas do TRF1. Principal ação realizada em 2015: melhoria no sistema de modo a filtrar o resultado da busca e fornecer a informação de forma mais transparente e completa para os usuários.

263

## **CERTIDÃO NEGATIVA**

Principais ações realizadas em 2015: novas chamadas para o serviço do CJF de consulta a CNPJ e CPF e novo captcha.

## **NOVO TAA**

Principais ações realizadas em 2015: aprovação do documento de arquitetura e criação dos servidores do sistema.

## **MIGRAÇÃO DE DADOS EXISTENTES NOS SISTEMAS LEGADOS PARA O PJE**

Foi realizada POC de migração de dados do sistema e-Jur da SJDF. Setenta por cento dos processos foram migrados e 30% necessitam de ajustes nos registros para realizar sua migração.

## **DESCENTRALIZAÇÃO DO ACESSO À INTERNET**

Iniciada a instalação da solução de *Firewall* na Seção Judiciária de Minas Gerais, contratada em 2014. A implantação da solução propiciará realização de projeto piloto de descentralização do acesso à internet, bem como utilização deste acesso como contingência a eventuais falhas da rede WAN. O sucesso deste projeto contribuirá para o aumento da disponibilidade de acesso a sistemas centralizados, como SEI e PJe, bem como desonerar o circuito de comunicação WAN.



## MIGRAÇÃO DO DOMÍNIO E MENSAGERIA

Iniciado projeto visando à migração do domínio Microsoft de autenticação de usuários e computadores para as versões mais atuais dos sistemas operacionais, cuja aquisição foi concluída no decorrer de 2014. O projeto prevê, além de atualização dos servidores de aplicação e de mensageria (*Exchange*), a migração do domínio MSAD, preparando os ambientes para futura consolidação.

## GESTÃO DE INFRAESTRUTURA VIRTUALIZADA

Migração de 51,8% das máquinas virtualizadas para a versão 5.5 do *software* de gestão de infraestrutura virtualizada (*VMware vSphere Hypervisor – ESXi*). Essa tecnologia permite otimizar a utilização de recursos computacionais, aumento da disponibilidade de serviços e redução no tempo de recuperação de serviços e sistemas decorrentes de falhas de *hardware*. Atualmente a infraestrutura virtualizada da 1ª Região conta com 246 máquinas físicas, que abarcam 1.291 máquinas virtuais, distribuídas da seguinte forma em relação ao *software* de gestão: *ESXi versão 4.1*: 179 máquinas físicas, 622 máquinas virtuais; *ESXi versão 5.5*: 67 máquinas físicas, 669 máquinas virtuais. Em 2016 espera-se realizar a migração dos servidores das seções do Acre, Amazonas e Amapá, além de algumas subseções, cuja ordem de migração será definida por meio de análises estatísticas de demanda computacional. Os agrupamentos de virtualização (*pools*) foram criados ou reorganizados para melhor administração e desempenho, totalizando nove *pools*: arquivos, PJe, SEI, segurança, produção 01, homologação 02, produção 03, produção WEB 01, produção WEB 02.

264

## GESTÃO DE SERVIDORES DE BANCO DE DADOS

Em 2015 foram realizadas as seguintes ações relacionadas à gestão de servidores de bancos de dados: planejamento e estudos para contratação do EnterpriseDB para o PJe; migração dos bancos de dados para os novos *storages*, com exceção apenas da SJMG e do TRF1; migração dos bancos de dados do PJe para novos *storages* e novos servidores; migração do banco de dados da SJBA para o ambiente OVM; criação de ambiente clone dos bancos de dados do PJe; melhoria no monitoramento da replicação de dados.

## SUSTENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

Instalação, configuração e manutenção de equipamentos nos 97 Centros de Processamento de Dados da 1ª Região, destacando a substituição de unidades de armazenamento de dados (*storages*), servidores e ativos de rede obsoletos e sem garantia, além da disponibilização do 98º CPD da 1ª Região em Tangará da Serra/MT. Entre as ações realizadas, destacam-se as seguintes manutenções ou reestruturações de ambientes:

- instalação de 19 *storages* nas subseções, de acordo com os contratos 45/2013, 75/2013 e 28/2014;



QUADRO 113  
Instalação de *storages* nas subseções judiciárias

JFMG	Lavras	Passos	Pouso Alegre	São João del-Rei
	Divinópolis	Juiz de Fora	Patos de Minas	Uberaba
	Uberaba	São Sebastião do Paraíso	Uberlândia	
JFMT	Cáceres	Sinop		
JFBA	Jequié	Eunápolis		
JFPA	Santarém	Castanhal		
JFAM	Tabatinga			
JFGO	Aparecida de Goiânia			

- Instalação de 22 novos servidores DELL R720 nas subseções, de acordo com o contrato 08/2013;

QUADRO 114  
Instalação de servidores nas subseções judiciárias

JFMT	Rondonópolis		
JFBA	Campo Formoso	Eunápolis	Juazeiro
JFMA	Caxias	Imperatriz	
JFAM			
JFPA	Castanhal		
JFMG	Passos	São Sebastião do Paraíso	Ipatinga
JFRO	Ji-Paraná		

- instalação de 29 novos servidores para substituição de *blades* nas seções judiciárias, utilizando o contrato 22/2015. Orientação remota para instalação dos servidores: Seção Judiciária de Minas Gerais, Seção Judiciária da Bahia, Seção Judiciária de Goiás, Seção Judiciária do Distrito Federal, Seção Judiciária do Maranhão, Seção Judiciária de Mato Grosso, Seção Judiciária do Pará, Seção Judiciária de Rondônia, Seção Judiciária de Roraima;
- instalação de oito servidores para o projeto OVM nas seções judiciárias. Orientação remota para instalação dos servidores: Seção Judiciária da Bahia, Seção Judiciária do Amazonas, Seção Judiciária de Rondônia, Seção Judiciária de Mato Grosso, Seção Judiciária do Maranhão;



- expansão da infraestrutura dos sistemas PJe e SEI: instalação de novos servidores DELL R820 no CPD do TRF1;
- JFMT – reestruturação, virtualização de servidores físicos para virtual, retirada de servidores fora de garantia, instalação de equipamentos e migração de servidores *blade* para servidores físicos;
- planejamento de contratação de *storages*;
- planejamento de contratação de *blades*;
- planejamento de contratação de *switches*;
- planejamento de topologia de rede para o novo CPD – nova sede TRF1;
- extensão da rede SAN FC do TRF1;
- instalação de novos *switches* de Rack no CPD: operacionalização dos *switches* e integração destes na topologia da rede SAN;
- configuração e envio de *switches* nas Seções Judiciárias da Bahia (20) e do Amazonas (30);
- organização dos Racks WAN 1, 2 e 3 e Rack de Gerência no CPD do TRF1;
- reorganização de cabeamento no CPD do TRF1;
- reestruturação dos Centros de Processamento de Dados da Seção Judiciária de Mato Grosso e da Subseção Judiciária de Uberlândia;
- padronização de acesso à rede WiFi no TRF1;
- interligação entre os prédios do TRF1 via Serpro;
- duplicação dos *links* da Embratel;
- apoio e suporte na mudança e administração de algumas redes do STF para o TRF1 (mudança BGP);
- implantação de *software* de monitoria da HP (IMC) para a equipe de redes e comunicação de dados;
- apoio na instalação do projeto de VoIP da SJBA;
- instalação e configuração dos novos servidores de Exchange 2007 nas seções judiciárias;
- migração do Exchange 2003 para a versão 2007 nas seções judiciárias;
- migração do Exchange 2007 para a versão 2010 no TRF1;
- coordenação para filtros de *spam* no recebimento de mensagens do TRF e seções judiciárias;



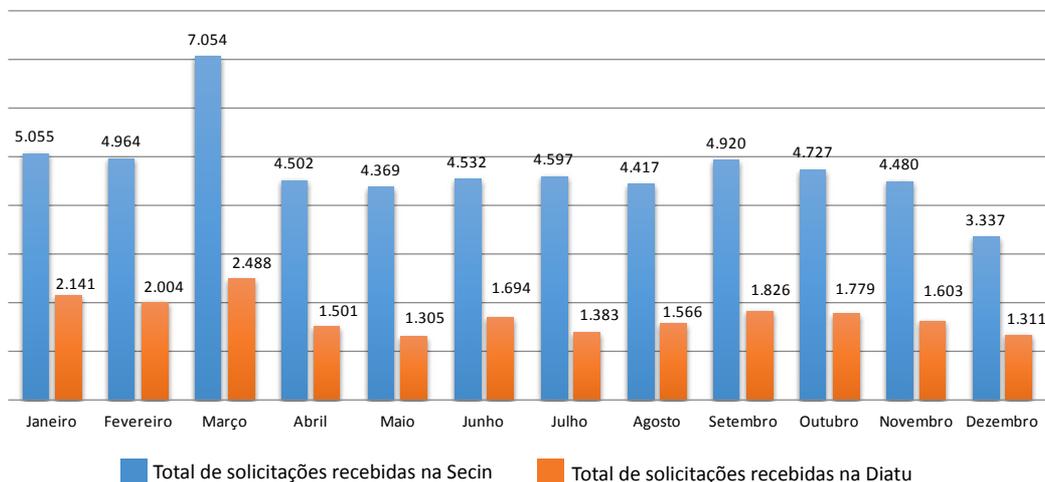
- orientação e suporte ao VoIP para as seções judiciárias e TRF1;
- integração da ferramenta de mensagem instantânea (Spark/Pandion) entre todas as localidades;
- realização de POC para a ferramenta System Center Configuration Manager em conjunto com a Diatu;
- instalação e configuração da ferramenta Introscope;
- administração de autenticação de servidores e estações de trabalho do TRF1, seções e subseções judiciárias;
- administração de atualização de servidores e estações de trabalho;
- administração de políticas de segurança internas, tais como: diretivas de estações de trabalho; inclusão de ícones, papéis de parede e outras políticas determinadas pela administração; diretivas de servidores de aplicação (Windows/Linux); restrição de acesso aos servidores de aplicação, política de uso desses servidores;
- proibição de gravação indevida nos servidores de arquivos (W:\, G:\, U:\), criação de cotas de uso de determinadas pastas, quando solicitado pela administração;
- substituição dos servidores de aplicação com Windows Server 2003 para a versão 2008 das subseções judiciárias da Bahia que ficam localizados no TRF1;
- administração dos servidores de arquivos, aplicação, *web*, impressão, *backup*, VoIP;
- migração do W, DRS/PSS das seções e subseções judiciárias para os novos *storages*;
- suporte aos sistemas do TRF1 a ferramentas de terceiros utilizados pelo TRF1;
- administração de *backup* de dados de servidores do TRF1 e seções/subseções judiciárias: verificação de políticas de *backup*; criação de novas políticas;
- administração e monitoramento dos servidores de *backup* do TRF1 e seções/subseções judiciárias;
- suporte e apoio ao Sistema Dspace na Dibib;
- suporte e apoio ao Sistema EAD na Seuni.

## ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS

Até dezembro de 2015, foram registrados no e-Sosti o total de 56.954 solicitações. Deste total, finalizou-se o atendimento em 20.601, correspondendo a 36% de serviços de informática.



GRÁFICO 20  
Estatísticas de atendimento aos usuários



## AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

No exercício de 2015, foram realizadas diversas contratações que apresentam o montante de aproximadamente R\$ 28 milhões, voltadas ao atendimento de necessidades dos usuários de serviços de tecnologia da informação. Destacam-se as constantes do quadro a seguir:

QUADRO 115  
Aquisições e contratações de TI

Objeto da contratação	Descrição/justificativa do objeto
Aquisição de microcomputador	Aquisição de microcomputador para a JF da 1ª Região em quantidade suficiente para dotar cada magistrado, servidor e demais colaboradores com um microcomputador, com vistas a garantir o cumprimento da política de nivelamento de infraestrutura de TI definida pelo CJF para a Justiça Federal e a substituição de equipamentos fora da garantia ou com defeito.
Aquisição de <i>notebook</i>	Aquisição de <i>notebook</i> para as seções judiciárias, com vistas a garantir o cumprimento da política de nivelamento de infraestrutura de TI definida pelo CJF para a Justiça Federal e a substituição de equipamentos fora da garantia ou com defeito.



Objeto da contratação	Descrição/justificativa do objeto
Aquisição de leitor de código de barras	Aquisição de leitor de código de barras para a JF da 1ª Região, para substituir equipamentos fora da garantia ou com defeito.
Aquisição de <i>token</i>	Aquisição de <i>token</i> para a JF da 1ª Região, para substituir equipamentos fora da garantia ou com defeito.
Aquisição de mesa de som, <i>webcam</i> , microfone, hub USB e câmera de ambiente	Aquisição de equipamentos, licença e suporte para expandir a solução de gravação audiovisual, dotando todas as salas de audiências e de sessão da JF da 1ª Região, com vistas a garantir o cumprimento da política de nivelamento de infraestrutura de TI definida pelo CJF para a Justiça Federal e a substituição de equipamentos fora da garantia ou com defeito.
Aquisição de placa de captura de imagem	
Aquisição de fita de <i>backup</i>	Substituição, no parque computacional da 1ª Região, dos itens que se encontram fora da garantia, obsoletos ou com defeito.
	Ajuste das soluções de <i>backup</i> implantadas às características dos sistemas de informação.  Nivelamento de infraestrutura de TI da Justiça Federal.
Aquisição de servidor de rede – em <i>rack</i>	Substituição, no parque computacional da 1ª Região, dos itens que se encontram fora da garantia, obsoletos ou com defeito.  Implantação da redundância de processamento e armazenamento de dados nas seções judiciárias e TRF1.  Expansão da utilização dos sistemas de informação.  Nivelamento de infraestrutura de TI da Justiça Federal.
Aquisição de unidade de armazenamento de dados – <i>storage</i>	
Aquisição de ativo de rede ( <i>switch</i> ) – <i>core</i>	
Licenciamento de corretor ortográfico para o SEI	Aquisição de licença do <i>software</i> para ser incorporado no sistema SEI para correção ortográfica.
Licenciamento de <i>softwares</i> de editoração eletrônica	Renovação do suporte atualmente vigente e garantia de atualização, bem como adequação do licenciamento à efetiva demanda e infraestrutura instalada na JF da 1ª Região de diversos <i>softwares</i> de editoração eletrônica do Adobe.
Licenciamento de sistema de gravação de audiência	Aquisição de licença de <i>software</i> para expandir a solução de gravação audiovisual DRS para todas as salas de audiências do TRF1 e seções e subseções.  Nivelamento de infraestrutura de TI da Justiça Federal.



Objeto da contratação	Descrição/justificativa do objeto
Ferramentas e componentes de infraestrutura de TI	Ferramentas para manutenção corretiva dos equipamentos de microinformática que não possuem mais assistência técnica da garantia e que estão instalados e em uso no âmbito do TRF 1ª Região, composto atualmente por cerca de 2.200 microcomputadores.
Licenças MS Project 2013	Licenças MS Project 2013 para gestão e controle dos projetos em andamento e a serem desenvolvidos pela Divisão de Engenharia – Dieng.
Aquisição de solução de segurança da informação para Seção Judiciária de Goiás	Ajuste na topologia de comunicação de dados da JF da 1ª Região, visando à descentralização do acesso à internet, com consequente redução do custo em relação à rede WAN.  Nivelamento de infraestrutura de TI da Justiça Federal.

# PARTE II

## Ações táticas e operacionais





## ACOMPANHAMENTO PARLAMENTAR

O objetivo geral da assessoria parlamentar é apoiar o Tribunal na articulação com o Poder Legislativo e acompanhar, de acordo com a determinação da Presidência, assuntos de interesse da 1ª Região em andamento em órgãos externos, em todas as esferas.

Diversas ações foram empreendidas com o objetivo de aumentar os valores das rubricas referentes à Assistência Médica e Odontológica dos Servidores (Amos), bem como evitar ou diminuir as perdas orçamentárias por meio de créditos suplementares e especiais.

Quanto às atividades legislativas, o acompanhamento de matérias no Congresso Nacional e também no CNJ e no CJF teve como principal objetivo fazer com que fosse dada maior celeridade à respectiva tramitação. Nesse campo, destacam-se:

- aprovação da lei que criou as varas federais em localidades como Rondonópolis/MT, Araguaína/TO e Palmas/TO, no âmbito do Congresso Nacional;
- apoio aos magistrados em reuniões com secretários da Presidência da República e parlamentares do Congresso Nacional;
- acompanhamento, elaboração de emendas e gestão, perante as bancadas regionais do Congresso Nacional, do PLOA 2015.

Registrou-se, no ano, o acompanhamento de projetos de lei e de emendas constitucionais na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, conforme quadro demonstrativo abaixo:

QUADRO 116  
Acompanhamento de matérias

Tipo	Quantidade
PECs	40
Projetos de lei	44
Crédito suplementar	2
Crédito especial	2
Total	88

O TRF 1ª Região foi um dos únicos órgãos do Poder Judiciário e o único entre os TRFs que conseguiu recompor seu orçamento em 40 milhões, dos quais 30 milhões foram destinados à 1ª Região e 10 milhões distribuídos pelo CJF aos demais TRFs para o ano de 2016. Conquista relevante diante da grande crise do Brasil e dos poucos recursos no Orçamento Geral da União.

Em outro campo de atuação, a área parlamentar, em conjunto com a de representação social, apresentou o funcionamento da Justiça Federal e do TRF 1ª Região aos par-



ticipantes dos países do Mercosul por meio do Programa Joaquim Nabuco, coordenado pelo Supremo Tribunal Federal.

O Programa Joaquim Nabuco busca promover o entendimento mútuo das realidades jurídicas dos países do Mercosul, incentivar o diálogo e a cooperação, apoiar o desenvolvimento de linhas de pesquisa jurídica e facilitar a criação de um espaço de reflexão sobre questões fundamentais para o fortalecimento jurídico do bloco regional.

A cada edição do programa, são escolhidos, no máximo, oito magistrados das cortes de países latinos, que realizam visitas pelos tribunais brasileiros no período de duas semanas.

### OUVIDORIA ADMINISTRATIVA

A Ouvidoria Administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região constitui importante canal de comunicação que torna real a possibilidade ao público interno e externo de demandar informações ao amparo da Lei 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação Pública – LAI); pedir informações gerais; fazer denúncia; apresentar crítica; registrar reclamação; consignar elogio ou sugestão relacionados à gestão administrativa e/ou conduta de seus dirigentes, servidores e colaboradores no âmbito do Tribunal, das seções e das subseções judiciárias.

A Ouvidoria Administrativa funciona das 12h às 19h para o atendimento presencial, contando também com um *link* no portal do TRF 1ª Região, na internet, que permite ao cidadão manifestar-se a qualquer momento, por meio de um formulário, cujo preenchimento e envio geram automaticamente um número de processo administrativo no Sistema Eletrônico de Informação (SEI), que passa a tramitar virtualmente nas unidades do Tribunal, das seções e subseções judiciárias responsáveis pelo assunto. A resposta e ou informação de retorno ao manifestante deve ocorrer no prazo máximo de 5 dias úteis, conforme dispõe o art. 12, II, da Portaria Presi 600-132/2008 (instrumento que regula o funcionamento do Serviço de Ouvidoria do Tribunal). Além do atendimento presencial e do formulário eletrônico do Tribunal, há a possibilidade de manifestação por meio de linha telefônica direta (61) 3410-3315, que atende de 2ª a 6ª feira, das 12h às 19h.

QUADRO 117

Informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas

Tipo de manifestação	Quantidade*	(%)
Sugestão	23	1,10
Elogio	17	0,85
Reclamação	304	14,96
Crítica	5	0,25
Denúncia	6	0,29



Tipo de manifestação	Quantidade*	(%)
Pedido de informação	1.288	63,32
Acesso à informação pública (LAI – Lei 12.527/2012)	391	19,23
Total	2.034	100,00

Fonte: TRF1-Siouv.

\* Quantidade líquida (descontadas as manifestações de competência da Ouvidoria Judicial).

No exercício de 2015, a quantidade de manifestações foi pouco menor que em 2014, período em que foi recebido um total de 2.334.

Essa redução de 14% na quantidade de informação demandada no ano de 2015 pode estar associada à melhoria e ou maior quantidade de informações disponibilizadas no portal da transparência do Tribunal.

## COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

275

### EVENTOS PROTOCOLARES

#### ■ Sessões solenes

- 29/01 – posse dos aprovados no XV Concurso para Juiz Federal Substituto.
- 18/08 – apresentação do desembargador federal Hercules Fajoses e outorga do Colar do Mérito Judiciário “Ministro Nelson Hungria”.
- 03/12 – posse do juiz federal Carlos Augusto Pires Brandão no cargo de desembargador federal.

#### ■ Solenidades de implantação do sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe

- 18/09 – Seção Judiciária do Tocantins.
- 28/09 – Seção Judiciária de Roraima.
- 13/10 – Seção Judiciária do Maranhão.
- 20/10 – Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso.
- 12/11 – Seção Judiciária do Acre.
- 23/11 – Seção Judiciária de Rondônia.
- 30/11 – Seção Judiciária do Amapá.
- 06/02 – Solenidade de instalação da Turma Recursal Permanente da Seção Judiciária do Acre.

#### ■ Outras solenidades

- 06/04 – Solenidade de abertura dos trabalhos da 1ª Sessão da Câmara Regional Previdenciária da Seção Judiciária da Bahia.



- 13/04 – Solenidade de abertura dos trabalhos da 1ª Sessão da Câmara Regional Previdenciária da Seção Judiciária de Minas Gerais.
- 18/05 – Solenidade de abertura dos trabalhos da 1ª Sessão da Câmara Regional Previdenciária da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG.
- 05/10 – Solenidade de comemoração dos 125 anos da Justiça Federal em Minas Gerais.
- 18, 19 e 20/11 – Seminário: O novo Código de Processo Civil.
- 04/12 – Solenidade de abertura dos trabalhos da 1ª Sessão da 2ª Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais.
- 18/12 – Solenidade de instalação da Unidade Avançada de Atendimento em Tangará da Serra/MT.

■ **Principais acontecimentos, encontros, reuniões e eventos**

- 2 de fevereiro – abertura do II Curso de Formação Inicial de Juízes Federais Substitutos aprovados no XV Concurso do TRF 1ª Região na Esmaf.
- 24 de fevereiro – lançamento do livro *Justiça Federal: inovações nos mecanismos consensuais de solução de conflitos*, no Tribunal.
- 13 de março – consultoria de maquiagem em comemoração do Dia Internacional da Mulher, no Tribunal.
- 7 de abril – palestra do professor doutor Antônio Souza Prudente e do professor doutor Luiz Guilherme Marinoni sobre “Aspectos Polêmicos do novo CPC” e “Precedentes Obrigatórios”, na Esmaf.
- 27 de abril – reunião do Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal, no Tribunal.
- 29 de maio – concessão da Medalha do Mérito Judiciário “Ministro Nelson Hungria” ao Sr. Ricardo Newman de Oliveira, no Tribunal.
- 26 e junho – solenidade de abertura do I Curso de Formação de Instrutores em Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região, na Seção Judiciária do Distrito Federal.
- 27 de agosto – I Encontro Executando a Estratégia da Justiça Federal, no Conselho da Justiça Federal.
- 9 de setembro – solenidade de abertura dos trabalhos do Projeto Piloto de Aceleração de Julgamentos de Recursos, no Tribunal.
- 14 de setembro – palestra “Motivação: alavanca ideal para o sucesso” como parte do Projeto Piloto de aceleração de julgamentos de recursos, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, no Tribunal.
- 25 de setembro – “Setembro Azul” – comemoração do Projeto de inclusão dos portadores de necessidade especiais do TRF 1ª Região.



- 18 a 20 de novembro – seminário: “O Novo Código de Processo Civil”, na Seção Judiciária de Goiás.
- 30 de novembro – abertura do Curso de formação de conciliadores da Justiça Federal, na Seção Judiciária do Distrito Federal.
- 11 de dezembro – Missa de Natal, no Tribunal.

#### ■ Programa de visitas

O Programa de visitas foi instituído para receber estudantes e visitantes que desejam conhecer as instalações e unidades do Tribunal, assistir às sessões, visitar o memorial etc.

No decorrer do ano, há que se destacar a parceria com o Programa Teixeira de Freitas, ambos coordenados pelo Supremo Tribunal Federal – STF, destinados, respectivamente, a magistrados, servidores judiciais das Cortes Supremas Constitucionais e a estudantes do Mercosul. Os participantes conhecem o Poder Judiciário, visitam diversos tribunais e órgãos essenciais à Justiça e podem expandir o conhecimento de áreas conexas àquelas nas quais atuam em sua corte de origem. O objetivo é promover o entendimento mútuo das realidades jurídicas dos países do Mercosul para apoiar o desenvolvimento de linhas de pesquisa jurídica e facilitar a criação de um espaço de reflexão sobre questões fundamentais para o fortalecimento jurídico do bloco regional.

- 27 de fevereiro – alunos e médicos do curso de especialização em Medicina do Trabalho visitam o Núcleo de Serviços Gráficos.
- 24 de março – Programa Teixeira de Freitas – STF – estudantes da Espanha e do Chile.
- 27 de abril – lesplan – visita de estudantes.
- 12 de junho e 13 de novembro – Faculdades Projeção – Torneio de sustentação oral – 47 estudantes.
- 31 de agosto – Programa Teixeira de Freitas do Supremo Tribunal Federal – 4 estudantes.
- 14 de outubro – Faculdade Alves de Faria/GO – 45 estudantes.
- 21 de outubro – Universidade Federal de Rondônia e Fundação Assistencial e Educativa Cristã de Ariquemes – 25 estudantes.
- 6 de novembro – Universidade Católica de Brasília – 8 estudantes.

#### PRODUÇÃO EDITORIAL E GRÁFICA

Na área de produção editorial, destacam-se os seguintes trabalhos:

- revisão textual e produção editorial do Regimento Interno dos Juizados Especiais Federais, das Turmas Recurais e da Turma Nacional de Uniformização;
- elaboração, confecção e distribuição das agendas e dos calendários de 2016 do TRF 1ª Região;



- criação e impressão do material de divulgação das exposições no Espaço Cultural do TRF 1ª Região;
- produção editorial das publicações referentes ao II Curso de Formação Inicial de Juízes Federais Substitutos – XV Concurso;
- produção editorial do *Relatório de atividades 2014*;
- criação e impressão do material de divulgação de eventos realizados pelo Tribunal;
- produção de artigos do periódico “*O Quê do Mês*”, edições 79, 80, 81 e 82;
- diagramação dos boletins informativos Alerta Dibib;
- produção editorial do livreto da Missa de Natal 2015;
- atualização da diagramação dos organogramas do Tribunal e das seções judiciárias;
- confecção de convites para instalações de subseções judiciárias, posses de desembargadores e juízes, exposições no Espaço Cultural do TRF 1ª Região, entre outros eventos;
- confecção de cartões de visita para desembargadores, juízes convocados e dirigentes, bem como de certificados de participação em cursos e palestras;
- revisão e consolidação de documentos administrativos e normativos, entre os quais resoluções, portarias e instruções normativas;
- impressões coloridas para diversas áreas do Tribunal;
- alteração dos textos e adaptação do leiaute de formulários e impressos padronizados;
- atualização do Regulamento de Serviço;
- produção editorial de etiquetas diversas;
- material de divulgação de eventos realizados pelos Juizados Especiais Federais em diversos estados;
- produção editorial do livreto *Séries Insignes 23*;

QUADRO 118  
Principais serviços gráficos

Demonstrativo de serviços		Quantidades
Periódicos	Revista – 1ª Região em Revista – Ascom	12.000
Outras publicações e serviços	Revista do TRF – Cojud	4.800
	Relatório de atividades 2014	240
	Cartaz da revista do TRF nov./dez. 2014	240



Demonstrativo de serviços		Quantidades
Outras publicações e serviços	<i>Regimento interno dos JEFs</i>	1.100
	Protocolo de cadastro no Sirec	1.500
	Livretos diversos	760
	Livro – <i>Serie Insignes 23</i>	170
	Capas para processos	94.500
	Fôlder II Curso de Formação Inicial de Juízes Federais	110
	Fôlder I Curso de Vitaliciamento de Juízes Federais	80
	Fôlder programação – Coral	450
	Fôlder Jubileu de prata do coral Habeas Cantus	600
	Fôlder Processo Administrativo Eletrônico	1.100
	Fôlder Campanha PAe-SEI	360
	Fôlder Curso de Formação Inicial	80
	Fôlder Projeto Judicial Eletrônico	4.200
	Fôlder Seuni	120
	Fôlder I Concurso de Vitaliciamento de Juízes Federais Substitutos	138
	Fôlder do curso <i>workshop</i> – 1ª Seção e Cocse	30
	Confecção de <i>flyer</i> do crachá do TRF	630
	Cartazes diversos	930
	Marcadores de página	13.050
	Livreto Missa de Natal 2015	100
	Crachás diversos	1.130
	Refilo e dobras diversas	8.698
	Etiquetas diversas	873.150
	Blocos para rascunho	7.143
	Prismas diversos	450
	Credenciais de estacionamento	684
	Cartões de visita	3.570
	Cartões diversos	1.030
Convites diversos	2.588	
Agenda TRF – 2016	1.300	



Demonstrativo de serviços		Quantidades
Outras publicações e serviços	Calendário do TRF – 2016	9.000
	Cartões de acesso às sessões solenes	6.000
	Formulários diversos	270
	Refilo e fornecimento de papéis diversos – Dimpe	21.500
	Pastas	9.112
	Cartão para escrita de saudação do cerimonial	200
	Cartões de saudação	250
	Cartão de juramento para sessão solene	72
	Cartão de acesso ao cerimonial	6.000
	Caderneta de tratamento fisioterápico	500
	Tala indicadora de despacho	20.000
	Pasta simples sem aba e sem grampo	1.300
	Bloco para taquigrafia	300
	Convites para solenidades	2.780
	Marcadores para evento do Cedap	320
	Certificados diversos	1.071
	Confecção de livreto	20
	Projeto-padrão	250
	Cartão curso <i>feedback</i>	120
	Receituário médico	140
	Controle de entrada e saída de veículo	350
	Registro de ocorrência da segurança	350
	Pasta do I Concurso de vitaliciamento de juízes federais	60
	Pasta para concurso de juízes federais substitutos	126
	Impressos para despacho com pauta	40
	Termo de recebimento, autuação e distribuição	40.000
	Encadernações	730
	Capas plásticas para encadernação	1.460
Cartão de controle do programa	400	



## PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS E GESTÃO DOCUMENTAL

### JURISPRUDÊNCIA

QUADRO 119  
Jurisprudência (publicações)

Publicações	Periodicidade	Tiragem	Publicação na intranet/ internet	Número de edições
Revista do TRF	Bimestral	800	Sim	5
Cartazes de anúncio da revista	Bimestral	220	Não	–
Índice geral da Revista do TRF	Anual	–	Sim	–
Boletim Informativo de Jurisprudência	Semanal	–	Sim	45 (301 a 345)
Ementário de Jurisprudência	Semanal	–	Sim	45 (953 a 997)

281

Foram realizadas ainda a diagramação de temas relativos a recursos repetitivos e repercussão geral para publicação na intranet e a seleção de aproximadamente 240 acórdãos para envio aos repositórios oficiais de jurisprudência.

QUADRO 120  
Acórdãos processados

Documentos publicados	Documentos incluídos na base	Documentos expurgados
118.620	32.488	86.132

### ARQUIVO

QUADRO 121  
Processos e documentos judiciais arquivados por classe

Espécie/tipo/classe	Quantidade
Processos judiciais	1.981
RPVs	56.336
Precatórios	211
Total	58.528



Foram desarquivados 325 processos e documentos judiciais e requisitados para vista ou cópia 189 documentos.

QUADRO 122  
Movimentação de processos/documentos

Tipo	Arquivados	Desarquivados
Processos administrativos	7.057	1.506
Processos/documentos judiciais	58.528	325

## BIBLIOTECA ADHEMAR MACIEL

QUADRO 123  
Atualização do acervo de livros

Unidades	Quantidade de livros adquiridos
Biblioteca (livros nacionais)	1.107
Gabinetes e unidades administrativas	335
Total	1.442

282

QUADRO 124  
Atualização do acervo de periódicos

Quantidade de títulos de periódicos renovados	29
Quantidade de periódicos recebidos	829

QUADRO 125  
Valores gastos na atualização de acervos

Categoria	Total de valores empregados (R\$)
Livros nacionais	119.722,38
Periódicos	55.533,00
Total	175.255,38



QUADRO 126  
Publicações oficiais eletrônicas

Diário Eletrônico da Justiça Federal da 1ª Região (judicial e administrativo)	Quantidade
TRF1	244
AC	205
AP	193
AM	205
BA	193
DF	205
GO	193
MA	205
MT	193
MG	205
PA	193
PI	205
RO	205
RR	193
TO	193
Boletim Eletrônico de Serviços (administrativo)*	240

\*Caderno único abrangendo todas as seções e subseções judiciárias.

QUADRO 127  
Registro e processamento técnico de acervo

Serviços	Total
Processamento técnico de livros e folhetos	865
Processamento técnico de artigos de periódicos	70

Registra-se ainda a produção do Alerta DIBIB, que divulga a legislação de interesse do TRF 1ª Região publicada no Diário Oficial, no Diário da Justiça, no Diário da Justiça Federal da 1ª Região e no Boletim de Serviço. Atualizado semanalmente, o informativo divulga também abertura e homologação de concursos públicos de interesse geral, além de apresentar sugestão de leitura de artigo sobre temas jurídicos ou gestão administrativa.

#### ■ Ações desenvolvidas

Durante o ano, foram desenvolvidas ainda as seguintes atividades:

- realização do 3º Encontro dos participantes da Rede de Bibliotecas da Justiça Federal da 1ª Região nos dias 29 e 30 de junho e 1º e 2 de julho; elaboração de manual para cadastramento da publicação intelectual dos magistrados e servidores



- na Biblioteca digital; elaboração de manual para cadastramento das publicações institucionais (biblioteca depositária) na Biblioteca digital; elaboração de bibliografia sobre improbidade administrativa e políticas públicas e judicialização; correção dos metadados dos atos administrativos migrados para a BDTRF1;
- inclusão dos Boletins de serviço do TRF e das seccionais que ainda não tinham sido migrados para a base; pesquisa e envio do material “Literatos juristas do fim do século XIX e início do século XX” à Secge para ser usado como motivo da Agenda e calendários de 2016 do TRF1; realização, a distância, no período de 01/10 a 13/11, do curso para os bibliotecários da 1ª região “*E-books* para bibliotecas: uma introdução ao universo dos livros eletrônicos”;
  - publicação de 219 *eDJF1*: Caderno Administrativo e Judicial, e 159 Boletins Eletrônicos de Serviço;
  - inclusão de 21.231 atos administrativos do TRF1 na Biblioteca Digital que ainda não haviam sido migrados para a base;
  - elaboração e publicação de 30 Alertas Dibib;
  - 7 videoconferências para as seções e subseções judiciárias com o objetivo de ensinar a cadastrar atos administrativos no *DSpace*.

## INFRAESTRUTURA

### CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO TRF 1ª REGIÃO

Em 2015, destacou-se a continuidade dos serviços de recuperação e restauração de elementos estruturais de concreto armado e protendido da obra de construção da nova sede do TRF 1ª Região, ação que propiciará maior vida útil aos elementos estruturais existentes, até a efetiva aplicação dos acabamentos.

Ressalta-se ainda que, ao final de 2014, foi firmado o Contrato 56 com a empresa Soares Barros Engenharia Ltda., objetivando a revisão e a atualização tecnológica e normativa dos projetos daquela obra, com sua integral conversão para a metodologia BIM (Building Information Modeling). Esses trabalhos deverão estar concluídos no segundo semestre de 2016.

A atualização dos projetos é fundamental para a continuidade da obra. A administração vem tendo reuniões constantes com a empresa a fim de tentar superar obstáculos para que a entrega dos projetos atualizados venha a ocorrer de acordo com os termos contratados. Os projetos entregues em BIM darão segurança à administração para que se tenha melhor controle e execução das etapas finais da obra, considerando-se tratar-se de obra de grande porte.

Quanto ao arcabouço estrutural desse empreendimento, pode-se considerar concluídos os subsolos e os blocos A (gabinetes) e D (administração), nos quais resta apenas concretar os reservatórios superiores e as casas de máquina. Nesses dois blocos, foram



também instaladas as esquadrias em pele de vidro e os *brises* para redução da incidência de sol.

Após a revisão dos projetos, serão executadas as estruturas de todo o bloco B (plenário) e 2/3 do bloco C (salas de sessões), além de estruturas complementares, como muros de contenção, reservatório inferior, piso da praça e vias de acesso aos subsolos. Essas estruturas, que serão objeto de nova contratação em 2016, correspondem, aproximadamente, a 15% da estrutura total projetada.

## **ADMINISTRAÇÃO GERAL**

### **SISTEMAS INFORMATIZADOS PARA GESTÃO DO MATERIAL E PATRIMÔNIO (EXISTENTES)**

Tornou-se crítica, em 2015, a necessidade de atualização dos sistemas informatizados existentes na administração, para sua adequação a novas normas e a novos mecanismos de controle de material e patrimônio, com atualização de banco de dados, linguagem e plataforma operacional.

Nesse contexto, iniciou-se em 2015, para implantação em 2016, o sistema de inventário por leitura ótica e o sistema de reavaliação de bens, não tendo sido ainda desenvolvido o sistema de amortização de bens intangíveis, em que pesem as recomendações existentes.

285

### **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS**

Dando continuidade ao plano de renovação da frota de veículos oficiais do Tribunal, em consonância com os ditames da Resolução CJF 72/2009 e com os termos do Plano Anual de Aquisição de Veículos – 2015 aprovado pelo CJF, foram adquiridos nove veículos do grupo “B” e um veículo do grupo “C”. Essas aquisições, somadas às de 2014, resultam em significativo incremento de eficiência e economicidade ao serviço de transportes, por se tratar de veículos novos, com tecnologia Flex, e com menor demanda de despesas com peças de reposição.

### **SEGURANÇA INSTITUCIONAL NA 1ª REGIÃO**

A análise contínua dos dados obtidos nas respostas ao questionário elaborado para levantamento das condições da segurança institucional na 1ª Região, mencionado no Relatório de atividades do ano de 2014, que tratou do quantitativo de servidores lotados nas áreas de vigilância e transporte, armamentos, equipamentos de segurança, procedimentos relacionados à segurança de magistrados, entre outras, serviu de ferramenta para as políticas de segurança.

Quanto à política de segurança pessoal e patrimonial, verificou-se, de 2014 a 2015, aumento na ordem de 300% das ocorrências registradas, decorrente das mudanças nas rotinas de trabalho, pela intensificação das rondas de segurança e pela reformulação dos métodos de registro de ocorrências.



Do mesma forma, cresceram os pedidos de imagens do Sistema de Monitoramento por Câmeras (CFTV), como consequência da confiança do público sobre a maior eficiência desse sistema após a instalação, em 2015, de novos e modernos equipamentos, que possibilitam maior cobertura do complexo de edifícios ocupados pelo Tribunal.

No que diz respeito ao aumento do número de visitantes aos edifícios do Tribunal, consequência da crescente demanda pelos serviços prestados pelo Judiciário, o pleno funcionamento dos aparelhos *scanners* e de raios-x, instalados em 2014, foi uma importante ferramenta de controle do acesso às instalações.

Destaca-se a Resolução Presi 42, de 05/11/2015, que, em paralelo com a Resolução Conjunta 4, de 28/02/2014, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, preencheu a lacuna existente pela ausência de regulamentação à Lei 12.694/2012 no que diz respeito ao porte de arma de fogo pelos agentes de segurança judiciária no âmbito da 1ª Região.

## **REMESSA DE PROCESSOS JUDICIAIS**

Em virtude do significativo acervo processual existente neste Tribunal e da necessidade de cumprimento das metas 1 e 2 que integram o Macrodesafio “Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional”, estabelecido pelo CNJ para o ano de 2015, o Tribunal implementou diversas ações objetivando conferir maior agilidade ao julgamento das demandas e rapidez na tramitação dos feitos, a exemplo dos Mutirões, das câmaras regionais previdenciárias e do Projeto Piloto de Aceleração de Julgamento de Recursos. Por consequência, houve aumento significativo no trâmite de processos judiciais no âmbito da 1ª Região.

Sob esse aspecto, cumpre registrar que a expedição de processos judiciais para diligências ou baixa definitiva à origem, acabou sofrendo uma expressiva elevação em seu fluxo de trabalho durante o exercício de 2015. Enquanto nos anos de 2013 e 2014 esse fluxo havia sofrido retração da ordem de 5% e 20%, durante 2015 registrou-se uma elevação de aproximadamente 91% em relação ao exercício anterior.

Além disso, devido à baixa de grandes volumes de processos recursais armazenados na Corec, foi implantada uma escala de recebimento de processos judiciais, por meio da qual as unidades processantes realizaram a entrega de seus respectivos lotes de processos em dias específicos da semana. Tal medida objetivou manter a qualidade dos serviços de expedição, em meio a uma situação de extrapolação das condições de armazenagem e dos recursos humanos e operacionais existentes na unidade de expedição.

Ademais, a implantação das Câmaras Regionais Previdenciárias resultou em incremento da ordem de 19 mil processos judiciais na tramitação entre o TRF1 e as localidades em que os referidos colegiados foram instalados (Belo Horizonte, Juiz de Fora e Salvador). Esse aumento refletiu diretamente nos serviços de remessa contratados junto à Empresa de Correios e Telégrafos, com consequente aumento das despesas com os serviços de malotes e PAC.

# PARTE III

## Controle interno e auditoria





## CONTROLE INTERNO

A implantação de sistemas de controles internos compete a cada um dos dirigentes das unidades administrativas que integram o Tribunal. Esses sistemas visam evitar falhas, inconsistências, desconformidades, ilegalidades e, ainda, a prática de atos administrativos ineficientes e antieconômicos.

A gestão de riscos, que precede a implantação dos mecanismos de controles internos, envolve a identificação dos riscos que podem dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da unidade, bem como seu tratamento, que se dá mediante a definição de atos e procedimentos hábeis à mitigação dos riscos.

Em 2015 as auditorias e as análises realizadas pela área de controle interno durante o acompanhamento da gestão avaliaram criticamente os controles internos empregados pelos gestores, a ausência da implementação desses controles, bem como a suficiência dos controles adotados para mitigar os riscos inerentes a cada atividade.

Em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, foi dada orientação sobre a elaboração dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF do Tribunal e das seccionais vinculadas, fazendo-se a respectiva conferência e encaminhamento à aprovação do Conselho de Administração. Após aprovados, os referidos relatórios, juntamente com os demonstrativos da despesa com pessoal, foram devidamente cadastrados no Sistema de Coleta de Dados Contábeis e Fiscais dos Entes da Federação – SISTN, publicados no *link* “Transparência” do portal do TRF 1ª Região e remetidos ao Congresso Nacional.

289

## JULGAMENTO DAS CONTAS PELO TCU

Em 2015 o Tribunal de Contas da União julgou regulares as contas da Seção Judiciária do Acre, exercício de 2002, dando quitação plena aos responsáveis Jair Araújo Facundes, Francisco Martins Ferreira, Selmar Saraiva da Silva Filho, Lélis Gonçalves Souza e Mark Yshida Brandão, mantendo-se sobrestadas as contas do gestor Pedro Francisco da Silva até o trânsito em julgado da Tomada de Contas Especial TC-013.777/2014-9, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público no TCU, conforme Acórdão 1.275/2015 – 1ª Câmara – DOU de 09/03/2015.

### QUADRO 128

Situação atual dos processos de contas do TRF 1ª Região

Exercício	Processo	Acórdão	Observação
2005	TC 015.012/2006-7	5.094/2012 – 2ª Câmara – DOU de 30/07/2012	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis. SJMT e SJPA – Informar, nas próximas contas, o andamento das Sindicâncias 698/2004 e 490/2004, respectivamente.
2006	TC-019.899/2007-9	3.582/2008 – 2ª Câmara – DOU de 25/09/2008	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis.



Exercício	Processo	Acórdão	Observação
2007	TC-018.750/2008-6	2.756/2009 – 2ª Câmara	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis.
2008	TC-015.023/2009-5	4.580/2010 – 1ª Câmara – DOU de 05/06/2009	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis.
2009	TC-022.943/2010-2	2.586/2015 – 1ª Câmara – DOU de 20/05/2015	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis.
2010	TC-026.219/2011-5	5.850/2012 – 1ª Câmara – DOU de 05/10/2012	TRF – Contas regulares com ressalva dando-lhes quitação. Seções judiciárias vinculadas ao TRF1 – contas regulares com quitação plena. DOU de 05/10/2012.
2011	TC-021.592/2012-8	–	14/12/2015 – Enviado para pronunciamento da ministra Ana Arraes por SPG-PSB – Em Tramitação. 07/01/2013 – Situação: aberto. Unidade responsável técnica alterada de SECEX3/D2.
2012	TC 021.769/2013-3	6.630/2015 – TCU – 1ª Câmara – DOU de 05/11/2015	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis. 1.7. recomendar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que aperfeiçoe os mecanismos de controle interno, a fim de estruturar ou formalizar os procedimentos para monitorar as atividades da unidade, bem como aperfeiçoe a avaliação de riscos, tornando-a mais preventiva, conforme as constatações presentes na avaliação do sistema de controles internos do Relatório de Gestão da unidade.
2013	–	–	As contas do exercício 2013 não foram objeto de julgamento pelo TCU.
2014	027.545/2015-6	–	22/01/2016 – Documentos Elementos comprobatórios/Evidências juntados ao processo por SecexAdministração – Em tramitação. 22/01/2016 – Peça nº 9 do tipo Elementos comprobatórios/Evidências (doc. 54 710 360-8) desentranhada do processo por SecexAdministração/D1 – Motivo: Erro na juntada. 22/01/2016 – Documentos Elementos comprobatórios/Evidências juntados ao processo por SecexAdministração. 07/10/2015 – Situação: aberto – Unidade responsável técnica alterada de SecexAdmin para SecexAdministração/D1 por SecexAdministração.
2015	–	DN TCU 147/2015	As contas do exercício 2015 não serão julgadas pelo TCU.



As contas relativas aos exercícios de 2001 e 2002, ambas da Seção Judiciária do Acre, continuam sobrestadas em relação a determinados gestores e pendentes de julgamento pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a saber:

QUADRO 129

Contas relativas aos exercícios de 2001-2002 pendentes de julgamento pelo TCU

Exercício	Processo	Acórdão	Observação
2001	TC-005.801/2002-5	-	21/11/2014 – Sobrestado até o pronunciamento definitivo no processo TC 013.777/2014-9. 03/09/14 – Excluído motivo de sobrestamento. 13/08/14 – Relatoria alterada do ministro Valmir Campelo para o ministro Bruno Dantas. 11/10/02 (DC-1304-36/02-P) – Sobrestado.
2002	TC-007.193/2003-5	1.275/2015 – TCU 1ª Câmara – Relação 03/2015 – DOU de 09/03/2015	07/04/2015 – Sobrestado. Motivo: sobrestar as contas do Sr. Pedro Francisco da Silva até o trânsito em julgado da Tomada de Contas Especial TC-013.777/2014-9, nos termos do Acórdão 1275/2015 – 1ª Câmara. Contas regulares dos Srs. Jair Araújo Facundes, Francisco Martins Ferreira, Selmar Saraiva da Silva Filho, Lélis Gonçalves Souza e Mark Yshida Brandão, dando-se quitação plena a esses responsáveis, mantendo-se sobrestadas as contas do Sr. Pedro Francisco da Silva até o trânsito em julgado da Tomada de Contas Especial TC-013.777/2014-9, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público no TCU. 11/11/14 – Distribuído para o gabinete da subprocuradora-geral Cristina Machado. 10/11/14 – Enviado para parecer do MP por SECEX-AC. 03/09/14 – Excluído motivo sobrestamento de processo. 19/12/12 – Relatoria alterada de MIN-AN para MIN-BZ. 13/08/04 – Sobrestado.

Posição em 26/01/2016.

No tocante às contas referentes ao exercício de 2015, o TCU, por meio da Decisão Normativa 147, de 11 de novembro de 2015, não incluiu o Tribunal entre as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão as contas de 2015 examinadas e julgadas pela Corte de Contas. Desse modo, a Justiça Federal da 1ª Região foi dispensada de constituir e apresentar ao TCU o processo de contas relativo ao exercício 2015, permanecendo a obrigação de apresentar o Relatório de Gestão e peças complementares.

A dispensa de apresentação do processo de contas ao TCU é conferida a determinados órgãos da administração pública federal com fundamento nos critérios de risco, ma-



terialidade e relevância, nos termos do art. 5º, III, da IN TCU 63/2010. O TCU estabelece e avalia, pontualmente, diversos critérios para a escolha dos órgãos que serão dispensados da apreciação e julgamento de contas, tais como a atuação preventiva e eficaz da unidade de controle interno, o julgamento das contas relativas aos exercícios anteriores pela regularidade e sem ressalvas, bem como os resultados das auditorias realizadas no órgão.

## DESPESAS COM PESSOAL

QUADRO 130

Quantitativo de processos de admissão, aposentadoria e pensão

Assunto relacionado	Processos analisados	Diligências expedidas	Atos encaminhados ao TCU via Sisac	Atos julgados legais pelo TCU	Consultas respondidas
Nomeação de servidor ou magistrado	393	4	383	207	–
Concessão de aposentadorias	144	140	90	8	–
Concessão de pensões estatutárias	7	3	4	–	–
Outros assuntos – averbação/férias/abono permanência etc.	5	–	–	–	5
<b>Total</b>	<b>549</b>	<b>147</b>	<b>477</b>	<b>215</b>	<b>5</b>

292

QUADRO 131

Quantitativo de processos de folhas de pagamento e despesas de exercícios anteriores

Assunto relacionado	Processos analisados	Informações ou relatórios expedidos	Consultas respondidas
Folha de pagamento de pessoal, ajuste de contas, cálculo de proventos e direitos dos servidores	220	326	5
Despesa de exercícios anteriores	187	224	7
<b>Total</b>	<b>407</b>	<b>550</b>	<b>12</b>

## AUXÍLIO AO CONTROLE EXTERNO (TCU)

No decorrer de 2015, foram adotadas providências para atender às determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União dirigidas à Justiça Federal da 1ª Região, por meio de acórdãos e diligências, conforme se destaca no quadro a seguir:



QUADRO 132  
Atendimento aos acórdãos/diligências do TCU

Acórdão/diligência TCU	Determinação/recomendação TCU	Providências adotadas	Ofício Secoi/PAeSEI
Acórdão 625/2009 – 2C Ofício/SEFIP 16.072/2014, de 18/12/2014	Considera ilegal e nega registro ao ato de concessão de aposentadoria à servidora da Seção Judiciária do Distrito Federal, C. M. M. C., interrompe o pagamento decorrente das parcelas impugnadas, determina a ciência do inteiro teor do acórdão à interessada e a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas.	Encaminhadas informações prestadas pela área de recursos humanos deste Tribunal, bem como documento que comprova que a servidora tomou ciência em 26/03/2009 do teor do referido acórdão.	PAe 0000713-41.2015.4.01.8000 Ofício/Secoi 009, de 02/02/2015
Acórdão 3445/2014-TCU-Plenário Ofício 16399/2014-TCU/SEFIP, de 29/12/2014	Recomenda aos Tribunais que passem a observar o preenchimento do requisito de tempo mínimo de 5 anos no cargo para a concessão de aposentadoria e abono de permanência.	Memorando TRF1-SECOI 4, de 14/01/2015, encaminhado à Asmag, para ciência.	PAe SEI 0000716-93.2015.4.01.8000
Acórdãos 7499/2013 – 2ª C; 363/2014 – 2ª C e 818/2014 – 2ª C Ofício 4138/2015-TCU/SEFIP, de 01/04/2015	Solicita disponibilizar as informações cadastrais e respectivas fichas financeiras de todos os servidores, incluindo os comissionados, aposentados, instituidores de pensão e pensionistas do TRF 1ª Região referentes ao mês de março de 2015.	Instauração de processo no SEI, solicitação de atendimento à Secgp/ Dipag e Secin/Disad, conferência das planilhas pela Secoi e envio da documentação ao TCU por <i>e-mail</i> .	PAe 0008264-72.2015.4.01.8000 Ofício/Secoi 27, de 06/05/2015
Ofício/SEFIP 7780, de 25/06/2015	Solicita envio de cópia de mapa de tempo de serviço/ contribuição.	O documento solicitado foi enviado ao TCU.	Ofício/ASMAG 092/2015, de 06/07/2015
Acórdãos 7499/2013 – 2ª C; 363/2014 – 2ª C e 818/2014 – 2ª C. Ofício 8361/2015-TCU/SEFIP, de 09/07/2015	Solicita disponibilizar as informações cadastrais e financeiras de todos os magistrados e servidores em atividade no TRF 1ª Região, excluindo-se apenas os cedidos e desligados (aposentadoria, falecimento, exoneração) referentes ao mês de julho de 2015.	Instauração de processo no SEI e solicitação de atendimento à Secgp/ Dipag e Secin/Disad, conferência das planilhas pela Secoi e envio da documentação ao TCU.	PAe 0016093-07.2015.4.01.8000 Atendimento por <i>e-mail</i> enviado ao TCU 4dt@tcu.gov.br, de 19/08/2015.



Acórdão/diligência TCU	Determinação/recomendação TCU	Providências adotadas	Ofício Secoi/PAeSEI
<p>Acórdãos 7499/2013 – 2ª C; 363/2014 – 2ª C e 818/2014 – 2ª C Comunicação de Fiscalização Ofício 278-06/2015 – TCU/SEFIP/Diaup, de 16/07/2015</p>	<p>Apurar indícios de irregularidades identificadas pela equipe de auditoria do TCU na folha de pagamento do mês de março/2015 - Rubrica art. 192 da 8.112/90 cumulada com subsídio aos magistrados.</p>	<p>Instauração de processo no SEI e solicitação de preenchimento da planilha pelas seccionais e TRF1, conferência das planilhas pela Secoi e envio ao TCU por meio de ofício.</p>	<p>PAe 0016017-80.2015.4.01.8000 Ofício/Secoi 34 e 38, de 31/07 e 09/09/2015</p>
<p>Diligência Ofício 8752/2015-TCU/SEFIP, de 17/07/2015</p>	<p>Solicita o envio de documentos/esclarecimentos referentes à pensão instituída por Geraldo do Vale Neves.</p>	<p>Encaminhados esclarecimentos da área de recursos humanos e documentação.</p>	<p>PAe 0016604-05.2015.4.01.8000 Ofício/Secoi 35 e 37, de 17/07 e 10/08/2015</p>
<p>Diligência Ofício 278-67/2015-TCU/SEFIP/Diaup, de 27/07/2015</p>	<p>Fiscalização em folhas de pagamento referente a março/2015 – Acúmulo de cargos públicos e pagamento de auxílio-alimentação – solicita preenchimento de planilhas apresentando o posicionamento do TRF, bem como as providências tomadas para correção das situações encontradas ou o fundamento legal que as ampara.</p>	<p>Instauração de processo no SEI e solicitação de atendimento às seccionais, conferência das planilhas pela Secoi e envio da documentação ao TCU.</p>	<p>PAe 0019227-42.2015.4.01.8000 Ofício/Divea 001, de 25/09/2015</p>
<p>Diligência Ofício 278-84/2015-TCU/SEFIP/Diaup, de 30/09/2015</p>	<p>Fiscalização em folhas de pagamento referente a março de 2015 – Indícios de pagamento acima do teto constitucional identificados na folha de pagamento de magistrados do TRF 1ª Região – solicita preenchimento de planilhas, apresentando o posicionamento do TRF, bem como as providências tomadas para correção das situações encontradas ou o fundamento legal que as ampara.</p>	<p>Instauração de processo no SEI e solicitação de atendimento às seccionais, conferência das planilhas pela Secoi e envio da documentação ao TCU.</p>	<p>PAe 0021024-53.2015.4.01.8000 Ofício/Divea 004, de 20/10/2015</p>
<p>Acórdão 2.305/2015 – Plenário Ofício/Sefip 13.790, de 29/09/2015</p>	<p>Considera ilegal o ato de aposentadoria de J. J., ordenando o cancelamento do registro efetuado, em razão de averbação de tempo de serviço em duplicidade para obtenção de benefícios previdenciários distintos. Determina a suspensão do pagamento, com a ciência do servidor, bem como a emissão de novo ato.</p>	<p>Encaminhados esclarecimentos prestados pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal referente ao cumprimento das determinações contidas no referido acórdão, bem como cópia da documentação que comprova que o servidor tomou ciência do teor do mencionado acórdão.</p>	<p>PAe 0021633-36.2015.4.01.8000 Ofício/Divea 005, de 22/10/2015</p>



Acórdão/diligência TCU	Determinação/recomendação TCU	Providências adotadas	Ofício Secoi/PAeSEI
Acórdão 5.694/2015 – 2C Ofício/Sefip 11.779, de 01/09/2015	Determina o cadastramento no Sisac de novo ato de aposentadoria de H. Z. S., livre das irregularidades apontadas no Acórdão 1025/2009-TCU-2ª Câmara.	Encaminhados esclarecimentos prestados pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal e nova ficha de concessão de aposentadoria livre da irregularidade apontada no referido acórdão.	PAe 0019643-10.2015.4.01.8000 Ofício/Divea 002, 30/09/2015
Acórdão 5.101/2015 – 2C 2078/2009 Ofício/SEFIP 10.584, de 17/08/2015	Determina o cadastramento no Sisac de novo ato de aposentadoria de J. A. A., escoimado das irregularidades apontadas no Acórdão 2078/2009-TCU-2ª Câmara.	Encaminha nova ficha de concessão de aposentadoria livre das irregularidades apontadas no acórdão, bem como cópia do documento e comprovação de ciência do referido servidor acerca do citado acórdão.	PAe 0019077-61.2015.4.01.8000 Ofício/Secoi 39, 22/09/2015
Diligência Ofício/SEFIP 16.318, de 26/10/2015	Solicita esclarecer a origem das vagas nas quais foram investidos R. M. M. A., R. R. S., R. M. P. e T. L. F. S.	Encaminhada documentação esclarecendo a origem das vagas nas quais foram investidos os servidores citados no referido ofício.	PAe 0023459-97.2015.4.01.8000 Ofício/Divea 007, de 16/11/2015
Acórdão 6.492/2015 - 1C Ofício/SEFIP 17.730, de 11/11/2015	Solicita esclarecimentos e o encaminhamento de novo formulário de admissão de C. S. O. livre das irregularidades apontadas no referido Acórdão.	Encaminhados esclarecimentos prestados pela Divisão de Cadastro de Pessoal do Tribunal, bem como novo formulário de admissão livre da irregularidade apontada no referido acórdão.	PAe 0024861-19.2015.4.01.8000 Ofício/Divea 007, 27/11/2015

QUADRO 133

Quantitativo de processos de folhas de pagamento e despesas de exercícios anteriores

Assunto relacionado	Processos analisados	Informações ou relatórios expedidos pelas seções da Divea	Consultas respondidas
Folha de pagamento de pessoal, ajuste de contas, cálculo de proventos e direitos dos servidores	220	326	5
Despesa de exercícios anteriores	187	224	7
Total	407	550	12



## DESPESAS COM LICITAÇÕES, CONTRATOS, CONVÊNIOS E AJUSTES CONGÊNERES

Com vistas a avaliar, acompanhar e monitorar as licitações, inexigibilidades, dispensas, bem como contratos, convênios e ajustes congêneres realizados pelo Tribunal, bem como orientar a realização nas seções judiciárias vinculadas, a fim de comprovar a adequada aplicação dos recursos públicos, foram analisados processos administrativos concernentes a essas despesas, conforme relacionado a seguir.

QUADRO 134

Quantitativo de processos de licitações, contratos e ajustes congêneres

Assunto relacionado	Processos analisados	Informações ou relatórios expedidos	Consultas respondidas
Licitações e contratos administrativos	105	126	14
Despesas com contratações diretas (que geraram termo de contrato)	17	19	–
Despesas com contratações diretas (sem termo de contrato)	122	122	5
Suprimento de fundos	6	6	2
Adicional de qualificação	2	2	–
Bolsa de estudos	23	23	–
Gratificação por encargo de curso ou concurso	71	71	1
Bolsa-estágio	1	–	1
Autorizações de viagens a serviço	40	30	13
Ajuda de Custo	49	47	2
Bolsa-estágio	1	–	1
Taxa de uso referente a imóvel residencial funcional	1	1	–
Licença gala – juiz federal Társis Augusto Lima	1	–	1
Infração de trânsito	3	3	–
Pro-Social	78	78	–
Penalidades administrativas	–	–	2
<b>Total</b>	<b>520</b>	<b>528</b>	<b>42</b>



## **CONTROLE DA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE**

A área de controle interno realizou análises prévias ao pagamento das notas fiscais dos contratos relacionados à construção da nova sede do Tribunal com vistas a assegurar à Administração da Corte, a cada medição e pagamento contratual, a regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, entre outras, que venham a ser fiscalizadas pelos órgãos de controle externo.

Em 2015, examinaram-se minutas de termos de referência, editais e contratos, em cumprimento à Resolução CNJ 114/2009, que dispõe sobre o planejamento, a execução e o monitoramento de obras no Poder Judiciário.

Em 12 de novembro de 2015, a Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou o arquivamento do Procedimento de Controle Administrativo 0000264–61.2011.2.00.0000, de acompanhamento do Termo de Compromisso firmado em 12/05/2009 entre o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Procuradoria Geral da República – PGR e o Conselho Nacional de Justiça, para monitoramento e saneamento de faltas apuradas na obra de construção do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. A decisão consta do PAe SEI 0003907.90.2012.2.00.0000 (acompanhamento de cumprimento de decisão).

297

## **INFORMATIVO DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

O informativo Secoi reúne semanalmente normas, soluções de consultas, bem como jurisprudência do Tribunal de Contas da União e de tribunais superiores relativas às áreas administrativas e de controle interno. A publicação é enviada semanalmente por correio eletrônico às unidades do Tribunal e das seccionais além de ser publicada no portal do TRF 1ª Região.

## **AUDITORIA**

As atividades de auditoria foram norteadas pelas diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Auditoria – 2015 (PAA) e no Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP).

Os planos de auditoria são elaborados de acordo com o Plano Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região, aprovados pela Presidência, conforme PAe 0005240–70.2014.4.01.8000, e divulgados na seção “Transparência” do portal eletrônico do Tribunal (<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/transparência>).

Em 2015 as auditorias operacionais foram realizadas de forma compartilhada com as unidades setoriais de controle interno das seções judiciárias que fizeram adesão ao PAA. Nessa modalidade, o Programa de Auditoria, que contém as orientações técnicas, foi encaminhado aos núcleos e seções de controle interno das seccionais, de modo a ampliar o alcance da ação de controle e evitar o deslocamento físico da equipe, garantindo, assim, economia de recursos orçamentários que eram despendidos com passagens e diárias.



Em função das determinações do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, estabeleceram-se auditorias específicas para a Justiça Federal, as quais foram incorporadas ao PAA:

- ação conjunta de auditoria sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis realizada com a finalidade de verificar o cumprimento da Resolução CNJ 201/2015, que trata da criação e das competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e dispõe sobre a implantação do Plano de logística sustentável;
- auditoria de governança da tecnologia da informação – TI realizada com base em programa de auditoria.

Os trabalhos foram executados de acordo com os parâmetros das auditorias operacionais e das ações coordenadas de auditoria, nos termos da Resolução CNJ 171/2013. O quadro a seguir apresenta o cronograma das auditorias realizadas de forma compartilhada no Tribunal e nas seções judiciárias da 1ª Região durante o exercício.

QUADRO 135  
Execução de auditorias operacionais

298

Auditorias	Dias úteis	Período	Servidores
Prestação de contas do exercício de 2014	96	07/01 a 29/05/2015	4
Governança de TI	44	01/06 a 31/07/2015	4
Gestão ambiental e licitações sustentáveis	48	03/08 a 09/10/2015	4
Gestão financeira e contábil do Pro-Social	48	03/08 a 09/10/2015	4
Gestão de pessoas: cadastro e folha de pagamento de pessoal	47	13/10 a 18/12/2015	4

## AUDITORIA DE GESTÃO

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região apresentou, em cumprimento à Instrução Normativa TCU 63/2010, o Relatório de gestão dos responsáveis pela unidade jurisdicionada ao TCU, nos padrões de organização e conteúdos definidos pelas Decisões Normativas TCU 134 e 139/2014, com orientações e formatos estabelecidos pela Portaria TCU 90/2014.

A área de controle interno avaliou a conformidade das peças do processo de contas de que trata o art. 13 da IN–TCU 63/2010, nos termos do art. 4º da Decisão Normativa TCU 140, de 15 de outubro de 2014. Os exames foram realizados sobre os atos e fatos de gestão praticados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014, pelos responsáveis arrolados na Peça Complementar 0611276 – Rol dos Responsáveis, constante do PAe 0004773–57.2015.4.01.8000.



## AUDITORIAS OPERACIONAIS

As auditorias operacionais compartilhadas com as unidades setoriais de controle interno das seções judiciárias foram realizadas compreendendo o planejamento, a execução e a elaboração do relatório de auditoria.

A seguir, os objetivos e observações que nortearam a realização dessas auditorias:

- Auditoria de Governança de TI – em fase de expedição do relatório, teve por finalidade avaliar as ações gerenciais e os procedimentos operacionais da gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, no exercício de 2014 e 2015, para recomendar à administração a adoção de providências destinadas ao aprimoramento dos processos de trabalho, de forma a garantir o desempenho e o cumprimento dos objetivos estratégicos contidos no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – Peti-JF, em consonância com o Planejamento Estratégico da Justiça Federal – PEJF;
- Auditoria de Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis – avaliou a gestão ambiental e a aderência aos critérios de sustentabilidade aplicáveis às licitações no Tribunal e nas seccionais vinculadas, bem como recomendou à administração a adoção de providências para adequação dos processos de trabalho, de forma a assegurar o atendimento às políticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica, além da melhoria dos controles administrativos;
- Auditoria da Gestão Financeira e Contábil do Pro-Social – avaliou as ações gerenciais e os procedimentos operacionais da gestão financeira e contábil da Secretaria de Bem-Estar Social, bem como recomendou à administração a adoção de providências para o aperfeiçoamento dos processos de trabalho, de forma a garantir o atendimento às políticas de saúde e bem-estar dos magistrados e servidores da Justiça Federal da 1ª Região e a otimização dos controles internos administrativos;
- Auditoria de Cadastro e Folha de Pagamento de Pessoal – em fase de expedição do relatório, avaliou a adequabilidade de estrutura de controles internos administrativos para garantir a regularidade dos pagamentos de subsídios, remunerações e proventos dos magistrados e servidores.

## AÇÕES DE MONITORAMENTO

As ações de avaliação e monitoramento têm por objetivo analisar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao cumprimento das recomendações propostas nos documentos técnicos expedidos em auditoria, bem como os resultados e benefícios alcançados.

O quantitativo de processos administrativos analisados, bem como de documentos, recomendações e solicitações de providência expedidos em auditoria, consta da tabela seguinte:



QUADRO 136  
Monitoramento das auditorias realizadas

Auditoria	Processos analisados	Achados de auditoria	Documentos expedidos	Recomendações
Gestão ambiental e licitações sustentáveis	33	7	4	40
Gestão financeira e contábil do Pro-Social	30	17	5	35
Gestão de pessoas: cadastro e folha de pagamento de pessoal	–	18	2	–
Governança de TI	13	12	5	–
Total	76	54	16	71

## ANÁLISE E CONTROLE CONTÁBIL

Com vistas ao registro da conformidade contábil, foram supervisionados os atos e fatos relacionados à gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal e das seccionais, mediante a análise de processos administrativos e consultas aos sistemas administrativos da 1ª Região e do Governo Federal (Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi, Siafi Gerencial, Tesouro Gerencial e Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – Siasg).

### OBJETO DA ANÁLISE CONTÁBIL

Como resultado dessa análise, apresentam-se a seguir algumas das principais informações expedidas:

- a) análise, acompanhamento e controle dos procedimentos contábeis relacionados ao encerramento do exercício de 2015 e abertura de 2016 no Sistema de Administração Orçamentária e Financeira do Governo Federal – Siafi;
- b) prestação de orientação e apoio técnico às unidades gestoras e aos órgãos setoriais na utilização do Siafi, na aplicação de normas e utilização de técnicas contábeis;
- c) registro da conformidade contábil das unidades gestoras do Tribunal, com base na análise da movimentação mensal e dos registros de gestão no Siafi, atestando a regularidade ou não dos demonstrativos contábeis;
- d) elaboração do Relatório de Gestão Fiscal do TRF 1ª Região, em conjunto com a Divisão de Planejamento Estratégico/Dipla;
- e) encaminhamento às unidades gestoras de diligências, orientações contábeis e respostas a consultas sobre matéria contábil, orçamentária, patrimonial e tributária;



- f) registro da conformidade dos operadores que utilizam os sistemas Siafi e Siasg das unidades gestoras do Tribunal; emissão de informações resultantes da análise de processos referentes à baixa/incorporação de bens móveis, aquisição de material de consumo e permanente, compras centralizadas, classificação da despesa, registros na conta de depreciação acumulada;
- g) acompanhamento e controle dos procedimentos contábeis referentes a contratos, diárias e aos saldos das contas de garantias contratuais (seguro, fiança e cauções) no âmbito da UG 090027 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região, visando ao devido ajuste no Siafi;
- h) análise das planilhas de memória de cálculo das provisões de encargos trabalhistas para liberação de férias, abono, 13º salário, rescisões contratuais e multa do FGTS de prestadores cujos contratos foram celebrados sob a égide da Resolução 98/2009/CNJ;
- i) emissão de análise sobre ressarcimentos, por meio de expedição de RPVs, das despesas com honorários de peritos das seções judiciárias que compõem a 1ª Região em processos de Juizados Especiais Federais;
- j) acompanhamento e análise de processos sobre recolhimento da contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público, incidente sobre precatórios/RPVs sacados em conta vinculada.

Também merece destaque a análise de processos administrativos que versam sobre reposição ao erário em virtude de desligamento de servidores, regularização de conta contábil em razão de despesa inscrita indevidamente em restos a pagar, emissão de empenho em subitem da despesa incompatível com a ação orçamentária e contas com saldo invertido, despesa de exercícios anteriores, dispensa de função comissionada ou cargo comissionado e desligamento de servidor, acerto de remuneração (adicional de férias, recolhimento de contribuição previdenciária), conferência de memória de cálculo das provisões de encargos trabalhistas e acompanhamento da evolução dos registros na conta de depreciação acumulada.

#### QUADRO 137

Quantitativo de processos analisados quanto ao aspecto da contabilidade

Documentos	Quantidade
Informações expedidas como resultado de análise de processos administrativos	479
Análise de processos administrativos que não geraram informação	46
<b>Total</b>	<b>525</b>



QUADRO 138  
Quantitativo de orientações contábeis expedidas

Documentos	Quantidade
Solicitação de regularização contábil no Siafi	371
Respostas a consultas para TRF e seccionais	323
Documentos cadastrados na intranet – Informe Secoi	33
Cadastramento de operadores e cadastradores nos sistemas do Governo Federal (Siafi, Siafi Educacional, Siafi Gerencial e Siasg)	164
Registro de conformidade contábil e de operadores	56
Total	947



# ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1	Resultados das metas processuais de 2015, <b>29</b>
Quadro 2	Iniciativas estratégicas acompanhadas pelo Escritório de Projetos do TRF 1ª Região, <b>33</b>
Quadro 3	Processos julgados nos órgãos colegiados administrativos, <b>45</b>
Quadro 4	Produtividade por desembargador federal, <b>46</b>
Gráfico 1	Petições apresentadas no Tribunal, <b>48</b>
Gráfico 2	Petições protocoladas, <b>48</b>
Quadro 5	Desempenho do Tribunal, <b>49</b>
Quadro 6	Central de digitalização judicial, <b>49</b>
Quadro 7	Estatísticas de notas taquigráficas, <b>49</b>
Quadro 8	Movimentações de recursos, <b>50</b>
Quadro 9	Processos baixados, <b>51</b>
Quadro 10	Decisões em REsp e RE, <b>52</b>
Quadro 11	Dados estatísticos da 1ª instância, <b>52</b>
Quadro 12	Dados acumulados da 1ª instância, <b>54</b>
Gráfico 3	Beneficiários de precatório e RPV, <b>56</b>
Gráfico 4	Pagamento de precatórios, <b>56</b>
Gráfico 5	Pagamento de RPVs, <b>57</b>
Quadro 13	Pagamentos de precatórios e RPVs, <b>57</b>
Quadro 14	Precatórios aguardando pagamento, <b>59</b>
Quadro 15	Distribuição de varas federais na 1ª Região, <b>60</b>
Quadro 16	Distribuição das varas federais, <b>60</b>
Quadro 17	Quantidade e tipos de juizados e turmas recursais, <b>61</b>
Quadro 18	Composição do acervo nos JEFs por seção judiciária, <b>62</b>
Quadro 19	Evolução da movimentação processual nos JEFs, <b>63</b>
Gráfico 6	Evolução da movimentação processual dos JEFs na 1ª Região — 2002 a 2015, <b>64</b>
Quadro 20	Julgamento nas turmas recursais, <b>65</b>
Gráfico 7	Evolução da movimentação processual nas turmas recursais, <b>66</b>
Quadro 21	Composição do acervo nas turmas recursais, <b>66</b>
Quadro 22	Turmas recursais permanentes, <b>67</b>
Quadro 23	Estatística TRU, <b>70</b>
Quadro 24	Juizados Especiais Federais itinerantes realizados, <b>71</b>



Quadro 25	Esforços concentrados realizados — sentenças, <b>73</b>
Quadro 26	Esforços concentrados realizados — audiências, <b>73</b>
Quadro 27	Mutirão de audiências, <b>74</b>
Quadro 28	Mutirões de secretaria, <b>74</b>
Gráfico 8	Distribuição de varas e de JEFs, <b>76</b>
Gráfico 9	Distribuição dos JEFs, <b>76</b>
Gráfico 10	Distribuição da movimentação processual, <b>77</b>
Gráfico 11	Comparativos da movimentação processual nas varas e nos juizados — 2002 a 2015, <b>77</b>
Gráfico 12	Crescimento da distribuição e julgamento dos JEFs e das varas — 2002 a 2015, <b>78</b>
Quadro 29	Câmaras Regionais Previdenciárias - quantitativos de processos atribuídos e julgados, <b>79</b>
Quadro 30	1ª Câmara Regional Previdenciária da Bahia - magistrados integrantes, <b>80</b>
Quadro 31	1ª Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais - magistrados integrantes, <b>80</b>
Quadro 32	2ª Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais - magistrados integrantes, <b>80</b>
Quadro 33	1ª Câmara Regional Previdenciária de Juiz de Fora/MG - magistrados integrantes, <b>81</b>
Gráfico 13	Conciliações realizadas nas varas e juizados — 2011 a 2015, <b>85</b>
Quadro 34	Estatística processual - Meta 8, <b>88</b>
Quadro 35	Correições gerais ordinárias realizadas, <b>92</b>
Quadro 36	Processos autuados - SEI, <b>93</b>
Quadro 37	Processos encerrados/arquivados, <b>94</b>
Quadro 38	Decisões e despachos proferidos por procedimento — físicos e SEI, <b>94</b>
Quadro 39	Dados da Ouvidoria - Sistema SEI-Seouj - consolidação da 1ª Região, <b>96</b>
Quadro 40	Diretorias de foro, <b>100</b>
Quadro 41	Cargos de juiz federal e de juiz federal substituto, <b>101</b>
Quadro 42	Lista dos aprovados no XV Concurso Público para Juízes Federais Substitutos da 1ª Região, <b>102</b>
Quadro 43	Vacância no TRF 1ª Região, <b>104</b>
Quadro 44	Vacância nas seções judiciárias, <b>104</b>
Quadro 45	Vitalicamento de juízes federais substitutos, <b>105</b>
Quadro 46	Auxílio em gabinete de desembargador federal, <b>106</b>
Quadro 47	Substituição de desembargador federal, <b>107</b>
Quadro 48	Auxílio em gabinete de desembargador federal, <b>110</b>
Quadro 49	Auxílio em outros órgãos, <b>110</b>



Quadro 50	Juízes federais e juízes federais substitutos desligados por remoção, <b>111</b>
Quadro 51	Juízes federais e juízes federais substitutos ingressos por remoção (permuta entre regiões), <b>111</b>
Quadro 52	Remoção de juízes federais, <b>112</b>
Quadro 53	Remoção de juiz federal substituto, <b>112</b>
Quadro 54	Promoção de juiz federal, <b>113</b>
Quadro 55	Eventos externos, <b>115</b>
Quadro 56	Juízes afastados para participar de seminários, congressos ou pós-graduação, <b>118</b>
Quadro 57	Servidores efetivos, <b>120</b>
Quadro 58	Provimentos e vacâncias, <b>121</b>
Quadro 59	Participações no treinamento de formação de multiplicadores - PJe, <b>123</b>
Quadro 60	Eventos regionais, <b>124</b>
Quadro 61	Participação em eventos de capacitação virtuais, <b>125</b>
Quadro 62	Participação em eventos de capacitação presenciais, <b>126</b>
Quadro 63	Quantitativo de capacitação, <b>126</b>
Quadro 64	Aposentados, pensionistas e instituidores, <b>126</b>
Quadro 65	Exame periódico de saúde, <b>129</b>
Quadro 66	Visita aos postos de trabalho - ações realizadas, <b>130</b>
Quadro 67	Notificação a servidores e terceirizados, <b>130</b>
Quadro 68	Projeto Superação - acompanhamento hospitalar/domiciliar, <b>131</b>
Quadro 69	Projeto Doe Sangue, Doe Vida, <b>131</b>
Quadro 70	Programa de melhoria do ambiente de trabalho, <b>132</b>
Quadro 71	Clientela atendida por especialidade no serviço de saúde, <b>133</b>
Quadro 72	Clientela atendida em procedimentos da junta médica e pericial, <b>134</b>
Gráfico 14	Evolução do quantitativo de beneficiários do Pro-Social, <b>134</b>
Quadro 73	Beneficiários do Pro-Social - 31/12/2015, <b>135</b>
Quadro 74	Atividade de credenciamento, <b>136</b>
Quadro 75	Custo mensal, <i>per capita</i> , médico-hospitalar e odontológico, <b>137</b>
Gráfico 15	Custo mensal, por faixa etária, das despesas médicas e odontológicas, <b>138</b>
Quadro 76	Despesa do Pro-Social por benefícios, <b>138</b>
Quadro 77	Composição dos recursos do Pro-Social, <b>141</b>
Quadro 78	Demonstrativo de receitas e despesas - recursos da União, <b>141</b>
Quadro 79	Demonstrativo de receitas e despesas - recursos próprios, <b>142</b>
Quadro 80	Orçamento 2015 para a 1ª Região, <b>147</b>



Quadro 81	Demonstrativo das alterações na lei orçamentária de 2015, <b>149</b>
Quadro 82	Dotação de 2015 por tipo de ação, <b>155</b>
Quadro 83	Limites financeiros concedidos, Darfs/GPS/GRU e receitas arrecadadas 2015, <b>158</b>
Quadro 84	Execução orçamentária na 1ª Região – consolidada – 2015, <b>160</b>
Quadro 85	Execução orçamentária na 1ª Região – pessoal – 2015, <b>161</b>
Quadro 86	Execução orçamentária na 1ª Região – benefícios – 2015, <b>163</b>
Quadro 87	Execução orçamentária na 1ª Região – atividades – 2015, <b>165</b>
Quadro 88	Crédito não utilizado na 1ª Região – atividades – 2015, <b>167</b>
Quadro 89	Aquisição de veículos – 2015, <b>169</b>
Quadro 90	Execução orçamentária na 1ª Região – AJPC – 2015, <b>171</b>
Quadro 91	Execução orçamentária na 1ª Região – projetos – 2014, <b>172</b>
Quadro 92	Demonstrativo de execução de reformas – 2015, <b>192</b>
Quadro 93	Demonstrativo – PJe – 2015, <b>201</b>
Quadro 94	Execução de restos a pagar 2015 – exceto precatórios – 12.101 e 12.102, <b>203</b>
Quadro 95	Contrato – Caixa e Banco do Brasil, <b>204</b>
Quadro 96	Valores contingenciados, <b>206</b>
Quadro 97	Precatórios e requisições de pequeno valor, <b>207</b>
Quadro 98	Execução de precatórios e RPVs – 2015, <b>208</b>
Quadro 99	Execução de restos a pagar de precatórios e RPVS – 2015, <b>210</b>
Quadro 100	Emendas aprovadas no Congresso Nacional — PLOA 2015, <b>215</b>
Quadro 101	Orçamento 1ª Região 2016 – PLOA e LOA, <b>215</b>
Quadro 102	Comparativos dos orçamentos de 2015 e 2016 por unidade orçamentária, <b>220</b>
Quadro 103	Expansão da implantação do PJe nas seções judiciárias, <b>228</b>
Quadro 104	Cronograma de expansão do PJe nas seções judiciárias, <b>228</b>
Gráfico 16	Processos gerados no SEI desde a implantação – 1ª Região, <b>230</b>
Gráfico 17	Processos gerados no SEI por órgão – 2015, <b>230</b>
Gráfico 18	Documentos gerados no SEI desde a implantação – 1ª Região, <b>231</b>
Gráfico 19	Documentos gerados no SEI por órgão – 2015, <b>231</b>
Quadro 105	Veículos de comunicação, <b>236</b>
Quadro 106	Informativos do Tribunal – jornalismo impresso e eletrônico, <b>238</b>
Quadro 107	Informativos do Tribunal – telejornalismo, <b>238</b>
Quadro 108	Resoluções, <b>239</b>
Quadro 109	Portarias, <b>243</b>
Quadro 110	Circulares Coger, <b>249</b>



Quadro 111	Portarias Coger, <b>250</b>
Quadro 112	Outros sistemas, <b>258</b>
Quadro 113	Instalação de <i>storages</i> nas subseções judiciárias, <b>265</b>
Quadro 114	Instalação de servidores nas subseções judiciárias, <b>265</b>
Gráfico 20	Estatísticas de atendimento aos usuários, <b>268</b>
Quadro 115	Aquisições e contratações de TI, <b>268</b>
Quadro 116	Acompanhamento de matérias, <b>273</b>
Quadro 117	Informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas, <b>274</b>
Quadro 118	Principais serviços gráficos, <b>278</b>
Quadro 119	Jurisprudência (publicações), <b>281</b>
Quadro 120	Acórdãos processados, <b>281</b>
Quadro 121	Processos e documentos judiciais arquivados por classe, <b>281</b>
Quadro 122	Movimentação de processos/documentos, <b>282</b>
Quadro 123	Atualização do acervo de livros, <b>282</b>
Quadro 124	Atualização do acervo de periódicos, <b>282</b>
Quadro 125	Valores gastos na atualização de acervos, <b>282</b>
Quadro 126	Publicações oficiais eletrônicas, <b>283</b>
Quadro 127	Registro e processamento técnico de acervo, <b>283</b>
Quadro 128	Situação atual dos processos de contas do TRF 1ª Região, <b>289</b>
Quadro 129	Contas relativas aos exercícios de 2001-2002 pendentes de julgamento pelo TCU, <b>291</b>
Quadro 130	Quantitativo de processos de admissão, aposentadoria e pensão, <b>292</b>
Quadro 131	Quantitativo de processos de folhas de pagamento e despesas de exercícios anteriores, <b>292</b>
Quadro 132	Atendimento aos acórdãos/diligências do TCU, <b>293</b>
Quadro 133	Quantitativo de processos de folhas de pagamento e despesas de exercícios anteriores, <b>295</b>
Quadro 134	Quantitativo de processos de licitações, contratos e ajustes congêneres, <b>296</b>
Quadro 135	Execução de auditorias operacionais, <b>298</b>
Quadro 136	Monitoramento das auditorias realizadas, <b>300</b>
Quadro 137	Quantitativo de processos analisados quanto ao aspecto da contabilidade, <b>301</b>
Quadro 138	Quantitativo de orientações contábeis expedidas, <b>302</b>